



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL DO ESTADO
EXERCÍCIO DE 2004

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL
DE CONTROLE INTERNO

VOLUME VIII





GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
JACQUES SILVA DE SOUSA

DIRETOR DE SUPERVISÃO DE CONTROLE INTERNO
EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA

COORDENADOR DE SUPERVISÃO DE CONTROLE INTERNO
ISMAEL CARVALHO DO NASCIMENTO

COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
JOSÉ GABRIEL DE CASTRO

EQUIPE TÉCNICA DE CONTROLE INTERNO
FLORIANO RODRIGUES ALVES
JOÃO BATISTA DA PAIXÃO MENDES
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
VALÉRIA MARIA ALMADA GOMES DE CARVALHO FONTES

EQUIPE DE APOIO
KÁTIA SILVA MACÊDO
JANAÍNA LOPES MARANHÃO
JOSÉ SANTANA NUNES SARZEDA
MIRLEY PIRES MAGALHÃES PEIXOTO LEANDRO

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	1
2. Análise Orçamentária e Financeira.....	4
2.1 Orçamento Geral Autorizado.....	4
2.2 Execução Orçamentária e Financeira.....	8
2.2.1 Gestão Orçamentária.....	8
2.2.2 Gestão Financeira.....	19
- Gráfico 06 – Execução de Restos a Pagar em 2004.....	20
2.3 Posição Financeira e Patrimonial.....	21
2.3.1 Posição Patrimonial.....	21
2.3.1.1 Resumo do Balanço Patrimonial.....	21
2.3.1.2 Evolução Patrimonial 2004 – Tomando-se por Base o exercício de 2003.....	22
- Gráfico 07 – Situação da Dívida Fundada e seus Encargos.....	22
2.3.1.3 Resumo do Balanço Patrimonial – 2003/2004 – Administração Direta do Estado.....	24
2.3.1.4 Resumo do Balanço Patrimonial – 2003/2004 – Autarquias do Poder Executivo.....	25
2.3.1.5 Resumo do Balanço Patrimonial – 2003/2004 – Fundações do Poder Executivo.....	25
2.3.1.6 Resumo do Balanço Patrimonial – 2003/2004 – Fundos Especiais do Poder Executivo.....	26
2.3.2 Posição Financeira.....	26
2.3.2.1 Programação Financeira – Resumo do Cronograma de Desembolso.....	27
2.3.2.2 Resumo da Disponibilidade Financeira.....	29
2.3.2.3 Resumo do Balanço Financeiro – Consolidado da Administração Direta do Estado.....	29
2.3.2.4 Resumo do Balanço Financeiro – Consolidado das Autarquias do Poder Executivo.....	30
2.3.2.5 Resumo do Balanço Financeiro – Consolidado das Fundações do Poder Executivo.....	31

2.3.2.6 Resumo do Balanço Financeiro – Consolidado dos Fundos do Poder Executivo.....	31
---	----

3. Descrição Analítica das Atividades dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo e Execução dos Programas Constantes do Orçamento Anual..... 33

3.1 Unidades da Administração Direta.....	33
3.1.1 Gabinete do Governador	33
3.1.2 Casa Civil	36
3.1.3 Comando Geral da Polícia Militar	37
3.1.4 Controladoria-Geral do Estado.....	40
3.1.5 Secretaria de Representação.....	42
3.1.6 Procuradoria Geral do Estado	43
3.1.7 Casa Militar	45
3.1.8 Secretaria da Administração	46
3.1.9 Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	47
3.1.10 Secretaria da Educação e Cultura	57
3.1.11 Secretaria da Fazenda.....	69
3.1.12 Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.....	72
3.1.13 Secretaria da Infra-Estrutura.....	78
3.1.14 Secretaria da Juventude	83
3.1.15 Secretaria da Saúde	86
3.1.16 Secretaria da Segurança Pública.....	87
3.1.17 Secretaria do Esporte.....	91
3.1.18 Secretaria do Trabalho e Ação Social.....	94
3.1.19 Secretaria da Cidadania e Justiça	101
3.1.20 Secretaria do Governo	104
3.1.21 Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente	106
3.1.22 Secretaria da Comunicação	120
3.1.23 Secretaria dos Recursos Hídricos	122
3.1.24 Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFAZ	126
3.1.25 Programação Especial do Estado – Recursos sob Supervisão da SEPLAN	127
3.2 Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais	129
3.2.1 Autarquias.....	129

3.2.1.1	Universidade de Palmas	129
3.2.1.2	Instituto Social Divino Espírito Santo	130
3.2.1.3	Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins	131
3.2.1.4	Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano	133
3.2.1.5	Instituto de Natureza do Tocantins	135
3.2.1.6	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins	143
3.2.1.7	Departamento de Estradas de Rodagem	144
3.2.1.8	Departamento Estadual de Trânsito	148
3.2.1.9	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins	152
3.2.1.10	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins	156
3.2.1.11	Instituto de Terras do Tocantins	160
3.2.1.12	Agência Estadual de Saneamento	164
3.2.1.13	Escola Técnica de Saúde	167
3.2.1.14	Instituto de Pesos e Medidas	168
3.2.1.15	Junta Comercial do estado do Tocantins	169
3.2.2	Fundações Públicas	172
3.2.2.1	Fundação Cultural do Estado do Tocantins	172
3.2.2.2	Fundação de Medicina Tropical do Tocantins	174
3.2.3	Fundos Especiais	179
3.2.3.1	Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social	179
3.2.3.2	Fundo de Modernização da Polícia Militar	181
3.2.3.3	Fundo de Fardamento da Polícia Militar	182
3.2.3.4	Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental	183
3.2.3.5	Fundo de Apoio à Moradia Popular	184
3.2.3.6	Fundo Estadual de Modernização Jurídica	186
3.2.3.7	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	187
3.2.3.8	Fundo Estadual de Defensoria Pública	190
3.2.3.9	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	191
3.2.3.10	Fundo Estadual dos Direitos da Mulher	192
3.2.3.11	Fundo de Previdência do Estado do Tocantins	193
3.2.3.12	Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins	194
3.2.3.13	Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo	196



3.2.3.14	Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário	197
3.2.3.15	Fundo Estadual de Saúde	197
3.2.3.16	Fundo de Defesa Agropecuária.....	208
3.2.3.17	Fundo Prosperar	210
3.2.3.18	Fundo Estadual Antidrogas	211
3.2.3.19	Fundo Estadual da Criança e do Adolescente	212
3.2.3.20	Fundo Estadual de Assistência Social	214

4. Considerações sobre Matérias Econômica, Administrativo-Financeira e

Social.....222

4.1 Área Econômica..... 224

4.2 Área Financeira e Administrativa

4.3 Área Social..... 230

5. Considerações Finais 238

1- APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e, em especial, às da Lei Estadual nº 1.415/2003, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e de seu Regimento Interno, esta Controladoria-Geral do Estado do Tocantins, a par das contas consolidadas no Balanço Geral do Estado, exercício de 2004, elabora o presente relatório que abrange, como se observa adiante, matérias econômica, administrativa, financeira e social, por meio de exame e descrições analíticas das atividades e produtos concernentes às unidades gestoras do Poder Executivo.

Contém ainda circunstanciada análise da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, com as respectivas indicações das metas físicas e financeiras, tanto as previstas quanto às efetivamente realizadas.

Além desses elementos, evidenciam-se outros aspectos que dizem respeito ao comportamento deste segundo ano do atual Governo.

Também merecem especiais destaques as ações de governo que foram prioritárias no exercício de 2004, tendo na modernização administrativa, no incentivo econômico e no social a sua principal meta, enfatizando-se a educação pública, a abrangência ao atendimento à saúde, à segurança pública e os investimentos infra-estruturais que buscam minorar as carências das populações menos providas de meios econômicos e financeiros e alcançar os melhores índices de desenvolvimento humano.

Outrossim, percebe-se que o Governo Marcelo Miranda, no decorrer de 2004, pautou sua ação de investimentos, visando dotar todos os rincões do Estado, de condições para produzir e escoar normalmente a produção agropastoril, em virtude da criação de novos empregos e conseqüente geração de renda, que é, sem dúvida, um dos sólidos alicerces de desenvolvimento sustentado, indispensável para a permanência do homem no campo com dignidade e respeito, contando, neste mister, com o apoio do poder público.

Veja-se que, em 2004, o Governo priorizou a valorização do trabalho humano, buscou incentivar a iniciativa privada, com atuações que se direcionaram ao alcance de um novo modelo de desenvolvimento tendo como meta o progresso, o cidadão e o seu bem-estar.

Pautou-se, outrossim, para a consecução de novas programações sócio-econômicas ensejando consolidar a infra-estrutura de transporte, energia, habitação e incentivou o ingresso de capitais privados na economia tocantinense.

Buscou, com igual esforço, a promoção do desenvolvimento sustentado, direcionando e apoiando os diversos setores das atividades econômicas, visando torná-los competitivos e socialmente corretos.

Verifica-se, através da lei que instituiu a política estadual de capacitação dos servidores e implantou o plano de cargos, carreira e subsídios, a preocupação do Governo Marcelo Miranda, com a modernização administrativa em todos os níveis do

Poder Executivo, visando melhor adequar os recursos humanos às suas reais necessidades.

Além de tudo isso, é de salientar-se que não se descuidou em manter o superávit primário, controlando, principalmente, os gastos com a folha de pagamento e com as despesas de custeio e mais que isso, manteve, sob rígido controle, a dívida externa e interna.

Como bem se observa, essas medidas são fortes alicerces que levam à construção de um Estado que verdadeiramente se preocupa com a melhoria de vida de sua população, uma vez que, na razão em que moderniza a máquina estatal e apóia o incremento de novas tecnologias nas atividades privadas, faz aumentar a um só tempo o emprego, a renda e o patrimônio público e privado.

Ora, sendo, como é, o Estado do Tocantins uma unidade federativa, com apenas 16 anos de sua efetivação, todo o esforço governamental está voltado à sua consolidação, com a adoção de políticas públicas que tenham como fulcro o seu crescimento, sem descuidar-se de sua indispensável sustentabilidade econômica, ecológica e social.

Tem-se como certeza, pois, que os resultados das atividades primárias agregando valores, através da industrialização, certamente, darão a este Estado, em futuro não muito distante, maior capacidade econômica, com conseqüências positivas a todos os seus segmentos sociais, o que as tornam prioritárias para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e do Produto Interno Bruto – PIB tocanтинense.

Denota-se pela análise ora em comento que o alcance do equilíbrio orçamentário e financeiro resultou não somente do trabalho desenvolvido pelo Poder Executivo, como também pelos esforços despendidos pelos demais poderes constituídos, o Legislativo e o Judiciário, além do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, que se pautaram dentro dos seus respectivos limites de gastos.

Conforme se pode observar pelo conteúdo das peças técnicas adiante expostas, os resultados de cada atividade governamental, no exercício de 2.004, demonstram significativos índices de gestão pública

Os balanços e demais demonstrações contábeis estão divididos em 7 (sete) volumes assim distribuídos:

Volume I - Balanços: - Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as **Demonstrações Orçamentárias** de todos os Poderes e do Ministério Público;

Volume II - Demonstrações Contábeis e Resumo da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal;

Volume III - Demonstrações do Balanço Geral dos Poderes;

Volume IV - Balanços e Demonstrações Orçamentárias e Contábeis referentes à Administração Direta;



Volume V - Balanços e Demonstrações Orçamentárias e Contábeis referentes à Administração Indireta e Fundos Especiais;

Volume VI - Conciliação Bancária da Administração Direta;

Volume VII - Conciliação do Almoxarifado da Administração Direta.

Registre-se por oportuno o eficiente trabalho desenvolvido pela Diretoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda na consolidação dos dados que compõem os Balanços e os Demonstrativos e que constituem as contas do Governo do Estado, como bem explicitam os volumes aludidos.

Como se denota a seguir, o relatório sobre as contas do Governo, emitido por esta Controladoria-Geral, demonstra a análise do orçamento geral autorizado, sua execução orçamentária, financeira, patrimonial e a avaliação dos resultados dos programas de Governo.

Palmas, março de 2.005

2 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e Ministério Público, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, referente ao exercício financeiro de 2004, foi aprovado pela Lei Estadual nº 1.431, de 16 de dezembro de 2003 (LOA) que **estimou a receita** no valor de R\$ 2.661.043.761,00 e **fixou a despesa** em igual valor, na forma a seguir:

- a) Recursos Ordinários R\$ 1.597.859.016,00;
- b) Recursos Vinculados R\$ 636.419.274,00;
- c) Recursos de Outras Fontes R\$ 426.765.471,00.

O valor inicialmente autorizado foi alterado para R\$ 2.869.680.907,00, em decorrência dos acréscimos de R\$ 208.637.146,00, resultantes da abertura de créditos adicionais, assim recomposto:

- a) Recursos Ordinários R\$ 1.654.272.536,00;
- b) Recursos Vinculados R\$ 768.970.550,00;
- c) Recursos de Outras Fontes R\$ 446.437.821,00.

Com as alterações efetivadas, o Orçamento Geral autorizou despesas nos orçamentos fiscal no valor de R\$ 2.355.305.482,00, e da Seguridade Social, na importância de R\$ 514.375.425,00.

Do total de R\$ 2.869.680.907,00 - Orçamento Geral do Estado – foram consignados R\$ 2.100.710.357,00 – 73,20% - na Administração Direta e R\$ 768.970.550,00 - 26,80 % - na Administração Indireta.

A Gestão da despesa pública, por meio do SIAFEM, para efeito orçamentário, financeiro e patrimonial, envolve todos os Órgãos e Entidades que compõem a Administração Pública Estadual, com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrados nos quadros abaixo:

QUADRO 1 - RESUMO GERAL DA RECEITA – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS	RECURSOS DO TESOUREO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	1.835.739.294,00	304.100.858,00	2.139.840.152,00
Receita Tributária	687.773.693,00	53.048.132,00	740.821.825,00
Receita de Contribuições	0,00	81.100.000,00	81.100.000,00
Receita Patrimonial	25.810.000,00	60.071.340,00	85.881.340,00
Receita de Serviços	34.000,00	48.529.803,00	48.563.803,00
Transferências Correntes	1.332.687.414,00	55.307.683,00	1.387.995.097,00
Outras Receitas Correntes	24.852.805,00	6.043.900,00	30.896.705,00
Dedução para o FUNDEF	(235.418.618,00)	0,00	(235.418.618,00)
RECEITAS DE CAPITAL	207.135.871,00	463.640.457,00	670.776.328,00
Operações de Crédito	31.489.119,00	145.732.565,00	177.221.684,00
Alienação de Bens	322.669,00	27.563.200,00	27.885.869,00
Amort. de Empréstimos	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
Transferências de Capital	165.324.083,00	290.344.692,00	455.668.775,00
TOTAL	2.042.875.165,00	767.741.315,00	2.810.616.480,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2004 Receita Atualizada.

QUADRO 2 – RESUMO GERAL DA RECEITA – ORÇAMENTO FISCAL

RECEITAS	RECURSOS DO TESOUREO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	1.835.739.294,00	162.977.518,00	1.998.716.812,00
Receita Tributária	687.773.693,00	53.048.132,00	740.821.825,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	25.810.000,00	48.000,00	25.858.000,00
Receita de Serviços	34.000,00	48.529.803,00	48.563.803,00
Transferências Correntes	1.332.687.414,00	55.307.683,00	1.387.995.097,00
Outras Receitas Correntes	24.852.805,00	6.043.900,00	30.896.705,00
Dedução para o FUNDEF	(235.418.618,00)	0,00	(235.418.618,00)
RECEITAS DE CAPITAL	207.135.871,00	463.640.457,00	670.776.328,00
Operações de Crédito	31.489.119,00	145.732.565,00	177.221.684,00
Alienação de Bens	322.669,00	27.563.200,00	27.885.869,00
Amortização de Empréstimos	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
Transferências de Capital	165.324.083,00	290.344.692,00	455.668.775,00
TOTAL	2.042.875.165,00	626.617.975,00	2.669.493.140,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2004 Receita Atualizada.

OBS.: deduzido a receita do IGEPREV (fonte 040).

QUADRO 3 – RESUMO GERAL DA RECEITA – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS	RECURSOS DO TESOUREO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	-	141.123.340,00	141.123.340,00
Receita Tributária	-	-	-
Receita de Contribuições	-	81.100.000,00	81.100.000,00
Receita Patrimonial	-	60.023.340,00	60.023.340,00
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Dedução para o FUNDEF	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	--	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL	-	141.123.340,00	141.123.340,00

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – IGEPREV – dezembro/2004 Receita Atualizada.

QUADRO 4 - RESUMO GERAL DA DESPESA – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS	RECURSOS DO TESOUREO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.397.522.110,00	145.820.070,00	1.543.342.180,00
Pessoal e Encargos Sociais	802.575.680,00	6.866.990,00	809.442.670,00
Juros e Encargos da Dívida	36.754.441,00	-	36.754.441,00
Outras Despesas Correntes	558.191.989,00	138.953.080,00	697.145.069,00
DESPESAS DE CAPITAL	703.188.247,00	623.150.480,00	1.326.338.727,00
Investimentos	589.400.563,00	492.116.480,00	1.081.517.043,00
Inversões Financeiras	4.616.417,00	131.034.000,00	135.650.417,00
Amortização da Dívida	109.171.267,00	-	109.171.267,00
TOTAL	2.100.710.357,00	768.970.550,00	2.869.680.907,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado – Orçamento Autorizado.

Comparando o total da receita demonstrada no quadro 01 com o total da despesa demonstrada no quadro 04, observa-se diferença no valor de **R\$ 59.064.427,00**, referente ao aumento de despesa com base no superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

QUADRO 5 - RESUMO GERAL DA DESPESA – ORÇAMENTO FISCAL

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.155.386.367,00	71.677.713,00	1.227.064.080,00
Pessoal e Encargos Sociais	617.152.833,00	4.064.990,00	621.217.823,00
Juros e Encargos da Dívida	36.754.441,00	0,00	36.754.441,00
Outras Despesas Correntes	501.479.093,00	67.612.723,00	569.091.816,00
DESPESAS DE CAPITAL	677.016.918,00	451.224.484,00	1.128.241.402,00
Investimentos	563.229.234,00	451.224.484,00	1.014.453.718,00
Inversões Financeiras	4.616.417,00		4.616.417,00
Amortização da Dívida	109.171.267,00		109.171.267,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.832.403.285,00	522.902.197,00	2.355.305.482,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado Obs.: deduzido o orçamento da seguridade.

QUADRO 6 - RESUMO GERAL DA DESPESA – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL (Milhões)
DESPESAS CORRENTES	242.135.743,00	74.142.357,00	316.278.100,00
Pessoal e Encargos Sociais	185.422.847,00	2.802.000,00	188.224.847,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	56.712.896,00	71.340.357,00	128.053.253,00
DESPESAS DE CAPITAL	26.171.329,00	171.925.996,00	198.097.325,00
Investimentos	26.171.329,00	40.891.996,00	67.063.325,00
Inversões Financeiras		131.034.000,00	131.034.000,00
Amortização da Dívida			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
TOTAL	268.307.072,00	246.068.353,00	514.375.425,00

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado Obs.: Funções 08, 09, 10 e os valores pagos aos aposentados e pensionistas em outros programas.

Créditos Adicionais Abertos

Valendo-se de autorização constante da própria LOA e obedecendo aos ditames da Lei n.º 4.320/64 e da LDO, foram abertos os créditos suplementares e especiais demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 7 – DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Orçamento Inicial (Lei 1.431/03)	
Orçamento Inicial	2.661.043.761,00
(+) Créditos Suplementares	1.014.730.612,00
(+) Créditos Especiais	30.850.000,00
(-) Reduções	836.943.466,00
= Créditos Orçamentários Autorizados	2.869.680.907,00

FONTE – Diário Oficial – Lei 1.431/03 e Balanço Geral do Estado Volume I, fl. 157

QUADRO 8 – DEMONSTRATIVO POR TIPOS DE RECURSOS DISPONIBILIZADOS AOS CRÉDITOS ADICIONAIS

(+) Redução Total ou Parcial	836.593.466,00
(+) Excesso de Arrecadação	119.072.719,00
(+) Superávit Financeiro	59.064.427,00
(+) Dotação Especial por Excesso de Arrecadação	30.500.000,00
(+) Dotação Especial por Redução	350.000,00
= Créditos Suplementares e Especiais	1.045.580.612,00

FONTE – Balanço Geral do Estado Volume I, fl. 121

Para oficializar a abertura dos créditos na forma demonstrada, editaram-se decretos e portarias, conforme indicação às fls. 82 a 121 do Balanço Geral Volume I.

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.2.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão orçamentária obedece à programação, às diretrizes estratégicas, compatibilizadas com as prioridades e as metas do PPA – 2004/2007, compreendendo os atos de que resultam a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou extinção de direitos e obrigações no âmbito do Poder Público.

A arrecadação da Receita foi realizada por meio das agências do Banco do Brasil, com o recolhimento à conta Única do Tesouro Estadual, concretizando uma efetivação de **81,74%** comparada com a previsão atualizada, mostrando em relação ao ano anterior uma melhoria de **3,42%** na utilização da técnica e controle do planejamento e da execução orçamentária.

A Receita e a Despesa Orçamentárias se desdobram nas categorias Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

A Execução Orçamentária das Receitas (previsão e realização) e Despesas (fixação e execução, incluídas as suplementações e reduções), com os valores detalhados por tipo de crédito, acompanhados das respectivas análises, encontra-se demonstrada nos quadros a seguir:

QUADRO 9 - Receitas - Recursos de Todas as Fontes

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% S/DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	2.266.676.377,00	2.175.681.256,05	95,99
Receita Tributária	740.819.535,00	683.236.012,66	92,23
» ICMS	619.459.924,00	595.288.610,04	96,10
» Outras	121.359.611,00	87.947.402,62	72,47
Receita de Contribuições	50.700.000,00	62.765.717,34	123,80
Receita Patrimonial	85.781.340,00	81.107.197,38	94,55
Receita de Serviços	10.049.000,00	44.688.586,91	444,71
Transferência Correntes	1.355.226.176,00	1.267.541.224,67	93,53
» FPE	1.094.767.935,00	1.038.819.970,29	94,89
» Outras	260.458.241,00	228.721.254,38	87,81
Outras Receitas Correntes	24.100.326,00	36.342.517,09	150,80
RECEITAS DE CAPITAL	629.786.002,00	350.722.498,37	55,69
Operações de Crédito	136.489.119,00	123.918.346,16	90,79
Alienação de Bens	27.696.000,00	19.274.843,35	69,59
Amortização de Empréstimos	10.000.000,00	9.411.847,98	94,12
Transferências de Capital	455.600.883,00	198.117.460,88	43,48
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS	2.896.462.379,00	2.526.403.754,42	87,22
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEF	235.418.618,00	229.041.550,02	97,29
TOTAL	2.661.043.761,00	2.297.362.204,40	86,33

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado

QUADRO 10 - Balanço Orçamentário do Estado - Discriminação das Receitas – 2004

RECEITAS					
RECEITAS	PREVISTA (R\$)	REALIZADA (R\$)	% REALIZADA S/PREVISTA	% S/MONTANTE REALIZADA	DIFERENÇA (R\$)
RECEITAS CORRENTES	2.139.840.152,00	1.946.639.706,03	90,97	84,73	193.200.445,97
Receita Tributária	740.821.825,00	683.236.012,66	92,23	29,74	57.585.812,34
Receita de Contribuições	81.100.000,00	62.765.717,34	77,39	2,73	18.334.282,66
Receita Patrimonial	85.881.340,00	81.107.197,38	94,44	3,53	4.774.142,62
Receita de Serviços	48.563.803,00	44.688.586,91	92,02	1,95	3.875.216,09
Transferências Correntes	1.387.995.097,00	1.267.541.224,67	91,32	55,17	120.453.872,33
Outras Receitas Correntes	30.896.705,00	36.342.517,09	117,63	1,58	(5.445.812,09)
(-) Dedução para o FUNDEF	(235.418.618,00)	(229.041.550,02)	97,29	(9,97)	(6.377.067,98)
RECEITAS DE CAPITAL	729.840.755,00	350.722.498,37	48,05	15,27	379.118.256,63
Operações de Crédito	177.221.684,00	123.918.346,16	69,92	5,39	53.303.337,84
Alienação de Bens	27.885.869,00	19.274.843,35	69,12	0,84	8.611.025,65
Amortização de Empréstimos	10.000.000,00	9.411.847,98	94,12	0,41	588.152,02
Transferências de Capital	455.668.775,00	198.117.460,88	43,48	8,62	257.551.314,12
SUPERÁVIT FINANCEIRO (2003)	59.064.427,00	-	-	-	59.064.427,00
TOTAL	2.869.680.907,00	2.297.362.204,40	80,06	100,00	572.318.702,60

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado

QUADRO 11 - Desempenho das Receitas Correntes do Estado – Exercício 2003 e 2004

RECEITAS CORRENTES	VALOR R\$		% 2004 S/2003	% S/TOTAL	
	2.003	2.004		2.003	2.004
Receita Tributária	605.446.483,72	683.236.012,66	112,85	31,40	31,40
Receita de Contribuições	45.238.408,85	62.765.717,34	138,74	2,35	2,88
Receita Patrimonial	97.147.111,81	81.107.197,38	83,49	5,04	3,73
Receita Agropecuária	9.348,88		0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	13.307.163,07	44.688.586,91	335,82	0,69	2,05
Transferências Correntes	1.129.480.712,76	1.267.541.224,67	112,22	58,58	58,26
Outras Receitas Correntes	37.556.518,82	36.342.517,09	96,77	1,95	1,67
TOTAL	1.928.185.747,91	2.175.681.256,05	112,84	100,00	100,00

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - Exercício de 2003/2004

QUADRO 12 - Desempenho da Receita Tributária (Principais Impostos/Taxas)

IMPOSTO	2003	2004	% 2004/2003
Impostos s/a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	27.139.279,16	39.077.442,02	43,99
IPVA – Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores	18.893.220,10	23.032.670,64	21,91
ICMS – Imp. Sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	537.239.895,51	595.288.610,04	10,80
TAXAS			
Taxas de Serviços Estaduais	16.815.932,59	24.946.880,53	48,35

FONTE – Anexo 10 do Ano de 2003 e 2004

QUADRO 13 - Desempenho das Receitas de Capital do Estado - Exercícios 2003 e 2004

RECEITAS EFETIVADAS					
RECEITAS DE CAPITAL	VALOR R\$		% 2004 S/2003	%	
	2.003	2.004		2.003	2.004
Operações de Crédito	158.038.288,01	123.918.346,16	(21,59)	46,30	35,33
Alienação de Bens	17.069.120,65	19.274.843,35	12,92	5,00	5,50
Amortização de Empréstimos	10.617.590,87	9.411.847,98	(11,36)	3,11	2,68
Transferências de Capital	155.588.542,06	198.117.460,88	27,33	45,59	56,49
Outras Receitas de Capital	-	-		-	-
TOTAL	341.313.541,59	350.722.498,37	2,76	100,00	100,00

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado.

QUADRO 14 - Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida 2003/2004

DESCRIÇÃO	2.003	2.004
RECEITAS CORRENTES	1.928.185	2.175.682
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-147.083	-162.474
DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	-198.031	-229.041
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	-45.138	-41.056
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.537.933	1.743.111
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		13,34

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado

Conforme demonstra o quadro 10, a realização de Outras Receitas Correntes superou em **17,63%** em relação ao valor estimado autorizado, mantendo-se as demais realizações dentro da previsão atualizada.

Merece destaque especial a superação das metas de arrecadação das **receitas correntes** em **12,84%** em relação ao exercício anterior, atingindo, sem as deduções legais, a cifra total de **R\$ 2.175.681.256,05**, que compreende a receita própria do Estado, oriunda do FPE e da arrecadação tributária.

As **receitas de capital**, no valor de **R\$ 350.722.498,37**, representam **15,27%** do total arrecadado no exercício de 2004. Destacam-se nessa Categoria Econômica as Operações de Créditos e as Transferências de Capital, com valores mais significativos, que correspondem, respectivamente, em percentuais de **5,39%** e **8,62%** em relação ao total das receitas de capital.

Outro dado, de relevância pública, é o resultado da **receita corrente líquida**, apurada em **R\$ 1.743.111.000,00**. Trata-se do principal parâmetro para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando em 2004, um crescimento de, aproximadamente, 13,5% em relação ao exercício anterior, sendo um dos principais fatores que possibilitam o aumento da capacidade de investimento do Estado, através da captação de recursos internos e externos.

QUADRO 15 - Balanço Orçamentário do Estado - DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – 2004

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS INICIAIS E SUPLEMENTARES	2.579.097.438,00	1.969.049.448,80	76,35	90,58	711.801.278,63
Despesas Correntes	1.404.107.593,00	1.274.872.874,17	90,80	58,65	161.602.452,24
Pessoal e Encargos Sociais	792.120.196,00	784.076.426,59	98,98	36,07	2.800.128,90
Juros/Encargos da Dívida	36.754.441,00	34.891.997,66	94,93	1,61	247.495,24
Outras Despesas Correntes	575.232.956,00	455.904.449,92	79,26	20,97	158.554.828,10
Despesas de Capital	1.174.989.845,00	694.176.574,63	59,08	31,93	550.198.826,39
Investimentos	935.234.578,00	575.188.432,55	61,50	26,46	449.606.006,72
Inversões Financeiras	130.584.000,00	9.860.576,57	7,55	0,45	100.299.923,69
Amortização da Dívida	109.171.267,00	109.127.565,51	99,96	5,02	292.895,98
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
CRÉDITOS ESPECIAIS	290.583.469,00	204.731.833,39	70,46	9,42	85.851.635,61
Despesas Correntes	139.234.587,00	90.694.993,35	65,14	4,17	48.539.593,65
Pessoal e Encargos Sociais	17.322.474,00	14.851.524,72	85,74	0,68	2.470.949,28
Outras Despesas Correntes	121.912.113,00	75.833,39	62,21	3,49	46.068.644,37
Despesas de Capital	151.348.882,00	114.036.840,04	75,35	5,25	37.312.041,96
Investimentos	146.282.465,00	110.343.213,03	75,43	5,08	35.939.251,97
Inversões Financeiras	5.066.417,00	3.963.627,01	72,90	0,17	1.372.789,99
TOTAL	2.869.680.907,00	2.173.781.282,19	75,75	100,00	695.899.624,81
SUPERÁVIT (*)		123.580.922,21			

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado

* Total arrecadado (Quadro 9) menos total da despesa (Quadro 15).

Os quadros de n.º 9 e 15 demonstram, além da receita arrecadada e das despesas por tipo de crédito, superávit orçamentário no valor R\$ 123.580.922,21, decorrente da diferença positiva entre a receita efetivada e a despesa executada. Tal superávit resulta do elevado grau de seriedade com que o Governo realiza suas execuções orçamentárias.

As **despesas correntes**, relativas à manutenção, ao funcionamento da máquina administrativa e a outras tipicamente administrativas, somam **R\$ 1.274.872.874,17**, representando **90,80%** do total das despesas autorizadas realizadas.

As **despesas de capital**, no referido exercício financeiro, somaram **R\$ 694.176.574,63**, destacando-se os dispêndios realizados com investimentos na ordem de **R\$ 575.188.432,55**, que representam **90,86%** do total das despesas de capital.

No que pertine às metas para o Resultado Nominal e Primário, estabelecidas para o exercício de 2004, observa-se bons índices de equilíbrio da Gestão Fiscal, com destaque especial para o Resultado Primário apurado em valor positivo de **R\$ 44.643.000,00**, que superou todas as previsões de planejamento, embora a correspondente Lei de Diretrizes Orçamentárias tenha previsto Resultado Primário negativo de **R\$ 35.612.363,00**.

QUADRO 16 - Demonstrativo das Despesas de Exercícios Anteriores

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	24.588.099,00	23.077.421,06	93,86	8,80	1.510.677,94
Pessoal e Encargos Sociais	8.092.791,00	7.316.613,14	90,41	2,79	776.177,86
Outras Despesas Correntes	16.495.308,00	15.760.807,92	95,55	6,01	734.500,08
Despesas de Capital	248.541.945,00	239.224.319,80	96,25	91,20	9.317.625,20
Investimentos	248.541.945,00	239.224.319,80	96,25	91,20	9.317.625,20
TOTAL	273.130.044,00	262.301.740,86	96,04	100	10.828.303,14

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Exercício de 2004

A execução de despesas de exercícios anteriores, demonstradas no Quadro n.º 16, no total **R\$ 262.301.740,86**, corresponde aos percentuais de **8,80%** com as despesas correntes e de **91,20%** para as despesas de capital.

QUADRO 17 - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – Poder Executivo – 2004

Milhares	
ESPECIFICAÇÃO	2.004
Receitas Correntes	2.175.682
(-)Transferências Constitucionais	162.474
(-) Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	40.536
(-)Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	520
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEF	229.041
Receita Corrente Líquida (A)	1.743.111

Despesa de Pessoal	675.426
Pessoal Ativo	646.444
Pessoal Inativo e Pensionistas	38.958
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	9.976
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	3.076
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	6.629
(-) Inativos com Recursos Vinculados	271
Repasse Previdenciário ao Regime Próprio de Previdência Social	15.549
Contribuições Patronais	15.549
Despesa Líquida de Pessoal (B)	690.975
Percentuais	
% do Total da Despesa de Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida – RCL (B/A)	39,64%
Limite Legal	49,00%
Limite Prudencial	46,55%

FONTE – Volume I Balanço Geral do Estado - fls. 533 e 544

Os gastos com pessoal e encargos, relativos ao Poder Executivo, representam **39,64%** da Receita Corrente Líquida, situando-se abaixo do limite legal de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

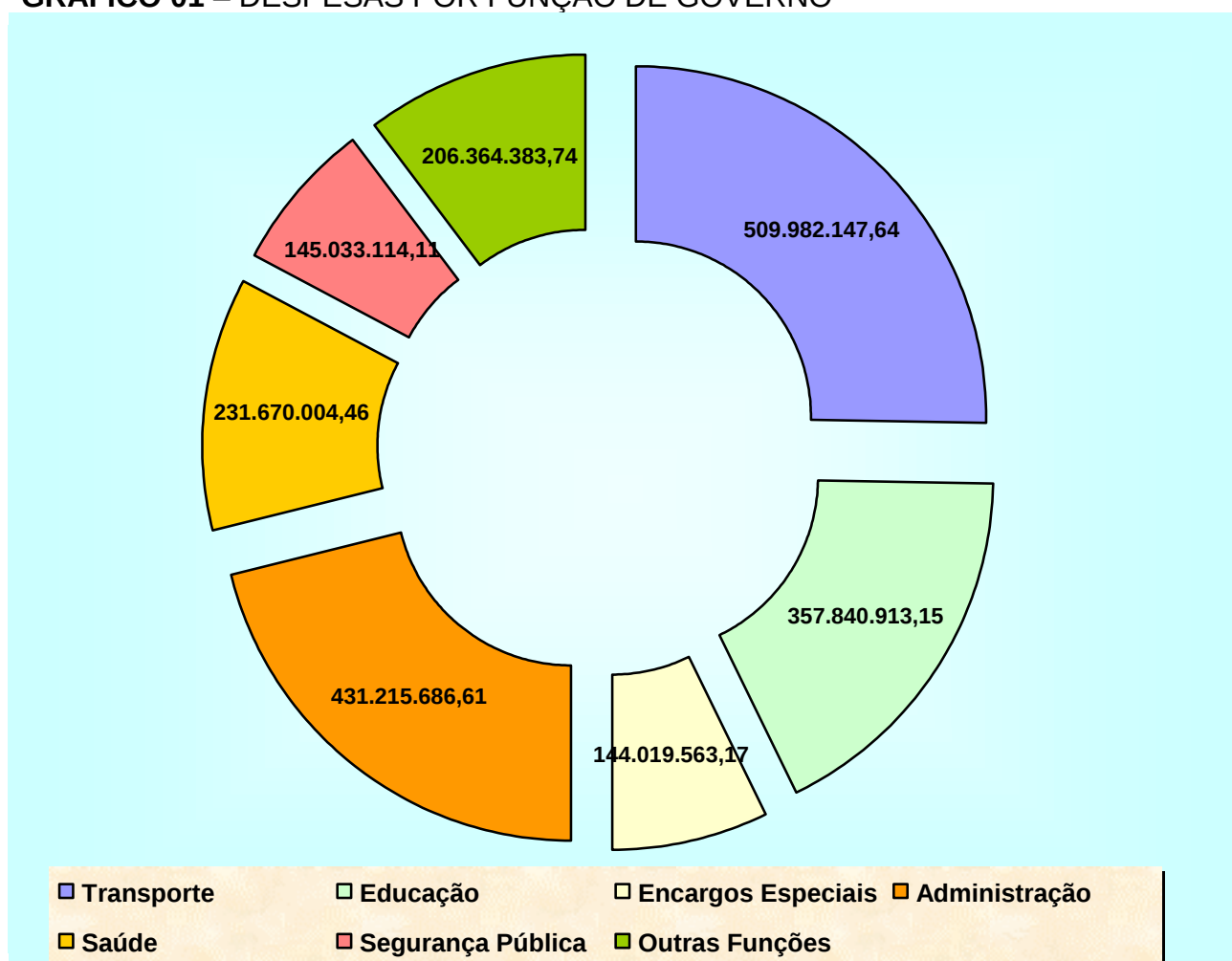
QUADRO 18 - Demonstrativo das Despesas por Função

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR	% S/TOTAL
	2.004	2.004
Transporte	509.982.147,64	23,46
Administração	431.215.686,61	19,84
Educação	357.840.913,15	16,46
Saúde	231.670.004,46	10,66
Segurança Pública	145.033.114,11	6,67
Encargos Especiais	144.019.563,17	6,63
Agricultura	64.529.691,54	2,97
Comunicações	28.067.009,09	1,29
Assistência Social	24.763.006,87	1,14
Previdência Social	23.522.307,04	1,08
Saneamento	13.561.399,14	0,62
Energia	11.638.442,91	0,54
Habitação	10.516.781,82	0,48
Urbanismo	7.724.900,09	0,36
Desporto e Lazer	5.421.983,28	0,25
Gestão Ambiental	5.135.977,15	0,24

Cultura	4.586.984,75	0,21
Trabalho	3.292.122,06	0,15
Indústria (Promoção Industrial, Normatização e Qualidade)	943.081,89	0,04
Comércio e Serviços (Promoção Comercial e Turismo)	816.661,16	0,04
Ciência e Tecnologia	794.415,63	0,04
Organização Agrária (Reforma Agrária)	684.685,50	0,03
Direitos da Cidadania	364.933,82	0,02
Legislativa	54.278.997,81	2,50
Judiciária	63.034.326,69	2,90
Essencial à Justiça (Ministério Público)	30.342.144,81	1,40
TOTAL	2.173.781.282,19	100,00

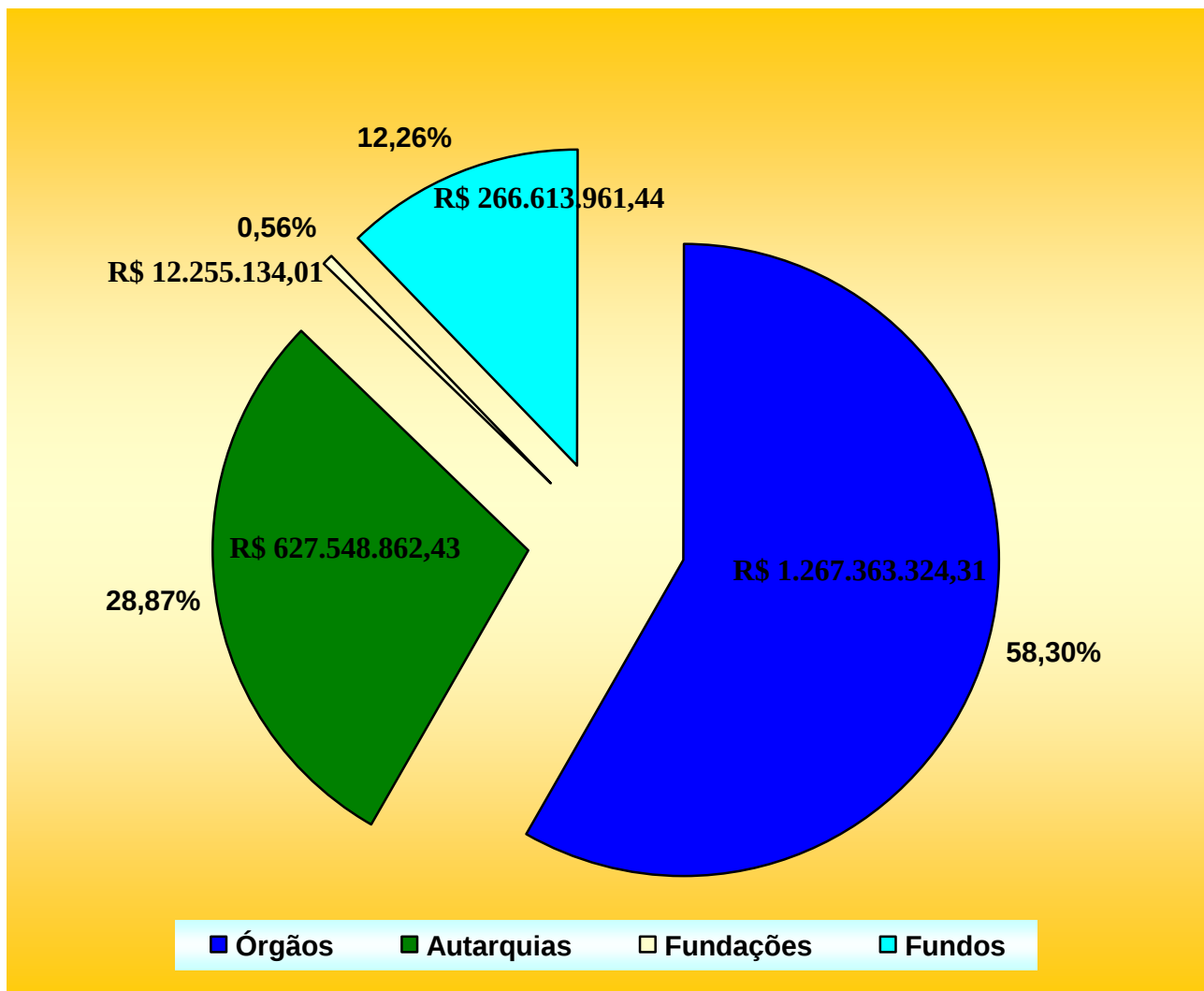
FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 026

GRÁFICO 01 – DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO



Observa-se que as funções de Governo que obtiveram maiores participações nas despesas foram: a) Educação, com **R\$ 357.840.913,15**; b) Saúde, com **R\$ 231.670.004,46**; c) Administração, com **431.215.686,61**; d) Transporte, com **R\$ 509.982.147,64**, este equivale a **25,17%** do total das despesas realizadas, fato esse plenamente aceito, por se tratar de área de relevância no desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado.

GRÁFICO 02 – Despesas Orçamentárias por Órgãos, Entidades (Autárquicas e Fundacional) e Fundos Especiais

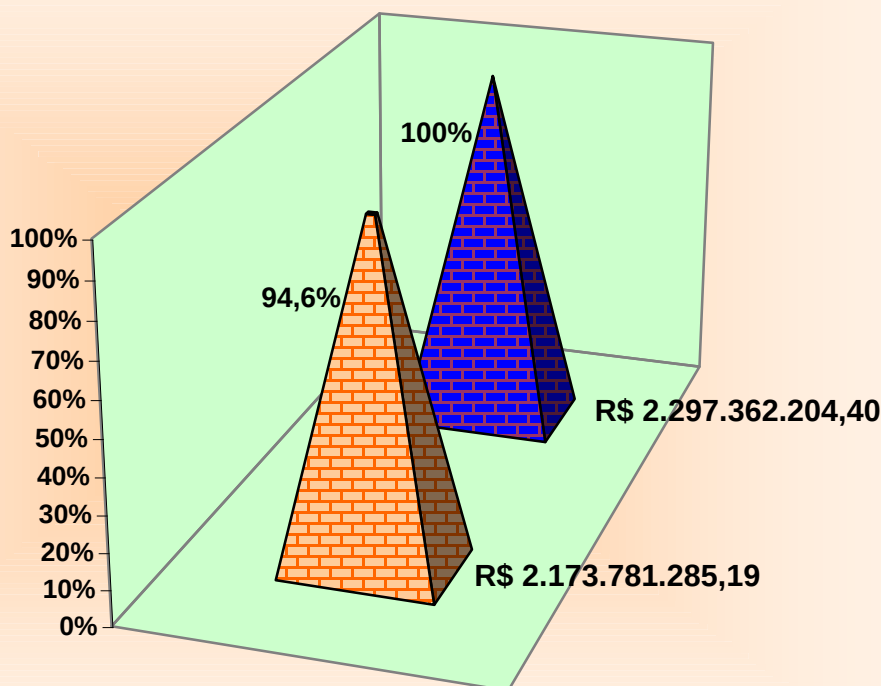


Os orçamentos autorizados estão distribuídos entre os órgãos, autarquias, fundações e fundos especiais, no âmbito dos poderes do Estado, conforme valores constantes do Gráfico n.º 02, mostrando, em relação ao exercício anterior, um aumento de **214%** no orçamento consignado às fundações.

GRÁFICO 03 - CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS

Despesa Empenhada em Função da Receita Efetivada

 Receita Efetivada
 Despesa Empenhada



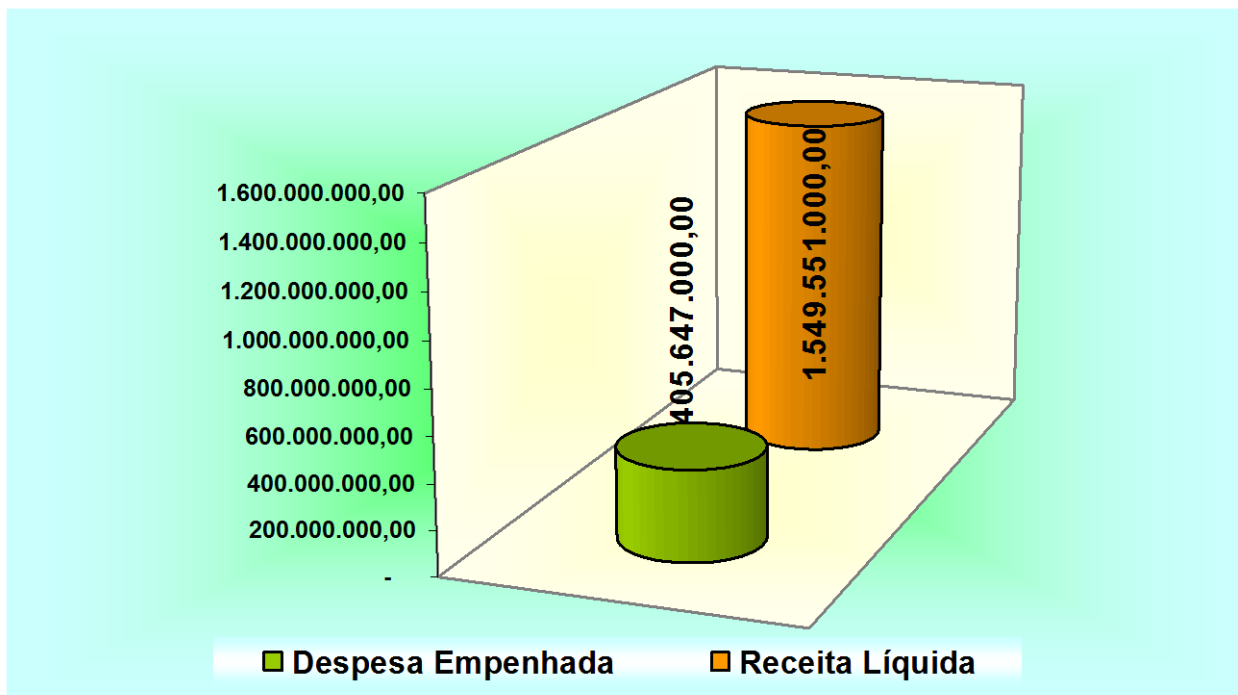
Metas Orçamentárias alcançadas em 2004

O gráfico acima reflete o esforço do Governo em manter o equilíbrio das contas públicas, com um **superavit orçamentário** de **5,4%** equivalente a **R\$ 123.580.922,21**, superior ao apurado no exercício anterior com base na receita efetivada e na despesa empenhada e nos princípios de racionalidade dos gastos, melhorando a qualidade quanto ao aperfeiçoamento do sistema de planejamento, orçamento, finanças e controle.

Limites Constitucionais

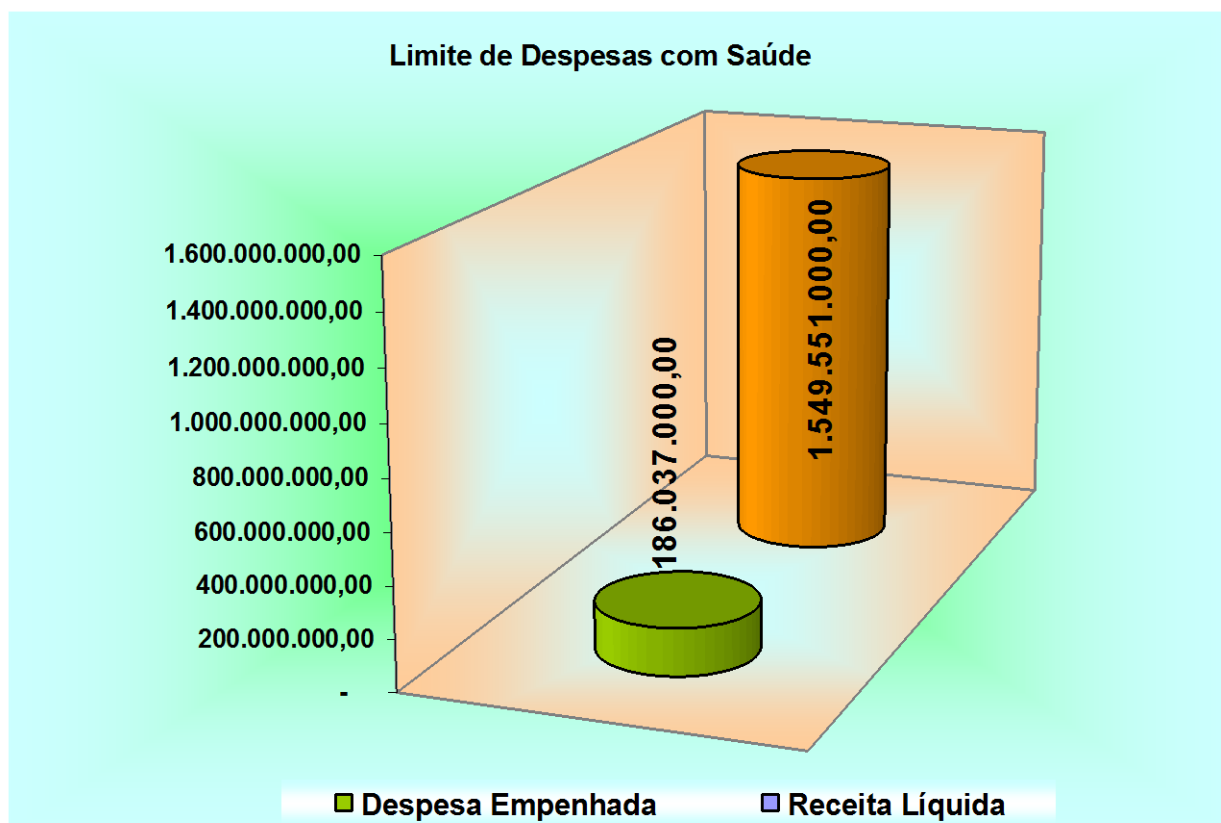
O Governo do Estado também cumpriu, com sucesso, os percentuais legais estabelecidos para as áreas de Educação e Saúde, conforme os gráficos a seguir demonstrados:

GRÁFICO 04 – LIMITE DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO E CULTURA



De acordo com o gráfico acima, o gasto no valor de R\$ 405.647.000,00, correspondente a 26,18% da receita líquida, superou o percentual mínimo de 25% previsto no art. 212 da Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

GRÁFICO 05 – LIMITE DE DESPESAS COM SAÚDE



Em relação à Saúde, o Estado do Tocantins superou o índice determinado pelo § 1º do art. 7º, da Emenda Constitucional 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

2.2.2 GESTÃO FINANCEIRA

A Gestão financeira tem como instrumento operacional o Sistema Informatizado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM, objetivando o controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme os demonstrativos e resumos de balanços financeiros apurados no exercício em análise, a seguir:

QUADRO 19 – RESUMO FINANCEIRO DA RECEITA E DESPESAS EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	2.297.362.204,40	ORÇAMENTÁRIA	2.173.781.282,19
CORRENTES	1.946.639.706,03	CORRENTES	1.365.567.867,52
CAPITAL	350.722.498,37	CAPITAL	808.213.414,67
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	539.184.433,75	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	523.651.142,70
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	517.713.461,87	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	656.827.675,13
TOTAL	3.354.260.100,02	TOTAL	3.354.260.100,02

FONTE – Anexo 10 e Anexo 02 - Geral do Estado

QUADRO 20 - RESUMO DA RECEITA – DESPESAS EM VALORES PERCENTUAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	68,49	ORÇAMENTÁRIA	64,81
CORRENTES	58,03	CORRENTES	40,71
CAPITAL	10,46	CAPITAL	24,10
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	16,08	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	15,61
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	15,43	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	19,58
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

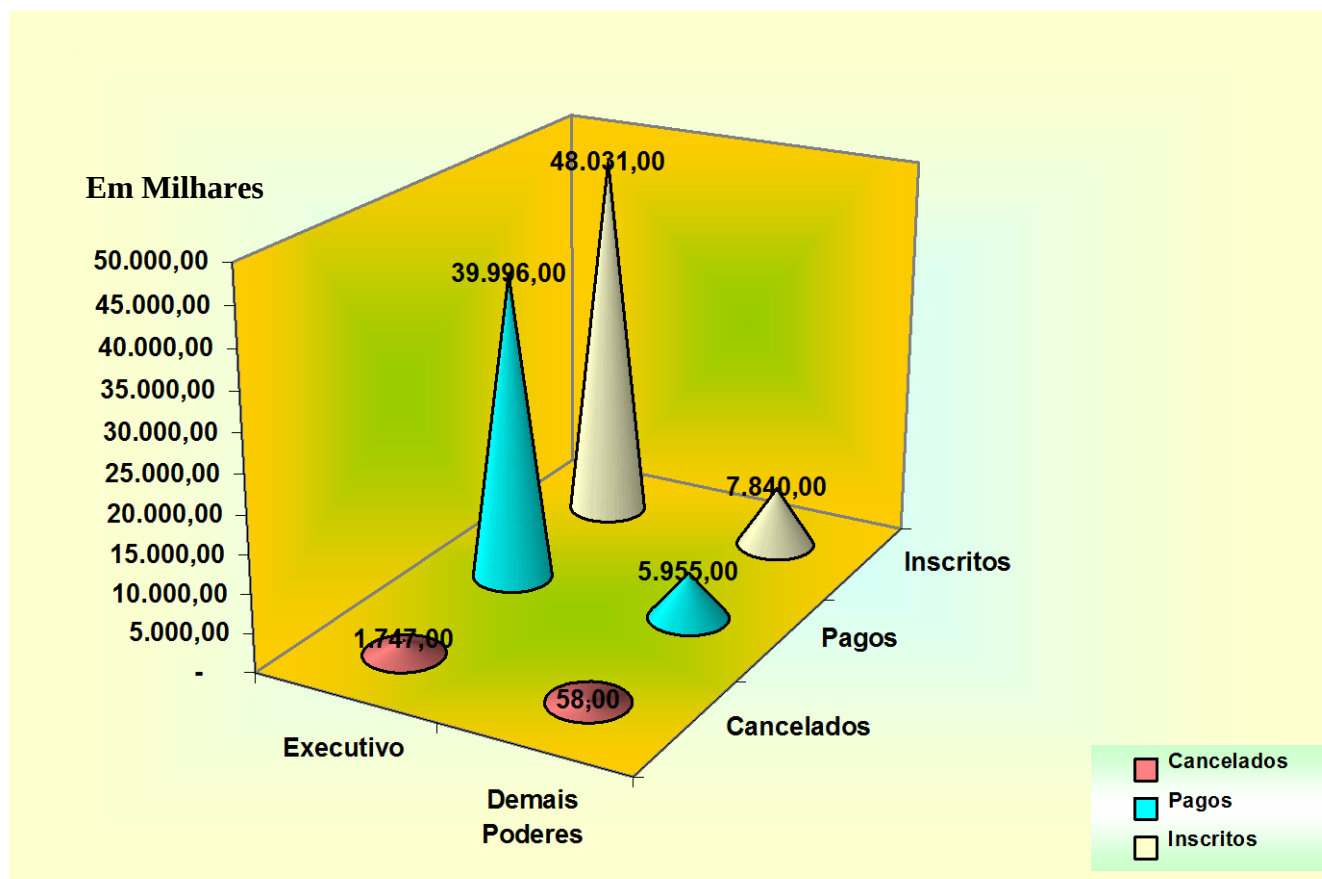
FONTE – Anexo 10 e Anexo 02 - Geral do Estado

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos de receitas e dispêndios (despesas) de recursos financeiros, destacando-se as receitas e despesas autorizadas por Lei (orçamentária) dos pagamentos e recebimentos executados independentes da execução orçamentária (extra-orçamentárias), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por **68,49%** de receita orçamentária, **16,08%** de receita extra-orçamentária, e **15,43%** de saldo financeiro do exercício anterior.

Os Dispendios de recursos com Despesa Orçamentária alcançou percentual de **64,81%** e as despesas Extra-Orçamentárias chegaram a **15,61%**. A Despesa Orçamentária se desdobra em Despesas Correntes – **40,71%** e Despesas de Capital – **24,10%**.

GRÁFICO 06 - Execução de Restos a Pagar em 2004



Os Restos a Pagar, regulamente registrados e demonstrados no Gráfico n.º 06, estão assim detalhados:

- R\$ 47.756** milhões representam os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2003, assim discriminados: no Poder Executivo – R\$ 41.743 milhões; nos demais Poderes R\$ 6.013 milhões (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, 537).
- R\$ 45.951** milhões foram pagos e o saldo restante cancelado no exercício de 2004; (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, 537).
- R\$ 55.871,00** representam os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2004 (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, fls. 452 e 549).

2.3 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

2.3.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL

A Gestão patrimonial do Estado mostra resultado significativo com a preservação dos bens, direitos e obrigações que evidenciam a situação Econômica e Financeira do Patrimônio Público, na forma dos quadros e gráficos a seguir:

2.3.1.1 – Resumo Geral do Balanço Patrimonial – 2003/2004 em Relação ao Ativo e ao Passivo

QUADRO 21 - RESUMO DOS VALORES PATRIMONIAIS EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.003	2.004	TÍTULO	2.003	2.004
ATIVO FINANCEIRO	525.311.217,37	664.722.994,91	PASSIVO FINANCEIRO	79.176.217,73	92.206.277,04
DISPONÍVEL	517.713.461,87	656.827.675,13	DÍVIDA FLUTUANTE	79.176.217,73	92.206.277,04
REALIZÁVEL	7.597.755,50	7.895.319,78	PASSIVO PERMANENTE	886.188.075,54	859.851.694,64
PERMANENTE	900.231.466,71	1.057.700.132,08	SOMA DO PASSIVO REAL	965.364.293,27	952.057.971,68
SOMA DO ATIVO REAL	1.425.542.684,08	1.722.423.126,99	ATIVO REAL LÍQUIDO	460.178.390,81	770.365.155,31
ATIVO COMPENSADO	1.054.095.639,55	727.543.502,12	PASSIVO COMPENSADO	1.054.095.639,55	727.543.502,12
TOTAL	2.479.638.323,63	2.449.966.629,11	TOTAL	2.479.638.323,63	2.449.966.629,11

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 126

Chama atenção o crescimento de **67,41%** no ativo real líquido (770.365.155,31), em relação ao apurado no exercício de 2003 (460.178.390,81). Esse crescimento é ainda mais significativo se comparado ao exercício de 2002 (235.332.706,89), elevando o percentual para **227,36%**, aspecto que teve como fator principal o rígido controle na incorporação de bens nas contas do ativo permanente, contribuindo sobremaneira para a saúde financeira do Estado.

QUADRO 22 – RESUMO DOS VALORES PATRIMONIAIS EM PERCENTUAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.003	2.004	TÍTULO	2.003	2.004
ATIVO FINANCEIRO (I)	36,85	38,59	PASSIVO FINANCEIRO	5,55	5,35
DISPONÍVEL	36,32	38,13	PASSIVO PERMANENTE	62,16	49,92
REALIZÁVEL	0,53	0,46	SOMA DO PASSIVO REAL (I)	67,72	55,27
ATIVO PERMANENTE (II)	63,15	61,41	ATIVO REAL LÍQUIDO (II)	32,28	44,73
TOTAL DO ATIVO REAL (I + II)	100	100	TOTAL PASSIVO (I + II)	100	100

FONTE: Balanço Geral do Estado - VOLUME I, fl 126

Obs.: 1 - neste resumo não foi considerado o Ativo e Passivo compensado

2 – o total do ativo real é resultado da soma dos percentuais do disponível, realizável e permanente.

2 – o total do passivo é resultado da soma dos percentuais do Passivo financeiro, passivo permanente e ativo real líquido.

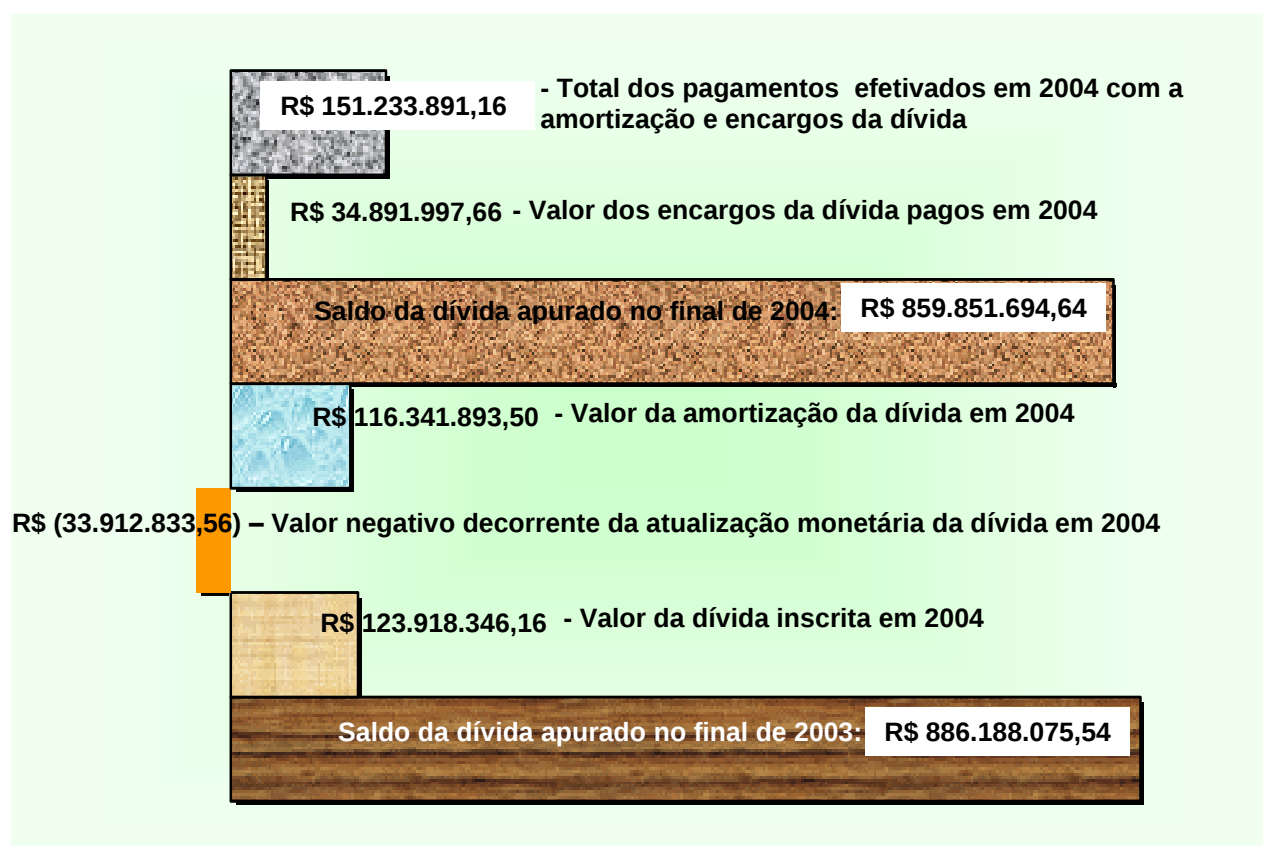
2.3.1.2 – Evolução Patrimonial/2004 – Tomando-se por Base o Exercício de 2003

QUADRO 23 – PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO PATRIMONIAL DE 2004 EM RELAÇÃO A 2003

ATIVO	% 2004/2003	PASSIVO	% 2004/2003
ATIVO FINANCEIRO	26,54	PASSIVO FINANCEIRO	16,46
DISPONÍVEL	26,87	PASSIVO PERMANENTE	-2,97
REALIZÁVEL	3,92	SOMA DO PASSIVO REAL	-1,38
PERMANENTE	17,49	ATIVO REAL LÍQUIDO	67,41

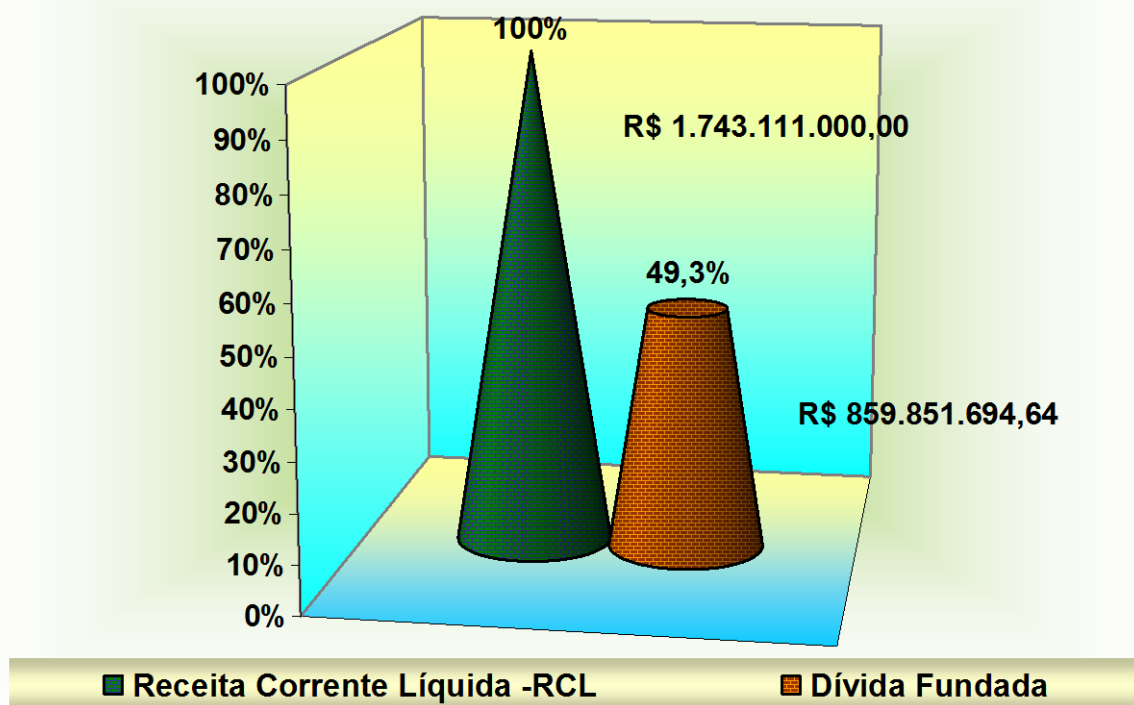
FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 126

GRÁFICO 07 – SITUAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA E SEUS ENCARGOS



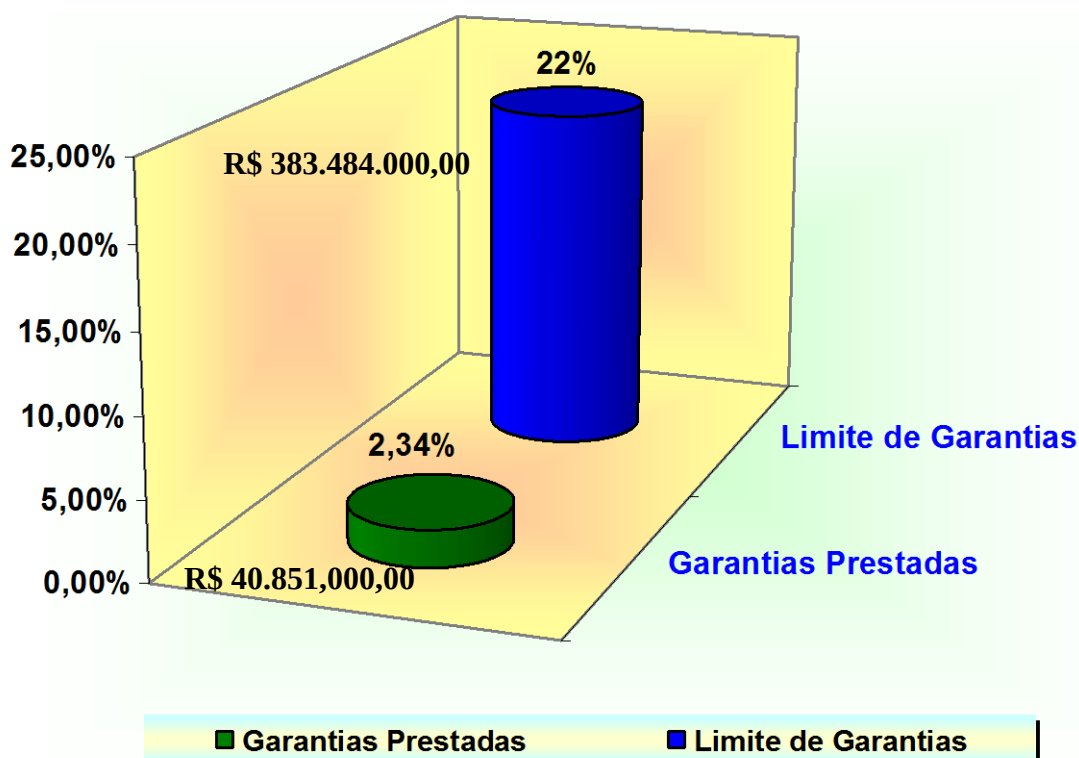
No exercício de 2004, os pagamentos com a amortização e encargos da dívida e com as despesas reconhecidas de exercícios anteriores, demonstradas no Gráfico 07 e no Quadro 16, perfazem a quantia de **R\$ 413.535.632,02**, equivalente a **26,05%** dos recursos ordinários do Tesouro Estadual no exercício em comento. Acrescentando-se a esses valores os pagamentos efetuados no exercício de 2003, com amortização e encargos da dívida e com as despesas reconhecidas de exercícios anteriores, conclui-se que, nos dois anos do atual governo, foram pagas dívidas em total de **R\$ 712.112.742,53**, restando somente quanto à dívida fundada um saldo a pagar no valor de **R\$ 859.851.694,64**, conforme gráfico acima.

GRÁFICO 08 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida



O Gráfico n.º 08 demonstra situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200% definido por Resolução do Senado Federal.

GRÁFICO 09 – GARANTIAS PRESTADAS PELO ESTADO



O Gráfico de n.º 09 demonstra que as garantias prestadas pelo Estado estão bem abaixo do limite estabelecido em Resolução do Senado Federal.

2.3.1.3 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2003/2004 – Administração Direta do Estado

QUADRO 24 – RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.003	2.004	TÍTULO	2.003	2.004
ATIVO FINANCEIRO	175.501.649,45	140.741.065,19	PASSIVO FINANCEIRO	60.775.041,86	68.146.551,46
DISPONÍVEL	174.883.522,32	135.988.690,39	DÍVIDA FLUTUANTE	60.775.041,86	68.146.551,46
REALIZÁVEL	618.127,13	4.752.374,80	PASSIVO PERMANENTE	873.073.280,49	837.605.961,84
PERMANENTE	794.194.562,51	883.450.305,76	SOMA DO PASSIVO REAL	933.848.322,35	905.752.513,30
SOMA DO ATIVO REAL	969.696.211,96	1.024.191.370,95	ATIVO REAL LÍQUIDO	35.847.889,61	118.438.857,65
ATIVO COMPENSADO	515.163.513,38	477.152.068,16	PASSIVO COMPENSADO	515.163.513,38	477.152.068,16
TOTAL	1.484.859.725,34	1.501.343.439,11	TOTAL	1.484.859.725,34	1.501.343.439,11

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl 1019

O demonstrativo constante do Quadro n.º 24 evidencia em 2004, tendo como base o exercício de 2003, a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas estão assim detalhadas:

I – Ativo:

- a) Disponível – 9,06%;
- b) Ativo Realizável – 0,32%;
- c) Ativo Permanente – 58,84%;

II – Passivo:

- a) da Dívida Flutuante – 4,54%;
- b) Passivo Permanente – 55,79%;
- c) Ativo Real Líquido – 60,33%.

A situação líquida em 2003 era de R\$ 35.847.889,61, revelando em 2004 uma melhora significativa no resultado com crescimento de 230,39% que representa um valor de R\$ 118.438.857,65.

2.3.1.4 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2003/2004 – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 25 - RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.003	2.004	TÍTULO	2.003	2.004
ATIVO FINANCEIRO	10.128.884,11	96.342.569,88	PASSIVO FINANCEIRO	3.732.828,49	3.767.927,88
DISPONÍVEL	51.919.585,91	95.019.161,47	DÍVIDA FLUTUANTE	3.732.828,49	3.767.927,88
REALIZÁVEL	258.209.298,20	1.323.408,41	PASSIVO PERMANENTE	13.114.795,05	8.380.640,80
PERMANENTE	56.375.463,55	96.520.373,09	SOMA DO PASSIVO REAL	16.847.623,54	12.148.568,68
SOMA DO ATIVO REAL	366.504.347,66	192.862.942,97	ATIVO REAL LÍQUIDO	349.656.724,12	180.714.374,29
ATIVO COMPENSADO	401.341.402,69	142.946.346,05	PASSIVO COMPENSADO	401.341.402,69	142.946.346,05
TOTAL	67.845.750,35	335.809.289,02	TOTAL	767.845.750,35	335.809.289,02

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl.1225

O Quadro de n.º 25 evidencia a situação Patrimonial das Autarquias, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 49,27%, Realizável 0,69% e no Ativo Permanente – 50,05% e originada em Dívida Flutuante – 1,95%, Passivo Permanente – 4,35% e Ativo Real Líquido – 93,70%. Em relação ao exercício anterior, observa-se um acréscimo de 83,01% no Ativo disponível e de 71,21% no Ativo Permanente.

2.3.1.5 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2003/2004 – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 26 - RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.003	2.004	TÍTULO	2.003	2.004
ATIVO FINANCEIRO	116.004,69	330.452,77	PASSIVO FINANCEIRO	71.169,65	335.726,78
DISPONÍVEL	116.004,69	328.400,02	DÍVIDA FLUTUANTE	71.169,65	335.726,78
REALIZÁVEL	-	2.052,75	PASSIVO PERMANENTE	-	-
PERMANENTE	1.576.549,17	7.564.434,75	SOMA DO PASSIVO REAL	71.169,65	335.726,78
SOMA DO ATIVO REAL	1.692.553,86	7.894.887,52	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.621.384,21	7.559.160,74
ATIVO COMPENSADO	42.398,19	1.698.716,80	PASSIVO COMPENSADO	42.398,19	1.698.716,80
TOTAL	1.734.952,05	9.593.604,32	TOTAL	1.734.952,05	9.593.604,32

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fls. 1327

Este demonstrativo evidencia a situação Patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 4,16% – e Ativo Permanente – 95,81% e originada em Dívida Flutuante – 4,25% – e Ativo Real Líquido – 95,75%.

No Ativo houve crescimento no Disponível em 2004 com relação ao ano anterior de 183,09% e no Permanente de 379,81%. No Passivo, aconteceu elevação de 371,73% na Dívida Flutuante e crescimento no Ativo Real Líquido de 366,22%.

2.3.1.6 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2003/2004 - Fundos Especiais do Poder Executivo

QUADRO 27 - RESUMO DO ATIVO E PASSIVO - VALORES EM REAIS

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2.003	2.004	TÍTULO	2.003	2.004
ATIVO FINANCEIRO	39.564.679,12	427.308.907,07	PASSIVO FINANCEIRO	14.597.177,73	19.956.070,92
DISPONÍVEL	34.770.364,97	425.491.423,25	DÍVIDA FLUTUANTE	14.597.177,73	19.956.070,92
REALIZÁVEL	4.794.314,15	1.817.483,82	PASSIVO PERMANENTE	-	13.865.092,00
PERMANENTE	48.084.891,48	70.165.018,48	SOMA DO PASSIVO REAL	14.597.177,73	33.821.162,92
SOMA DO ATIVO REAL	87.649.570,60	497.473.925,55	ATIVO REAL LÍQUIDO	73.052.392,87	463.652.762,63
ATIVO COMPENSADO	137.548.325,29	105.746.371,11	PASSIVO COMPENSADO	137.548.325,29	105.746.371,11
TOTAL	225.197.895,89	603.220.296,66	TOTAL	225.197.895,89	603.220.296,66

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fls 1377

O Quadro de n.º 27 mostrou a situação Patrimonial dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos (Ativo) está distribuída em Disponível – 85,53%, Ativo Realizável – 0,37% – e Ativo Permanente – 14,10% e originada em Dívida Flutuante – 4,01% – e Ativo Real Líquido – 93,20%.

Em relação ao ano anterior o Disponível cresceu 1.123,72% e o Permanente 45,92%, enquanto o Realizável decresceu 62,09%. Já do lado do Passivo os aumentos foram de 36,71% na Dívida Flutuante e 534,69% no Real Líquido.

2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA

A Posição Financeira demonstra o rigoroso cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, divulgados por meio da Portaria SEFAZ n.º 1.980/2003, resultando na disponibilidade financeira apurada no final o exercício de 2004 e, a seguir, demonstrada por resumos e balanços específicos:

2.3.2.1 – Programação Financeira - Resumo do Cronograma de Desembolso

QUADRO 28 – RESUMO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA – EXERCÍCIO DE 2004

RECEITAS PREVISTAS

COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE		%	2º SEMESTRE		%	EXERCÍCIO 2004		%
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
ICMS	302.796	271.778	89,76	323.175	334.896	103,63	625.971	606.674	96,92
IPVA	10.932	11.897	108,83	12.695	12.632	99,50	23.627	24.529	103,82
Outros (ITCD/IRRF/TAXAS DIV)	41.384	30.215	73,01	63.920	34.736	54,34	105.304	64.951	61,68
TOTAL RECEITAS TRIBUTÁRIAS	355.112	313.890	88,39	399.790	382.264	95,62	754.902	969.154	92,22
Receita Patrimonial	10.970	10.739	97,89	11.070	11.290	101,99	22.040	22.029	99,95
Receita de Serviço	741	548	73,98	1.263	408	32,29	2.004	956	47,70
Transferência Constitucionais (FPE)	569.848	529.301	92,88	521.842	509.518	97,64	1.091.690	1.038.819	95,16
Outras Transf./Demais Rec. Correntes	7.943	10.612	133,60	10.574	15.286	144,56	18.517	25.898	139,86
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	577.791	539.913	93,44	532.416	524.804	98,57	1.110.207	1.064.717	95,90
TOTAL RECEITAS	944.614	865.090	91,58	944.539	918.766	97,27	1.889.153	1.783.856	94,43
Dedução para o FUNDEF	(118.681)	(109.994)	92,68	(116.738)	(119.047)	101,98	(235.419)	(229.041)	97,29
Transferência do FUNDEF	81.873	83.288	101,73	78.925	88.855	112,58	160.798	172.143	107,06
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	907.806	838.384	92,35	906.726	888.574	98,00	1.814.532	1.726.958	95,17

FONTE: Cronograma Mensal de Desembolso (em atendimento ao art. 8º da Lei n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal) – Balanço Geral do Estado – Volume I, fls. 03 e 04

**QUADRO 29 – RESUMO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – EXERCÍCIO DE 2004**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO									
COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			EXERCÍCIO 2004		
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
DÍVIDA (Amortização e Encargos)	61.170	75.504	123,43	89.338	68.515	76,69	150.508	144.019	95,69
Pessoal e Encargos Sociais	366.456	347.250	94,76	370.095	446.604	120,67	736.551	793.854	107,78
Pioneiros Mirins/Bolsa Cidadã	11.970	7.925	66,21	11.949	11.763	98,44	23.919	19.688	82,31
PIS/PASEP	5.696	5.148	90,38	5.420	4.586	84,61	11.116	9.734	87,56
Quota Custeio	39.000	30.448	78,07	37.883	34.160	90,17	76.883	64.608	84,03
Transferência a Municípios IPVA	5.466	5.841	106,86	6.348	6.432	101,32	11.814	12.273	103,89
Transferência a Municípios ICMS	75.699	67.692	89,42	80.794	82.742	102,41	156.493	150.434	96,13
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	565.457	539.808	95,46	601.827	654.802	108,80	1.167.284	1.194.610	102,34
DISPONIBILIDADE A PROGRAMAR	342.349	298.576	87,21	304.899	233.772	76,67	647.248	532.348	82,25

FONTE: Cronograma Mensal de Desembolso (em atendimento ao art. 8º da Lei n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – Balanço Geral Volume I fls. 03 e 04)

2.3.2.2 – Resumo de Disponibilidade Financeira

QUADRO 30 – RESUMO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2004

DESCRIÇÃO	GERAL DO ESTADO (1)	IGPREV (2)	(1) - (2)
ATIVO FINANCEIRO - I	664.722.994,91	375.445.542,71	289.277.452,20
BANCO CONTA MOVIMENTO	199.619.755,95	17.249.470,02	182.370.285,93
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	164.554.749,71	142.941.835,20	21.612.914,51
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LONGO PRAZO	229.987.119,20	215.254.237,49	14.732.881,71
OUTRAS DISPONIBILIDADES	70.561.370,05	-	70.561.370,05
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - II	90.253.541,01	244.376,51	90.009.164,50
RESTOS A PAGAR	55.871.428,43	194.584,62	55.676.843,81
DEPÓSITOS DE OUTRAS ORIGENS	200.515,72	-	200.515,72
OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	34.181.596,86	49.791,89	34.131.804,97
CONSIGNAÇÕES	22.450.637,80	49.559,77	22.401.078,03
CAUÇÃO	792.332,04	-	792.332,04
OUTROS CRDORES	4.810.825,33	232,12	4.810.593,21
VALORES EM TRÂNSITOS	254.820,01	-	254.820,01
TAXA DE RISCO	538.430,12	-	538.430,12
DEPÓSITOS JUDICIAIS	5.334.551,56	-	5.334.551,56
TOTAL (I - II)	574.469.453,90	375.201.166,20	199.268.287,70

FONTE – Balancete Geral do Estado - 2004

2.3.2.3 – Resumo do Balanço Financeiro - Consolidado da Administração Direta do Estado

QUADRO 31 – RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	1.828.691.569,93	ORÇAMENTÁRIA	1.267.363.324,31
RECEITAS CORRENTES	1.748.300.908,75		
RECEITAS DE CAPITAL	80.390.661,18		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.356.500,00	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	614.867.843,28
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	424.719.056,61	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	419.430.790,88
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	358.613.248,19	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	350.269.107,68
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	65.021.389,41	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	69.161.683,20
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	198.447,13		
VARIAÇÃO CABIAL	17.028,54		
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	868.943,34		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	174.883.522,32	SALDO PER. SEGUINTE	135.988.690,39
BANCO CONTA MOVIMENTO	94.037.044,87	BANCO CONTA MOVIMENTO	106.239.895,70
APLICAÇÕES FINANCEIRA	80.846.477,45	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7.853.201,25

		AGENTES ARRECADADORES	536.267,45
		RECURSOS A RECEBER	6.626.444,28
		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	14.732.881,71
TOTAL	2.437.650.648,86	TOTAL	2.437.650.648,86

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl 1015

O Quadro de n.º 31 demonstra a situação financeira da Administração Direta, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2005, no valor de R\$ 135.988.690,39.

2.3.2.4 - Resumo do Balanço Financeiro – Consolidado – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 32 - RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	286.764.223,17	ORÇAMENTÁRIA	627.548.862,43
RECEITAS CORRENTES	27.734.031,14		
RECEITAS DE CAPITAL	259.030.192,03		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	391.085.572,77	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	264.199.846,38
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	29.169.662,28	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	28.195.157,83
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	26.621.794,36	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	26.453.422,39
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.546.954,52	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	1.741.735,44
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	913,40		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	307.943.569,89	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	95.019.161,47
BANCO CONTA MOVIMENTO	26.327.373,49	BANCO CONTA MOVIMENTO	25.756.109,67
APLICAÇÕES FINANCEIRA	25.592.212,42	APLICAÇÕES FINANCEIRA	13.759.713,26
APLICAÇÕES FINANCEIRA LONGO PRAZO	256.023.983,98	RECURSOS A RECEBER	55.503.338,54
TOTAL	1.014.963.028,11	TOTAL	1.014.963.028,11

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fls. 1221

O Quadro de n.º 32 demonstra a situação financeira das Autarquias do Poder Executivo, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as

Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2005, no valor de R\$ 95.019.161,47.

2.3.2.5 – Resumo do Balço Financeiro 2004 – Consolidado – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 33 - RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	227.114,81	ORÇAMENTÁRIA	12.255.134,01
RECEITAS CORRENTES	227.114,81		
RECEITAS DE CAPITAL	-		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.991.186,19	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	17.480,75
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.396.556,58	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.129.847,49
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.313.160,68	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.044.398,84
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	83.395,90	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	85.448,65
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	116.004,69	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	328.400,02
BANCO CONTA MOVIMENTO	116.004,69	BANCO CONTA MOVIMENTO	328.400,02
TOTAL	13.730.862,27	TOTAL	13.730.862,27

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume V, fls. 1323

O Quadro de n.º 33 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2005, no valor de R\$ 328.400,02.

2.3.2.6 - Resumo do Balço Financeiro 2004 – Consolidado – Fundos do Poder Executivo

QUADRO 34 - RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	266.613.961,44
RECEITAS CORRENTES	170.377.651,33		
RECEITAS DE CAPITAL	11.301.645,16		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	468.451.911,45	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.800.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	83.899.158,28	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	74.895.346,50
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA		PAGAMENTO DA DÍVIDA	72.112.608,98



FLUTUANTE	78.219.137,52	FLUTUANTE	
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	5.668.015,94	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.782.737,52
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	12.004,82	OUTROS	
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	34.770.364,97	SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE	425.491.423,25
BANCO CONTA MOVIMENTO	34.770.364,97	BANCO CONTA MOVIMENTO	67.295.350,56
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		APLICAÇÕES FINANCEIRA	142.941.835,20
		APLICAÇÕES FINANCEIRA DE LONGO PRAZO	215.254.237,49
TOTAL	768.800.731,19	TOTAL	768.800.731,19

FONTE: Balço Geral do Estado - Volume V, fls 1373

O Quadro de n.º 34 demonstra a situação financeira dos Fundos Especiais do Poder Executivo, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2005, no valor de R\$ 425.491.423,25.

3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL

A Lei n.º 1.124, de 1º de fevereiro de 2000, estabelece a Estrutura Básica e Operacional do Poder Executivo, permitindo, por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e das unidades a que integram.

A Estrutura Básica acima referenciada compreende a administração direta, indireta e fundacional cuja composição é a seguinte:

3.1. Unidades da Administração Direta

A Administração Direta, composta por 25 unidades gestoras, desenvolve atividades com o objetivo de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo os limites de suas atribuições e competências estabelecidas:

3.1.1 Gabinete do Governador

Criado pelo Decreto n.º 1.069, de 27 de outubro de 2000, sob denominação de Chefia do Gabinete Pessoal do Governador, tendo sido alterada sua denominação, através do Decreto n.º 1.488, de 22 de abril de 2002, para Gabinete do Governador estabelecendo a estrutura operacional e as competências. O Decreto nº 1.697, de 27 de janeiro de 2003, ampliou suas atribuições e atividades.

A missão da Chefia de Gabinete do Governador é dar assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão e execução de suas ordens e decisões, acompanhando a administração do Palácio do Governo, da Residência Oficial, da Garagem Central e do Hangar do Estado, observando a transparência, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados.

Conforme regulamenta o Decreto n.º 1.488, são competências do Gabinete do Governador as seguintes:

- I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão da execução de suas ordens e decisões;
- II - a administração e finanças:
 - a) do Palácio do Governo;
 - b) da Residência Oficial do Governador;
 - c) da Casa Militar e da Secretaria da Comunicação, em conjunto com suas unidades responsáveis pelo setor;

- III - o acompanhamento dos assuntos administrativos em matérias afetas ao Executivo, Legislativo, Judiciário e às instituições vinculadas ou conveniadas, bem assim da execução das políticas de Governo;
- IV - o cerimonial público;
- V - a gerência do serviço aéreo do Estado;
- VI - o apoio às ações da Governadoria com os empresários e com o público;
- VII - o acompanhamento da execução das determinações providas do Governador do Estado;
- VIII - através da Superintendência de Informática:
 - a) a proposição:
 - 1. das diretrizes de políticas de tecnologia da informação para o Estado;
 - 2. de cursos de capacitação de usuários na utilização dos recursos de informática e comunicação;
 - b) o acompanhamento e a avaliação dos recursos utilizados em tecnologia da informação;
 - c) a pesquisa e a difusão de novas soluções tecnológicas aplicáveis à gestão pública;
 - d) o desenvolvimento e a implantação de sistemas informatizados;
 - e) a administração do banco de dados referentes ao Gabinete do Governador;
 - f) o planejamento, gerenciamento e manutenção da Rede Digital do Governo do Estado do Tocantins;
 - g) o gerenciamento do parque de telecomunicações do Estado (telefonia fixa, móvel e comunicação de dados);
 - h) a consultoria e auditoria em tecnologias da informação, podendo intervir em qualquer unidade do Poder Executivo quando as ações aplicadas não estiverem em conformidade com as diretrizes adotadas no Estado;
 - i) a análise, a aprovação e o acompanhamento:
 - 1. dos projetos propostos pelas diversas unidades do Poder Executivo, desde a fase inicial até a sua implementação definitiva;
 - 2. de procedimentos administrativos licitatórios que envolvam a contratação ou a aquisição de equipamentos, software e serviços referentes a utilização dos recursos de tecnologia da informação;
 - j) a parceria com entidades federais, estaduais, municipais e a iniciativa privada;

O Decreto n.º 1.697, transfere para a competência do Gabinete do Governador o seguinte:

- I - gerenciar o serviço aéreo do Estado e a frota de veículos oficiais de transportes terrestres e fluviais.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Programa de Previdência Social e um de Serviços ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 36.835.306,00**, com execução de **93,54%**, ou seja, **R\$ 34.456.041,67**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 35 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.684.947,00	4.401.837,46	93,95	283.109,54
Manutenção de Serviços de Transportes	12.846.400,00	12.387.731,59	96,42	458.668,41
Manutenção de Recursos Humanos	9.993.719,00	9.948.003,83	99,54	45.715,17
Administração do Palácio Araguaia	308.666,00	171.546,87	55,60	137.119,13
Manutenção da Garagem Geral do Estado	275.000,00	165.194,77	60,07	109.805,23
Manutenção da Residência Oficial do Estado	110.000,00	14.600,44	13,30	95.399,56
Manutenção do Hangar do Estado	155.000,00	59.626,24	38,47	95.373,76
Ações de Informática	645.334,00	245.570,53	38,05	399.763,47
TOTAL	29.019.066,00	27.394.111,73	94,40	1.624.954,27

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Gabinete do Governador

QUADRO 36 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	82.000,00	77.689,94	94,74	4.310,06
TOTAL	82.000,00	77.689,94	94,74	4.310,06

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Gabinete do Governador

QUADRO 37 - Programa Finalístico

Programa: 062		Gestão do Conhecimento e Modernização da Administração Pública					
Objetivo:		Elevar a qualificação da mão-de-obra institucional, através da formação dos servidores públicos e através da melhoria continua dos processos, elevando os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública e propondo formas mais efetivas de intervenção governamental.					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração		Índice Desejado	
Percentual de servidores capacitados		Porcentagem	-	-		90	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec	% Exec
2328	Assistência técnica para a modernização da administração pública estadual	7.734.240,00	6.984.240,00	90,30	1	1	100
TOTAL			7.734.240,00	6.984.240,00	90,30	-	

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Gabinete do Governador

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	36.835.306,00	34.456.041,67	93,54	2.379.264,33

3.1.2 Casa Civil

A Casa Civil órgão da Administração Direta do Poder Executivo, foi criada em 29 de junho de 1999 pela Lei 1.079, com as atribuições de prestar assistência direta e imediata ao Governador do Estado.

O Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2002, estabeleceu a sua Estrutura Operacional com as seguintes competências:

- I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;
- II - a verificação prévia da constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;
- III - o acompanhamento de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;
- IV - a veiculação dos atos oficiais;
- V - o controle e a guarda dos atos do Governador do Estado.

As atribuições da Casa Civil foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo, cujos recursos autorizados e executados estão demonstrados no quadro abaixo:

É importante ressaltar que o programa de Apoio Administrativo foi desenvolvido com eficiência, e, em razão de cortes orçamentários não foi possível renovar e atualizar o parque de informática, entretanto não houve prejuízo nas rotinas da Unidade.

QUADRO 38 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.318.000,00	1.258.145,71	95,45	59.854,29
Manutenção de Serviços de Transportes	58.500,00	45.426,78	77,65	13.073,22
Manutenção de Recursos Humanos	951.765,00	937.999,64	98,55	13.765,36
Ações de Informática	28.239,00	23.377,85	82,80	4.861,15
TOTAL	2.356.504,00	2.264.949,98	96,11	91.554,02

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Casa Civil

3.1.3 Comando Geral da Polícia Militar

O Comando Geral da Polícia Militar, como órgão integrante da Estrutura Básica do Poder Executivo, tem suas atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Complementar Estadual n.º 03, de 26 de novembro de 1990. Executou suas ações por meio dos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 90.794.072,00** e executados **R\$ 81.382.142,77**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 39 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	3.530.815,00	3.300.663,82	93,48	230.151,18
Manutenção de Serviços de Transportes	3.610.613,00	3.496.152,17	96,82	114.460,93
Manutenção de Recursos Humanos	63.121.285,00	63.074.139,02	99,92	47.145,98
Ações de Informática	222.850,00	193.467,69	86,81	29.382,31
TOTAL	70.485.563,00	70.064.421,70	99,40	421.140,40

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Comando Geral da Polícia Militar

**QUADRO 40 - Programa de Previdência Social - 196**

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	7.425.000,00	7.360.656,89	99,13	64.343,11
TOTAL	7.425.000,00	7.360.656,89	99,13	64.343,11

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 41 - Programa Finalístico

Programa: 047		Reforma das Instituições de Segurança Pública						
Objetivo:		Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.						
Justificativa:		A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de homicídios dolosos			Porcentagem	0,002	2003	0		
Índice de incidência de roubos				-		90		
Índice de vítimas de trânsito				0,6	2003	0		
Índice de aparelhamento da polícia (constituída por 4 taxas)				-		100		
Índice de assistência a policiais				-		100		
Taxa de expansão do efetivo policial				100	2003	105		
Índice de qualificação profissional				-		110		
AÇÃO			METASORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2282	Capacitação dos profissionais da Polícia Militar		691.680,00	568.190,10	82	45	31	69



2283	Assistência bio-psico-social aos profissionais da Polícia Militar	10.809,00	10.547,37	97,5	118	118	100
2284	Implantação da Polícia Comunitária	1.028.188,00	577.500,67	56	1.346	48	3,56
2286	Ampliação do efetivo da Polícia Militar	295.157,00	295.156,50	99,9	440	426	96,8
2288	Ampliação do armamento e munição da Polícia Militar	1.877.320,00	675.663,97	36	145.024	362.226	249,77
2289	Informatização da Polícia Militar	942.300,00	164.360,00	17,4	110	107	97,27
2290	Ampliação da frota de veículos da Polícia Militar	6.664.560,00	1.300.274,54	19,5	214	110	51,40
2291	Ampliação da rede de comunicação da Polícia Militar	404.350,00	18.269,90	4,5	182	148	81,32
2292	Ampliação da capacidade de proteção individual aos Policiais Militares	637.540,00	25.500,00	4	452	286	63,27
1139	Construção de quartéis	296.655,00	296.650,23	99,9	3000	0,00	0
1140	Instalações de Unidades da Polícia Militar	10.000,00	0,00	0	500	0,00	0
TOTAL		12.858.559,00	3.932.113,28	30,58	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 42 - Programa Finalístico

Programa: 048		Defesa Contra Sinistros						
Objetivo:		Garantir à população no Tocantins uma proteção global frente aos desastres de qualquer natureza.						
Justificativa:		O crescimento populacional e econômico do estado do Tocantins tem acarretado um aumento do potencial de risco, de que são exemplos a construção de grandes hidrelétricas, com a formação de grandes lagos; a verticalização das cidades; a construção da ferrovia norte-sul e de novas rodovias, com o conseqüente transportes de pessoas e produtos perigosos; o aumento da frota de veículos, com aumento considerável do índice de acidentes de trânsito, demandando maior emprego do serviço de resgate; os serviços de proteção ao turista; bem assim o incremento de ações de defesa civil; e de defesa do meio ambiente.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de solicitações atendidas			Porcentagem		-	-	100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2293	Realização de Salvamento Aquático		24.950,00	24.950,00	100	285	1	0,35
2294	Realização de Salvamento Terrestre		0,00	0,00	0	638	0	0



2295	Realização de Combate a Incêndio	0,00	0,00	0	06	0	0
TOTAL		24.950,00	24.950,00	100	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Comando Geral da Polícia Militar

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	90.794.072,00	81.382.142,77	89,63	9.411.929,23

3.1.4 Controladoria-Geral do Estado

A Controladoria-Geral do Estado, nos termos do Decreto nº 1.719/2003 e da Lei nº 1.415/2003 que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tem as seguintes competências:

I – assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado em assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública e à transparência da gestão no âmbito do Poder Executivo;

II – fiscalizar a execução dos programas de governo, inclusive as ações descentralizadas, avaliando metas, objetivos e qualidade do gerenciamento;

III – avaliar a execução dos orçamentos do Estado e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual;

IV – acompanhar o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Estado;

V – solicitar informações gerenciais sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades previstas nos orçamentos do Estado

VI – fazer auditoria:

a) da gestão dos recursos públicos;

b) dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, administrativo e operacional;

VII – verificar a legalidade dos atos e fatos concernentes à utilização de recursos públicos, promovendo junto à unidade responsável pela contabilidade as providências de saneamento necessárias;

VIII – fiscalizar o cumprimento das normas sobre responsabilidade fiscal;

XI – acompanhar e fiscalizar o fechamento das contas mensais dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

X – realizar inspeções e avocar procedimentos em curso na Administração Pública Estadual, para exame da regularidade, propondo providências saneadoras;

XI – emitir certificado de auditoria, relatório e parecer sobre:

a) a prestação de contas anual do Governador antes do encaminhamento ao Poder Legislativo;

b) as contas anuais dos gestores das unidades orçamentárias do Poder Executivo;

XII – estabelecer os procedimentos e metodologias para a execução das atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

XIII – acompanhar a formulação e elaboração:

a) do planejamento estratégico estadual;

b) dos planos estaduais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social;

c) do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos;

XIV – acompanhar a situação dos arrecadadores de receitas, ordenadores de despesas ou de alguém por estes, e dos que administrem ou detenham bens ou valores pertencentes ou confiados à guarda da Fazenda Pública do Estado;

XV – adotar, pelos meios internos e externos previstos na legislação, as providências necessárias à apuração de responsabilidade e à punição dos infratores.

As atividades da Controladoria foram executadas por meio das 08 (oito) ações estruturadas no Programa Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, em conformidade com os objetivos e metas definidos no PPA 2004-2007. Para esse programa foram destinados recursos da ordem de **R\$ 1.455.284,00**, sendo utilizado **73%** na sua execução, conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 43 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 070 Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual	
Objetivo:	Aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Estadual zelando pela regularidade da gestão dos administradores públicos estaduais, mediante a realização de inspeções, fiscalizações e auditorias de gestão e de acompanhamento, e exame de atos de admissão, desligamento e concessão de aposentadorias e pensões, bem como apoiar ao TCE no exercício de sua missão institucional.
Justificativa:	Implantar o sistema de controle interno do poder executivo estadual, tendo em vista a necessidade do controle dos atos de gestão dos administradores públicos estaduais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, utilizando como instrumentos a auditoria, a fiscalização e a inspeção. Integram o Sistema Controladoria-Geral do Estado, como Órgão Central do Controle Interno, e os demais Órgãos

e Entidades da estrutura básica do Poder Executivo Estadual, como Núcleos Setoriais de Controle Interno.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de Avaliações realizadas		Percentual	100		2004	100	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	305.800,00	142.684,24	47	1	1	100
2002	Coordenação e Manutenção de Serviços de Transportes	62.000,00	30.110,56	48,56	1	1	100
2004	Manutenção de Recursos Humanos	968.984,00	878.746,07	91	40	26	65
2003	Ações de Informática	47.000,00	15.645,78	33	1	1	1
1172	Implantação do Sistema Informatizado do Órgão Central de Controle Interno	20.000,00	0,00	0	1	0	0
2368	Avaliação da Gestão dos Administradores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual	18.000,00	0,00	0	38	38	100
2369	Avaliação da Execução das Ações Integrantes dos Programas Governamentais	18.500,00	0,00	0	998	998	100
2370	Capacitação dos Técnicos do Controle Interno	15.000,00	0,00	0	150	160	107
TOTAL		1.455.284,00	1.067.186,65	73	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Controladoria-Geral do Estado

3.1.5 Secretaria de Representação do Estado

Esta secretaria foi instituída através da Lei n.º 1, de 23 de janeiro de 1989, e sua estrutura atual foi definida através do Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, atribuindo as suas competências assim definidas:

a) representar institucional e politicamente o Estado e o Governo:

I - em caráter exclusivo, perante:

a) os órgãos e entidades federais e dos demais Estados, inclusive os regionais de desenvolvimento;

b) as embaixadas e organismos estrangeiros acreditados no País;

II - em caráter supletivo, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

Seu objetivo é a representação institucional e política do Estado e do Governo, perante os órgãos e instituições federais e demais Estados, inclusive organismos regionais de desenvolvimento, missões diplomáticas e organismos internacionais, agências de desenvolvimento e instituições privadas, com as quais o Governo do Estado mantenha entendimentos.

As atribuições da Secretaria de Representação do Estado foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo, como demonstrados no quadro a abaixo:

QUADRO 44 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	360.700,00	178.092,53	58,06	182.607,47
Manutenção de Serviços de Transportes	93.300,00	19.465,08	20,86	73.834,92
Manutenção de Recursos Humanos	1.696.117,00	1.565.372,27	92,29	130.744,73
Ações de Informática	48.000,00	28.725,58	59,84	19.274,42
TOTAL	2.198.117,00	1.791.655,46	81,50	406.461,54

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Representação do Estado

3.1.6 Procuradoria-Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado, prevista na Constituição do Estado do Tocantins de 1989, na Seção II Art. 51, tem competências e atribuições estabelecidas na Lei Complementar n.º 020, de 17 de junho de 1999, D. O. n.º 816, de 22 de junho de 1999.

A Procuradoria Geral do Estado tem a missão de representar judicial e extrajudicialmente o Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhes a defesa em qualquer juízo ou instância e orientando-os quanto aos instrumentos e procedimentos jurídicos adequados à solução de problemas a eles inerentes.

As atribuições da Procuradoria Geral do Estado foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa de Previdência Social e um finalístico onde foram apropriadas as ações do programa apoio administrativo. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 11.090.287,00**, com execução de **R\$ 8.346.513,08**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 45 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 071		Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estado					
Objetivo:		Defender juridicamente ações judiciais que envolvam o poder executivo					
Justificativa:		Grande demanda de processos na área judicial					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa processos agilizados			Percentual	80	2002	100	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2362	Regularização, Organização e Controle do Patrimônio Imobilizado do Estado	109.400,00	680,81	0,01	11	0,001	0,01
2359	Pagamento decorrentes de Precatórios	5.246.643,00	4.047.469,60	77	35	26,95	77
1168	Trabalho pericial e demarcação das divisas Estado.	670.400,00	0,00	0	480	0	0
1169	Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Estado	25.000,00	0,00	0	100	0	0
1170	Implantação de Regionais	60.000,00	0,00	0	2	0	0
1171	Construção da sede da Procuradoria Geral do Estado e do FEMJUR	0,00	0,00	0	7	0	0
2002	Manutenção dos Serviços de Transportes	299.000,00	139.705,76	47	8	3,76	47
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	729.700,00	536.666,99	74	900	-	-
2363	Manutenção dos Serviços de Informática	86.500,00	43.168,43	50	58	29	50
2004	Manutenção de Recursos Humanos	3.501.644,00	3.218.513,82	92	119	115,43	97
TOTAL		10.728.287,00	7.985.942,41	74	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Procuradoria Geral do Estado

QUADRO 46 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	362.000,00	360.307,87	99	1.692,13
TOTAL	362.000,00	360.307,87	99	1.692,13

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Procuradoria Geral do Estado



VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	11.090.287,00	8.346.513,08	75,25	2.743.773,92

3.1.7 Casa Militar

A Casa Militar foi reestruturada através dos decretos n.ºs 1.697, de 27/01/2003 e 1.710, de 20/02/2003, já sob novo Comando, a CAMIL passou por alterações na sua estrutura. Tais mudanças visaram uma melhor operacionalização dos serviços prestados pela pasta em alusão, foram desvinculados da CAMIL os serviços aéreos do Estado, bem como a Garagem Central do Estado, ficando vinculados diretamente ao Gabinete do Governador, bem como a desvinculação do CEAD (Conselho Estadual Anti-drogas), ficando a cargo da Secretaria Estadual da Juventude. Retornou à responsabilidade da CAMIL a Coordenação da Defesa Civil do Estado, sendo criada a Secretaria Executiva de Defesa Civil, também criada a Coordenadoria de Comunicação Social. As demais mudanças ocorridas foram de ordens administrativas internas, todas inerentes a ajustamentos de funções.

A Casa Militar tem como missão institucional:

a) coordenar a supervisão e o controle das ações especiais, zelando pela segurança das autoridades Governamentais e seus familiares, zelar pela segurança do Palácio Araguaia e residências oficiais, bem como pelo planejamento e atendimento das situações de emergência provocadas por eventos naturais, antropogênicos e mistos, atuando na iminência e em situações de desastres.

b) melhorar a organização das ações especiais direcionadas à função institucional da Casa Militar, que demandam aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, bem como melhor planejamento na promoção da defesa permanente contra desastres, de forma preventiva, emergencial, assistencial e recuperativa, garantindo maiores condições para segurança da sociedade do Estado do Tocantins.

Suas atribuições foram desempenhadas por meio das ações estruturadas em um programa de Gestão de Políticas Públicas, cujos recursos, autorizados tiveram execução de **70%**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 47 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 072	Gestão da Política da Segurança Especial e da Defesa Civil
Objetivo:	Coordenar a supervisão e o controle das ações especiais, zelando pela segurança dos dirigentes governamentais, e pelo planejamento e atendimento das situações de emergência provocadas por eventos naturais, antropogênicos e mistos, atuando na iminência e em situações de desastres.
Justificativa:	Melhorar a organização das ações especiais direcionadas à função institucional da Casa Militar, que demandam aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, bem como melhor planejamento na promoção da defesa permanente contra desastres, de forma preventiva, emergencial, assistencial, e recuperativa, garantindo maiores condições para sua segurança, posto que a não implementação deste programa levará à abertura de crédito extraordinário para atendimento com pouca margem de alcance dos resultados de problemas de emergência e urgência.

Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Não definido			-		-		-		-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais		481.841,00	467.411,80	97	1	-	-		
2002	Manutenção de Serviços de Transportes		244.059,00	232.341,52	95	11	-	-		
2004	Manutenção de Recursos Humanos		527.207,00	519.244,55	98	45	-	-		
2003	Ações de Informática		52.360,00	50.542,42	97	11	-	-		
1155	Implantação de Brigadas Civas de Combate a Incêndios Florestais de Queimadas		260.000,00	0,00	0	7	0	0		
2326	Capacitação de Agentes de Defesa Civil		4,00	0,00	0	111	0	0		
1156	Implantação das Comissões de Defesa Civil – COMDEC nos Municípios Tocantinenses		260.000,00	0,00	0	7	0	0		
TOTAL			10.728.287,00	7.985.942,41	74	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Casa Militar

3.1.8 Secretaria da Administração

A Secretaria da Administração tem a missão de buscar o fortalecimento e a excelência da gestão pública estadual, promovendo a modernização institucional e da atividade administrativa, com foco no acompanhamento de resultados e na qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado do Tocantins. Sua finalidade é a orientação normativa e controle técnico dos sistemas administrativos de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais, sendo seu objetivo administrar os subsistemas de registro e controle de pessoal, recrutamento, seleção e treinamento, correição administrativa e regime disciplinar, direitos e deveres dos servidores públicos estaduais, controlar e coordenar a situação dos bens móveis e semoventes da administração indireta do Poder Executivo Estadual.

Tendo como público alvo o Poder Executivo, a Secretaria da Administração deve ser referência em modernização da gestão institucional que será alcançada por meio do aperfeiçoamento dos Sistemas de Recursos Humanos, Material, Patrimônio e outros sistemas administrativo-operacionais.

As atribuições da Secretaria da Administração foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e Previdência

Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 6.470.266,00**, com execuão de **96,97%**, ou seja, **R\$ 6.158.463,29**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 48 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos rgãos estaduais os meios administrativos necessrios à execuão dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	1.077.406,00	832.650,73	77,28	244.755,27
Manutenção de Serviços de Transportes	36.500,00	34.121,47	93,48	2.378,53
Manutenção de Recursos Humanos	4.843.660,00	4.796.577,00	99,03	47.083,00
Ações de Informática	498.562,00	481.030,09	96,48	17.531,91
TOTAL	6.456.128,00	6.144.379,29	95,17	311.748,71

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Administração

QUADRO 49 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	14.138,00	14.084,00	99,62	54,00
TOTAL	14.138,00	14.084,00	99,62	54,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Administração

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	6.470.266,00	6.158.463,29	96,97	311.802,71

3.1.9 Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Com a publicação do Decreto nº 1.767, de 11 de junho de 2003, as competências e atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram redefinidas na forma a seguir:

I – o planejamento, o gerenciamento e a execução das políticas voltadas para:

1 – o fomento das atividades e pesquisas da agricultura, pecuária, silvicultura, apicultura, aquicultura, fruticultura e abastecimento;

- 2 – a vigilância e a defesa sanitária animal e vegetal;
- 3 – a padronização e a inspeção de produtos vegetais e animais e dos insumos agropecuários;
- 4 – o cooperativismo e o associativismo rural;
- 5 – a assistência técnica e a extensão rural;
- 6 – o apoio ao empresário ou investidor rural;
- 7 – os assuntos fundiários do Estado;
- II – o acompanhamento meteorológico e climatológico;
- III – a captação e a difusão tecnológicas nas áreas da agropecuária e de armazenagem;
- IV – a normatização e o controle de qualidade dos produtos agropecuários;
- V – a informação agrícola;
- VI – gestão do aproveitamento hidro-agrícola;
- VII – a fiscalização dos insumos;
- VIII – a classificação e a inspeção de produtos e derivados animais e vegetais;
- IX – a proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;
- X – promover e coordenar as políticas de municipalização do planejamento da agropecuária;
- XI – fomentar a produção e a comercialização da atividade de cultura do coco babaçu.

Tem como missão “**promover o planejamento e a coordenação geral das políticas e diretrizes para no setor produtivo do Estado**” e como visão “ser desencadeadora do processo de modernização do setor agropecuário, provocando o desenvolvimento ordenado do setor produtivo e conseqüentemente o crescimento auto-sustentável da economia estadual”.

As atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, 08 finalísticos e 02 de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 41.009.475,00** com execução de **19,96%**, ou seja, **R\$ 8.184.108,85**, como demonstrados nos quadros a seguir:

**QUADRO 50 - Programa Apoio Administrativo – 195**

Objetivo: Assegurar aos rgãos estaduais os meios administrativos necessrios à execuo dos programas finalsticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenaço e Manutenço dos Servios administrativos Gerais	715.000,00	620.335,55	86,76	94.664,45
Manutenço de Servios de Transportes	350.000,00	264.589,19	75,59	85.410,81
Manutenço de Recursos Humanos	4.236.860,00	3.895.051,41	91,93	341.808,59
Ações de Informtica	95.000,00	64.772,69	68,18	30.227,31
TOTAL	5.396.860,00	4.844.748,84	89,77	30.227,31

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 51 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	325.000,00	306.365,32	94,26	18.634,68
TOTAL	325.000,00	306.365,32	94,26	18.634,68

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 52 - Programa Finalístico

Programa: 040		Fomento à Produção Vegetal			
Objetivo:	Promover o fomento à produção agrícola no estado, através do aumento e a diversificação da produção, no sentido de alavancar a economia das comunidades rurais, através da geração de emprego e renda para o produtor rural.				
Justificativa:	A agricultura tocantinense, apresenta um tímido desenvolvimento, aquém das suas potencialidades, em decorrência da falta de informações técnicas e científicas dos produtores rurais e a utilização de práticas ultrapassadas na exploração da terra, impedindo a mecanização e emprego de novas tecnologias. Os pequenos produtores rurais, por consequência da indevida utilização da terra, não atingem a diversificação da produção e padrão aceitável de qualidade dos seus produtos, dificultando ao acesso aos canais de comercialização, contribuindo para a continuidade da má qualidade de vida e dificuldade da permanência no meio rural. A inexistência de um programa que garanta a estruturação de ações planejadas e concretas, visando subsidiar o setor, certamente agravará ainda mais os problemas nos meios rurais, impossibilitando o crescimento ordenado tanto da produção como da produtividade na agricultura. Embasados nos pressupostos de que além da vocação para a produção agrícola, comprovada pela vasta extensão territorial e diversidade ecossistêmica, a população ainda mantém tradições culturais, voltadas ao campo. Desde a criação do estado, outro aspecto considerável é o interesse despertado em investidores, principalmente no setor agrícola, trazendo novas tecnologias e culturas, implicando diretamente na mudança do cenário atual.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Taxa de aumento da produção agrícola		Porcentagem	41,76 aa	2004	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2248	Distribuição de corretivos de solos para produtores rurais	0,00	0,00	0	400	0	0
2249	Realização de diagnóstico para implantação de novas culturas	43.200,00	192,00	0,44	2	0	0
2250	Classificação de produtos de origem vegetal	28.518,00	19.398,62	68	30.000	20.483	68,28
1121	Distribuição de equipamentos para uso na tração animal	960,00	0,00	0	12	0	0
1122	Distribuição de sementes de alimentos da cesta básica	2.465.000,00	53.140,71	2,15	30.000	20.827	69,42
1123	Distribuição de equipamentos de irrigação para a pequena propriedade	2.400,00	0,00	0	10	0	0
1124	Implantação de hortas – Projeto Quintal Verde	37.986,00	20.755,16	54,63	17.501	17.602	100,6
TOTAL		2.578.064,00	93.486,49	3,63	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestao de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 53 - Programa Finalístico

Programa: 041		Desenvolvimento Agrário			
Objetivo:	Promover o desenvolvimento rural, tendo por fundamento o fortalecimento da agricultura e dos pequenos e mini produtores rurais, como seguimentos geradores de emprego e renda e financiar o acesso à terra para agricultores sem terra ou com pouca terra, bem como os investimentos necessários para a estruturação de suas unidades produtivas, para capacitação e assistência técnica, com foco na agricultura familiar.				
Justificativa:	Os agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas, ainda vivem em situação de pouco acesso à terra, crédito, capacitação, infra-estrutura, o que os deixa em situação de pouca ou sem renda, pouca oportunidade e de conseqüente baixa qualidade de vida e de pobreza no meio rural, desta forma, o programa de desenvolvimento agrário objetiva o enfrentamento desses problemas. contribuindo para redução deles, assim como, também contribuirá para diminuição das desigualdades sociais de gênero, geração e etnia. A não implantação do programa e execução dessas ações, certamente impossibilitará o acesso ao crédito fundiário e dificultará o acesso ao crédito do PRONAF, além de limitar o conhecimento e orientações técnicas aos produtores para a implementação da produção agrícola, com aproveitamento das terras disponibilizadas. É definitivamente oportuna e positiva a implementação do programa, pois além de contribuir para sanar os problemas elencados, ainda fortalecerá, através da materialização das ações que conseqüentemente consagrará as políticas do governo estadual, no empenho do desenvolvimento auto-sustentável do setor produtivo, com geração de emprego e renda.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Número de famílias atendidas pelo Pronaf		Unidade	21.000	Dez/2004	-		
Percentual de famílias contempladas pelo Crédito Fundiário		Porcentagem	0	Dez/2004	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1125	Operacionalização das atividades do Pronaf no Estado	378.000,00	55.829,97	14,77	12.000	21.000	175,00
2251	Fiscalização da execução dos projetos de assentamento	145.000,00	119.637,91	82,50	45	34	75,55
2252	Emissão de laudos de vistoria de imóveis rurais	70.000,00	0,00	0	60	0	0,00
2253	Assentamento de 1200 famílias através do Crédito Fundiário	150.000,00	7.580,53	5,05	300	0	0,00
TOTAL		743.000,00	183.048.41	24,63	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 54 - Programa Finalístico

Programa: 042		Fomento à Fruticultura e à Silvicultura								
Objetivo:		Aumentar a produção de frutas e criar empregos diretos, desde o nível da produção agro-industrial, e promover o fomento às atividades agroflorestais no Estado.								
Justificativa:		Os produtores de frutas do Estado, enfrentam inúmeros problemas causados por insuficiência de ações governamentais de apoio, tanto para a aplicação de técnicas modernas de cultivo, como na obtenção de mudas frutíferas com padrão de qualidade certificadas, que garantam a competitividade dos seus produtos. Ressaltam aos nossos olhos outro aspecto relevante, no que tange ao escoamento da produção, a inexistência de um ponto adequado e centralizado, onde os produtos possam ser recebidos, organizados, selecionados e comercializados, agregando inclusive, valores compatíveis com à respectiva qualidade. A opção negativa na implantação deste programa, além de contribuir para a continuidade do êxodo rural, apresenta um agravante maior, tanto ao produtor, como à sociedade, em decorrência da evasão constante de divisas para outros estados, desprestigiando o produtor e os produtos locais, desencadeando um elevado custo por conta da importação desses produtos. O estado do Tocantins, face aos fatores climáticos, solo, luminosidade, além da situação geográfica privilegiada, apresenta um potencial expressivo na área de produção frutífera.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Taxa de crescimento da área plantada com frutíferas			Porcentagem		Em apuração		-		-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS					METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		



2254	Cadastramento dos produtores de frutas do Estado	0,00	0,00	0,00	100	0	0
1126	Estudo para implantação da Central de Hortifrutigranjeiros no Estado	50.000,00	0,00	0,00	1	0	0
2255	Produção de mudas frutíferas	108.426,00	12.635,30	11,65	500	0	0
1127	Implantação agrícola dos projetos de fruticultura	4.152.300,00	3.208,50	0,07	25	0	0
2256	Distribuição de mudas para projetos de reflorestamento	180.000,00	0,00	0,00	4.000	0	0
1128	Distribuição de mudas para silvicultura	108.251,00	3.083,94	2,84	40.000	0	0
2257	Implantação de sistemas agroflorestais	422.300,00	16.513,65	3,91	100	4	4
TOTAL		5.021.277,00	35.441,39	0,70	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 55 - Programa Finalístico

Programa: 043		Desenvolvimento Rural e Tecnológico					
Objetivo:		Promover o desenvolvimento do setor agropecuário através da capacitação técnica e da geração, difusão e adaptação de novas tecnologias para o setor produtivo, elevando a rentabilidade da agricultura e da pecuária do Estado.					
Justificativa:		O Estado do Tocantins mostrou nos últimos anos, ótimo crescimento na sua produção rural e com grande potencial para sua ampliação, porém este setor ainda é carente em investimentos de novas tecnologias de produção, capacitação técnica em atividades específicas, modelos de gestão organizacional viáveis e que possam dar sustentabilidade ao desenvolvimento do setor agropecuário no Estado, em consequência a agropecuária apresenta ainda, tímido e desordenado crescimento, acarretando baixa produtividade, pouca diversificação de atividades e principalmente a ineficiência na qualidade do produto. O Programa de Desenvolvimento Rural e Tecnológico possibilitará melhor estruturação das atividades agropecuárias, através do uso de tecnologias adequadas à realidade do Estado, a fim de garantir a exploração adequada das riquezas naturais que o Estado oferece, garantindo desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e renda nas atividades agropecuárias.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de pesquisa aplicada no campo			Porcentagem	76	2002	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2258	Realização da Agrotins	373.000,00	289.646,61	77,65	1	1	100
1129	Construção do Centro Agrotecnológico	4.841.130,00	194.479,88	4,01	10	2	20
2259	Produção de material técnico	100.000,00	0,00	0,00	2.000	0	0



2260	Estruturação do Sistema de Informação do Mercado Agrícola – SIMA	355.850,00	0,00	0,00	100	0	0
2261	Cadastramento das associações e cooperativas de produtores rurais	110.536,00	33.922,60	30,68	100	798	798
1130	Realização de pesquisa agropecuária	0,00	0,00	0,00	5	0	0
2262	Participação em eventos técnicos agropecuários	756.364,00	261.134,11	34,52	30	32	106
1131	Construção de redes de eletrificação rural e fontes alternativas de energia	1.815.870,00	162.492,50	8,94	426	55	12,91
2263	Conservação do solo e de microbacias	604.122,00	184.662,97	30,56	40.000	1000	0,60
2264	Revitalização da agroindústria local	238.000,00	0,00	0,00	15	0	0
2265	Implantação de unidades demonstrativas	540.184,00	232.680,95	43,07	19	26	136,84
1132	Construção de Bens Imóveis	74.150,00	56.386,81	76,04	72	1	1,38
2266	Capacitação de técnicos e produtores rurais	805.830,00	193.016,34	24,07	4.000	1.355	33,87
2267	Estruturação de Biblioteca	49.475,00	0,00	0,00	55	0	0
1133	Construção das Estações Meteorológicas	245.000,00	0,00	0,00	3	0	0
TOTAL		10.909.511,00	1.609.650,47	14,75	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 56 - Programa Finalístico

Programa: 044		Fomento à Produção Animal			
Objetivo:	Fortalecer e estimular a expansão e a modernização da pecuária no Tocantins, de pequenos e grandes animais, através do aumento da produção e da produtividade, promovendo a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida do produtor rural				
Justificativa:	O Estado do Tocantins, apesar de suas características edafoclimáticas, favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, seja ela de grandes ou pequenos animais, tem sua produção ainda muito aquém do seu potencial, com ocorrência de baixas produtividades, pouca diversificação, pesquisa incipiente, mão-de-obra desqualificada e desorganização da produção, gerando ociosidade nas agroindústrias, fraca atividade comercial e pouco desenvolvimento do agronegócio, com conseqüente êxodo rural. Este quadro pode de agravar, caso o Governo não adote medidas capazes de reverter ou minimizar estas condições. Neste sentido, o Programa vem de encontro à vocação natural do povo tocantinense, somando esforços às instituições de assistência técnica e extensão rural, pesquisa e de ensino técnico-agropecuário, fomentando o aumento da produção e produtividade, de forma organizada, fortalecendo o comércio local e contribuindo par o uso racional dos meios de produção, de acordo com os macro-objetivos de desenvolvimento do governo estadual e federal.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Taxa de crescimento do rebanho animal no Estado		Porcentagem	3,2 aa		2004	-	
AÇÃO		META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1134	Implantação de módulos de produção de pequenos animais	5.844.031,00	77.784,12	1,33	319	1	0,31
2269	Incremento à produção do setor lácteo tocantinense	414.154,00	1.581,00	0,38	80	0	0
2270	Melhoria da qualidade do couro cru tocantinense	0,00	0,00	0	11	0	0
2271	Realização de diagnóstico da capacidade produtiva das pastagens degradadas	314.976,00	0,00	0	2	0	0
2272	Promoção de carne industrializada	0,00	0,00	0	5	0	0
1135	Desenvolvimento dos arranjos produtivos locais	0,00	0,00	0	1	0	0
2273	Realização de prova de ganho de peso	300.000,00	0,00	0	5	0	0
TOTAL		6.873.161,00	79365,12	1,15	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 57 - Programa Finalístico

Programa: 045		Fomento à Aquicultura e à Pesca			
Objetivo:	Promover o aumento da produção de peixes em cativeiro no estado, contribuindo com a proteção ambiental e o crescimento econômico do produtor rural.				
Justificativa:	A falta de um programa de desenvolvimento ordenado para o setor pesqueiro, aliado à pesquisa incipiente, insuficiência na produção, baixa produtividade e deficiente qualificação técnica e de mão-de-obra, tem prejudicado a alavancagem da atividade agrícola, com conseqüente dificuldade de acesso ao mercado. Esta situação poderá ser agravada, caso o crescimento continue ocorrendo desordenadamente, sem geração e difusão de tecnologias apropriadas, qualificação de mão-de-obra e estabelecimento de linhas estratégicas de desenvolvimento para o setor. A implementação de um programa de fomento à produção aquícola contribuirá para o desenvolvimento sustentável do setor, cujo potencial, em virtude das condições naturais do Estado, é alto, considerando sua abundância em água de boa qualidade, vocação da população da região e ações conjuntas que vem sendo desenvolvidas por instituições públicas e privadas em prol da aquicultura e pesca tocantinense.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Aumento do volume de produção de peixes em cativeiro		Porcentagem	50	2004	-
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1136	Implantação do Centro Aquícola	1.050.000,00	14.850,00	1,41	25	1,5	6,00
1137	Promoção do desenvolvimento sustentável da pesca tocantinense	1.503.000,00	17.963,50	1,19	250	0	0
2274	Promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura	3.407.194,00	432,00	0,01	10	0	0
1138	Implantação de unidades produtivas de piscicultura	150.508,00	0,00	0	30	00	0
TOTAL		6.110.702,00	33.245,50	0,54	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO 58 - Programa Finalístico

Programa: 060		Defesa e Inspeção Sanitária Animal					
Objetivo:		Controlar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.					
Justificativa:		A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constitui o alicerce básico no processo de produção numa economia planificada. A sanidade e inspeção se constituem em pré-requisitos ao acesso a mercados competitivos e exigentes, além da garantia da saúde da população e seu bem estar social.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Animais inspecionados			Unidade	17.250.327	2003	-	
Produtos de origem animal				544.280.905	2003	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2479	Controle erradicação da brucelose e tuberculose	330.000,00	14.650,00	4,44	139	90	64,75
2480	Erradicação da Febre aftosa	802.000,00	524.048,35	65,27	7.990.222	7.990.222	100
2481	Controle da raiva dos herbívoros e outras encefalopatias	180.400,00	21.302,76	11,80	40	40	100
2482	Sanidade das aves	118.000,00	10.820,50	9,16	139	23	16,55
2483	Capacitação técnica na área animal e vegetal	312.500,00	151.965,82	48,62	10	10	100
2484	Reestruturação das unidades de serviços	250.000,00	92.342,58	36,93	148	148	100
1225	Renovação de frota	450.000,00	185.380,00	41,19	16	13	81,25
TOTAL		2.442.900,00	1.000.510,01	40,95	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**QUADRO 59 - Programa Finalístico**

Programa: 061		Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal						
Objetivo:		Dar apoio no fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o fortalecimento da área ou local de produção livre de pragas agrícolas. Inspecionar a produção de sementes e mudas no Estado, bem como sua comercialização, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normalizada por legislações. Inspecionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente dos produtos cadastrados na ADAPEC–CIV.						
Justificativa:		O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como importante estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no Estado, são necessárias ações de apoio no controle de trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os seguimentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir padrões mínimos na produção desses insumos agrícolas. Esta inspeção repassada aos estados por forma de convênios do MAPA com as instituições estaduais, e no Tocantins esta atribuição é delegada à ADAPEC. O comércio de agrotóxicos, também regido por legislações federais, é repassado aos estados através de convênios, e está delegada à ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Culturas vegetais de interesse econômico inspecionadas			Unidade		27.713	2003	-	
Inspeções fitossanitárias realizadas					3.064	2003	-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2475	Profilaxia e controle de pragas das frutíferas		186.000,00	0,00	0	1314	0	0
2476	Profilaxia e controle de pragas das outras culturas		186.000,00	0,00	0	1853	0	0
2470	Documentos fitossanitários		117.000,00	0,00	0	1173	0	0
2478	Fiscalização de trânsito de vegetais		120.000,00	0,00	0	1914	0	0
TOTAL			609.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	41.009.475,00	8.184.108,85	19,96	32.825.366,15

3.1.10 Secretaria da Educaço e Cultura

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define como competncia desse rgo o seguinte:

- I. o desenvolvimento das polticas de educaço;
- II. o ensino e o magistrio;
- III. a assistncia e o apoio ao educando;
- IV. o apoio estratgico e logstico aos Conselhos Estaduais de Educaço e de Cultura;
- V. a promoo e difuso da cultura em todas as suas manifestaes;
- VI. outras atividades correlatas.

Alm dessas competncias essa unidade de gesto possui os seguintes objetivos:

- a. Melhorar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino;
- b. Promover a profissionalizao, a responsabilizao e a valorizao dos profissionais da educaço;
- c. Reestruturar, modernizar e consolidar a gesto;
- d. Implantar programa permanente de avaliao.

Com o intuito de permitir o melhor cumprimento de seus objetivos a Secretaria estabeleceu como missao garantir a todos o acesso, a permanncia e o sucesso na educaço bsica, assegurando a gesto democrtica e a inovao educacional.

As atribuies da Secretaria da Educaço e Cultura, foram desenvolvidas atravs de aes estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdncia Social, doze finalsticos e um de gesto de polticas pblicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 377.270.061,00**, com execuo de **R\$ 355.248.940,59**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 60 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos rgos estaduais os meios administrativos necessrios à execuo dos programas finalsticos.				
AÇO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenao e Manuteno dos Servios administrativos Gerais	442.000,00	223.568,24	50,58	218.431,76
Manuteno de Servios de Transportes	236.000,00	181.296,55	76,82	54.703,45
Manuteno de Recursos Humanos	2.006.952,00	1.834.625,21	91,41	172.326,79



Ações de Informática	54.000,00	16.372,53	30,32	37.627,47
TOTAL	2.738.952,00	2.255.862,53	82,36	483.089,47

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 61 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	325.000,00	306.365,32	94,26	18.634,68
TOTAL	325.000,00	306.365,32	94,26	18.634,68

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 62 - Programa Finalístico

Programa: 015		Padrão de Qualidade da Infra-Estrutura Física e Equipamento					
Objetivo:		Promover a construção, ampliação e reforma de escolas, laboratórios de informática, quadras de esportes, delegacias regionais de ensino e centros de formação continuada bem como equipar a estrutura física do sistema educacional do estado, visando proporcionar um padrão mínimo às instalações, a fim de atender os seus respectivos usuários com qualidade.					
Justificativa:		O sistema estadual de ensino, requer a cada exercício, expansão, manutenção e aparelhamento de sua estrutura física, desta forma, torna-se necessário a adoção de políticas voltadas a esse fim, no sentido de assegurar a absorção da demanda educacional.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Quantidade de escolas de ensino fundamental atendidas			Unidade	20	31/01/2004	60	
Quantidade de escolas de ensino médio atendidas				25		65	
Quantidade de Diretorias Regionais de Ensino atendidas				10		40	
Quantidade de Centros de Informação atendidos				35		60	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1002	Ampliação de unidade escolar - Ensino Fundamental	3.580.468,00	3.093.183,92	86,4	18	27	150
1003	Ampliação de unidade escolar - Ensino Médio	254.669,00	107.571,00	42,2	11	4	36,4
1006	Construção de quadras de esportes - Ensino Fundamental	380.500,00	213.027,07	56	6	6	100



1007	Construção de quadras de esporte - Ensino Médio	142.000,00	12.321,41	8,7	8	1	12,5
1008	Construção de unidade escolar - ensino fundamental	711.650,00	710.630,74	99,9	2	4	200
1010	Construção de laboratório de informática - Ensino Médio	10.600,00	0,00	0	6	0	0
1011	Construção de laboratório de informática - Ensino Fundamental	50.000,00	0,00	0	10	0	0
1221	Construção de unidade escolar - Ensino Médio	1.260.266,00	0,00	0	3	0	0
2012	Reforma e melhoria em delegacia regional de ensino	30.000,00	10.328,00	34,4	1	2	200
2013	Reforma e melhoria em unidade escolar - ensino fundamental	3.495.817,00	2.856.197,08	81,7	22	50	227,3
2014	Reforma e melhoria em unidade escolar - Ensino Médio	620.391,00	479.403,86	77,3	15	10	66,7
2015	Aparelhamento de unidade escolar do Ensino Fundamental	1.361.200,00	569.754,90	41,9	476	19	4
2016	Aparelhamento de unidade escolar do ensino médio	1.382.151,00	740.291,55	53,6	210	43	20,5
TOTAL		13.279.712,00	8.792.709,53	66,2	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 63 - Programa Finalístico

Programa: 016		Correção de Fluxo Escolar					
Objetivo:		Promover atendimento à criança com distorção idade-série nas classes de aceleração e aos adolescentes, jovens e adultos acesso à modalidade de educação de jovens e adultos.					
Justificativa:		De acordo os dados do PES/2002 os índices de distorção idade-série dos alunos do ensino fundamental foi de 36,6% e no ensino médio 67,9%, estes índices revelam a inadequação do sistema de ensino e a parcela significativa de alunos que necessitam receber atendimento especializado, por isso, a necessidade de implementação do programa de correção de fluxo, para garantir a inclusão do educando.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de aprovação escolar		Porcentagem	69,3	31/01/2004	91		
Taxa de abandono escolar		Porcentagem	25,5		4		
Taxa de distorção idade-série		Porcentagem	44,9		48		
N de turmas de educação de jovens e adultos		Turma	893		1113		
Taxa de distorção idade-série do ensino médio		Porcentagem	71,2		32		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2017	Expansão do programa correção de fluxo	764.068,00	477.650,60	62,5	6.600	6.600	100



2019	Assessoramento pedagógico aos professores, coordenadores e supervisores	641.001,00	184.426,50	28,8	330	456	138,2
2020	Realização de exames supletivos	109.996,00	0,00	0	12	0	0
2021	Realização de fórum da EJA	20.000,00	0,00	0	1	0	0
2023	Expansão da educação de jovens e adultos	4.319.200,00	4.135.256,77	95,7	5	25	500
TOTAL		5.854.265,00	4.797.333,87	81,9	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 64 - Programa Finalístico

Programa: 017		Promoção da Educação Escolar Indígena						
Objetivo:		Fortalecer a educação escolar indígena						
Justificativa:		Atualmente no Estado do Tocantins existe uma demanda de 3.106 alunos indígenas distribuídos na 1ª e 2ª fase do ensino fundamental. Temos um elevado índice de evasão e de distorção série/idade e através do programa, objetivamos fortalecer e promover uma educação de qualidade atendendo às especificidades de cada grupo étnico.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de profissionais qualificados			Porcentagem	40	30/09/2004	80		
Taxa de escolas mantidas				63		85		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1012	Ampliação de unidade escolar indígena		160.006,00	72.709,29	45,4	44	5	11,4
1013	Construção de unidade escolar indígena		580.538,00	340.323,74	58,6	4	3	75
2022	Formação inicial de professores indígenas		49.739,00	2.280,00	4,6	113	113	100
2024	Formação continuada de professores indígenas		131.790,00	76.289,50	57,9	190	0	0
2025	Reforma de unidade escolar indígena		202.000,00	94.231,11	46,6	6	8	133,3
2026	Manutenção de recursos humanos indígenas - FUNDEF 60%		930.400,00	902.738,88	97	127	124	97,6
2027	Manutenção de atividade da unidade escolar indígena		712.357,00	219.293,95	30,8	69	69	100
2028	Aparelhamento de unidade escolar indígena		575.940,00	204.737,31	35,5	303	303	100
2029	Acompanhamento e avaliação didático-pedagógica dos professores indígenas		26.040,00	0,00	0	69	0	0



2033	Manutenção dos recursos humanos indígenas - FUNDEF 40%	192.000,00	173.627,71	90,4	320	35	10,9
2034	Manutenção dos recursos humanos indígenas - tesouro	10.000,00	0,00	0	120	0	0
TOTAL		3.570.810,00	2.086.231,49	58,4	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 65 - Programa Finalístico

Programa: 018		Democratização das Tecnologias Educacionais					
Objetivo:		Melhorar a qualidade da aprendizagem através da utilização dos recursos tecnológicos educacionais como computador, televisão,vídeo, livro didático e acervo bibliográfico.					
Justificativa:		Diante do quadro de escassez dos recursos tecnológicos educacionais e recursos humanos capacitados para utilização das tecnologias e diante os avanços da sociedade do conhecimento, implementar a utilização das tecnologias educacionais tais como computador, televisão, vídeo, livro didático e acervo bibliográfico, nas unidades escolares será com certeza um fator de inclusão educacional.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de qualificação dos profissionais da educação em tecnologias educacionais			Porcentagem	36	15/08/2004	28,5	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2035	Realização do salão do livro no tocanins	2.500,00	0,00	0	1	0	0
2036	Acompanhamento das unidades escolares quanto a utilização das tecnologias educacionais	50.540,00	10.015,50	19,8	123	35	28,5
2037	Realização de seminários em tecnologias educacionais	4.840,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL			57.880,00	10.015,50	17,3	-	

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 66 - Programa Finalístico

Programa: 019		ABC da Cidadania				
Objetivo:		Alfabetizar adultos com idade a partir de quinze anos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade própria.				
Justificativa:		Considerando o alto índice de analfabetismo no estado propõe-se alfabetizar 15000 pessoas por ano, para melhorar a qualidade de vida do povo tocaninense, promovendo perspectivas de continuidade educacional e habilidade profissional aos beneficiários.				
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	



Índice de analfabetismo no estado		Porcentagem	18,8		2000	15	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2007	Atendimento oftalmológico	4,00	0,00	0	5.640	0	0
2008	Capacitação de monitor alfabetizador	24.303,00	9.624,05	39,6	582	582	100
2009	Manutenção de recursos humanos - ABC	22.520,00	0,00	0	512	512	100
2010	Supervisão pedagógica do programa abc da cidadania	1.177,00	262,50	22,3	584	584	100
TOTAL		48.004,00	9.886,55	20,59	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 67 - Programa Finalístico

Programa: 020		Modernização e Consolidação da Gestão Educacional						
Objetivo:		Modernizar e consolidar a gestão das políticas educacionais.						
Justificativa:		A Secretaria de Educação e Cultura é um agente importante na busca de soluções para a redução das desigualdades sociais. Neste contexto, ela deverá fazer uso de estratégias e métodos eficazes de gerenciamento das políticas educacionais, para que estas possam garantir o desenvolvimento do seu papel social, na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Quantidade de escolas atendidas pelo programa gestão comunitária			Unidade	520	15/12/2004	100		
Quantidade de ações implementadas				8	15/10/2003	15		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2038	Capacitação de membros das associações escolares		59.497,00	6.830,00	11,5	2.000	1.050	52,5
2039	Financiamento de projetos pedagógicos docentes e juvenis		41.595,00	10.500,00	25,2	51	14	27,5
2040	Assessoramento técnico pedagógico a educação no campo		60.000,00	1.204,00	2	462	195	42,2
2041	Descentralização de recursos a gestão comunitária - Ensino Médio		8.427.334,00	8.425.484,40	99,9	475	238	50,1
2042	Manutenção de sistemas de avaliação		71.000,00	4.056,00	5,7	4	4	100
2043	Realização de fórum da escola comunitária		212.000,00	10.206,00	4,8	8	11	137,5



2044	Supervisão de unidades escolares	134.432,00	3.087,00	2,3	543	543	100
2045	Implantação de escolas de tempo integral	20.000,00	0,00	0	5	0	0
2046	Implementação do sistema integrado de comunicação	363.000,00	0,00	0	50	50	100
2047	Descentralização de recursos a gestão comunitária - ensino fundamental	21.570.252,00	21.312.117,42	98,8	475	475	100
2048	Inspeção de unidades educacionais	136.660,00	4.520,50	3,3	497	336	67,6
2049	Implementação da proposta curricular	150.000,00	1.000,00	0,7	477	477	100
2050	Realização do censo escolar	171.002,00	30.684,54	17,9	2.353	2.353	100
2051	Manutenção de atividades do ensino médio	804.884,00	224.485,50	27,9	260	74	28,5
2052	Manutenção de atividades do ensino fundamental	786.634,00	57.284,42	7,3	476	30	6,3
TOTAL		33.008.290,00	30.091.459,78	91,2	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 68 - Programa Finalístico

Programa: 021		Valorização dos Profissionais da Educação			
Objetivo:	Profissionalizar e valorizar os profissionais da rede estadual de educação.				
Justificativa:	Considerando a falta de qualificação dos profissionais da educação; professores, gestores e técnicos, faz-se necessário a implementação de um programa de formação inicial e continuada de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como para fins de valorização profissional.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de gestores e técnicos qualificados		Porcentagem	5,4	15/09/2003	100
Taxa de professores dos programas de correção de fluxo qualificados			6,5		100
Taxa de professores do ensino fundamental e médio graduados			30		63
Taxa de professores do ensino fundamental EJA qualificados			100		100
Taxa de professores e técnicos da educação especial qualificados			6,5		100
Taxa de professores ensino médio - EJA qualificados			100		100
Taxa de professores do ensino médio qualificados			100		100
Taxa de profissionais da educação qualificadas nas tecnologias educacionais			62		26,6
Taxa de professores do ensino fundamental qualificados			100		41,1

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2053	Formação continuada dos orientadores educacionais	136.729,00	1.000,00	0,7	104	0	0
2054	Formação continuada de professores do ensino fundamental	196.486,00	174.594,52	88,9	10.469	10.469	100
2055	Capacitação de professor, coordenador e supervisor pedagógico no programa de correção de fluxo	394.569,00	90.390,45	22,9	330	481	145,8
2056	Graduação de professores do ensino fundamental	751.708,00	339.070,46	45,1	1.558	983	63,1
2057	Formação continuada de professores da 1 a 8 serie – EJA	861.248,00	628.947,56	73,	2.240	2.240	100
2058	Formação continuada de professores de ensino médio – EJA	44.457,00	0,0	0	237	0	0
2059	Formação continuada de professores e técnicos da educação especial	143.940,00	32.541,56	22,6	460	460	100
2060	Formação continuada de profissionais da educação nas tecnologias educacionais	45.993,00	3.682,50	8	2.028	540	26,6
2061	Formação continuada de professores do ensino médio em áreas específicas	1.667.668,00	1.200.010,76	72	937	987	105,3
2062	Formação continuada de gestores e técnicos	387.979,00	147.393,14	38	2.553	1.050	41,1
2063	Graduação de professores do ensino médio	50.782,00	7.429,50	14,6	200	0	0
2064	Manutenção dos recursos humanos - FUNDEF 40%	31.089.476,00	30.640.719,10	98,6	3.481	3.338	95,9
2065	Manutenção dos recursos humanos - FUNDEF 60%	108.803.504,00	107.675.571,86	99	8.250	8.389	101,7
2066	Manutenção dos recursos humanos - ensino médio	27.352.964,00	27.336.879,47	99,9	1.808	1.544	85,4
2067	Manutenção dos recursos humanos – EJA	325.850,00	310.621,66	95,3	1.200	36	3
TOTAL		172.253.353,00	168.588.852,54	97,9	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 69 - Programa Finalístico

Programa: 022 Fortalecimento e Desenvolvimento Estudantil	
Objetivo:	Reduzir até 2007 o abandono escolar em 48,03% (10,75 para 4,10%) de 1ª a 4ª série, em 50% (12,93 para 5,22%) de 5ª a 8ª série do ensino fundamental; em 32% (29,52% para 20,7%) dos alunos da EJA do 1º segmento; em 25% (24,18% para 18,13%) da EJA do 2º segmento, em 20,04% (19,01% para 15,20%) dos alunos do ensino médio, visando contribuir com o fortalecimento e desenvolvimento estudantil.



Justificativa:	A taxa de abandono escolar no ensino fundamental de 1ª a 4ª série é de 7,89%; de 5ª a 8ª série é de 10,44%; no 1º segmento da EJA é de 36,51%; 2º segmento da EJA é de 23,38% e do ensino médio de 19,01%. os dados apresentados justificam a necessidade de uma política voltada para a permanência do aluno na escola, a fim de garantir o seu sucesso.
-----------------------	---

Prazo de Execução:	PPA 2004/2007
---------------------------	---------------

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Redução da taxa de abandono escolar de 1ª a 4ª série do ensino fundamental	Porcentagem	5,22	15/12/2003	4,10
Redução da taxa de abandono escolar de 5ª a 8ª série do ensino fundamental		5,63		5,22
Taxa de abandono escolar do 1º segmento da EJA		29,85		20,70
Taxa de abandono escolar do 2º segmento da EJA		22,18		18,13
Taxa de abandono escolar do ensino médio		21,41		15,20

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2068	Manutenção do programa de alimentação escolar	5.253.974,00	4.687.837,60	89,2	177.968	170.783	96
2069	Manutenção do transporte escolar do ensino fundamental	3.076.820,00	2.408.392,94	78,3	8.196	10.671	130,2
2072	Manutenção do transporte escolar do ensino médio	400,00	0,00	0	3.311	4.205	127
2075	Implementação da rede social de proteção do direito a educação	20.000,00	2.700,50	13,5	251.444	242.067	96,3
2078	Mobilização de lideranças e voluntariado estudantil	41.000,00	4.950,00	12,1	2.187	3.820	174,7
2081	Desenvolvimento do desporto estudantil	131.840,00	36.961,44	28	325	89	27,4
TOTAL		8.524.034,00	7.140.842,48	83,8	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 70 - Programa Finalístico

Programa: 023	Desenvolvimento da Educação Profissional
Objetivo:	Qualificar os jovens e adultos e inseri-los no mercado de trabalho.
Justificativa:	Embora o governo do Estado e da União tenha investido na implantação de uma rede de educação profissional, esta ainda é incipiente diante da grande demanda do mercado de trabalho e das potencialidades do estado do Tocantins. A não implementação do programa implicará na falta de uma mão de obra qualificada. por isso, é importante implantar e expandir a estrutura física das unidades escolares, destinadas ao oferecimento da educação profissional adequando às peculiaridades da demanda local.
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007



Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Quantidade de turmas oferecidas		Unidade	2	15/08/2003	0		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2103	Manutenção de recursos humanos – educação profissional	480.160,00	447.843,18	93,3	40	44	110
2104	Construção de centros de educação profissional	1.455.000,00	73.381,98	5	1	0	0
2105	Acompanhamento de unidade escolar da educação profissional	10.368,00	3.664,50	35,3	8	5	62,5
2106	Formação continuada de docentes da educação profissional	32.160,00	0,00	0	85	27	32,9
2107	Formação continuada de gestores da educação profissional	20.000,00	0,00	0	20	0	0
2108	Manutenção da educação profissional	1.416.047,00	21.041,03	1,5	4	0	0
2111	Manutenção de atividades da unidade gestora da educação profissional	100.000,00	4.627,50	4,6	1	1	100
TOTAL		3.513.735,00	550.558,19	15,7	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 71 - Programa Finalístico

Programa: 024		Atendimento a Educação Especial			
Objetivo:	Proporcionar educação com qualidade aos alunos com necessidades especiais.				
Justificativa:	A inclusão social e a elevação da qualidade de vida não é via fácil mesmo para os "ditos normais". daí a necessidade de um atendimento específico aos PNEE's para garantir sua inclusão na sociedade.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Professor da Educação Especial da 1ª Fase Habilitados		Porcentagem	30,6	09/2003	50
Taxa de Professor da Educação Especial da 2ª Fase Habilitados			15,8		30
Taxa de Município Atendidos com Salas de Recursos			35,3		50
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2113	Expansão do atendimento da educação especial	238.882,00	64.028,25	26,8	26	26	100
2115	Manutenção de equipamentos do cap e suas extensões	43.150,00	6.892,17	16	3	2	66,7
2117	Aparelhamento das salas de ensino especial	52.200,00	602,52	1,2	229	1	0,4
2118	Manutenção dos recursos humanos de educação especial - 60%	4.759.604,00	4.574.789,51	96,1	183	546	298,4
TOTAL		5.093.836,00	4.646.312,45	91,2	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 72 - Programa Finalístico

Programa: 073		Desenvolvimento do Ensino de Graduação e Pós-Graduação								
Objetivo:		Dar condições e proporcionar educação superior com qualidade.								
Justificativa:		Para dar continuidade de oportunidades aos Jovens e Adultos, é necessário criar condições para um aperfeiçoamento profissional.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
1226	Instrumentação de laboratórios de pesquisa		0,00	0,00	0	0	0	0		
1227	Construção de laboratórios		0,00	0,00	0	0	0	0		
1228	Ampliação da frota de veículos		0,00	0,00	0	0	5	0		
2485	Ampliação do acervo bibliográfico		0,00	0,00	0	0	0	0		
2487	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais		195.446,00	185.866,18	95,6	0	0	0		
2488	Manutenção de recursos humanos		3.314.210,00	1.711.500,69	51,6	0	0	0		
TOTAL			3.509.656,00	1.897.366,87	54,1	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

**QUADRO 73 - Programa Finalístico**

Programa: 141		Pioneiros Mirins						
Objetivo:		Transferência de recursos para os alunos do programa Pioneiros Mirins a título de bolsa de estudo.						
Justificativa:		A inclusão social e a elevação da qualidade de vida não são fáceis, porém devemos estar atentos com as necessidades básicas das famílias tocantinenses, garantindo uma renda mínima aos alunos do ensino fundamental integrantes do programa.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Evasão escolar e retirada das crianças e adolescentes (7-14 anos)			Percentual		14,6	2000	80	
Taxa de analfabetismo					18,5	1994	-	
Renda familiar					4	2003	100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.	
2466	Concessão de bolsa- estudo aos alunos do programa pioneiros mirins	19.412.700,00	19.082.190,00	98,3	309.779	424.522	137	
TOTAL		19.412.700,00	19.082.190,00	98,3	-			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 74 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 084		Gestão de Políticas de Educação Ambiental			
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaborador na construção de uma nova racionalidade ambiental, sob a ótica da educação, e como fator fundamental na promoção de um modelo de desenvolvimento vinculado a participação social na formulação de políticas públicas.				
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. A educação ambiental promove mudanças de comportamento pessoal, de atitudes e de valores nos cidadãos e tem consequências sociais e ambientais positivas. A não implementação deste programa favorecerá o desequilíbrio ecológico no estado, por não promover uma mudança de hábitos na comunidade com relação ao uso dos recursos naturais. Para a implementação do programa, surtir o efeito esperado, é necessário estabelecer parcerias entre o poder público e a comunidade, tornando estes multiplicadores de idéias e atitudes corretas com relação às questões ambientais.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2006	Implementação da educação ambiental formal nas unidades escolares	85.000,00	9.860,00	11,6	12	12	100
TOTAL		85.000,00	9.680,00	11,6	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	377.270.061,00	355.248.940,59	94,16	22.021.120,41

3.1.11 Secretaria da Fazenda

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define como competência desse órgão o seguinte:

I - formulação, coordenação e execução das funções do sistema tributário do Estado, compreendendo a:

- a) tributação;
- b) arrecadação;
- c) fiscalização

II - gestão dos sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual;

III - elaboração, coordenação e execução da programação financeira e contábil mensal e anual do Tesouro Estadual;

IV - manutenção e controle:

- a) do equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual;
- b) dos compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual;
- c) das operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado;
- d) dos sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário-financeira do Tesouro Estadual;

V - gestão da Conta Única do Tesouro Estadual;

VI - aquisição de bens e serviços;

VII - emissão de atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituição Federal e do Estado e na Lei de Responsabilidade Fiscal;

VIII - supervisão do Sistema de Loteria do Estado do Tocantins – LOTINS.

As atribuições da Secretaria da Fazenda, foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 64.266.349,00**, com execução de **R\$ 58.172.151,67**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 75 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	14.534.658,00	14.496.426,56	99,74	38.231,44
Manutenção de Serviços de Transportes	1.046.756,00	1.024.471,97	97,87	22.284,03
Manutenção de Recursos Humanos	34.574.430,00	34.403.409,92	99,58	146.628,90
Ações de Informática	360.140,00	285.100,16	79,16	75.039,84
TOTAL	50.515.984,00	50.209.408,61	99,39	282.184,21

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Fazenda

QUADRO 76 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	1.465.000,00	1.449.931,18	99,87	15.068,33
TOTAL	1.465.000,00	1.449.931,18	99,87	15.068,33

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Educação e Cultura

QUADRO 77 - Programa Finalístico

Programa: 110	Programa de Educação Fiscal			
Objetivo:	Implementar, promover e institucionalizar o programa estadual de educação fiscal.			
Justificativa:				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Quantidade de gestores e servidores públicos qualificados		Unidade	-		80		
Quantidade de professores e técnicos formados			-		80		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2243	Capacitação de gestores e servidores públicos	0,00	0,00	0	80	0	0
2246	Formação continuada dos agentes multiplicadores estadual	0,00	0,00	0	20	0	0
2247	Coordenação e manutenção do programa de educação fiscal	7.600,00	7.600,00	100	20	20	100
TOTAL		7.600,00	7.600,00	100	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Fazenda

QUADRO 78 - Programa Finalístico

Programa: 110		Modernização da Administração Fiscal					
Objetivo:		Dotar a secretaria da fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação e introduzir a educação tributária para melhor atendimento ao cidadão.					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Receita tributária suspensa por contencioso administrativo			Porcentagem	6	31/12/2003	3	
Declaração em e meio eletrônico				65		100	
Volume de receita tributária recuperada				8		10	
Receita tributária recuperada				5		10	
Participação de declarantes na base cadastral				60		90	
Previsão e realização de receita orçamentária				94		98	
Alcance das ações de capacitação				40		90	
Volume de receita tributária em atraso				40		20	
Quantificação das ações de cobrança				85		95	
Receita tributária em execução judicial				42		80	
Concentração de arrecadação				0,03		10	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1114	Adequação do ambiente físico da escola fazendária	1.557.534,00	1.134.532,16	72,84	1	1	100



1115	Construção e adequação do ambiente físico dos postos fiscais	1.856.459,00	103.457,56	5,57	4	0	0
1116	Implantação e adequação do centro de atendimento ao contribuinte	331.293,00	19.700,10	5,95	6	0	0
1117	Adequação do ambiente físico das regionais da SEFAZ	979.395,00	317.800,16	32,45	13	6	46
1119	Implantação do sistema de inteligência de negócios da SEFAZ	600.000,00	500.000,00	83,33	100	100	100
1120	Implementação da educação fiscal na rede oficial de ensino	200.000,00	28.786,56	14,39	100	14	14
2244	Capacitação de servidores	1.280.000,00	763.621,80	59,66	40	74	185
2245	Modernização da sede da secretaria da fazenda	1.221.674,00	675.699,72	55,31	1	1	100
1118	Implantação do sistema integrado da administração fazendária	4.251.410,00	2.937.222,64	69,09	67	38	56
TOTAL		13.279.712,00	8.792.709,53	66,2	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Fazenda

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	64.266.349,00	58.172.151,67	90,51	6.094.197,33

3.1.12 Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

A Secretaria da Indústria e do Comércio foi instituída através do Decreto n.º 1.112, de 07 de Fevereiro de 2001, passando a denominar-se Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo através do Decreto n.º 1.465 de 04 de Abril de 2002.

Tem por finalidade estimular o desenvolvimento sustentável dos setores industrial, comercial e dos serviços, visando consolidar o desenvolvimento harmônico e acelerado para melhorar as condições sócio econômicas do Estado do Tocantins, com vistas a geração de emprego e renda.

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define para essa Secretaria Estadual as seguintes competências:

I - o planejamento, a coordenação e a execução das políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo e dos setores agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;

II - a capacitação e a difusão tecnológicas nas áreas da indústria, do comércio, da agroindústria e de serviços;

III - a formulação de políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao artesanato;

OV - a execução das atividades de registro do comércio;

V - a metrologia, normalização e qualidade industrial;

VI - a representação, no âmbito estadual, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI;

VII - a promoção e a divulgação das potencialidades turísticas do Estado em níveis estadual, nacional e internacional;

VIII - o estímulo:

a) às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;

b) ao aproveitamento sustentado dos recursos turísticos dos municípios.

Durante o ano de 2004 não ocorreram alterações visando criar novas atividades para este órgão.

Quanto aos níveis de observância e cumprimento do PPA, destaca-se que a execução em 2004, em algumas ações foi comprometida em razão do contingenciamento do orçamento, bem como uma reorganização necessária e a capacitação da equipe de trabalho para a efetiva execução. Nota-se que, muito embora o turismo não tenha alcançado 100% da execução do PPA, considera-se que todas as ações foram trabalhadas, inclusive buscando, a nível Federal, recursos para executá-las.

As atribuições da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e 04 finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 6.101.719,00** com execução de **49.44%**, ou seja, **R\$ 3.016.942,24**, como demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 79 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	442.000,00	223.568,24	50,58	218.431,76
Manutenção de Serviços de Transportes	236.000,00	181.296,55	76,82	54.703,45
Manutenção de Recursos Humanos	2.006.952,00	1.834.625,21	91,41	172.326,79
Ações de Informática	54.000,00	16.372,53	30,32	37.627,47
TOTAL	2.738.952,00	2.255.862,53	82,36	483.089,47

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 80 - Programa Finalístico

Programa: 121		Programa de Desenvolvimento Industrial					
Objetivo:		Alavancar as atividades industriais no Estado do Tocantins.					
Justificativa:		A atividade industrial no Tocantins começa a apresentar índices de crescimento graças às políticas adotadas pelo governo do Estado, contudo apenas 10% das empresas Tocantinenses se encontram no setor industrial sendo a maioria, 99%, de micro e pequeno porte. os níveis de industrialização apresentados ainda estão a quem da necessidade da população que demandam por vários produtos processados, e devido à baixa atividade do setor industrial não são produzidos no Estado. O Tocantins possui hoje um cenário com condições extremamente favoráveis a consolidação de uma política pública desenvolvimentista, que pode priorizar o desenvolvimento das atividades industriais, que se encontram de forma incipiente, desde a agroindústria, a industria de base, como também a industria de alta tecnologia. Deve-se aproveitar todo o potencial existente em termos de infra-estrutura e, sobretudo humano, devido à diversidade de formação, cultura e origem, para constituir uma nova civilização de maior bem-estar e com superior poder econômico. Porém, não pode perder de vista os rumos da economia nacional e internacional, cujo contexto demonstra a necessidade de apoio a atividades voltadas para o desenvolvimento de altas tecnologias ou tecnologias de ponta, nas mais diferentes áreas. Deve-se então definir uma política industrial com base em uma visão estratégica e um enfoque abrangente, promovendo a coordenação das ações governamentais, empresariais e dos trabalhadores, dando base para o desenvolvimento do setor e suporte aos mecanismos institucionais de coordenação e promoção.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de crescimento da arrecadação de ICMS da indústria			Percentual	-	-	140	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1090	Revitalização dos distritos Industriais	6.000,00	0,00	0	2	0	0
1091	Implantação de incubadoras de empresas.	113.600,00	0,00	0	1	0	0
1092	Implantação de núcleos de design	3.000,00	0,00	0	1	0	0
2229	Atração de indústrias de base Tecnológica	12.000,00	0,00	0	2	0	0
1093	Implantação Pro-empresário no interior	0,00	0,00	0	2	0	0
1094	Implantação do pólo de biodiversidade	5.000,00	0,00	0	40	0	0
1095	Implantação do pólo de informática	10.000,00	1.085,45	10,85	50	-	-
1096	Implantação do núcleo de biotecnologia	5.000,00	0,00	0	25	0	0
1097	Implantação do pólo cosmetista	0,00	0,00	0	50	0	0
1098	Implantação do pólo agroindustriais	95.000,00	0,00	0	2	0	0



2230	Implantação do selo de qualidade do produto local	3.000,00	432,26	14,41	50	-	-
2232	Capacitação empreendedores e trabalhadores	26.500,00	4.992,38	18,84	400	140	35
1099	Implantação novos distritos. Industriais	0,00	0,00	0	20	0	0
TOTAL		279.100,00	9.077,83	7,46	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 81 - Programa Finalístico

Programa: 123		Programa de Melhoria da Competitividade do Comércio						
Objetivo:		Melhorar os índices de competitividade do Comércio Tocantinense.						
Justificativa:		Algumas das inúmeras vantagens da implantação de atividades que aumentem a capacidade de competição do setor de comercio no mercado nacional e internacional, beneficia todos os segmentos da economia, visa a redução dos desequilíbrios econômicos e sociais entre as diversas regiões alem de fortalecer o capital regional e principalmente visa gerar emprego, Ocupação e renda, melhorias no balanço de pagamentos (aumento de exportações, competição com as importações e competição com serviços internacionais) e desenvolvimento tecnológico e regional, servirão como instrumento primordial para se promover e alavancagem das atividades produtivas do Estados em um cenário macroeconômico. Além de analisar os problemas e as soluções para cada cadeia produtiva, as competitividades vão permitir a disseminação de conhecimentos entre todos os setores envolvidos. essa visão geral do setor produtivo será fundamental para todos os envolvidos: empresários, trabalhadores e governo do Estado. Para acontecer a competitividade nacional e internacional, tem que haver uma boa aceitação dos produtos no Estado, pais e exterior, Que sejam potenciais consumidores. E isso dependerá de um rigoroso esquema de fiscalização que permita que os produtos cultivados e processados no Estado possuam qualidade equiparável aos concorrentes das respectivas regiões. Com este intuito o governo estadual, procura desenvolver vários programas e pesquisas que visam o aprimoramento e a melhoria de qualidade de todos os produtos que venham ser gerados no Estado.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de crescimento da arrecadação de ICMS da indústria			Percentual	-	-	140		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1102	Implantação do Centro de Distribuição e Armazenagem		0,00	0,00	0	20	0	0
2231	Apoio à micro, pequena e média empresas exportadoras		3.000,00	498,26	16,60	16	3	18,75
1100	Apoio ao desenvolvimento de novas Tecnologias Industriais.		10.000,00	0,00	0	2	0	0
1103	Implantação de BR Shopping		33.000,00	30.000,00	90,91	2	-	-
1104	Implantação do núcleo artesanato		2.000,00	0,00	0	40	0	0



1105	Implantação do pólo de fronteira	25.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		73.000,00	30.498,26	52,05	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 82 - Programa Finalístico

Programa: 125		Programa de Atração de Investimentos					
Objetivo:		Atrair investimentos privados visando o desenvolvimento econômico e social através da geração de emprego e renda.					
Justificativa:		O desenvolvimento sócio econômico de um Estado ou país está ligado a quantidade de investimento que este recebe. A missão da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Tocantins é, promover o desenvolvimento sócio econômico do Tocantins. A atração de investimento para as cadeias produtivas e de fundamental importância para o desenvolvimento sócio econômico do Estado, pois investimentos geram negócios, empregos e renda para o cidadão.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de crescimento do nível de investimentos			Percentual	-	-	120	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2233	Divulgação das potencialidades e oportunidades de investimento no TO.	189.000,00	79.205,28	41,91	15	06	40
2235	Elaboração estudos de viabilidade	8.000,00	0,00	0	5	0	0
TOTAL		197.000,00	79.205,28	43,92	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

QUADRO 83 - Programa Finalístico

Programa: 126		Turismo e Desenvolvimento	
Objetivo:	Desenvolver qualitativa e quantitativamente as atividades econômicas no Setor turístico.		
Justificativa:	O turismo é hoje a maior indústria do mundo, produzindo significativos impactos econômicos, ambientais e sócio culturais, segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT. Com grande potencial de gerar e manter empregos, renda e divisas, o turismo pode proporcionar oportunidades de inclusão, de valorização das culturas regionais e de preservação ambiental. O Governo do Tocantins, através da SICTUR, está utilizando estratégias para impulsionar e ampliar a oferta turística do tocantins, qualitativamente, melhorando a qualidade dos produtos existentes, implementando uma infra-estrutura básica necessária, desenvolvendo uma atividade econômica capaz de promover o desenvolvimento sustentável, inclusão social, entre outros benefícios para o cidadão. As ações propostas e revistas no PPA, visam portanto, gerar novas demandas, fortalecer o turismo no Estado, qualificando a mão-de-obra, melhorando os equipamentos turísticos qualificando nosso produto para o mercado nacional e internacional.		



Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Indica o índice de crescimento percentual obtido de um ano para o outro			-	-	-	-		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.	
2236	Implantação de Infra-estrutura pública para o turismo	410.000,00	0,00	0	4	0	0	
2237	Implementação de estudos, planos e projetos turísticos	56.298,00	0,00	0	2	0	0	
2238	Assistência técnica ambiental nos pólos ecoturísticos	0,00	0,00	0	12	0	0	
1106	Formatação de roteiros turísticos municipais	553.702,00	307.628,50	57,64	9	5	55	
1107	Implantação da sinalização turística	450.000,00	0,00	0	208	0	0	
2239	Realização de campanhas publicitárias	11.000,00	11.000,00	100	50	2	4	
1224	Implantação de portais turísticos	0,00	0,00	0	2	0	0	
1108	Atualização dos inventários turísticos municipais	60.000,00	2.041,50	3,4	14	-	-	
1109	Implantação de centros de atendimento ao turista	300.000,00	0,00	0	2	0	0	
1110	Construção de cais e piers	0,00	0,00	0	1	0	0	
2240	Implementação do sistema de informações estatísticas	40.000,00	0,00	0	50	0	0	
1111	Edição de material promocional para divulgação turística	22.260,00	1.620,00	7,27	10.000	3.000	30	
1112	Realização de oficinas e seminários de turismo	56.977,00	20.904,74	36,68	21	4	19,04	
1113	Divulgação dos produtos turísticos municipais em feiras e eventos	621.430,00	275.300,49	44,29	46	12	26,08	
2241	Cadastramento, fiscalização e classificação de empresas e profissionais liberais.	202.000,00	22.234,85	10,79	270	505	187	
2242	Qualificação profissional para o turismo	30.000,00	4.136,00	13,78	250	0	0	
TOTAL		2.813.667,00	644.866,08	22,92	-			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	6.101.719,00	3.016.942,24	49,44	3.084.776,76

3.1.13 Secretaria da Infra-Estrutura

A Secretaria da Infra-Estrutura tem como finalidade precípua definir no campo econômico a política da Infra-Estrutura do Estado visando integrar as diversas regiões no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- Administrar, executar, manter e fiscalizar as Obras Públicas, Infra-Estrutura e o Sistema Viário;
- Gerenciar e fiscalizar o Transporte Intermodal;
- Administrar, executar, manter e fiscalizar os setores de energia e saneamento básico;
- Regulamentar serviços e tarifas públicas; e
- Licitar Obras Públicas e serviços.

As atribuições da Secretaria de Infra-Estrutura foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, 01 Finalístico e 01 de Gestão de Políticas Públicas. Para a execução desses programas, foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.373.983,00** com execução de **84,48%**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 84 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	1.516.919,00	1.439.994,45	94	76.924,55
Manutenção de Serviços de Transportes	201.511,00	188.852,04	93	12.658,96
Manutenção de Recursos Humanos	5.734.708,00	5.649.938,08	98	84.769,92
Ações de Informática	128.404,00	106.911,57	83	21.492,43
TOTAL	7.581.542,00	7.385.696,14	97	195.845,86

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 85 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	135.000,00	131.116,73	97	3.883,27



TOTAL	135.000,00	131.116,73	97	3.883,27
--------------	-------------------	-------------------	-----------	-----------------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 86 - Programa Finalístico

Programa: 132		Eletrificação Rural - Pertins								
Objetivo:		Promover o desenvolvimento dos setores agropecuário e industrial, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida do homem do campo, fixando – o a terra e reduzindo o êxodo rural.								
Justificativa:		Levar energia ao homem do campo, buscando fortalecer o desenvolvimento agropecuário e industrial do Estado.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Percentual de propriedades rurais eletrificadas			Percentual		36,93		12/2004		100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
1080	Elaboração e Execução de Projetos de Redes de Eletrificação e distribuição rural 34,5 e 13,8 Kv		15.678.607,00	10.930.583,71	69	4.775	2.102	44		
TOTAL			15.678.607,00	10.930.583,71	69	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 87 - Programa Finalístico

Programa: 133		Energização Urbana								
Objetivo:		Ampliar a infra-estrutura dos sistemas de energia elétrica dos municípios; distribuir energia para os setores e bairros não atendidos.								
Justificativa:		Melhorar a qualidade de vida da população urbana assegurando conforto e segurança.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Número de Km de rede implantados			Km		1		12/2004		165	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
1082	Elaboração dos Projetos de Subestação 38/69/34,5/13,8 Kv – 10 MVA.		227.429,00	0,00	0	1	0	0		



1081	Ampliação das Redes de Distribuição Urbana e Predial.	3.104.010,00	545.366,70	17	165	1	0,6
TOTAL		3.331.439,00	545.366,70	16	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 88 - Programa Finalístico

Programa: 134		Energia Alternativa						
Objetivo:		Levar fontes alternativas de energia para as áreas carentes do estado.						
Justificativa:		Promover o bem estar social nas regiões que não são atendidas pelas linhas de transmissão de energia elétrica.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de população beneficiada com fonte de energia alternativa			Percentual		0	12/2004	12,5	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1082	Geração de Energia a partir de Fontes Alternativas.		200.000,00	0,00	0	120	0	0
TOTAL			3.331.439,00	545.366,70	16	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 89 - Programa Finalístico

Programa: 135		Infra-Estrutura de Transportes						
Objetivo:		Proporcionar à população meios de transporte seguro e eficiente, integrando todo o estado.						
Justificativa:		Assegurar ao estado controle logístico do setor de transportes.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de aeródromos pavimentados			Porcentagem		0,29	12/2004	100	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1084	Elaboração de Projetos Aeroportuários.		152.370,00	152.370,00	100	4	3	75
1085	Implantação de Equipamentos de Proteção ao Voo.		1.714.898,00	504.768,09	29	1	1	100
1086	Construção de Aeródromos no Estado.		8.588.623,00	1.009.271,77	11	2	1/10	5



1087	Manutenção de Aeródromos e Equipamentos de Proteção ao Voo.	201.604,00	195.980,57	97	1	1	100
TOTAL		10.657.495,00	1.862.390,43	17	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 90 - Programa Finalístico

Programa: 135		Infra-Estrutura de Transportes						
Objetivo:		Proporcionar à população meios de transporte seguro e eficiente, integrando todo o estado.						
Justificativa:		Assegurar ao estado controle logístico do setor de transportes.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de aeródromos pavimentados			Porcentagem		0,29	12/2004	100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1084	Elaboração de Projetos Aeroportuários.		152.370,00	152.370,00	100	4	3	75
1085	Implantação de Equipamentos de Proteção ao Voo.		1.714.898,00	504.768,09	29	1	1	100
1086	Construção de Aeródromos no Estado.		8.588.623,00	1.009.271,77	11	2	1/10	5
1087	Manutenção de Aeródromos e Equipamentos de Proteção ao Voo.		201.604,00	195.980,57	97	1	1	100
TOTAL			10.657.495,00	1.862.390,43	17	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 91 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 088		Desenvolvimento Regional Sustentável					
Objetivo:		Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		

Eficiência na conservação de áreas protegidas		Unidade	100		2003	150		
Impacto da melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservados			100			115		
Aumento real da receita própria			100			120		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.	
1088	Capacitação da Equipe Técnica	168.400,00	350,00	0,20	15	0	0	
2226	Assistência técnica à gerencia administrativa do projeto	1.075.240,00	14.080,00	1,31	1	0	0	
2227	Auditoria externa das contas do projeto	81.250,00	0,00	0	1	0	0	
2228	Aparelhamento da gerencia administrativa do PDRS	300.000,00	0,00	0	36	0	0	
TOTAL		1.624.890,00	14.430,00	0,88	-			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 92 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 131		Obras Públicas para o Tocantins						
Objetivo:		Oferecer melhores condições de trabalho aos servidores públicos; oferecer melhor atendimento à população.						
Justificativa:		Consolidação do Estado, promovendo a cidadania e o progresso, além da manutenção do patrimônio público.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico				Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Número de metros quadrados construídos				m²	11.300,79	12/2004	20.600	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1078	Projetos de Obras Públicas		217.245,00	217.045,76	99	11.805	7.234,85	61
1079	Construção de Obras Públicas		8.981.438,00	7.345.519,16	81	20.660	11.300,79	54
2314	Manutenção de Edificações Públicas		9.328.689,00	9.324.759,71	99	32	71,72	224
2315	Reformas das Edificações Públicas		2.596.348,00	2.453.742,93	94	6.202	3.961,19	63
TOTAL			21.123.720,00	19.341.067,56	91	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

QUADRO 93 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 136		Gerenciamento e Captação de Recursos					
Objetivo:		Promover a melhoria da capacidade de gerenciamento do órgão e captação de recursos.					
Justificativa:		Necessidade de melhoria do gerenciamento da SEINF, bem como necessidade de captação de recursos externos para aplicação no estado.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Número de estudos realizados			Unidade	2	12/2004	5	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1078	Realização de Estudos Estratégicos	144.362,00	144.313,25	99	5	2	40
TOTAL		144.362,00	144.313,25	99	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Infra-Estrutura

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	60.477.055,00	40.354.964,52	66,73	20.122.090,48

3.1.14 Secretaria da Juventude

A Secretaria Estadual da Juventude foi instituída pelo Decreto nº 1.465 de 04 de abril de 2002, é um órgão público voltado para a promoção do seu público alvo, o jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos, e tem como missão a criação e implantação de políticas públicas voltadas para o jovem, estimulando-o para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade, preparando-o para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade, bem como, na formação de verdadeiros cidadãos.

Desenvolve suas funções alicerçada nos seguintes objetivos:

- desenvolver ações que facilitem a integração e interação do jovem, quando da sua inserção no mundo do trabalho;
- apoiar o jovem na compreensão e constatação de que é possível planejar e construir o seu próprio futuro;
- criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino;

- oferecer instrumentos conceituais que permitam ao jovem se superar, preparar-se para atuar de modo cooperativo e contribuir para a transformação da própria comunidade da qual está inserido;
- promover programas e projetos voltados para promoção, defesa e atendimento dos direitos dos jovens;
- contribuir para a melhoria dos indicadores sociais, como decorrência da ação do jovem na comunidade;
- promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais, inclusive pela centralidade das ações na família.

A Secretaria Estadual da Juventude busca definir uma proposta de ocupação para o jovem, apoiando-o com políticas públicas que possibilitem, de fato, a integração à família, à comunidade e à sociedade, a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como, proporcionar experiências práticas que o preparem para o mercado de trabalho.

As atribuições da Secretaria Estadual da Juventude foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, 01 Finalístico e 01 de Gestão de Políticas Públicas. Para a execução desses programas, foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.373.983,00** com execução de **84,48%**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 94 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	318.500,00	303.971,44	95,44	14.528,56
Manutenção de Serviços de Transportes	98.000,00	83.031,01	84,73	14.968,99
Manutenção de Recursos Humanos	1.214.564,00	1.191.385,51	98,09	23.178,49
Ações de Informática	49.500,00	32.016,36	64,68	17.483,64
TOTAL	1.680.564,00	1.610.404,32	95,83	70.159,68

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Juventude

QUADRO 95 - Programa Finalístico

Programa: 031 Valorização da Juventude	
Objetivo:	Contribuir para a valorização do jovem tocantinense, atendendo suas necessidades básicas.
Justificativa:	60%/ da população tocantinense é composta de jovens; muitos são os desafios e as mudanças próprias desse período, o que pode incorrer no envolvimento de muitos jovens em comportamento de risco, para que esse período possa ser saudável, faz se necessário a intervenção do estado, no sentido de reduzir os riscos aos quais essa faixa etária encontra-se exposta; é necessário a valorização da juventude, visando garantir ações voltadas para o crescimento pessoal e profissional dos mesmos, transformando-os em empreendedores geradores de progresso e auto-inclusão.



Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Percentual de jovens qualificados			-		-	-	-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2297	Realização de eventos para a juventude		152.219,00	91.122,56	59,86	20	11	55
2301	Combate à exploração sexual de adolescentes e jovens		50.000,00	9.290,00	18,58	1000	185	18,5
2302	Realização de cursinho pré-vestibular		211.978,00	143.449,00	67,67	90	60	66,6
2311	Ampliação da frota de veículos		00,00	00,00	00,00	02	00	0
2303	Ampliação da rede de informática da SEJUV		20.500,00	19.601,23	95,62	10	09	90
TOTAL			434.697,00	263.462,79	60,61	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Juventude

QUADRO 96 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 033		Gestão de Políticas de Juventude						
Objetivo:		Viabilizar e Implementar ações concretas para assegurar a participação da juventude e da sociedade na construção de políticas de juventude.						
Justificativa:		60% da população tocaninense é de jovens, diante desse dado é necessário entendermos a verdadeira relevância e urgência da existência de políticas públicas voltadas para esse seguimento, estimulando a integração e transformação dos mesmos, obtendo, assim, ganhos reais de eficácia, no que diz respeito ao desenvolvimento coletivo e individual.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Percentual de jovens beneficiados			-		-	-	4	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2312	Manutenção do Conselho Estadual de juventude		50.000,00	18.887,76	37,78	01	01	100%
2314	Implementação da política estadual da juventude		80.022,00	57.522,73	71,88	35	25	71,4%
2315	Qualificação de Recursos Humanos		128.700,00	55.263,79	42,94	67	28	41,7%
TOTAL			258.722,00	131.674,28	50,89	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Juventude



VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	2.373.983,00	2.005.541,39	84,48	368.441,61

3.1.15 Secretaria de Saúde

Essa Secretaria Estadual não possui orçamento, suas atividades são desenvolvidas através do Fundo de Saúde, que tem UG e orçamento próprios. Desta forma, a execução dos programas e ações desta importante função de governo será demonstrada no item que trata sobre os fundos.

Não obstante, o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, definiu suas competências como sendo:

- I - a formulação das políticas de saúde pública;
- II - a coordenação, execução, fiscalização e controle das ações de saúde pública;
- III - a ação preventiva em geral;
- IV - a vigilância e o controle sanitário;
- V - a vigilância de saúde, especialmente drogas, medicamentos e alimentos;
- VI - a informação de saúde;
- VII - a saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;
- VIII - a assistência ambulatorial e hospitalar;
- IX - a alimentação e nutrição;
- X - a fabricação de produtos químicos, farmacêuticos e correlatos;
- XI - o fornecimento de medicamentos de sua fabricação aos órgãos da área de saúde e entidades públicas e particulares que prestem assistência médica à população;
- XII - a promoção de treinamento, cursos e estágios para estudantes e profissionais vinculados às atividades afins.

3.1.16 Secretaria da Segurana Pública

A Secretaria da Segurana Pública é um órgão da administraão direta vinculado à unidade administrativa do Estado com a funão de policiamento, defesa civil, informaes e inteligncia tendo com objetivo: formular polticas de orientao, planejamento, coordenao e controle das atividades de segurana pblica; gerenciar as atividades de polcia judiciária; planejar e executar estratgias e aes de inteligncia e contra-inteligncia de segurana pblica; supervisionar a implementao de polticas de trnsito no Estado; promover o relacionamento com os rgos da justia e do Ministrio Pblico; estreitar o relacionamento com os rgos de segurana pblica da Unio e dos demais Estados.

Esta Secretaria tem como missao a garantia da segurana do cidado e a preservao da ordem pblica, tendo como pblico alvo a sociedade.

Apresentando uma estrutura administrativa que conta com 12 Delegacias Regionais e 14 Cadeias pblicas nas seguintes cidades: Arapoema, Dianópolis, Colméia, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Lageado, Arraias, Araguaatins, Palmeirópolis, Miracema do Tocantins, Ananás, Formoso do Araguaia, Guaraí e Augustinópolis. Uma casa de custódia em Palmas e trs casas de priso provisória localizada nas cidades de Araguaína, Porto Nacional e Gurupi.

Atualmente existem cinquenta e oito Delegacias de Polcia espalhadas no interior do Estado. A capital, Palmas, conta com Delegacias especializadas da defesa da mulher, da infncia e juventude, defesa do consumidor e a economia popular, furtos e roubos de veculos automotores, defesa do meio ambiente, controle de armas, muniões e explosivos, delegacia fazendária, costumes, delegacia de polcia inter-estadual, delegacia especializada na represso ao crime organizado e a lavagem de dinheiro, delegacia de proteo a criana, ao adolescente e ao idoso. No interior do Estado, existem sete delegacias especializadas da defesa da mulher e sete da infncia e juventude. No exerccio de dois mil e quatro, foi instituído na estrutura operacional da Secretaria de Segurana pblica quarenta e trs núcleos de identificao datiloscópica, treze núcleos de medicina legal, treze núcleos de pericias criminalísticas. Foi vinculado à Coordenadoria de Polcia Metropolitana e Especializada, um núcleo central de policiamento civil metropolitano, um núcleo sul de policiamento civil metropolitano.

As atribuies da Secretaria de Segurana Pública foram desenvolvidas atravs de aes estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdncia Social e trs finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 86.871.846,00**, com execuo de **R\$ 59.613.201,08**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 97 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos rgos estaduais os meios administrativos necessrios à execuo dos programas finalísticos.				
AÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenao e Manuteno dos Servios administrativos Gerais	4.305.726,00	3.941.531,41	91,54	364.194,59
Manuteno de Servios de Transportes	2.272.769,00	1.980.643,03	87,15	292.125,97



Manutenção de Recursos Humanos	34.222.495,00	34.180.591,80	99,66	41.903,20
Ações de Informática	382.000,00	282.674,82	73,99	99.325,18
TOTAL	41.182.990,00	40.385.441,06	98,06	797.548,94

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 98 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	450.000,00	423.687,88	94,15	26.312,12
TOTAL	450.000,00	423.687,88	94,15	26.312,12

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Segurança Pública

QUADRO 99 - Programa Finalístico

Programa: 051 Modernização Institucional da Segurança Pública

Objetivo: Promover a melhoria da qualidade de serviço da Segurança Pública, principalmente nos setores de atendimento ao público, perícias, investigações capacitando o profissional da segurança ao cidadão, reaparelhando e otimizando a estrutura física da Polícia civil.

Justificativa: Melhorar o atendimento à comunidade e os serviços de segurança ao cidadão, requer qualificação e valorização do profissional da segurança pública, serviços descentralizados e estrutura física adequada com sistema de informação moderno e contínuo de maneira a ampliar a eficiência e eficácia dos serviços de segurança pública que necessitam de um aparato tecnológico e científico cada vez mais avançado a fim de garantir melhores condições de enfrentamento do crime que a cada dia se torna mais complexo e vultoso.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de unidades policiais modernizadas	Percentual	15	31/12/2004	30

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2464	Capacitação de recursos humanos	453.710,00	127.475,00	28,09	100	100	100
1215	Aparelhamento do instituto de identificação	900.000,00	0,00	0	03	0	0
1217	Aparelhamento do instituto médico legal	1.090.000,00	74.000,16	6,78	02	0,13	6,5
1049	Aparelhamento de oficina mecânica	0,00	0,00	0	01	0	0
2124	Reaparelhamento da polícia civil	3.511.000,00	2.954.051,90	84,13	100	84,13	84,13



1045	Criação do centro de apoio bio-psico-social ao policial	100.000,00	0,00	0	20	0	0
2122	Estruturação das instalações da segurança pública.	148.211,00	9.883,30	6,66	02	0,13	6,5
1048	Construção de oficina mecânica	0,00	0,00	0	01	0	0
1047	Construção do centro de informação integrado da segurança pública – CIOPS	0,00	0,0	0	16	0	0
1214	Construção do instituto de identificação	155.059,00	155.058,47	99,99	01	01	90
2126	Implantação do sistema de informação	7.380.000,00	2.681.476,07	36,33	40%	14,53	36,33
1218	Construção de delegacias de policia	0,00	0,00	0	03	0	0
1219	Construção do complexo de seg. pública	87.270,00	87.268,91	99,99	01	01	100
1216	Aparelhamento do instituto de criminalística	1.750.000,00	0,00	0	03	0	0
TOTAL		15.575.250,00	6.089.213,81	39,09	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Segurança Pública

QUADRO 100 - Programa Finalístico

Programa: 052		Polícia e Comunidade no Combate ao Crime						
Objetivo:		Controlar a criminalidade através da atuação integrada: polícia e comunidade visando combater o crime em todos os seus aspectos, priorizando os que demandam organizações criminosas.						
Justificativa:		O crescimento da criminalidade no estado, principalmente nas fronteiras do estado e o despreparo dos policiais para o enfrentamento de criminosos que utilizam equipamentos modernos e novas estratégias, aumentam a incidência criminal diminuindo a confiabilidade da comunidade em relação a ação policial, que exige atuações conjuntas que busquem a raiz da criminalidade e de forma intensa promovam a redução e p controle da criminalidade e da violência, melhorando a sensação de segurança à sociedade.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de criminalidade p/ 100.000 habitantes			Percentual	-	-	246		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2127	Atendimento a vítimas de violência domestica e de gênero		2.080.000,00	0,00	0	2.436	1.890	78
2128	Operações de repressão qualificada		2.125.000,00	0,00	0	12	12	100
1050	Estruturação dos serviços de inteligência policial		1.339.300,00	0,00	0	60	0	0



2128	Identificação civil e criminal	155.528,00	154.528,00	99,35	269.353	75.374	28
1051	Implantação de unidades móveis de atendimento ao cidadão	2.000.000,00	0,00	0	3	0	0
TOTAL		1.067.950,00	536.906,89	50,27	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Segurança Pública

QUADRO 101 - Programa Finalístico

Programa: 055		Reestruturação do Sistema Penitenciário					
Objetivo:		Garantir a ressocialização e custódia dos reeducandos e segurança à Administração.					
Justificativa:		Existem áreas deficientes de estabelecimentos correccionais e de estruturas de segurança, que viabilizem a ressocialização, não existindo a diferenciação dos detentos provisórios dos condenados , de ambos os sexos, não cumprindo integralmente com a lei de execução penal; as dificuldades de locomoção e transferência, superlotação , insuficiência aparelhagem e conseqüentemente, dificuldades no monitoramento dos presídios e seu corpo funcional são situações presentes e que se nada for feito o processo de ressocialização estará comprometido com riscos crescentes de fugas e reincidência criminal.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Reincidência Criminal			Percentual		-	-	10
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2121	Aparelhamento de estabelecimentos prisionais	300.000,00	0,00	0	3	2,07	69
2119	Alimentação aos presos sob custódia da policia civil	2.194.419,00	2.194.309,50	99,99	1.300	1.300	100
2120	Estruturação de estabelecimentos prisionais	4.883.662,00	640.666,38	13	6	0,78	13
1041	Construção de estabelecimentos prisionais.	14.585.697,00	9.725.354,45	67	100	67	67
TOTAL		21.963.778,00	12.560.330,33	57,18	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Segurança Pública

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	86.871.846,00	59.613.201,08	68,62	27.258.644,92

3.1.17 Secretaria do Esporte

A Secretaria de Estado do Esporte foi instituída pelo Decreto nº 1.038 de 16/10/2000 com as atribuições de promover e difundir o esporte tocantinense em todas as suas modalidades em níveis estadual, nacional e internacional.

Tem como objetivo desenvolver a política estadual para o esporte, visando a excelência esportiva de nossos atletas, a inclusão social do indivíduo, levando a todos a oportunidade da prática esportiva e de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento integral do ser humano como objetivo maior.

Devido à carência de informações e da estrutura física esportiva de nosso estado, faz-se necessário a atuação da SESPO, como instrumento de operacionalização da política estadual do esporte, para que esta seja estendida a toda população do estado. seu público-alvo é a população (pessoas comuns, jovens, estudantes, atletas amadores e profissionais) que residam nos 139 municípios que compõe o Estado do Tocantins.

Com isso, tem como missão divulgar, disseminar e desenvolver o esporte em sua melhor forma, mas também contribuindo para a inserção social e identidade cultural da população de nosso estado.

As atribuições da Secretaria do Esporte foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 6.419.494,00**, com execução de **R\$ 5.421.983,28**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 102 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	807.428,00	686.948,68	85,08	120.479,32
Manutenção de Serviços de Transportes	210.000,00	148.153,83	70,55	61.846,17
Manutenção de Recursos Humanos	2.417.687,00	2.395.680,79	99,09	22.006,21
Ações de Informática	90.000,00	793,00	0,88	89.207,00
TOTAL	3.535.115,00	3.231.576,30	91,41	303.538,70

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Esporte

QUADRO 103 - Programa Finalístico

Programa: 002		Esporte e Cidadania
Objetivo:	Despertar nos jovens o interesse pelas modalidades esportivas, recreativas e culturais, recreativas; revelando talentos e oportunizando o exercício da cidadania através da emissão de documentos pessoais e a doação de materiais esportivos.	



Justificativa: Por não ter acesso às diversas modalidades esportivas, pela ausência de informações técnicas e do material esportivo adequado, a SESPO vai ao encontro da comunidade para difundir o esporte em todas as suas dimensões, além de propiciar sem custos a expedição de documentos pessoais.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de expansão de práticas esportivas		Percentual	-		-	110	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2200	Ampliação da frota de veículos	80.000,00	0,00	0	4	0	0
2201	Ampliação da rede informática	110.000,00	0,00	0	6	0	0
2198	Doação de material esportivo	368.850,00	314.782,13	85,34	291	301	103,44
2199	Realização de eventos do esporte e cidadania	239.100,00	222.124,76	92,90	42	30	71,43
TOTAL		1.067.950,00	536.906,89	50,27	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Esporte

QUADRO 104 - Programa Finalístico

Programa: 003		Edificação da Rede Esportiva						
Objetivo:		Construir, reformar e ampliar a rede de infra-estrutura esportiva adequada para a prática das diversas modalidades esportivas nos municípios tocantinenses.						
Justificativa:		Pela inexistência total ou precária de equipamentos esportivos e porque os já existentes não oferecem as mínimas condições na prática do esporte.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração		Índice Desejado
Taxa de expansão da rede de infra-estrutura			Percentual		-	-		105
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1223	Realização de obras no kartódromo Internacional de Palmas		104.310,00	104.309,11	99,99	1	-	-
1073	Realização de obras físicas no Estádio Nilton Santos		24.300,00	17.107,27	70,40	1	-	-
1074	Construção de Estádios de Futebol		0,00	0,00	0	2	0	0
1076	Construção de pista de Atletismo		0,00	0,00	0	1	0	0



2202	Construção de quadras poliesportivas	0,00	0,00	0	10	0	0
2203	Reforma em ginásio de esportes	0,00	0,00	0	5	0	0
2204	Reforma de campos de futebol	500,00	0,00	0	11	0	0
TOTAL		129.110,00	121.416,38	91,04	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Esporte

QUADRO 105 - Programa Finalístico

Programa: 001		Eventos Esportivos					
Objetivo:		Dar condições a todas as entidades esportivas de colocar em prática os seus calendários esportivos anuais, auxiliando-os na descoberta de novos valores e apoiando financeiramente equipes amadoras e profissionais e propiciar à Secretaria do Esporte cumpra o seu calendário esportivo 2004.					
Justificativa:		Pelas dificuldades financeiras das entidades esportivas do Estado, como: Federações, Clubes Amadores e Profissionais a fim de cumprirem os seus projetos na realização de eventos e para poder representar o Estado nas modalidades esportivas.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de expansão de eventos esportivos			Percentual	-	-	110	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2206	Realização de capacitação esportiva	3.000,00	3.000,00	100	15	1	6,66
2223	Distribuição de material esportivo do projeto Pintando a Liberdade	261.900,00	29.437,78	11,24	1	-	-
1077	Implantação do núcleo do projeto Navegar	5.000,00	1.405,56	28,11	1	-	-
2207	Promoção dos Jogos Intersecretarias (Servidores Públicos)	11.713,00	10.711,90	91,45	1	1	100
1074	Promoção dos Jogos Abertos do Tocantins	23.000,00	15.871,82	69,01	7	6	71,42
2209	Realização do Circuito de Corridas de Rua do Tocantins	41.000,00	40.267,02	98,21	10	6	60
2210	Realização do IV Seminário do Esporte	2.500,00	2.500,00	100	1	-	-
2216	Realização das Olimpíadas dos Pioneiros Mirins	155.000,00	142.775,85	98,21	8	1	12,5
2205	Manutenção das atividades da Escolinha de Futebol Nilton Santos	100.000,00	42.439,73	42,44	4	-	-
2211	Realização da IV Meia Maratona do Tocantins	42.000,00	36.929,00	87,93	1	1	100



2212	Promoção da IV Copa de Futebol Sub 11, 13, 15 e 17 anos.	9.660,00	9.602,45	99,40	1	1	100
2214	Promoção dos Jogos Universitários do Tocantins	6.000,00	3.911,60	65,19	1	1	100
2213	Promoção dos Jogos da Amizade	0,00	0,00	0	1	-	-
2217	Promoção do Projeto Segundo Tempo	100.000,00	0,00	0	1	-	-
2218	Promoção dos jogos escolares brasileiros	0,00	0,00	0	1	-	-
2219	Realização da Copa Regional de Futebol Sub 13 /15 e 17.	2.000,00	1.880,00	94	4	-	-
2221	Realização de eventos das Federações Esportivas	1.193.546,00	1.186.751,00	99,43	30	30	100
2222	Realização dos IV Jogos Especiais do Tocantins	10.000,00	4.600,00	46	4	1	25
2215	Promoção dos jogos da juventude	1.000,00	0,0	0	1	-	-
TOTAL		1.967.319,00	1.532.083,71	77,87	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Esporte

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	6.419.494,00	5.421.983,28	84,46	997.510,72

3.1.18 Secretaria do Trabalho e Ação Social

O primeiro órgão responsável pela Ação Social, Trabalho e Emprego no Estado do Tocantins foi a Fundação Santa Rita de Cássia, criada pelo Decreto n.º 561/89. Diante da expansão administrativa do Estado houve a necessidade de uma melhor adequação estrutural na área de ação social, com personalidade de Secretaria de Estado. Assim, foi criada a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, através da Lei n.º 791/95, com suas atribuições embasadas. Em face disso, houve a extinção da Fundação Santa Rita de Cássia, através da Lei n.º 815/96, sendo que seus programas, projetos e atividades foram absorvidas pela então SETAS.

A Secretaria do Trabalho e ação Social tem como missão direcionar e consolidar a Política de Assistência Social e de Relações do Trabalho para o Estado, efetivando a perspectiva de descentralização e participação, promovendo a inclusão social e a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, aos portadores de necessidades especiais e aos trabalhadores empregados e desempregados, articulando intersetorialmente a garantia de atendimento dos direitos sociais e trabalhistas, conforme descreve o inciso X do art. 8.º da Lei n.º 791/95 .

Compete à Secretaria do Trabalho e Ação Social o seguinte:

- a) Emprego e salários;
- b) Relações do trabalho e sindicais;
- c) Higiene, medicina e segurança do trabalho;
- d) Qualificação e desenvolvimento de mão-de-obra;
- e) Organização e desenvolvimento de comunidades;
- f) Orientações e formação de lideranças comunitárias;
- g) Habitação;
- h) Ação, programa e projetos sociais.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, 06 finalísticos e 01 de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 27.724.914,00**, com execução de **75,78%**, ou seja, **R\$ 21.011.468,00**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 106 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços administrativos Gerais	1.777.705,00	1.404.124,52	79,00	373.580,48
Manutenção de Serviços de Transportes	697.000,00	602.833,65	86,48	94.166,35
Manutenção de Recursos Humanos	10.882.225,00	10.694.458,49	98,00	187.766,51
Ações de Informática	147.000,00	88.469,42	60,18	58.530,58
TOTAL	13.503.930,00	12.789.886,08	94,71	714.043,92

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 107 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	120.200,00	101.719,70	84,62	18.480,30
TOTAL	120.200,00	101.719,70	84,62	18.480,30

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

**QUADRO 108 - Programa Finalístico**

Programa: 032		Bolsa cidadã								
Objetivo:		Promover a melhoria de vida de jovens e adultos de baixa renda, desempregados, possibilitando-lhes capacitação em áreas específicas, através de experiências praticas e atuação na comunidade, gerando a redução de índices sociais,negativos nas áreas de educação, saúde, meio ambiente cidadania, esportes e cultura,preparando-os para inserção futura no mercado de trabalho.								
Justificativa:		A ociosidade de jovens e adultos é um grande problema, no Tocantins, que preocupa os governos estadual e municipais; a não implantação do programa bolsa cidadã acarretará na continuidade da ociosidade, que gera insuficiência na perspectiva de vida dos tocantinenses, aumento no consumo de drogas e prostituição;o programa causará impacto positivo na da geração de renda, através da participação ativa dos beneficiários, na comunidade.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Percentual de jovens beneficiados			Percentual		18,112		2002		18	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS				
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
2467	Distribuição de uniformes para beneficiários do bolsa cidadã		0,00	0,00	0	18.742	0	0		
2471	Concessão de bolsa para agente jovem de desenvolvimento humano e social		1.300.000, 00	0,00	0	12.000	0	0		
2472	Operacionalização do programa bolsa cidadã		17.163,00	12.622,84	73,54	1	1	100		
TOTAL			1.317.163,00	12.622,84	0,96	-				

QUADRO 109 - Programa Finalístico

Programa: 141		Pioneiros Mirins				
Objetivo:	Reduzir a evasão escolar e garantir a formação integral aos beneficiários do programa no seu desenvolvimento bio-psico-social,possibilitar as famílias carentes uma renda mínima, superando a situação de miséria em que vivem,atender crianças e adolescentes de 7 a 14 anos,garantindo o ingresso e a permanência na escola.					
Justificativa:	Altos índices de evasão e repetência escolar; envolvimento de crianças e adolescentes com drogas e prostituição; vulnerabilidade socioeconômica requer implementação de ações que possibilite o distanciamento de crianças e adolescentes dessas situações de risco, de outro modo será crescente a vulnerabilidade social da juventude tocantinense.					
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	



Evasão escolar e retirada das crianças e adolescentes (7-14 anos)		Percentual	14,6%	2000	80		
Taxa de analfabetismo			18,5%	1994	-		
Renda familiar			4%	2003	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2160	Manutenção dos núcleos do programa pioneiros mirins	395.100,00	352.612,82	89,24	148	139	93,92
2162	Aparelhamento setorial do programa pioneiros mirins	10.000,00	1.694,00	16,94	7	3	42,85
2163	Realização de eventos do programa pioneiros	257.000,00	239.850,33	93,33	1	1	100
1057	Construção de prédios para o programa pioneiros mirins	0,00	0,00	0	7	0	0
2164	Capacitação de coordenadores do programa pioneiros mirins	0,00	0,00	0	316	144	45,57
TOTAL		662.100,00	594.157,15	89,74	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 110 - Programa Finalístico

Programa: 143		Nova vida						
Objetivo:		Atender adolescentes egressos das medidas sócio educativas e restritivas de liberdade, garantindo sua inclusão familiar e comunitário.						
Justificativa:		Discriminação, preconceito, falta de oportunidade de trabalho, instabilidade no núcleo familiar, são fatores que prejudica a reintegração de adolescentes na sociedade e na família. é de fundamental importância o acompanhamento do adolescente no seu retorno a esse convívio, articulando o mercado de trabalho, a escola, a família num círculo positivo e socializador, de outro modo esses adolescentes estarão suscetíveis a cometer novos atos infracionais ou até mesmo criminosos.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Número de adolescentes acompanhados pelo programa			Unidade	-	-	-		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2165	Atendimento ao trabalhador egresso das medidas sócio educativas		5.000,00	0,00	0	55	0	0
2166	Concessão de bolsa promocional aos adolescentes egressos.		0,00	0,00	0	55	0	0



TOTAL	5.000,00	0,00	0	-
--------------	-----------------	-------------	----------	----------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 111 - Programa Finalístico

Programa: 149		Combate à Fome						
Objetivo:		Garantir as famílias em caráter emergencial o direito a alimentação de qualidade suficiente, baseada em práticas saudáveis aplicando as normas de segurança alimentar e nutricional.						
Justificativa:		A partir das informações do dia "d", realizado pelo provida, foi detectado desnutrição e risco nutricional em 42 municípios do estado, tendo sido constatado que possuem também o menor índice de desenvolvimento humano e menor índice de desenvolvimento infantil. Diante disso, a não implantação de um programa de combate a fome e desnutrição implicará no agravamento da situação naqueles municípios e ampliação dessa gravidade para outros municípios. para melhoria das variáveis analisadas na composição do idh/idi e apoio ao programa fome zero no estado, o programa conterà ações de desenvolvimento local e organização comunitária. Ressaltamos que a orientação da política nacional é condição favorável para a implantação das ações propostas.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Índice de desnutrição			Percentual		29	2002	10	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2173	Manutenção das unidades do programa combate à fome		29.060,00	7.476,00	25,72	1	1	100
1060	Instalação do conselho estadual de segurança alimentar		23.232,00	18.690,48	80,45	1	1	100
2175	Promoção de eventos sobre segurança alimentar e desenvolvimento local.		149.200,00	134.641,75	90,24	417	417	100
2177	Capacitação dos organismos sociais.		397.850,00	12.613,50	3,17	411	411	100
1061	Instalação do consorcio de segurança alimentar e desenvolvimento local		36.746,00	24.382,70	70,17	137	25	18,24
2209	Arrecadação de doações de alimentos		15.045,00	11.614,36	98,21	962	280	29,10
2171	Suplementação alimentar e nutricional para famílias carentes		2.403.836,00	2.241.387,93	93,24	3.500	9.300	265,71
TOTAL			3.054.969,00	2.450.806,72	80,22	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

**QUADRO 112 - Programa Finalístico**

Programa: 155		Tocantins Solidário						
Objetivo:		Promover ações de capacitação educativas e promoção humana, visando a inclusão das famílias assistidas pelas ações de combate a fome, bem como construir um novo modelo de trabalho voluntários.						
Justificativa:		A dívida social provocada por décadas de ausência de políticas educacionais, econômicas e de saúde pública eficientes, favoreceu para que tenhamos baixo nível educacional, alto índice de concentração de renda e deficiente atendimento na saúde pública. dada a fragilidade social e econômica de parte significativa da sociedade tocantinense, é que ações solidárias e emergências são fundamentais para minimizar os efeitos desta dívida social.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Percentual de voluntários capacitados			Percentual		-	-	80	
Taxa de famílias assistidas								30
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2218	Atendimento emergencial a famílias carentes		1.297.519,00	908.157,61	69,99	126.000	70.000	55,55
2198	Distribuição de passagens para tratamento de saúde a migrantes		303.331,00	298.689,12	98,47	41.700	4.445	10,65
2190	Atendimento a associações comunitárias.		509.729,00	474.496,70	93,08	450	20	4,44
TOTAL			2.110.579,00	1.681.343,43	79,66	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 113 - Programa Finalístico

Programa: 152		Apoio ao Trabalhador			
Objetivo:	Inserir desempregado no mercado de trabalho, habilitar pessoas demitidas sem justa causa no seguro desemprego, qualificar e/ou requalificar social e profissionalmente desempregados e empregados, bem como realizar eventos de sobre Segurança e higiene no trabalho para trabalhadores, empregadores e profissionais especializados nesta área.				
Justificativa:	Devido à existência de grande número de desempregados e empregados com baixa ou nenhuma qualificação, pessoas demitidas sem justa causa e elevado índice de acidentes no trabalho, faz-se necessário cadastrar minuciosamente desempregados, através de postos do SINE, concessão de seguro-desemprego aos demitidos sem justa causa encaminhando-os ao mercado de trabalho e/ou a cursos de qualificação e/ou requalificação social e profissional, bem como realiza eventos sobre Segurança e higiene no trabalho, visando o bem estar do trabalhador.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Aproveitamento dos trabalhadores		Percentual	87,73	2003	100 20		
Trabalhadores habilitados			50,36	2003			
Índice de qualificados			0				
Índice de mortalidade			61,20	2001			
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2182	Realização de eventos sobre segurança e saúde no trabalho.	275.452,00	24.272,01	8,81	40	17	42,50
2183	Intermediação de mão-de-obra	4.274.213,00	1.827.683,65	42,76	31.200	22.055	70,69
2184	Habilitação do trabalhador demitido sem justa causa ao benefício seguro desemprego	611.928,00	443.792,12	72,52	11.500	11.855	103
2181	Capacitação social e profissional	1.614.100,00	991.381,90	61,42	18.452	1.476	7,99
TOTAL		6.775.693,00	3.287.129,68	48,51	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

QUADRO 114 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 145		Gestão de Políticas Sociais			
Objetivo:	Capacitar gestores e técnicos, realizar pesquisas sociais, diagnosticar, monitorar e avaliar os programas e projetos setas, observando os objetivos propostos, os resultados esperados e as metas previamente determinadas; além de analisar os impactos gerados, as demandas sociais existentes nos municípios para a melhoria nos resultados dos programas.				
Justificativa:	Por terem sido detectados problemas, desvios e distúrbios na execução dos programas sociais, viu-se a necessidade da implantação do programa para combater a desarticulação existente entre os setores, a falta de planejamento participativo, a centralização das ações, a ausência de resultados e de acompanhamento na execução dos programas. a gestão de políticas públicas tem como estratégia acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos programas, para a melhoria na execução e nos resultados, proporcionando a integração com os demais setores da secretaria, propondo maior articulação dos gerentes do programa com outros órgãos, em busca de impactos sociais positivos nos municípios com a finalidade de alcançar o publico alvo, distribuído também nos assentamentos,distritos e povoados; para o qual os programas são destinados.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de programas e projetos monitorados e avaliados e que alcançaram os objetivos		Unidade	-	-	-
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1058	Implantação do sistema 0800	0,00	0,00	0	1	0	0
2169	Manutenção do sistema 0800	0,00	0,00	0	1	0	0
2170	Capacitação de gestores e técnicos da SETAS.	63.210,00	43.362,40	68,60	2	88	4.400
2474	Divulgação de ações ou eventos	105.500,00	50.124,50	45,51	2	22	1.100
2176	Realizações de pesquisas sociais	500,00	0,00	0	278	0	0
2168	Desenvolvimento de sistemas para gerenciamento de programas sociais	0,00	0,00	0	25	0	0
22167	Monitoramento dos programas setas.	6.070,00	315,50	5,19	20	0	0
TOTAL		175.280,00	93.802,40	53,51	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Trabalho e Ação Social

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	27.724.914,00	21.011.468,00	84,46	6.713.446,00

3.1.19 Secretaria da Cidadania e Justiça

A Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins foi instituída pelo Decreto n.º 1.717, de 13 de março de 2003, cabendo-lhe a promoção e a defesa dos direitos humanos.

Tem como missão a promoção e a Defesa dos Direitos Humanos, das garantias constitucionais, da ordem jurídica, da cidadania, dos portadores de deficiência, da mulher, dos Índios, das minorias, do Direito do Consumidor através do Procon, a política judiciária, a assistência jurídica e extrajudicial integral e gratuita aos necessitados através da Defensoria Pública. Monitoramento da Execução Penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e Penitenciária do Estado.

Vinculados a Secretaria da Cidadania e Justiça estão os conselhos:

- 1 – Penitenciário;
- 2 – Dos Direitos da Mulher;
- 3 – Dos Direitos Humanos;
- 4 – Dos Direitos do Consumidor;
- 5 – Da Política Criminal e Penitenciária.

Suas atribuiões e atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdncia Social e trs finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 10.869.059,00**, com execuo de 79,57%, ou seja, **R\$ 8.649.296,07**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 115 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos rgãos estaduais os meios administrativos necessrios à execuo dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenaço e Manutenço dos Servios Administrativos Gerais	1.011.385,00	975.576,56	96,46	35.808,44
Manutenço de Servios de Transportes	116.500,00	89.906,82	77,17	26.593,18
Manutenço de Recursos Humanos	7.306.947,00	7.243.067,64	99,12	63.879,36
Ações de Informática	42.960,00	40.775,32	94,91	2.184,68
TOTAL	8.477.792,00	8.349.326,34	98,48	128.465,66

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Cidadania e Justiça

QUADRO 116 - Programa de Previdncia Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	73.297,00	49.652,22	67,74	23.644,78
TOTAL	73.297,00	49.652,22	67,74	23.644,78

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Cidadania e Justiça

QUADRO 117 - Programa Finalístico

Programa: 053		Atendimento Jurídico			
Objetivo:	Prestar através da Defensoria Pública, assistência jurisdicional gratuita especializada aos hipossuficientes (população carente no sentido legal do termo).				
Justificativa:					
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Atendimento aos hipossuficientes		Percentual	-	-	100
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2134	Capacitação e aperfeiçoamento dos servidores	3.500,00	2.904,50	82,98	100	0	0
2135	Implantação de biblioteca	14.730,00	0,00	0	1	0	0
2141	Criação de núcleos especializados	34.000,00	4.000,00	11,76	2	1	50
2050	Instalação da Defensoria Pública itinerante	14.710,00	0,00	0	7	0	0
TOTAL		66.940,00	6.904,50	10,31	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 118 - Programa Finalístico

Programa: 055		Reestruturação do Sistema Penitenciário						
Objetivo:		Garantir a ressocialização e custódia dos reeducandos e segurança à administração.						
Justificativa:								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Reincidência Criminal			Percentual		-	-	10	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1052	Capacitação para servidores do sistema prisional		45.890,00	0,00	0	180	0	0
2131	Formação profissional dos reeducandos		47.000,00	0,00	0	254	0	0
1053	Construção do Presídio Feminino		1.269.687,00	0,00	0	1	0	0
1213	Construções de casas de albergado para egressos		318.640,00	0,00	0	1	0	0
2132	Aparelhamento da estrutura penitenciária		235.000,00	0,00	0	1	0	0
1220	Assistência jurídica e psicossocial ao egresso		0,00	0,00	0	40	-	0
TOTAL			916.217,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Cidadania e Justiça

QUADRO 119 - Programa Finalístico

Programa: 056		Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Objetivo:		Desenvolver ações de proteção e defesa dos direitos humanos, bem como atividades de capacitação e sensibilização para construção de cultura de respeito, de tolerância e de valorização da diversidade, implantando ainda serviços de atendimento ao cidadão com vistas a permitir o acesso a direitos básicos de cidadania.					
Justificativa:							



Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de denúncias investigadas			Percentual		-	-	40	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2145	Implantação de serviços de apoio a vítimas e testemunhas ameaçadas		0,00	0,00	0	-	-	-
2147	Promoção e eventos sobre direitos humanos		180.500,00	151.955,82	84,18	1	1	100
2157	Estruturação do grupo executivo de prevenção e repressão à tortura		30.000,00	0,00	0	1	0	0
2151	Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica		124.313,00	91.457,19	73,57	1	1	100
TOTAL			916.217,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria da Cidadania e Justiça

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	10.869.059,00	8.649.296,07	79,57	2.219.762,93

3.1.20 Secretaria do Governo

A Secretaria do Governo foi recriada em 13 de março de 2003 pelo Decreto Nº 1.718, sucessora da Secretaria do Interior e Justiça, com a competência de coordenar as ações políticas do Governo; acompanhar as matérias afetas aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes e da execução das ordens emanadas do Governador do Estado; a articulação com os municípios, os Poderes Legislativo e Judiciário, a representação do Estado no Congresso Nacional, os segmentos organizados e as comunidades, as lideranças políticas e sociais.

A missão da Secretaria do Governo pode ser resumida em “assessorar o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições políticas, articulando, promovendo e desenvolvendo ações junto às lideranças políticas e sociais, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Congresso Nacional, aos segmentos organizados e às comunidades.”

O Objetivo estratégico da Secretaria do Governo é, primeiro, adotar um modelo de gestão voltado para resultados, como: - melhorar o desempenho operacional; melhorar a imagem institucional da Secretaria perante as demais, as lideranças e o povo; - tornar públicas suas atribuições; - obter excelência na prestação

do atendimento ao público; e, segundo, estreitar a relação do Governo com os municípios, as lideranças políticas e sociais, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Congresso Nacional, os segmentos organizados da sociedade.

Para tanto, coloca à disposição de seu público-alvo direto os seguintes serviços:

- Assessoramento ao Governador na análise política da ação governamental;
- Planejamento e realização de encontros para discutir as ações do Governo;
- Coordenação de pesquisa de opinião pública sobre as ações do Governo;
- O apoio, acompanhamento, organização e articulação das ações políticas de todo o Estado;
- O atendimento das solicitações, reclamações e sugestões sobre o governo e seus órgãos;
- Assessoria política aos municípios; relacionamento com organismos públicos e privados com vistas ao trato de assuntos políticos além do acompanhamento da tramitação de proposições e assuntos de interesse do Poder Executivo.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e de Previdência Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 16.794.420,00**, com execução de **99,86%**, ou seja, **R\$ 16.771.113,25**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 120 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	419.158,00	399.336,28	97,27	19.821,72
Manutenção de Serviços de Transportes	76.733,00	76.613,12	98,84	119,88
Manutenção de Recursos Humanos	16.139.281,00	16.135.916,89	99,99	3.364,11
Ações de Informática	24.109,00	24.107,96	99,99	1,04
TOTAL	16.659.281,00	16.635.974,25	99,86	23.306,75

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Governo

QUADRO 121 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	135.139,00	135.139,00	100	0,00
TOTAL	135.139,00	135.139,00	100	0,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Governo

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	16.794.420,00	16.771.113,25	99,86	23.306,75

3.1.21 Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN, tem por finalidade executar as funções de planejamento, ordenamento regional e urbano, meio ambiente, ciência e tecnologia, competindo-lhe, conforme o Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2003, o seguinte:

- I. a elaboração, a coordenação e o acompanhamento dos planos do Governo;
- II. a formulação, coordenação e implementação das sistemas estatísticos e de pesquisas sócio-econômicas;
- III. a elaboração, coordenação e acompanhamento da programação orçamentária;
- IV. o acompanhamento e assessoramento, no âmbito do planejamento estratégico, das unidades da estrutura básica do Poder Executivo e da administração pública direta e indireta;
- V. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política estadual de meio ambiente, de recursos naturais e de desenvolvimento sustentável;
- VI. a condução das relações intersubjetivas dos órgãos do Estado e da União;
- VII. a realização do zoneamento ecológico-econômico e gestão territorial;
- VIII. as negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;
- IX. o planejamento, a coordenação e acompanhamento da política estadual de recursos hídricos;

- X. o planejamento, coordenaço e acompanhamento da política e açõs de turismo ecológico;
- XI. a representaço supletiva do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;
- XII. a coordenaço e acompanhamento da política estadual de ciência e tecnologia;
- XIII. o assessoramento ao Governador do Estado na tomada de decises em assuntos da competência da Pasta.

As atribuiçõs da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente foram desenvolvidas através de açõs estruturadas nos programas - **Apoio Administrativo**, **Previdência Social**, onze Finalísticos, três de Gestão de Políticas Públicas e um de Serviços ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 35.043.639,00**, com execuço de **R\$ 7.149.425,49**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 122 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execuço dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenaço e Manutenço dos Serviços Administrativos Gerais	712.466,00	480.652,15	67,46	231.813,85
Manutenço de Serviços de Transportes	159.690,00	96.406,74	60,37	63.283,26
Manutenço de Recursos Humanos	3.175.399,00	2.850.800,81	89,77	324.598,19
Ações de Informática	295.500,00	186.387,23	63,07	109.112,77
TOTAL	4.343.055,00	3.614.246,93	83,22	728.808,07

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 123- Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	65.925,00	63.747,06	96,69	2.177,94
TOTAL	65.925,00	63.747,06	96,69	2.177,94

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 124 - Programa Finalístico

Programa: 074		Gestão de Política de Recursos Hídricos						
Objetivo:		Estimular a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, preconizados na política estadual de recursos hídricos, através da proposição de ações que estimulem o uso ordenado e equilibrado dos recursos hídricos, promovendo o envolvimento e a participação da comunidade no processo de gerenciamento das águas.						
Justificativa:		A gestão dos recursos hídricos, com base nos princípios e diretrizes definidas na política estadual, pressupõe a minimização dos conflitos de usos, ocasionados pelos interesses concorrentes e o planejamento racional com vistas a garantir a todos o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórias, incentivando ações conservacionistas de uso do solo e da água, além de fomentar os usos múltiplos a não implementação deste programa acarretará danos a qualidade das águas, refletindo na qualidade de vida da comunidade, bem como, a manutenção da quantidade das águas, com prejuízos aos processos produtivos implantado em todo o estado. O envolvimento da comunidade local, busca por soluções e o interesse dos usuários das águas em minimizar os conflitos de usos são fatores que contribuem para a implantação do programa, já a quantidade de recursos financeiros disponíveis para o mesmo poderá ser um fator desfavorável a sua implementação.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Grau de participação da comunidade na formação dos comitês de bacias			Percentual		5	2005	95	
Percentual de Redução da degradação da qualidade e quantidade das águas					2		100	
Número de conflitos relacionados aos usos das águas mediados					0		100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2375	Elaboração e implementação dos planos de bacias hidrográficas		590.000,00	99.784,97	16,9	2	1	50
2376	Criação dos comitês de bacias hidrográficas		43.000,00	5.508,54	12,8	2	2	100
2377	Regulamentação da política estadual de recursos hídricos		57.000,00	0,00	0	1	0	0
2378	Implantação do sistema estadual de informações sobre recursos hídricos		2.000,00	0,00	0	1	0	0
2379	Acompanhamento da política estadual de recursos hídricos		30.000,00	3.156,00	10,5	1	0,5	50
2380	Funcionamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos		0,00	0,00	0	1	1	100
2382	Capacitação em recursos hídricos		55.000,00	0,00	0	6	0	0
2383	Gestão das águas subterrâneas		30.100,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL			807.100,00	108.449,51	13,4	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 125 - Programa Finalístico

Programa: 079		Áreas Protegidas do Tocantins								
Objetivo:		Estabelecer critérios e normas para a criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação do Estado do Tocantins.								
Justificativa:		As unidades de conservação do Estado do Tocantins contribuem para preservação e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, são bens de uso comum e, portanto, devem ser especialmente protegidas. Em razão da grande pressão de uso e conflitos ambientais, as atividades de fiscalização, monitoramento e avaliação são imprescindível para garantir a proteção da biodiversidade e do patrimônio material da unidade de conservação.								
Prazo de Execução:		1 ano								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Dimensão as unidades de conservação			Percentual		15		2005		35	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
1176	Identificação de áreas potenciais para criação de unidades de conservação		1.847.000,00	0,00	0,0	1	0	0		
2384	Apoio à criação, implantação e gestão de unidades de conservação.		9.610.913,00	1.685.858,65	17,5	3	2	75		
TOTAL			11.457.913	1.685.858,65	14,7	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 126 - Programa Finalístico

Programa: 080		Comunidades Tradicionais			
Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais extrativista através do apoio a sua organização produtiva e social, considerando sua base cultural e conhecimentos acumulados.				
Justificativa:	O Estado do Tocantins conta com dezenas de grupos tradicionais, que incluem, entre outros, quebradeiras de coco, etnias indígenas e quilombos. O território de tais populações vêm sendo ocupado de forma a restringir o direito de acesso e de uso dos recursos naturais, fatores essenciais a sua sobrevivência e integridade cultural. Desta forma, a não implementação deste programa, prejudicando o apoio a ações que promovam uma melhoria de vida das populações, tornando-se prejuízo ao desenvolvimento equitativo social e econômico do Estado. A baixa organização social das comunidades alvo do programa é um fator desfavorável à implementação deste.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-		-	-	-	-
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2385	Apoio às organizações extrativistas	21.000,00	282,50	1,4	1	0,2	20
2386	Apoio à capacitação das comunidades extrativistas e tradicionais	10.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		31.000,00	282,50	0,9	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 127 - Programa Finalístico

Programa: 082		Combate à Desertificação						
Objetivo:		Promover processos de discussão quanto aos fatores naturais e de intervenção humana que provocam a desertificação, buscando o estabelecimento de estratégias que minimizem este efeito no estado.						
Justificativa:		A desertificação é o processo de degradação ambiental provocada por ações naturais e antrópicas, acarretando impactos negativos a qualidade de vida das populações, para tanto, faz-se necessário estabelecer programas, projetos e ações que visem à preservação e a busca pela sustentabilidade ambientais e sociais, compatíveis com as especificidades locais, sejam ambientais, sociais e econômicas, a não implementação do programa dar certo é necessário realizar parcerias entre o poder público estadual com o poder público municipal e sociedade civil organizada, na busca por soluções adequadas a realidade local.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Estimativa de perda de solo na área da bacia ou região			Percentual		-	2003	10	
Estimativa de perda de solo na área da bacia ou região					51,13		60	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1177	Elaboração e execução do plano de ação para combate à desertificação		21.000,00	0,00	0	1	0	0
2399	Capacitação de multiplicadores municipais para combate à desertificação		5.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL			26.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 128 - Programa Finalístico

Programa: 083	Tocantins Joga Limpo									
Objetivo:	Promover a melhoria na qualidade de vida das comunidades, através de incentivo e apoio ao poder público municipal na implementação de ações ordenadas para gestão dos resíduos									



	sólidos, estimulando a ampliação e otimização dos serviços de limpeza urbana, bem como a preservação ambiental.						
Justificativa:		A geração indiscriminada, o acondicionamento e a disposição inadequada dos resíduos sólidos nos municípios constituem fontes constantes de poluição ambiental, tendo como consequência o prejuízo a qualidade de vida da comunidade local. A implantação de ações que visam orientar a geração, acondicionamento, tratamento e destinação final inadequada dos resíduos, ocasionando danos à qualidade de vida da comunidade, bem como doenças, o uso de água não potável, etc., a existência de lixões e o despreparo dos municípios para o planejamento e controle das ações de gestão dos resíduos são fatores que vêm favorecer a implantação destes programas.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Porcentagem dos resíduos sólidos destinados em aterros sanitários		Percentual	10		Jan./2005	100	
Acesso aos serviços de coleta de lixo doméstico			60			100	
Coleta seletiva de lixo			1			50	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2401	Apoio à implantação do sistema de destinação final de resíduos	690.000,00	0,00	0	1	0	0
2402	Funcionamento do fórum estadual lixo e cidadania	0,00	0,00	0	1	1	100
TOTAL		690.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 129 - Programa Finalístico

Programa: 085		Tocantins Turismo Verde				
Objetivo:		Promover o ecoturismo como alternativa sustentável para a geração de emprego e renda às comunidades do entorno das unidades de conservação.				
Justificativa:		A indústria do ecoturismo no Estado do Tocantins necessita de identificação dos problemas e diretrizes que depende do planejamento da gestão sustentada do patrimônio natural e cultural, voltado para a valorização dos recursos naturais e geração de empregos.				
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
-		-	-	-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)				



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1178	Elaboração de estudos, planos, programas e projetos na área de ecoturismo.	60.000,00	0,00	0,0	1	0	0
2371	Desenvolvimento da pesca esportiva	98.771,00	8.390,00	13,1	1	0,3	30
2407	Implantação da infra-estrutura básica de ecoturismo	289.485,00	117.453,93	41,2	3	1	35
2408	Realização de campanhas para promoção e marketing de ecoturismo	502.080,00	3.980,00	0,8	3	1	35
2410	Capacitação para ecoturismo	302.000,00	155.989,13	51,7	1	0,5	50
2411	Implantação da sinalização nos pólos de ecoturismo	10.000,00	0,00	0,0	1	0	0
TOTAL		1.262.336,00	285.813,06	22,64	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 130 - Programa Finalístico

Programa: 086		Biodiversidade e Recursos Genéticos						
Objetivo:		Promover o conhecimento, o manejo e o uso sustentável dos recursos biológicos com fins de proteção da biodiversidade.						
Justificativa:		Os ecossistemas naturais abrigam uma imensa diversidade biológica, prestando serviços essenciais para vida no planeta. A pressão antrópica sobre os recursos naturais vem crescendo em função da necessidade de espaço físico e produção de matéria-prima, assim sendo, torna-se imprescindível a adoção de medidas de conservação e manutenção de genes, espécies e ecossistemas como forma de contribuir efetivamente para a ecologia local e global.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Variações das diversidades de espécies da biodiversidade			Percentual		-	-	1	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1179	Realização de estudos para conhecimento da biodiversidade		574.000,00	71.550,00	12,5	1	1	100
TOTAL			574.000,00	71.550,00	12,5	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 131 - Programa Finalístico

Programa: 087		Agenda 21									
Objetivo:	Apoiar e viabilizar o planejamento estratégico descentralizado e participativo, em âmbito estadual										



e municipal, visando a sustentabilidade ambiental, social, política e econômica das ações propostas.

Justificativa:

A construção de estratégias que contribuam para a sustentabilidade ambiental, social, política econômica de uma região (estado ou município) apresenta-se como um desafio a implementação de um processo continuado e integrado para o desenvolvimento sustentável das populações, promovendo uma melhoria na qualidade de vida destas. A não implantação deste programa favorece à implantação contínua de ações desarticuladas, que não representam as aspirações das comunidades dos grupos locais (governamentais e não governamentais) em implantar no estado um processo descentralizado para a gestão dos recursos naturais acarretando prejuízo à implantação deste programa.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Agendas 21 estadual e municipais elaboradas		Unidade	-		-	100	
AÇÃO		META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2412	Construção e implementação da agenda 21 estadual	25.400,00	0,00	0	1	0	0
2413	Apoio e construção das agendas 21 locais	21.500,00	0,00	0	3	0	0
TOTAL		46.900,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 132 - Programa Finalístico

Programa: 091		Gestão Territorial								
Objetivo:		Elaborar políticas, instrumentos, estratégias prioritárias, ações estratégicas, diretrizes e metas que propiciem um modelo de gestão de recursos naturais e de atividades socioeconômicas capaz de oferecer suporte para um desenvolvimento econômico rápido, harmônico e sustentável.								
Justificativa:		Necessidade de monitorar indicadores para reavaliação de políticas públicas e ampliação da participação social nas ações governamentais; melhoria da divulgação e internalização dos produtos que subsidiam o programa de gestão territorial.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Número de atendimentos			Unidade		200		Out/2003		-	
Plano estratégico elaborado					-					
Quantidade de usuários atendidos pelo ceu-to					-					
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS					METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
2441	Fortalecimento institucional do CZEE		20.000,00	0,00	0	1	0	0		



2443	Atualização do laboratório de geoprocessamento e sensoriamento e mantê-lo em funcionamento	127.000,00	0,00	0	2	0	0
2444	Divulgação dos produtos do ZEE	39.600,00	9.553,00	24,1	13	7	25
2445	Capacitação dos recursos humanos do centro estadual de usuários do Tocantins	30.000,00	0,00	0	4	0	0
2446	Confeccionar os produtos do zoneamento ecológico-econômico do Bico do Papagaio	159.890,00	53.292,32	33,3	2600	360	15
2447	Operacionalização e manutenção do centro estadual de usuários do Tocantins	82.400,00	0,00	0	400	0	0
2465	Elaboração do plano de gestão territorial do Bico do Papagaio	700.712,00	144.777,75	20,7	37	37	100
TOTAL		1.159.602,00	207.623,07	17,90	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 133 - Programa Finalístico

Programa: 096		Desenvolvimento Regional do Sudeste – Pró Sudeste						
Objetivo:		Contribuir para a implantação de processos de desenvolvimento local sustentável, com ênfase no desenvolvimento produtivo difuso na região sudeste do Tocantins.						
Justificativa:		Baixo nível de capital humano e social, aliado às demandas por apoio na formação e fortalecimento de organizações de produtores na diversificação e agregação de valor ao produto local e nas carências identificadas para a construção de institucionalidades para a gestão participativa.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Organizações produtivas e públicas fortalecidas protegidas			Unidade		13	Out/2005	23	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1202	Fortalecimento das institucionalidades locais e regionais		106.892,00	106.892,00	100	23	10	43
1203	Apoio às atividades produtivas locais		12.345,00	12.345,00	100	23	3	13
TOTAL			119.237,00	119.237,00	100	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 134 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 084		Gestão da Política de Educação Ambiental								
Objetivo:		Consolidar a educação ambiental como colaborador na construção de uma nova racionalidade ambiental, sob a ótica da educação, e como fator fundamental na promoção de um modelo de desenvolvimento vinculado a participação social na formulação de políticas públicas.								
Justificativa:		A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. A educação ambiental promove mudança de comportamento pessoal, de atitudes e de valores nos cidadãos e tem consequências sociais e ambientais positivas, a não implantação deste programa favorecerá o desequilíbrio ecológico no estado, por não promover uma mudança de hábitos na comunidade com relação ao uso dos recursos naturais. Para a implementação do programa surtir o efeito esperado é necessário estabelecer parcerias entre o poder público e a comunidade, tornando estes multiplicadores de idéias e atitudes corretas com relação as questões ambientais.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Diminuição no número de multas aplicadas pela fiscalização ambiental			Percentual		-		-		50	
Diminuição no grau de degradação ambiental					-		-		80	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS				
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
2403	Funcionamento da comissão estadual de educação ambiental		0,00	0,00	0,0	1	1	100		
2404	Implantação e funcionamento do sistema de informação sobre educação ambiental		315.000,00	0,00	0,0	1	0	0		
2405	Acompanhamento da política estadual de educação ambiental		30.000,00	0,00	0,0	1	0	0		
2406	Apoio a implementação do programa estadual de educação ambiental		321.496,00	69.386,13	21,58	1	0,2	20		
TOTAL			666.496,00	69.386,13	10,41	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 135 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 081		Gestão da Política do Meio Ambiente									
Objetivo:		Promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade através da implementação de ações de conservação do meio ambiente.									
Justificativa:		O uso inadequado dos recursos naturais no estado, especificamente quanto à caça e pesca predatórias, desmatamento ilegal, queimadas descontroladas, exploração mineraria, uso do solo, entre outros, vem contribuindo para a degradação do meio ambiente. A não implantação do programa prejudicará a reversão deste quadro por não definir as estratégias e ações que									



serão necessrias para orientar o uso dos recursos naturais e no promover o fortalecimento dos rgos gestores da poltica estadual de meio ambiente, neste sentido, o interesse e as possibilidades de articulao de aes dos diferentes setores e agentes sociais, para definir e acordar princpios, diretrizes e estratgias para o uso sustentvel dos recursos naturais, buscando a proteo do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense, o fator condicionante para a implantao deste programa.

Prazo de Execuo: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Índice de diminuição da degradação ambiental		Percentual	-		-	100	
Índice de inserção e controle social			10		2005	100	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2387	Descentralização da gestão ambiental	101.000,00	18.883,77	18,7	2	0,70	35
2388	Acompanhamento do ICMS ecológico	57.800,00	31.197,85	54,0	1	0,50	50
2389	Fortalecimento do sistema estadual do meio ambiente	568.000,00	147.042,56	25,9	1	0,30	30
2391	Acompanhamento da política estadual de resíduos	0,00	0,00	0,0	1	0	0
2392	Planejamento do ecoturismo estadual	45.000,00	9.067,89	20,2	1	0,25	25
2393	Publicidade e utilidade pública	331.000,00	77.425,00	23,4	1	0,27	27
2394	Funcionamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente	0,00	0,00	0,0	1	0	0
2395	Acompanhamento da política ambiental do estado	60.000,00	31.329,62	52,2	1	0.50	50
2396	Funcionamento do sistema estadual de informações ambientais	53.519,00	33.519,00	62,6	1	0.60	60
2397	Capacitação ambiental	494.600,00	188.512,44	38,1	1	0.40	40
2398	Elaboração de planos diretores urbanos em apoio à gestão ambiental	1.455.000,00	89.392,10	6,0	1	0.15	15
TOTAL		3.165.919	626.370,23	19,8	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestao de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 136 - Programa de Gesto de Polticas Pblicas

Programa: 077	Planejamento, Oramento e Gesto
Objetivo:	Modernizar os processos de planejamento, oramento e gesto visando a melhoria na qualidade da elaborao, do gerenciamento, e da avaliao de programas e aes.
Justificativa:	A deficincia no desenho de programas, aes, alocao de recursos e inexistncia de sistemtica de gerenciamento e avaliao, faz necessrio a modernizao do processo de



planejamento, orçamento e gestão. A não modernização acarretará o descolamento entre o planejado, executado e as demandas da sociedade, inviabilizando a gestão por resultados.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
-		-	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1173	Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Planejamento, Orçamento e Gestão	450.000,00	49.552,24	11,0	100	0	0
1174	Desenvolvimento de sistemática de avaliação do PPA	183.000,00	13.146,59	7,2	1	0	0
1189	Desenvolvimento do modelo de Gestão pública	100.000,00	1.590,00	1,6	1	0	0
2372	Assessoramento técnico em planejamento, orçamento e gestão	164.000,00	74.597,41	45,5	2	1	50
2373	Formação de equipes técnicas de excelência	150.000,00	0,00	0,0	1	0	0
2374	Capacitação de servidores em planejamento, orçamento e gestão	273.725,00	47.868,89	17,5	40	5	12,5
TOTAL		1.320.725,00	186.755,13	14,1	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 137 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 088		Desenvolvimento Regional Sustentável			
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.				
Justificativa:	Formulado em 1.999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do Estado (3714-BR); a partir de 2002 o projeto evoluiu-se para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura com participação social são interdependentes na busca do desenvolvimento sustentável; Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do Estado: Sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paraná), Norte (Bico do Papagaio), Nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e Leste (Jalapão).				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Eficiência na conservação de áreas protegidas		Percentual	100	Jan/2005	150		
Impacto da melhoria gerencial na aplicação de recursos dor km conservados					115		
Aumento real da receita própria municipal					120		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1182	Elaboração de planos e estudos para o desenvolvimento regional	153.327,00	58.514,06	38,2	1	1	100
1184	Capacitação de servidores públicos municipais	99.116,00	0,00	0,0	225	0	0
1185	Capacitação de atores locais para o desenvolvimento	306.157,00	1.930,50	0,6	900	596	66
1187	Elaboração do plano de desenvolvimento institucional da SEPLAN	100.000,00	611,07	0,6	50	20	40
1188	Fortalecimento da base material para pesquisa e planejamento da SEPLAN	126.000,00	0,00	0,0	20	0	0
1190	Estudo dos municípios estratégicos de fronteiras	0,00	0,00	0,0	5	0	0
2414	Levantamentos sócio-econômicos e culturais	641.309,00	0,00	0,0	0	0	0
2416	Estudo de áreas prioritárias para unidade de conservação	971.341,00	0,00	0,0	0	0	0
2417	Estudo para indicação de corredores ecológicos	126.060,00	0,00	0,0	0	0	0
2419	Mapeamento da cobertura e uso da terra	523.231,00	0,00	0,0	0	0	0
2420	Orientação para implantação de conselhos de desenvolvimento regional	34.120,00	4.167,00	12,2	3	0	0
2421	Fomento a implantação de consórcios intermunicipais	83.560,00	0,00	0,0	2	1	50
2422	Implantação de unidade técnica regional	100.000,00	0,00	0,0	2	0	0
2423	Capacitação de servidores na área de planejamento, orçamento e gestão	114.600,00	0,00	0,0	100	0	0
2424	Levantamento dos recursos naturais	2.666.977,00	0,00	0,0	0	0	0
2429	Ampliação do sistema de proteção ambiental e gestão territorial	477.000,00	0,00	0,0	0	0	0
2430	Marketing da gestão territorial	750.000,00	0,00	0,0	0	0	0
2431	Capacitação de técnicos do sistema ambiental	603.150,00	0,00	0,0	0	0	0



2439	Avaliação de diversos programas executados pelo Governo do Estado	219.000,00	0,00	0,0	1	0	0
2440	Avaliação do programa de desenvolvimento regional sustentável	679.483,00	2.002,00	0,3	22	0	0
2442	Serviços de apoio para a coleta, monitoramento e mapeamento de dados	103.000,00	0,00	0,0	24	0	0
TOTAL		8.877.431,00	67.224,63	0,75	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

QUADRO 138 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 089		Informação para o Planejamento					
Objetivo:		Disponibilizar, em tempo real, informações sócio-econômicas do estado e seus municípios para a tomada de decisões no âmbito do poder executivo					
Justificativa:		Esse programa se justifica pela necessidade de conhecer a realidade do estado em suas diversas dimensões e para subsidiar a tomada de decisões, bem como, divulgar as potencialidades do estado.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Índice de informação disponibilizada			Percentual	60	Jan/2005	100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2432	Acompanhamento e evolução do produto interno bruto estadual	35.000,00	0,00	0,0	1	0	100
2433	Acompanhamento e divulgação do sistema de indicadores da construção civil em Palmas	30.000,00	0,00	0,0	12	0	0
2434	Atualização e revisão da revista Tocantins em Dados	74.000,00	0,00	0,0	*1000	0	0
2435	Elaboração e divulgação do perfil sócio-econômico e regional	35.000,00	5.950,00	17,0	43	39	97
2436	Elaboração de estudos sobre a evolução da economia do Estado	76.000,00	3.112,00	4,1	*12	1	100
2437	Atualização e revisão do anuário estatístico do Estado	155.000,00	26.000,00	16,8	1	1	100
2438	Construção de indicadores sócio-econômicos	25.000,00	7.820,00	31,3	1	0	0
TOTAL		430.000,00	42.882,00	9,97	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

*Disfunções detectadas no PPA na definição das metas físicas das ações nº 2434 e 2436. Nos dois casos a meta física deveria ter sido fixada em percentual de elaboração.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	35.043.639,00	7.149.425,49	20,40	27.894.213,51

3.1.22 Secretaria de Comunicação

A Secretaria da Comunicação foi instituída pelo Decreto nº 1.124 de 01 de fevereiro de 2000, tendo como finalidade o planejamento, a execução, a supervisão e acompanhamento das ações do governo, voltadas à divulgação institucional.

A Secretaria da Comunicação é uma entidade de direito público, voltada para coordenar, supervisionar e controlar a publicidade dos órgãos da Administração Pública direta e indireta sob o controle do Estado do Tocantins e tem como missão “a criação e implantação de meios destinados a atender a divulgação de campanhas institucionais e educativas do Governo”.

Para esta secretaria foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Divulgar as atividades e políticas públicas implantadas pelo Governo nas principais áreas de interesse da sociedade;
- Realizar campanhas educativas relativas aos direitos do cidadão e dos serviços colocados à sua disposição;
- Incentivar a sociedade através de campanhas a participar das políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do Estado;
- Atender às necessidades de informação dos usuários internos (administração direta e indireta) sob controle do Estado;
- Proceder o arquivamento de informações escritas (notícias jornalísticas) e fotográficas;
- Elaborar materiais que divulguem o Tocantins, atraindo turistas, investidores, construindo e consolidando uma boa imagem do Estado.

A Secretaria da Comunicação é responsável pela divulgação do Governo e do próprio Estado no Brasil e no mundo.

O Governo Estadual, suas Secretarias, Autarquias e demais órgãos públicos, através da SECOM, divulgam suas atividades e políticas públicas mediante campanhas educacionais e institucionais.

Além das campanhas, a SECOM atua, também, como o elo entre poder público e imprensa, gerando notícias/releasing para os jornais, ou seja, o Governo produz o fato, a SECOM transforma-o em notícia para que todos possam tomar conhecimento dos fatos com rapidez, precisão, ética e responsabilidade.

As atribuições desta Secretaria foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Previdência Social e um Finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 28.308.368,00**, com execução de **R\$ 27.965.549,56**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 139 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	25.000,00	17.515,75	70,06	7.484,25
TOTAL	25.000,00	17.515,75	70,06	7.484,25

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Comunicação

QUADRO 140 - Programa Finalístico

Programa: 074		Divulgação das Atividades Governamentais						
Objetivo:		Divulgar e informar para a comunidade em geral as políticas públicas, programas e ações desenvolvidas pelo governo, através de campanhas e peças publicitárias, veiculadas pelos diversos meios de comunicação, como: televisão, rádio, jornais impressos, revistas, outdoor, cartazes, folders e outros.						
Justificativa:		Tendo em vista diversas áreas de atuação do Governo, é necessário desenvolver meios para tornar público as atividades desenvolvidas.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Quantidade de informações produzidas e divulgadas à comunidade em geral			Percentual	-	-	2005		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2365	Veiculações Institucionais		16.730.800,00	16.593.674,66	99,18	12.000	51.271	427,26
2366	Produção de materiais institucionais		8.439.822,00	8.398.571,27	99,51	800	438	54,75
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais		504.164,00	468.108,56	92,85	1	1	100,00
2002	Coordenação e Manutenção de Serviços de Transportes		207.079,00	163.095,60	78,76	5	4	80,00
2004	Manutenção de Recursos Humanos		2.345.232,00	2.271.995,71	96,88	60	108	180,00
2003	Ações de Informática		56.271,00	52.588,01	93,45	40	46	115,00
TOTAL			28.283.368,00	27.948.033,81	98,81	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 Secretaria de Comunicação

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	28.308.368,00	27.965.549,56	98,79	342.818,44

3.1.23 Secretaria de Recursos Hídricos

O Decreto nº 1.461, de 22 de março de 2002, instituiu a Secretaria dos Recursos Hídricos e o Decreto nº 1.698 de 31 de janeiro de 2003, altera a titularidade dos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Tocantins, com interveniência da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Integração Nacional, com interveniência da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, transferindo-os para a interveniência da Secretaria dos Recursos Hídricos, alterando suas atividades.

Seu Regimento Interno e o Estatuto encontram-se na Casa Civil para aprovação e publicação no Diário Oficial.

Tem como missão ***a implantação das políticas de usos das águas, a elaboração de infra-estrutura hídrica necessária a: a) geração de energia, navegação, drenagem, proteção e retificação de canais naturais destinados ao atendimento de pequenas comunidades, aquicultura, irrigação e prevenção ou minimização dos efeitos das secas e inundações; b) de obras de implantação, ampliação e recuperação de infra-estrutura hídrica para aproveitamento hidroagrícola, e; c) de ações de convivência com a seca, com ênfase ao aproveitamento de recursos hídricos para uso humano e geração de emprego e renda.***

Os Programas desenvolvidos por esta Secretaria têm os seguintes objetivos:

- Construções de Infra-Estruturas Hídricas;
- Geração de Empregos Diretos e Indiretos;
- Abastecimento Público de Água;
- Desenvolvimento de outras atividades econômicas correlatas com as ações dos programas.

As atividades desenvolvidas por esta Secretaria se justificam pela necessidade de promover o desenvolvimento regional, dando condições para o aumento da produtividade de grãos e frutas, através de irrigação e conseqüentemente gerando emprego e renda para a população do estado do Tocantins.

Estratégias de implementação das ações se deram através dos seguintes procedimentos:



- 1 - Outorga de uso da Água – na esfera Federal emitido pela ANA - Agência Nacional de Água e na esfera Estadual pelo Naturatins;
- 2 - Licença Prévia emitida pelos órgãos licenciadores, na esfera estadual Naturatins e na esfera Federal pelo IBAMA; Os mesmos procedimentos são utilizados para as licenças de Instalação e de operação;
- 4 - Autorização para desmatamento emitida pelo IBAMA;
- 5 - Protocolização do projeto junto ao Ministério da Integração Nacional.

As atribuições da Secretaria dos Recursos Hídricos foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa - Apoio Administrativo e três Fianlísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 993.001,00**, com execução de **90,60%**, ou seja, **R\$ 899.720,33**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 141 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	235.000,00	176.477,90	75,10	58.522,10
Manutenção de Serviços de Transportes	50.000,00	30.651,99	61,30	19.348,01
Manutenção de Recursos Humanos	682.001,00	681.757,80	99,96	243,20
Ações de Informática	26.000,00	10.832,64	41,66	15.167,36
TOTAL	993.001,00	899.720,33	90,60	728.808,07

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Recursos Hídricos

QUADRO 142 - Programa Finalístico

Programa: 057		Perenização das Bacias Hidrográficas			
Objetivo:	Promover a reservação de recursos hídricos estadual, para que nos permita um planejamento e desenvolvimento das atividades múltiplas (agropecuária, abastecimento público, geração de energia, consumo industrial, piscicultura, lazer e turismo), a qual a água é um fator limitante.				
Justificativa:	Necessidade de perenização dos rios temporários do Estado do Tocantins				
Prazo de Execução:	25 (vinte e cinco) anos				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
		-	-	-	-
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1020	Estudo de proteção para evitar a descaracterização do bico do papagaio	0,00	0,00	0	5	0	0
1019	Construção de obras hídricas visando o armazenamento de água para usos comuns	0,00	0,00	0	40	0	0
1014	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 3	3.417.569,00	3.181.158,12	93,08	1	0,99	99
1015	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 16	0,00	0,00	0	25	0	0
1016	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 15	0,00	0,00	0	6	0	0
1017	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 10	0,00	0,00	0	30	0	0
1018	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 26	0,00	0,00	0	2	0	0
TOTAL		3.417.569,00	3.181.158,12	93,08	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Recursos Hídricos

QUADRO 143 - Programa Finalístico

Programa: 058		Infra-Estrutura Hídrica para Aproveitamento Hidroagrícola								
Objetivo:		Assegurar a oferta de água de boa qualidade para a produção agrícola, através de construção de obras estruturantes.								
Justificativa:		Promover o desenvolvimento regional através de cultura irrigada.								
Prazo de Execução:		25 (vinte e cinco) anos								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
			-		-		-		-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
1021	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Manuel Alves		30.620.780,00	28.126.511,10	91,85	1	0,2521	25,21		
1022	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto São João		10.208.500,00	6.734.021,41	65,96	1	0,15	15		



1023	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Sampaio	14.345.324,00	8.096.486,66	56,44	1	0,1176	11,76
1024	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Gurita	656.180,00	653.277,78	99,56	1	0,99	99
1025	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Javaés	7.973.000,00	32.874,75	0,41	1	0,05	5
1026	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Chapada	0,00	0,00	0	21	0	0
1027	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Paraná	0,00	0,00	0	1	0	0
1028	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Prodecer III	0,00	0,00	0	1	0	0
1029	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Taipas	0,00	0,00	0	1	0	0
1030	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Conceição	0,00	0,00	0	1	0	0
1031	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Taguatinga	0,00	0,00	0	1	0	0
1032	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Combinado	0,00	0,00	0	1	0	0
1033	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Palmeirópolis	0,00	0,00	0	1	0	0
1034	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Arraias	0,00	0,00	0	1	0	0
1035	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Esperantina	0,00	0,00	0	1	0	0
1036	Elaboração de diagnóstico e cadastro das Infra-estruturas hídricas do Estado	150.100,00	0,00	0	30	0	0
1037	Seminários de Implementação das políticas de usos múltiplos das águas	4.310,00	0,00	0	25	0	0
1038	Realização de estudos, pesquisas e conservação dos solos e da água	32.400,00	0,00	0	40	0	0
1039	Capacitação dos Engenheiros e/ou técnicos para o planejamento e gestão de projetos	4.080,00	0,00	0	15	0	0
TOTAL		63.994.674,00	43.643.171,70	68,20	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Recursos Hídricos

QUADRO 144 - Programa Finalístico

Programa: 059	Hidrogeologia do Estado do Tocantins			
Objetivo:	Desenvolver pesquisa para conhecimento do potencial hidrogeológico do Estado do Tocantins			
Justificativa:				
Prazo de Execução:	3 anos			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Hidrogeologia do Estado do Tocantins		-	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1040	Estudos do potencial hídrico subterrâneo para identificar os aquíferos	0,00	0,00	0	5	0	0
TOTAL		0,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Secretaria de Recursos Hídricos

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	68.405.244,00	47.724.050,15	69,76	20.681.193,85

3.1.24 Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFAZ

No exercício de 2003, esta unidade gestora foi contemplada com o programa de Gestão de Políticas Públicas. Para a execução desse programa foram autorizados recursos no montante de **R\$ 330.073.764,00**, com execução de **R\$ 7.406.316,93**. O quadro abaixo demonstra a execução físico-financeira do programa com suas respectivas ações.

QUADRO 145 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 109		Gestão Fiscal e de Execução Financeira e Contábil								
Objetivo:		Controlar e aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução fiscal, financeira e contábil, com finalidade de planejar com eficiência e efetividade para reduzir custos e ampliar a aplicação de recursos em prol da sociedade.								
Justificativa:										
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
-			-		-		-		-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado		Executado		% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2356	Administração centralizada de serviços bancários		1.193.435,00		1.193.434,39		99,99	10	-	-



2357	Administração centralizada dos serviços de interesse público	371.924,00	356.923,52	95,96	43	-	-
2360	Indenizações e restituições	341.000,00	336.454,14	98,66	8	-	-
2357	Transferências constitucionais aos municípios	172.441.697,00	167.116.082,58	96,91	139	-	-
2361	Contribuição para o PIS/PASEP	9.800.000,00	9.644.989,27	98,42	1	-	-
2354	Administração da dívida interna e de seus serviços	31.538.572,00	30.031.480,66	95,22	34	-	-
2355	Administração da dívida externa e de seus serviços	114.387.136,00	113.988.082,51	99,65	4	-	-
TOTAL		330.073.764,00	322.667.447,07	97,76	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ

3.1.25 Programação Especial do Estado – Recursos sob Supervisão da SEPLAN

A Unidade Gestora foi criada pela Lei nº 727/95, de 18 de janeiro de 1995.

Em 2004, esse órgão desenvolveu ações em um programa finalístico e o programa de reserva de contingência, contando com recursos autorizados da ordem de **R\$ 250.000,00** e utilizando apenas **12%**, o que representa um montante de **R\$ 29.197,00**. A execução de cada um dos programas será demonstrada nos quadros a seguir.

QUADRO 146 - Programa Finalístico

Programa: 095		Fomento ao Desenvolvimento do Tocantins			
Objetivo:	Operacionalizar e materializar a implantação da agência de fomento.				
Justificativa:	A implantação e consolidação de mecanismos de fomento para o desenvolvimento do estudo do Tocantins torna-se vital para a indução e estímulo das atividades econômicas do estado visando o melhor aproveitamento de nossas potencialidades econômicas e a ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de inserção de novos projetos de microempresas		Percentual	0	2003	3
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
1208	Implantação da agência de fomento do estado do Tocantins	250.000,00	29.197,00	12	1	-	-
1209	Aumento do capital da agência de fomento do estado do Tocantins	0,00	0,00	0	10	0	0
TOTAL		250.000,00	29.197,00	12	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Recursos Sob a Supervisão da SEPLAN

QUADRO 147 – Reserva de Contingência

Programa: 999		Reserva de Contingência								
Objetivo:		Reserva de contingência.								
Justificativa:										
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
			-		-		-		-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado		Executado		% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
9999	Reserva de contingência		0,00		0,00		0	-	-	-
TOTAL			0,00		0,00		0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Recursos Sob a Supervisão da SEPLAN

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	250.000,00	29.197,00	12	220.803,00

3.2. Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais

A Administração indireta do Estado do Tocantins é composta por 15 autarquias, 2 fundações e 20 fundos especiais que atuam nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, cujo objetivo é desenvolver as funções do Governo de forma descentralizada, obedecendo aos limites de suas atribuições e competências:

3.2.1 Autarquias

3.2.1.1 Universidade Estadual de Palmas - UNIPALMAS

A UNIPALMAS – Universidade Estadual de Palmas, criada pela Lei n.º 1.127 de 1º de fevereiro de 2000, foi uma autarquia estadual, de direito público integrante do Sistema Estadual de Educação, com sede e foro na cidade de Palmas – Tocantins, tendo sido extinta pela Lei nº 1.478, de 25 de junho de 2004.

Suas atribuições, até sua extinção, foram desenvolvidas através do programa finalístico Desenvolvimento do Ensino de Graduação. Os recursos autorizados para realização desse programa foram da ordem de **R\$ 2.593.998,00**, sendo utilizados desse montante o valor de **R\$ 2.591.972,56**, o que representa 99,92% do total, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 148 - Programa Finalístico

Programa: 073		Desenvolvimento do Ensino de Graduação						
Objetivo:		Apoiar financeiramente a Universidade do Tocantins com recursos necessários para o desenvolvimento de ensino de graduação qualificado que atenda as demandas da sociedade e também o apoio para as despesas de natureza tipicamente administrativas que visa implementar e gerir os programas finalísticos.						
Justificativa:		O objetivo principal da UNIPALMAS está voltado para o ensino de graduação, a pesquisa e a extensão universitária.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de graduação e pós-graduação			Percentual	-	2003	100		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3134	Instrumentação de Laboratório de Pesquisa		0,00	0,00	0	47	0	0
3135	Construção de Laboratórios		0,00	0,00	0	200	0	0
3136	Ampliação de Frota de Veículos		0,00	0,00	0	1	0	0
4244	Ampliação de Acervo Bibliográfico		0,0	0,0	0	1.600	0	0



4245	Informatização e modernização dos Serviços Administrativos	0,0	0,0	0	10	0	0
4004	Manutenção de Recursos Humanos	2.435.444,00	2.433.464,22	99,91	1.300	1.300	100
4001	Coordenação e Manutenção dos serviços Administrativos Gerais	158.554,00	158.508,34	99,97	12	12	100
TOTAL		2.593.998,00	2.591.972,56	99,92	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Universidade Estadual de Palmas

3.2.1.2 Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO

O objetivo desta entidade consiste no desenvolvimento de ações sociais, gerindo os recursos do FUNDES, responsável por injetar no mercado, recursos advindos de microcréditos e empréstimos aos funcionários públicos estadual para viabilizar novos empreendimentos, com isto gerando emprego e renda.

As atribuições do Instituto Social Divino Espírito Santo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e Previdência Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.476.742,00**, com execução de **89,94%**, ou seja, **R\$ 2.153.252,85**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 149 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	507.000,00	428.154,31	74,45	78.845,69
Manutenção de Serviços de Transportes	55.500,00	30.013,00	54,08	25.487,00
Manutenção de Recursos Humanos	1.774.042,00	1.610.608,86	90,79	163.433,14
Ações de Informática	117.000,00	63.452,12	54,23	53.547,88
TOTAL	2.453.542,00	2.132.228,29	86,90	321.313,71

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Social Divino Espírito Santo

QUADRO 150 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	23.200,00	21.024,56	90,62	2.175,44



TOTAL	23.200,00	21.024,56	90,62	2.175,44
--------------	------------------	------------------	--------------	-----------------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Social Divino Espírito Santo

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	2.476.742,00	2.153.252,85	89,94	323.489,15

3.2.1.3 Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – AD

A AD - Tocantins, foi criada em 03 de maio de 1996 através da Lei Estadual n.º 830, sob a forma de autarquia estadual, como pessoa jurídica de direito público. E é regida pelo seu Regulamento (Decreto Estadual n.º 431 de 28/04/97).

Segundo seu Regulamento, o objetivo da Agência é induzir e estimular, mediante apoio técnico e financeiro, as atividades voltadas para o desenvolvimento auto-sustentável do Estado. Abrangendo o desenvolvimento de projetos de curto, médio e longo prazo, em todos os setores de atividade econômica. Podendo, para isso, constituir parcerias com instituições públicas e entidades privadas ou agentes financeiros nacionais, internacionais ou estrangeiros.

É importante mencionar que desde junho de 2001, com a criação da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins – AHDU, conforme Lei nº 1.226 de 06/06/2001, algumas destas atividades passaram a ser de competência da nova Agência. Portanto, atualmente a AD -Tocantins tem como principal e exclusiva atividade a regularização dos lotes urbanos da Capital do Estado, como também, a liquidação das obrigações das seguintes companhias: CODETINS, CASETINS E MINERATINS.

As atribuições da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social e dois Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.668.749,00**, com execução de **R\$ 2.393.853,05**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 151 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	239.794,00	211.211,50	88,08	28.582,50
Manutenção de Serviços de Transportes	30.000,00	14.534,94	48,44	15.465,06
Manutenção de Recursos Humanos	1.174.706,00	1.135.157,62	96,63	39.548,38
Ações de Informática	12.167,00	10.104,08	83,04	2.062,92
TOTAL	1.456.667,00	1.371.008,14	94,12	85.658,86

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Desenvolvimento do Estado

QUADRO 152 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	0,00	0,00	0	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0	0,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Desenvolvimento do Estado

QUADRO 153 - Programa Finalístico

Programa: 037		Ordenamento do Plano Diretor de Palmas					
Objetivo:		Promover o crescimento da cidade através de novas quadras para serem comercializadas dentro do plano diretor de Palmas – TO, como também regularização das quadras já alienadas coibindo ocupações irregulares através de fiscalização contínua.					
Justificativa:		Atender o crescimento urbano e o crescimento populacional, a não implantação do programa implicará em crescimento desordenado e o surgimento de favelas, implicando diretamente na redução da qualidade de vida da população de Palmas.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Percentual de lotes comercializados			Percentual	-	-	110	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4171	Fiscalização das Quadras do Plano Diretor de Palmas.	8.000,00	0,00	0	1	0	0
4170	Aberturas de novas Quadras do Plano Diretor de Palmas	0,00	0,00	0	1	0	0
4169	Regularização das quadras do Plano Diretor de Palmas	25.407,00	24.407,00	99,9	1	0,9	90
TOTAL		33.407,00	24.407,00	73,06	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Desenvolvimento do Estado

QUADRO 154 - Programa Finalístico

Programa: 058		Extinção das Empresas: CODETINS, CASETINS, MINERATINS.				
Objetivo:	Promover a Liquidação Extra Judicial das companhias, Cia de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS, Cia de Armazém Gerais e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS, Cia de Mineração do Tocantins – MINERATINS.					
Justificativa:	Em virtude dos prejuízos que as companhias vinham apresentando nos últimos anos e em cumprimento aos decretos n.ºs 489/97, 392/97, faz – se necessário a liquidação das mesmas.					
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de	Índice Atual	Data da	Índice	

		Medida		Apuração	Desejado		
Taxa de negociação de dívidas		Percentual	-	-	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4172	Liquidação da Codetins.	874.750,00	773.575,43	88,43	5	4	80
4173	Liquidação da Casetins	76.000,00	18.327,45	24,12	5	1	20
4174	Liquidação da Mineratins	227.925,00	206.535,03	90,62	5	4,50	90
TOTAL		1.178.675,00	998.437,91	96,06	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Desenvolvimento do Estado

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	2.668.749,00	2.293.853,05	85,95	274.895,95

3.2.1.4 Agência de Habitação Desenvolvimento Urbano TO - AHDU

Foi instituída pela Lei n.º 1.226, de 06 de junho de 2001 e tem como missão implementar políticas de habitação e desenvolvimento urbano, integradas e abrangentes compatíveis com o desenvolvimento sustentado, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tocaninenses, o resgate da cidadania e a reinclusão social com ações pautadas na justiça social.

As atribuições da Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e dois Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 39.672.541,00**, com execução de **30,72%**, ou seja **R\$ 12.188.772,63**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 155 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	507.000,00	361.388,08	71,27	144.611,92
Manutenção de Serviços de Transportes	114.400,00	67.290,62	58,82	47.109,38
Manutenção de Recursos Humanos	1.000,858,00	968.803,93	96,79	32.054,07
Ações de Informática	92.000,00	50.008,07	54,36	41.991,93
TOTAL	1.713.858,00	1.401.502,61	81,78	265.767,30

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano

QUADRO 156 - Programa Finalístico

Programa: 035		Moradia								
Objetivo:		Reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo das famílias tocaninenses de menor poder aquisitivo.								
Justificativa:		O Tocantins apresenta ainda, embora o Governo do Estado não tenha medido esforços para sanear as principais necessidades da população , um grande déficit habitacional. As políticas habitacionais visam justamente resgatar a cidadania e promover a reinclusão social das famílias de baixa renda oferecendo uma melhor qualidade de vida.								
Prazo de Execução:		48 meses								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Percentual de moradias concedidas			Percentual		-		-		110	
AÇÃO			META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
4164	Realização de levantamento estatístico, social e econômico das famílias do Estado do Tocantins.		0,00	0,00	0	01	0	0		
3077	Construção de casas populares		27.958.283,00	10.516.781,82	36,79	1.419	706	49,75		
TOTAL			27.958.283,00	10.516.781,82	36,79	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano

QUADRO 157 - Programa Finalístico

Programa: 036		Desenvolvimento Urbano			
Objetivo:	Propiciar aos municípios condições através de estudos e planejamento, um crescimento/desenvolvimento organizado, respeitando-se as leis ambientais e as demais legislações vigentes quanto à utilização adequada do solo.				
Justificativa:	Evitar o crescimento desorganizado das cidades, designando áreas específicas para os diversos setores e segmentos da sociedade, evitando-se aglomeração de construções em áreas não apropriadas, de modo que melhore a qualidade de vida da população.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de investimentos em habitabilidade		Percentual	45	10/2003	100
AÇÃO		META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA		METAS FÍSICAS	



		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3078	Construção de cais em cidades ribeirinhas	0,00	0,00	0	1	0	0
3079	Construção de balneários	0,00	0,00	0	1	0	0
4165	Elaboração de planos diretores	0,00	0,00	0	1	0	0
3080	Calçamento de vias públicas	0,00	0,00	0	1.667	0	0
3081	Construção de parques e jardins	0,00	0,00	0	1	0	0
3177	Abertura de quadras	10.000.000,00	223.450,11	2,23	1	1	100
TOTAL		10.000.000,00	223.450,11	2,23	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	39.672.541,00	12.188.722,63	30,72	27.483.818,37

3.2.1.5 Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

Criado pela Lei n.º 858, de 26 de julho de 1996, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia, substituiu a Fundação Natureza do Tocantins, sucedendo-a em direitos, obrigações, patrimônio, bem como dotações orçamentárias.

O Decreto n.º 311, de 23 de agosto de 1996, homologou o Regulamento do Instituto Natureza do Tocantins, vigente até a presente data.

A missão precípua do Instituto de Natureza do Tocantins é aquela definida pela Lei n.º 29, de 21 de abril de 1989, qual seja, promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e utilização racional dos recursos ambientais, para tanto devendo funcionar como órgão técnico do Governo do Estado, propiciando o estabelecimento de normas e padrões de controle ambiental e atuando na fiscalização do cumprimento da legislação pertinente, buscando proporcionar capacitação de pessoal e na prestação de serviços ambientais.

Consoante estatuiu a Lei n.º 858/96 são de competência do Instituto Natureza do Tocantins:

- 1 – a execução da política ambiental do Estado;

- 2 – o monitoramento e o controle ambiental;
- 3 – a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;
- 4 – a prestação de serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos.

Com vistas à consecução de seus objetivos, o Instituto poderá manter intercâmbio com órgãos ou entidades brasileiras ou internacionais, celebrar acordos, convênios, contratos e ajustes com órgãos ou entidades públicas ou privadas e instalar ou suprimir dependências em todo o território estadual.

As atribuições do Instituto Natureza do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, sete Finalísticos e três de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 14.216.330,00**, utilizando cerca de **54,73%** desse montante, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 158 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.349.937,00	707.978,64	52,44	641.958,36
Manutenção de Serviços de Transportes	671.793,00	404.530,61	60,22	267.262,39
Manutenção de Recursos Humanos	5.020.074,00	4.941.687,55	98,44	78.386,45
Ações de Informática	153.500,00	58.906,50	38,37	94.593,50
TOTAL	7.253.304,00	6.170.589,35	85,07	1.082.200,70

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 159 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	58.000,00	57.486,05	99,11	513,95
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP	5.000,00	0,00	0	5.000,00
TOTAL	63.000,00	57.486,05	91,25	5.513,95

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

**QUADRO 160 - Programa Finalístico**

Programa: 078		Gestão da Política de Recursos Hídricos					
Objetivo:		Promover o ordenamento do uso dos recursos hídricos e o equacionamento dos conflitos, com o envolvimento e a participação dos atores sociais no processo de gerenciamento das águas.					
Justificativa:		A gestão de recursos hídricos, com base nos princípios e diretrizes definidas na política estadual, pressupõe a minimização dos conflitos de usos, ocasionados pelos interesses concorrentes e o planejamento racional com vistas a garantir a todos o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórias, incentivando ações conservacionistas de uso do solo e da água, além de fomentar os múltiplos usos.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Grau de participação da comunidade na formação dos comitês de bacias			Percentual			95	
Percentual de redução da degradação da qualidade das águas			Percentual	-	-	100	
Número de conflitos relacionados aos usos das águas mediados			Unidade			100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4129	Execução do sistema de cadastro e outorga de direito de uso de água	115.171,00	10.547,85	9,15	5	1	20
4127	Implementação dos comitês de bacias hidrográficas prioritárias	73.200,00	4.691,48	6,40	5	1	20
4128	Recuperação de nascentes e mananciais em áreas urbanas	71.300,00	1.483,50	2,08	5	1	20
4126	Estruturação do sistema de informações hidrometeorológicas – SIH	94.738,00	9.699,99	10,23	5	1	20
4130	Elaboração dos planos de bacias hidrográficas prioritárias	63.500,00	0,00	0,00	5	0	0
3059	Mapeamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	108.000,00	0,00	0,00	5	0	0
TOTAL		525.909,00	26.422,82	5,02	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 161 - Programa Finalístico

Programa: 079	Áreas Protegidas do Tocantins									
Objetivo:	Estabelecer critérios e normas para criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação no Estado do Tocantins.									
Justificativa:	Proteção e Conservação da Biodiversidade e recursos naturais das Unidades de Proteção Integral, visando o desenvolvimento das atividades de pesquisa e turismo sustentável.									



Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
UC's gerenciadas, com Conselhos Gestores e infra-estrutura implementadas. Projeto de desenvolvimento sustentável aplicado nas áreas de entorno das UC's.			Unidade	-	-	13	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4131	Gerenciamento de UC's	336.790,00	174.182,59	51,71	4	4	100
4334	Manutenção da infra-estrutura administrativa das UC's	544.141,00	2.805,22	0,51	4	1	25
4337	Implementação do plano de manejo das UC's	101.525,00	11.766,00	11,59	3	1	33,33
4134	Fomento ao uso dos recursos naturais sustentáveis no entorno das UC's	64.207,00	75,00	0,11	9	0	0
4132	Implantação de infra-estrutura nas UC's	689.924,00	84.565,00	12,25	3	2	66,66
4133	Elaboração do plano de manejo para UC's.	130.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		1.866.587,00	273.393,81	14,65	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 162 - Programa Finalístico

Programa: 083		Tocantins Joga Limpo			
Objetivo:	Implementar ações para gestão integrada dos resíduos sólidos, estimulando o planejamento, a ampliação e otimização dos serviços de limpeza urbana, bem como a preservação ambiental.				
Justificativa:	A geração indiscriminada, o acondicionamento e a disposição inadequada dos resíduos sólidos nos municípios constituem fontes constantes de poluição ambiental, tendo como consequência o prejuízo à qualidade de vida da comunidade local. A implementação de ações que visam orientar a geração, acondicionamento, tratamento e destinação final dos resíduos são fatores primordiais para a reversão do quadro, cada vez maior, de degradação ambiental, proporcionando aos órgãos gestores da limpeza urbana condições favoráveis ao adequado gerenciamento dos resíduos no Estado, diminuindo a poluição ambiental causada pela geração indiscriminada e pela destinação final inadequada dos resíduos, ocasionando danos à qualidade de vida da comunidade, como doenças, uso de água não potável, etc.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentagem dos resíduos sólidos destinados em aterros sanitários		Percentual			100
Acesso aos serviços de coleta de lixo doméstico		Unidade	-	-	100
Coleta seletiva de lixo		Unidade			50



AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4139	Apoiar a Elaboração, Implantação e Implementação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.	66.700,00	160,00	0,23	16	0	0
4138	Apoiar a Implantação dos Fóruns Municipais de Lixo e Cidadania	50.210,00	3.864,88	7,70	22	1	4,54
TOTAL		116.910,00	4.024,88	3,44	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 163 - Programa Finalístico

Programa: 086		Biodiversidade e Recursos Genéticos						
Objetivo:		Promover o conhecimento, o manejo e o uso sustentável dos recursos biológicos com fins de proteção da biodiversidade.						
Justificativa:		Promover o uso sustentável e a conservação da fauna junto às comunidades de pequenos produtores rurais no Estado do Tocantins. Receber animais oriundos das apreensões nas rotas de fiscalização dos órgãos ambientais, tendo em vista que o estado do Tocantins serve de corredor para a rota de tráfico de animais silvestres. Monitorar e inventariar a flora e fauna das UC's.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Variações das diversidades de espécies da biodiversidade			Unidade	-	-	1		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3176	Implantação do Banco de sementes da Amazônia		76.000,00	0,00	0	40	0	0
4141	Apoio aos projetos de manejo de fauna sustentado		357.258,00	39.078,66	10,94	4	2	50
4142	Implantação do centro de triagem e recepção de animais		127.000,00	0,00	0,00	1	0	00
4333	Manutenção do centro de triagem e recepção de animais silvestres		17.000,00	0,00	0,00	1	0	00
4332	Monitoramento da fauna e flora da unidade de conservação		22.000,00	0,00	0,00	0	0	00
4143	Realização de inventários da fauna e flora das uc's.		100.900,00	0,00	0,00	3	0	00
TOTAL			700.158,00	39.078,66	5,58	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 164 - Programa Finalístico

Programa: 099		Ordenamento de Recursos Florestais								
Objetivo:		Promover a gestão dos recursos florestais do Estado de forma sustentável, com a implantação do licenciamento ambiental da propriedade rural –LAPR, oferecendo alternativas de recuperação de áreas degradadas e fomento florestal, visando a valorização dos produtos florestais.								
Justificativa:		Com a implantação do novo sistema de licenciamento da propriedade rural com o uso de ferramentas de geo-referenciamento e de imagens de satélite, possibilitará um controle mais efetivo das áreas autorizadas para desmatamento, bem como a identificação de áreas especialmente protegidas que foram suprimidas e que se deve promover a sua recomposição, além da identificação dos desmatamentos irregulares.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Nível de demanda atendida.			Percentual		-		-		90	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
4144	Manutenção do sistema geo-referenciado de gerenciamento de propriedades rurais.		577.691,00	425.765,79	73,70	1700	1210	71,17		
4335	Manutenção das unidades de viveiros florestais no estado		101.500,00	0,00	0,00	1	0,00	0,00		
4145	Implantação de viveiros florestais		29.000,00	0,00	0,00	1	0,00	0,00		
TOTAL			708.191,00	425.765,79	60,12	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 165 - Programa Finalístico

Programa: 100		Monitoramento Ambiental			
Objetivo:	Monitorar a qualidade dos recursos naturais do Estado do Tocantins, possibilitando a administração eficiente de seus usos múltiplos, garantindo a oferta, a preservação e a conservação dos mesmos.				
Justificativa:	As atividades potencialmente poluidoras do estado lançam efluentes e depositam resíduos perigosos sem tratamento conseqüentemente prejudicando o meio ambiente e a saúde pública. Tendo em vista esta situação o monitoramento ambiental visa conhecer a qualidade ambiental e as tendências qualitativas e quantitativas dos recursos naturais do estado, subsidiando medidas de planejamento, controle, recuperação, preservação e conservação do ambiente em estudo, bem como auxiliar na definição de políticas públicas. O monitoramento reflete as relações de ações antrópicas e fatores naturais sobre o meio ambiente, bem como disponibilizará dados para a atuação das instituições por meio de planos, programas, programas, projetos, instrumentos legais e financiamentos capazes de manter as condições ideais dos recursos naturais ou recuperar áreas e sistemas específicos.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Percentual de corpos hídricos classificados		Percentual	-	-	100		
Percentual de empreendimentos com lo c/ ste funcionando eficientemente					50		
Índice de focos de calor					90		
Qualidade de relatórios da qualidade do ar dos centros urbanos							
Percentual de emergências ambientais atendidas					100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4149	Avaliação da Balneabilidade das Praias e Balneários do Estado	61.077,00	0,00	0,00	22	0	0
4150	Monitoramento dos Corpos D'água em Bacias Hidrográficas Prioritárias	147.300,00	4.466,00	3,03	17	3	17,64
4151	Implementação de Automonitoramento de Efluentes	62.912,00	5.988,00	9,51	82	20	24,39
4153	Monitoramento de Focos de Calor	85.476,00	3.573,40	4,18	47.842	13.256	27,70
TOTAL		356.765,00	14.027,40	16,72	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 166 - Programa Finalístico

Programa: 101		Controle Ambiental								
Objetivo:		Licenciar e fiscalizar os empreendimentos potencialmente poluidores de impactos ambientais urbanos e rurais.								
Justificativa:		Considerando o aumento das atividades modificadoras das condições ambientais no Estado do Tocantins, bem como a exploração desordenada dos recursos naturais, faz-se necessário executar de forma contínua e eficiente o controle ambiental dessas atividades, cumprindo a Legislação Ambiental, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida, a saúde e o meio ambiente.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Percentual de empreendimento licenciado			Percentual		-		-		80	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
4155	Licenciamento Ambiental		156.325,00	47.920,37	30,65	5500	529	9,61		



4156	Fiscalização Ambiental	377.870,00	65.548,45	17,34	3960	1592	40,20
TOTAL		534.195,00	113.468,82	21,24	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 167 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 081		Gestão da Política de Meio Ambiente								
Objetivo:		Promover a melhoria da qualidade ambiental implementando ações de conservação e preservação do meio ambiente.								
Justificativa:		O uso inadequado dos recursos naturais no estado, especificamente quanto à caça e pesca predatórias, desmatamentos ilegais, queimadas descontrolada, exploração mineraria, uso do solo, entre outros, vem contribuindo para a degradação do meio ambiente. A implementação do programa reverterá este quadro por definir as estratégias e ações que serão necessárias para orientar o uso dos recursos naturais e promover o fortalecimento dos órgãos gestores da política estadual de meio ambiente, visando o uso sustentável dos recursos naturais, buscando a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Índice de diminuição da degradação ambiental			Percentual						100	
Índice de inserção e controle social									100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
3060	Revisão da Legislação Ambiental		20.000,00	0,00	0	6	0	0		
3061	Marketing Ambiental		20.000,00	0,00	0	140	0	0		
4135	Avaliação Quantitativa e Qualitativa do ICMS Ecológico		97.650,00	18.571,32	19	695	695	100		
4136	Implementação do Plano Estadual de Prevenção, Controle e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais.		273.545,00	88.652,70	32,4	15	5	33,3		
4137	Implantação de Unidades Desconcentradas do Naturatins		0,00	0,00	0	1	0	0		
4339	Manutenção de Unidades Desconcentradas do Naturatins		1.511.575,00	454.376,73	30	13	13	100		
TOTAL			1.922.770,00	561.600,75	29,2	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

QUADRO 168 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 084	Gestão da Política de Educação Ambiental						
----------------------	---	--	--	--	--	--	--



Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaborador na construção de uma nova racionalidade ambiental, sob a ótica da educação, e como fator fundamental na promoção de um modelo de desenvolvimento vinculado à participação social na formulação de políticas públicas.						
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. A educação ambiental promove mudanças de comportamento pessoal, de atitudes e de valores nos cidadãos e tem consequências sociais e ambientais positivas.						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado
Diminuição no número de multas aplicadas pela fiscalização ambiental		Percentual					50
Diminuição do grau de degradação ambiental							80
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4140	Implementar Programa Estadual de Educação Ambiental	266.550,00	152.383,15	57,16	81	90	111,11
TOTAL		266.550,00	152.383,15	57,16	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestaço de Contas/2004 do Instituto Natureza do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	14.216.330,00	7.780.755,43	54,73	6.435.574,57

3.2.1.6 Instituto de Gestõ Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV

Instituído mediante a Lei Estadual n.º 72, de 31 de julho de 1989, que à época era quase que completamente voltado para as atividades assistenciais dos servidores públicos estaduais, com exceço apenas da pensão por morte, enquadrada como benefício previdenciário.

Em cumprimento a nova ordem constitucional trazida com a reforma previdenciária de 1998, o Estado do Tocantins adequou sua legislaço.

A Lei 1.246/2001 reorganiza o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos e Militares do Estado e reestrutura o IPETINS, dispondo quanto à autonomia e competências da entidade.

Assim, em sendo o IPETINS, uma entidade autárquica, que a partir da Lei n.º 1.434, de 10 de fevereiro de 2004, passou a denominar-se “*Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV/TOCATINS*”.

Recentemente em razão da nova reforma previdenciária por meio da EC 41, de 31 de dezembro de 2003, o IGEPREV já encaminhou minuta de lei que adequa a legislação supracitada à nova ordem constitucional.

Esse Instituto desenvolveu suas atividades através do programa de Previdência Social. Tendo como recursos disponíveis para execução deste programa o montante de **R\$ 953.815,00**, utilizando-se desse total **R\$ 740.787,86**, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 169 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	70.315,00	26.318,00	37,43	43.997,00
Pagamento a Aposentados e Pensionistas serventuários da Justiça	883.500,00	740.469,86	83,81	169.030,14
TOTAL	953.815,00	740.787,86	77,66	213.027,14

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Gestão Previdenciária do Tocantins

3.2.1.7 Departamento de Estradas de Rodagem - DERTINS

O Departamento de Estradas de Rodagem tem a finalidade precípua de definir no campo econômico, a política do Sistema Rodoviário Estadual, visando integrar as diversas regiões no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- Desenvolver ações e estratégias da política viária do Estado;
- Gerenciar a malha viária estadual;
- Desenvolver projetos;
- Construir, restaurar e conservar estradas;
- Operacionalizar o Sistema Rodoviário Estadual.

As atribuições do Departamento de Estradas de Rodagem foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, quatro Finalísticos e um de gestão. Para esses programas foram

autorizados recursos da ordem de **R\$ 711.113.056,00**, utilizando desse montante **R\$ 548.825.306,58**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 170 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.379.870,00	4.321.607,29	98	58.262,71
Manutenção de Serviços de Transportes	17.164.363,00	17.121.428,36	99	42.934,64
Manutenção de Recursos Humanos	18.410.154,00	18.375.677,25	99	34.476,75
Ações de Informática	314.536,00	300.217,11	95	14.318,89
TOTAL	40.268.923,00	40.118.930,01	99	149.992,99

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 171 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	120.000,00	116.141,03	96	3.858,97
TOTAL	120.000,00	116.141,03	96	3.858,97

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 172 - Programa Finalístico

Programa: 137		Pavimentar para Melhorar			
Objetivo:	Dar continuidade aos trabalhos de pavimentação da malha viária do estado, para melhorar o escoamento da produção das principais regiões até os centro consumidores; promover segurança e melhor trafegabilidade para o usuário; oferecer infra-estrutura viária para atrair mais investimentos para o estado; promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios, oferecendo melhores condições de vida para a população.				
Justificativa:	Verificou-se a necessidade de manter o programa ‘Pavimentar para Melhorar’ baseado nos 16 encontros regionais do PPA, onde foram levantados problemas como: a deficiência na pavimentação urbana, as dificuldades no escoamento de produção e locomoção.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de rodovias pavimentadas		Percentual	31,62	12/2004	100
AÇÃO	METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
	RECURSOS (R\$)				



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3064	Pavimentação de vias urbanas	32.278.269,00	32.179.363,20	99	1.015.453	535.090	52,7
3065	Realização de estudos rodoviários.	5.794.086,00	4.260.983,82	73	1.220	1.020,67	83
3066	Pavimentação de rodovias	276.378.303,00	187.121.185,64	67	53.762	15.688	29
3067	Execução de medidas ambientais compensatórias.	470.533,00	470.478,33	99	24	4	16,67
3069	Construção de obras de arte especiais.	159.143.237,00	140.958.862,92	88	4.551	1.725	37
TOTAL		474.064.428,00	364.990.873,91	76	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 173 - Programa Finalístico

Programa: 138		Conservação Rodoviária					
Objetivo:		Manter a malha viária do estado eficiente, oferecendo proteção e segurança aos usuários, permitindo a tráfegabilidade e facilitando o escoamento da produção com custos menores.					
Justificativa:		Necessidade de manter a malha viária estadual em boas condições de tráfegabilidade, uma vez que são elevados os investimentos para pavimentação de rodovias, além da contribuição do estado aos municípios que não tem condições de manter a malha viária coletora.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de rodovias conservadas			Percentual		4,7	12/2004	100
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4157	Conservação das Rodovias	29.384.956,00	24.706.160,93	84	38.294	394,30	1,03
3069	Restauração das Rodovias Existentes	15.114.438,00	0,00	0	187	0	0
TOTAL		44.499.394,00	24.706.160,93	55	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 174 - Programa Finalístico

Programa: 139		Programa Especial de Desenvolvimento - PED									
Objetivo:		Através de recursos do Governo Federal, continuar os trabalhos de pavimentação da malha viária do Estado para melhorar o escoamento da produção das principais regiões até os centros consumidores; promover segurança e melhor trafegabilidade para o usuário; promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios, oferecendo melhores condições de vida para a população.									



Justificativa:	O Programa PED - Programa Especial de Desenvolvimento foi criado no intuito de distribuir o repasse do Governo Federal ao Estado do Tocantins, devido a sua criação. este orçamento foi destinado para aplicação na área de infra-estrutura.
-----------------------	--

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Rodovias pavimentadas com recursos do governo federal		Km	148,74	12/2004	308,20		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3070	Pavimentação de Rodovias–PED	137.159.315,00	118.893.200,70	86	308,20	148,74	48
TOTAL		137.159.315,00	118.893.200,70	86	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 175 - Programa Finalístico

Programa: 140		Polícia Rodoviária Estadual							
Objetivo:		Implantação e manutenção da Polícia Rodoviária Estadual							
Justificativa:		A Polícia Rodoviária Estadual foi criada juntamente com o Estado, faz-se portanto necessária a sua implantação para assegurar a durabilidade das rodovias com controle de peso e dimensões dos veículos, a segurança dos usuários e coibir o tráfego de veículos irregulares.							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007							
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração		Índice Desejado	
Número de Postos implantados			Unidade		0	12/2004		25	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.	
4163	Implantação da	Polícia Rodoviária Estadual.	0,00	0,00	0	2500	0	0	
4343	Manutenção da	Polícia Rodoviária Estadual.	0,00	0,00	0	2500	0	0	
TOTAL			0,00	0,00	76	-			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento de Estradas de Rodagem

QUADRO 176 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 088	Desenvolvimento Regional Sustentável						
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.						



Justificativa:	Formulado em 1.999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do Estado (3714-BR); a partir de 2002 o projeto evoluiu-se para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura com participação social são interdependentes na busca do desenvolvimento sustentável; Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do Estado: Sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paraná), Norte (Bico do Papagaio), Nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e Leste (Jalapão).						
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007						
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Eficiência na conservação de áreas protegidas		Percentual	-	-	150		
Impacto da melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservados					115		
Aumento real da receita própria municipal					120		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3073	Reforço institucional do DERTINS	3.050.711,00	0,00	0	1	0	0
3071	Melhoramento de rodovias municipais (Vicinais) – Região Sudeste	11.641.735,00	0,00	0,0	0	0	0
3072	Implantação e reforma de residências rodoviárias	308.550,00	0,00	0	2	0	0
TOTAL		15.000.996,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestao de Contas/2004 do Departamento de Estradas de Rodagem

VALOR TOTAL DAS AOES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	711.113.056,00	548.825.306,58	77,18	162.287.749,42

3.2.1.8 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO, foi criado pela Lei n. 308/1991, de 17.10.1991, como uma entidade da administrao indireta sob a forma de autarquia estadual, vinculada  Secretaria da Segurança Pública.

Conforme prevê o Art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n. 9.503/97, de 23 de setembro de 1997, no âmbito do Estado, o Departamento Estadual de Trânsito,  o órgão máximo para planejar, dirigir, fiscalizar, controlar, coordenar e executar os serviços relativos ao trânsito. E para cumprimento destes objetivos, deve-se valer dos seguintes serviços: Engenharia de Tráfego; Médico e Psicotcnico; Registro de Veículos; Habilitao de Condutores; Fiscalizao e Polciamento;

Segurança e Prevenção de Acidentes; Supervisão e Controle de Aprendizagem para Condutores; Campanhas Educacionais de Trânsito e Controle e Análise de Estatísticas.

As atribuições do Departamento Estadual de Trânsito foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas, foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 15.114.242,00**, com execução de **R\$ 8.670.039,57**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 177 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.779.898,00	2.085.486,64	75,02	694.411,36
Manutenção de Serviços de Transportes	350.000,00	262.156,95	74,90	87.843,04
Manutenção de Recursos Humanos	3.679.990,00	3.429.314,68	93,19	250.675,32
Ações de Informática	53.200,00	53.184,22	99,99	15,78
TOTAL	6.863.088,00	5.830.142,49	98,28	1.033.005,50

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento Estadual de Trânsito

QUADRO 178 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	100.000,00	17.718,00	17,71	82.282,00
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos – PASEP	98.000,00	80.091,02	81,73	17.908,98
TOTAL	198.000,00	97.809,02	49,40	100.190,98

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento Estadual de Trânsito

QUADRO 179 - Programa Finalístico

Programa: 112	DETRAN: Excelência nos serviços ao cidadão
Objetivo:	Modernizar os macroprocessos de gestão, integrar a sociedade no contexto de políticas de trânsito, para o devido cumprimento das leis e harmonizar o trânsito tornando-o mais seguro para condutores e pedestres.
Justificativa:	Atender à superação das expectativas, entendendo que a qualidade dos serviços do Órgão depende da satisfação dos usuários. Melhorar a prestação de serviços à comunidade.
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007



Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Satisfação dos usuários de trânsito		Porcentagem	30	Jun/2003	70		
Rapidez e eficiência ao usuário			10	Set/2003	15		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3039	Implantação de Postos de Trânsito Avançado	240.000,00	6.950,00	2,90	4	2	50
3048	Estagio Supervisionado para prestação de serviços	156.000,00	42.828,07	27,45	2	2	100
3040	Implantação da Prova Eletrônica nas CIRETRANS	106.000,00	0,00	0,00	2	1	50
3042	Implantação da Banca Examinadora Volante equipada	130.000,00	0,00	0,00	1	0	0
3042	Implantação do DETRAN MÓVEL	150.000,00	0,00	0,00	1	0	0
3043	Construção de Pista Sinalizada p/ aplicação das provas de direção	400.000,00	0,00	0,00	60	0	0
3044	Construção de sede das CIRETRANS	1.630.354,00	861.562,25	52,84	3	2	66,66
4120	Reforma nas Ciretrans e Postos de Trânsito	105.000,00	0,00	0,00	8	0	0
3045	Construção da sede do DETRAN em Palmas	990.000,00	707.673,77	71,48	458,26	388,02	84,67
3046	Implantação de Terminais de atendimento nas divisas do Estado do Tocantins	99.600,00	0,00	0,00	12	0	0
4121	Microfilmagem da documentação de veículos e carteira nacional de habilitação.	70.000,00	0,00	0,00	500.000	0	0
3049	Informatização do setor de protocolo e patrimônio	60.000,00	0,00	0,00	100	0	0
3050	Informatização das Ciretrans e Postos de Trânsito	180.000,00	0,00	0,00	3	0	0
4122	Aparelhamento das Estações de Trabalho	572.000,00	4.860,00	0,85	181	132	72,93
4123	Capacitação dos servidores do DETRAN	12.000,00	1.500,00	12,50	296	5	1,69
3047	Implantação da Biblioteca Especializada	100.000,00	1.380,10	1,38	25	1,38	
3051	Informatização do setor de estatística	40.000,00	0,00		100	0	0



3052	Desenvolvimento de pós-graduação na área de trânsito	55.000,00	0,00		1	1	100
TOTAL		5.095.954,00	1.626.754,19	31,92	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento Estadual de Trânsito

QUADRO 180 - Programa Finalístico

Programa: 114		Tocantins: Transitar com cidadania						
Objetivo:		Acionar um trabalho contínuo em coerência as advertências do tempo, entendendo que todas as pessoas põem contribuir com trânsito do futuro: justo, humano e cidadão.						
Justificativa:		Subsidiar a melhoria do trânsito no Estado do Tocantins, detectando informações precisas nos mais variados seguimentos sociais.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração		Índice Desejado
Acidentes de Trânsito no Estado do Tocantins			Unidade		5.417	Março/2003		4.917
Infrações de Trânsito					4.397			3.797
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3053	Introdução da educação p/o trânsito nas escolas		140.000,00	0,00	0,00	26	0	0
3055	Implantação do pólo cultural artístico funcional do detran		150.000,00	0,00	0,00	80%	0	0
3057	Implantação de agentes mirins de trânsito		150.000,00	0,00	0,00	150	0	0
4124	Realização de campanhas dos trabalhos do DETRAN		355.000,00	274.170,35	77,23	46	46	100
4125	Fiscalização de Trânsito		695.400,00	142.710,00	20,52	7	6	85,71
TOTAL			1.490.400,00	416.880,35	27,97	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Departamento Estadual de Trânsito

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	15.114.242,00	8.670.039,57	57,36	6.444.202,43

3.2.1.9 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TO, foi criada pela Lei 1.027 de 10 Dezembro de 1998.

Planejar, Coordenar e Executar a Política Estadual de Defesa Agropecuária com a finalidade de promover a vigilância, a normatização, à fiscalização, a inspeção e a execução das atividades de defesa animal e vegetal.

O objetivo primordial da ADAPEC/TO, é o controle Zoofitossanitário dentro do Estado do Tocantins, expandindo por suas fronteiras, atingindo seu público alvo; “toda cadeia produtiva do setor Agropecuário.”

A entidade utiliza como ferramenta para a implantação das ações as seguintes estratégias:

Planejar, coordenar, normatizar e executar as ações de defesa agropecuária do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal;

Promover estudos que subsidiem o planejamento na área da defesa agropecuária;

Promover a integração das ações nas áreas de defesa agropecuária nas diversas esferas do governo;

Propor e definir a elaboração de convênios com os setores público e privado para a execução de serviços de defesa agropecuária, nos âmbitos Estadual e Federal;

Promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agropecuária;

Promover a realização de conferências, simpósios e outros conclave científicos na área de defesa agropecuária;

Manter intercâmbio de informações técnicas e científicas com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais que se dediquem às atividades de defesa agropecuária;

As atribuições da Agência de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas, sendo um de Apoio Administrativo, um de Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 16.984.348,00**, com execução de **62,08%**, ou seja, **R\$ 10.544.592,04**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 181 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos rgãos estaduais os meios administrativos necessrios à execuo dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	641.714,00	553.658,12	86,27	88.055,88
Manutenção de Serviços de Transportes	168.249,00	154.657,35	91,92	13.591,65
Manutenção de Recursos Humanos	9.854.248,00	9.776.314,04	99,20	77.933,96
Ações de Informática	30.137,00	26.410,53	87,63	3.726,47
TOTAL	10.694.348,00	10.511.040,04	98,28	183.307,96

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Defesa Agropecuária

QUADRO 182 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	40.000,00	33.552,00	83,88	6.448,00
TOTAL	40.000,00	33.552,00	83,88	6.448,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Defesa Agropecuária

QUADRO 183 - Programa Finalístico

Programa: 060		Defesa e Inspeção Sanitária Animal			
Objetivo:	Controlar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco a saúde pública				
Justificativa:	Ações de Sanidade e Inspeção Animal visam o controle e análise de animais, produtos ou subprodutos que possam acarretar qualquer tipo de enfermidade vindo a prejudicar a economia do Estado e a saúde pública. Influenciando diretamente nas exportações de gêneros primários.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Produtos de origem animal		Toneladas	596.649.828	12/2004	544.280.905
Animais inspecionados		Animais	17.205.327		17.250.327
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4030	Inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal	185.000,00	0,00	0,00	18.620,80	22.886,69	122,9
4131	Sanidade dos ovinos e caprinos	87.000,00	0,00	0	75.413	0	0
4032	Sanidade dos animais aquáticos	56.000,00	0,00	0	1.500,03	1.006	67,00
4033	Sanidade dos eqüídeos	106.000,00	0,00	0	123.429	38.400	31,11
4034	Sanidade dos suídeos	117.000,00	0,00	0	97.722	114.710	117,38
4035	Controle e erradicação da brucelose e tuberculose	330.000,00	0,00	0	7.990.216	3.352.714	41,96
4036	Erradicação da febre Aftosa	1.784.000,00	0,00	0	7.990.222	7.727.958	96,71
4037	Controle do trânsito de produtos de origem animal	185.000,00	0,00	0	361.356	573.763,13	158,78
4038	Controle da raiva dos herbívoros e outras encefalopatias	180.000,00	0,00	0	7.908.784	7.727.82	97,71
4039	Sanidade das aves	118.000,00	0,00	0	1.768.611	1.576.000	89,1
4040	Capacitação técnica na área animal e vegetal	310.000,00	0,00	0	14	16	114,28
4041	Veiculação de campanhas de combate à Aftosa e Brucelose	170.000,00	0,00	0	4	3	75
4042	Realização de eventos em Sanidade Animal e Vegetal	137.000,00	0,00	0,00	1.304	674	51,69
4043	Distribuição de material educativo da área Animal e Vegetal	210.000,00	0,00	0	171.084	85.000	49,68
4138	Informatização das unidades de serviços	250.000,00	0,00	0	44	45	102,27
4330	Reestruturação das unidades de serviços	250.000,00	0,00	0	27	136	503,70
3153	Renovação de frota	750.000,00	0,00	0	36	0	0
TOTAL		7.125.000,00	1.614.432,30	22,65	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Defesa Agropecuária

QUADRO 184 - Programa Finalístico

Programa: 061	Defesa e Inspeção Vegetal
Objetivo:	Dar apoio no fortalecimento das ações de vigilância e inspeção fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o estabelecimento de área ou local de produção livre de pragas agrícolas, inspecionar a produção de sementes e mudas no estado, bem como sua comercialização, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normatizada por legislações. Inspecionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente dos produtos cadastrados na ADAPEC-CIV. Dar continuidade, fortalecer e ampliar as ações de



vigilância fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes, podendo viabilizar o estabelecimento de áreas ou locais de produção livres de pragas, valorizando, assim a preservação do patrimônio fitossanitário do Estado do Tocantins.

Justificativa:

Compete às unidades da federação, legislar e fiscalizar os agrotóxicos, conforme estabelece o Art. 10 da Lei Federal 7.802 de 12/07/1989. Ainda no âmbito federal encontra-se a Lei 10.711 que dispõe sobre o sistema nacional de sementes e muda. No Estado do Tocantins foi sancionada a Lei 1.082 que atribui a ADAPEC/TO a fiscalização do comércio de defensivos agrícolas e o Decreto Estadual 1.634 que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins. O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como um importante Estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de disseminação de pragas e preservar o patrimônio sanitário dos produtos agrícolas do estado, são necessárias ações de controle do trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e controle de pragas. As implementações das ações garantem que os produtos agrícolas tocantinenses se adequem aos padrões fitossanitários, cobrados pelos mais exigentes mercados.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Culturas vegetais de interesse econômico		Hectares	26.523,97	12/2004	27.713		
Inspeções fitossanitárias realizadas		Fiscalizações realizadas	5.907		3.064		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4030	Apoio a Execução das Ações de Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal.	1.800.000,00	1.049.210,13	58,28	57.833	38.640	66,81
4044	Fiscalização do comercio de sementes e mudas	119.000,00	0,00	0	8.590	0	0
4045	Inspeção da produção de sementes e mudas	185.000,00	0,00	0	8.340	13.669	163,90
4046	Cadastramento e inspeção do comércio de agrotóxicos	116.000,00	0,00	0	7.990	12.713	159,11
4047	Profilaxia e Controle de pragas das Fruteiras	185.000,00	0,00	0	1.314,63	1.420,37	108,04
4048	Profilaxia e Controle de pragas de Outras Culturas	185.000,00	0,00	0	1.852,65	2.380	128,46
4049	Documentos Fitossanitários	116.000,00	0,00	0	1.173	1.334	113,72
4050	Fiscalização do Trânsito de Vegetais	119.000,00	0,00	0	1.914	5.907	308,62
TOTAL		2.825.000,00	1.049.210,13	37,14	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência de Defesa Agropecuária

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	16.984.384,00	10.544.592,04	62,08	4.439.755,96

3.2.1.10 Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - RURALTINS

Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, autarquia pública Estadual, criada através da Lei nº. 020/89 de 21 de abril de 1.989, com a finalidade de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais do Estado, cumprindo a execução orçamentária com base no Decreto nº. 2.002 de 18 de fevereiro de 2004.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS tem como missão promover ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos, em parceria com as famílias rurais e suas organizações, priorizando a agricultura familiar, visando o desenvolvimento rural sustentável, através da melhoria da qualidade de vida, da segurança e soberania alimentar, da geração de emprego e renda, da preservação ambiental e promover a fixação do homem no campo.

Para essa entidade foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Melhorar a qualidade de vida das famílias rurais e das populações diferenciadas, com ações que aumentem suas rendas, estimule a organização social e cultural, o conhecimento e a defesa da biodiversidade;
- Apoiar e orientar as famílias rurais e suas organizações na seleção e uso de tecnologias e produção, visando alcançar níveis de produtividade compatíveis com a preservação ambiental;
- Promover a preservação ambiental com ações de manejo, conservação e recuperação dos recursos naturais;
- Buscar a segurança e soberania alimentar, com ações que viabilizem a geração e a distribuição da produção agrícola, em qualidade e quantidade suficientes;
- Fomentar a geração e manutenção de emprego e renda de forma desconcentrada no meio rural, com ações que visem o aumento da produção e da produtividade, incluindo atividades não agrícolas;

Estratégias para se atingir esses objetivos foram adotadas, tais como:

- Implementar processos contínuos de capacitação, agindo interativamente nas áreas culturais, sociais, ambientais e econômicas;
- Desenvolver ações de recuperação, conservação e manejo de agrossistemas;
- Assessorar e orientar as famílias rurais na busca de alternativas para o melhor aproveitamento dos fatores de produção dos recursos internos;
- Interagir, junto às famílias rurais com ações que visem o fortalecimento da cooperação e de suas organizações associativas e representativas;

- Fortalecer os relacionamentos de parceiros institucionais;
- Participar na elaborao dos Planos Municipais, Estaduais e Nacionais, bem como das Polticas Pblicas que promovam o desenvolvimento do meio rural;
- Participar das atividades e eventos que promovam os servios e a imagem institucional;
- Desenvolver aes de capacitao, atualizao tcnica e gerencial do quadro funcional.

Desta forma, os programas e aes do RURALTINS, no exerccio de 2004, visaram a implantao e consolidao de estratgias de desenvolvimento rural sustentvel para a gerao de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, atravs de metodologias participativas, buscou a organizao social das comunidades rurais, potencializou atividades produtivas agropecurias voltadas a oferta de alimentos saudveis e de matrias-primas, apoiou estratgias de comercializao tanto nos mercados locais como nos mercados regionais. Igualmente estimulou a agroindustrializao e o desenvolvimento de atividades rurais no agrcolas.

Dentre os pilares fundamentais que sustentou suas aes, destacou-se o respeito a pluralidade e as diversidades sociais, econmicas, culturais e ambientais do estado, enfatizando que a busca da incluso social da populao rural tocantinense mais pobre foi o elemento central dos servios prestados pelo RURALTINS.

Diante disto, as atribuies do Instituto de Desenvolvimento Rural do estado do Tocantins foram desenvolvidas atravs de aes estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdncia Social, e trs Finalsticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 20.849.790,00**, com execuo de **60,28%**, ou seja, **R\$ 12.568.914,42**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 185 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos rgos estaduais os meios administrativos necessrios a execuo dos programas finalsticos.				
AES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenao e Manuteno dos Servios Administrativos Gerais	793.000,00	640.197,13	80,73	152.802,87
Manuteno de Servios de Transportes	316.000,00	267.764,74	84,56	48.835,26
Manuteno de Recursos Humanos	8.059.735,00	7.925.565,27	98,34	134.169,73
Aes de Informtica	944.250,00	118.513,69	12,55	825.736,31
TOTAL	10.113.585,00	8.952.040,83	88,52	1161544,17

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestao de Contas/2004 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

QUADRO 186 - Programa de Previdncia Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefcios Previdenciarios a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefcios.
--



AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	311.433,00	303.527,74	97,46	7.905,26
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos – PASEP	15.000,00	0,00	0	15.000,00
TOTAL	326.433,00	303.527,74	92,98	22.905,26

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

QUADRO 187 - Programa Finalístico

Programa: 115		Valorização da Agricultura Familiar					
Objetivo:		Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, visando à inclusão social e a fixação das famílias no meio rural.					
Justificativa:		No setor produtivo, em especial no seguimento da agricultura familiar, o cenário construído através das audiências públicas realizadas nas várias regiões do estado, aponta para a crônica insuficiência e ineficiência da assistência técnica. Basicamente a partir deste problema central, decorrem as más condições de vida dos agricultores familiares, a desorganização social da agricultura familiar, a baixa produtividade, a pouca diversificação das atividades agropecuárias. A insuficiência de mão-de-obra qualificada, a capacidade ociosa das agroindústrias existentes, a dificuldade de acesso aos canais de comercialização e ao acesso ao crédito rural. Estes problemas serão solucionados através da disponibilização de assistência técnica suficiente e eficiente, promovendo a verticalização da produção, agregando valor aos produtos agropecuários e incentivando a comercialização concluindo assim as fases da cadeia produtiva aos agricultores familiares e as organizações sociais. Tal visão impulsionará este importante setor, com a conseqüente diminuição do desemprego, aumento da renda familiar e diminuindo o êxodo rural.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Adoção de inovação tecnológica			Porcentagem	-	-	80	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4013	Assistência Técnica ao agricultor familiar	3.878.819,00	1.555.931,38	40,11	20.289	17.850	87,97
4114	Elaboração de projetos para licenciamento das agroindústrias	37.000,00	0,00	0,00	37	12	32,43
4160	Inclusão da mulher rural no processo produtivo	109.630,00	9.939,00	9,07	1.310	805	61,45
4017	Inclusão do jovem rural no processo produtivo	38.950,00	3.769,50	9,68	540	98	18,14
4018	Profissionalização do Agricultor familiar	756.864,00	106.384,35	14,06	3.205	469	14,63
4015	Organização das comunidades rurais: cooperativismo e associativismo	127.000,00	12.448,00	9,80	1.810	208	11,49



4019	Capacitação de Técnicos	1.341.581,00	92.132,00	6,87	1.762	1.431	81,21
3020	Fortalecimento do sistema de suporte técnico p/ agricultura familiar – FORTER	231.750,00	209.950,94	90,60	80	80	100
4020	Assistência técnica à lavoura comunitária	333.600,00	0,00	0	556	0	0
TOTAL		6.855.194,00	1.990.555,17	29,04	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

QUADRO 188 - Programa Finalístico

Programa: 116		Modernização Administrativa						
Objetivo:		Melhorar a qualidade no atendimento ao usuário e adequar os meios e métodos as novas técnicas a serem utilizadas.						
Justificativa:		Adquirir equipamentos, capacitar técnicos e melhorar as condições nas instalações, proporcionando mais qualidade no desempenho dos trabalhos deste instituto.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
-			-		-	-	-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3003	Construção de sede, escritórios regionais e municipais do Ruraltins		0,00	0,00	0	4	0	0
4021	Aparelhar / reaparelhar os escritórios do Ruraltins		3.149.500,00	1.322.790,68	42	84	69	82
TOTAL			3.149.500,00	1.322.790,68	42	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

QUADRO 189 - Programa Finalístico

Programa: 118		Promoção da Sustentabilidade Ambiental	
Objetivo:	Promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária, preservando e recompondo a biodiversidade natural.		
Justificativa:	Com relação ao meio ambiente e recursos hídricos foram detectados os seguintes problemas: desmatamento da mata ciliar, desmatamento irregular e desordenado, falta de licenciamento ambiental nas propriedades rurais, queimadas ilegais indiscriminadas e desordenadas poluição por agrotóxico, assoreamento dos rios. A não implementação de um programa de caráter basicamente educativo quanto às questões ambientais, leva inevitavelmente à falência outros programas de caráter produtivo pelo esgotamento de fatores de produção, principalmente água e solo. Além de uma crescente conscientização das comunidades rurais quanto à necessidade de preservação dos recursos naturais, a existência de políticas ambientais tanto a nível federal quanto estadual e de apoio de organismos internacionais favorecem a implantação do programa.		



Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
-			-		-	-	-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4026	Assistência Técnica aos Agricultores Familiares para questões ambientais		111.600,00	0,00	0	20.611	5.798	28,13
4027	Elaboração de índice de conservação do solo p/ avaliação quantitativa e qualitativa do ICMS ecológico		87.700,00	0,00	0	5.756	0	0
4028	Elaboração de projetos ambientais p/ regularização de atividades modificadores do meio ambiente para agricultura familiar		45.776,00	0,00	0	4.177	473	11,32
4029	Executar o componente de desenvolvimento sustentável do PGAI		160.002,00	0,00	0	12	0	0
TOTAL			405.078,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	20.849.790,00	12.568.914,42	60,28	8.280.875,58

3.2.1.11 Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS, criado pela Lei nº 87 de 27 de outubro de 1989 e estruturado pelo Decreto nº 119 de 18 de agosto de 1995, é entidade autárquica estadual dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com patrimônio próprio, autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tem como objetivos os seguintes:

- I. Participar ativamente na formação da política de desenvolvimento agrário do Governo, visando à modernização e o progresso da agricultura;
- II. Promover o aproveitamento racional das terras públicas estaduais que se preste à exploração extrativa, pecuária ou agrícola e não esteja sendo utilizadas para outros fins de interesse público;

- III. Elaborar e implantar projetos de assentamento de terras públicas;
- IV. Estabelecer com o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA e o Ministério Extraordinário de Política Fazendária, uma política de parceria nas ações de capacitação de recursos humanos, fundiários, de assentamento de agricultores em projetos de reforma agrária e cadastro;
- V. Administrar os recursos do fundo agrário estadual;
- VI. Promover discriminatórias administrativas ou arrecadação sumária das terras devolutas do Estado do Tocantins, incorporando-as ao seu patrimônio;
- VII. Promover medição, demarcação e levantamento sócio-econômico, visando à regularização fundiária;
- VIII. Solucionar litígios agrários em sua área de atuação;
- IX. Estudar medidas de aperfeiçoamento da política agrária estadual;
- X. Estabelecer cooperação técnica com os municípios e representação de agricultores no que diz respeito a planejamento, desenvolvimento e execução da política agrária;
- XI. Elaborar o plano estadual de zoneamento agrário com base em levantamento das condições ecológicas, demográficas, geográficas, econômicas e sociais que caracterizem sistemas e estruturas agrárias vigentes nas diversas regiões do Estado e permitam o conhecimento da adequada destinação, forma de uso, classificação da terra e a seleção dos tipos de extrativismo, de cultivo e de criação de maior rendimento, em função dos respectivos mercados consumidores;
- XII. Realizar os cadastros das propriedades rurais incluindo o inventário e a avaliação das terras de domínio público, bem como a revisão das alienações e concessões das mesmas, recenseando ainda os posseiros e lavradores que desejam o acesso a terra;
- XIII. Colaborar com outras entidades na conservação dos recursos naturais e meio ambiente;
- XIV. Elaborar estatísticas agrárias;
- XV. promover a apreensão de documentos falsos de terras; tomar medidas cabíveis para a punição dos responsáveis;
- XVI. Arrecadar as importâncias correspondentes à alienação de terras e aos emolumentos;
- XVII. Assistir os projetos de assentamento no campo educacional, sanitário, de moradia, energia, assistência técnica, posto telefônico, estradas, posto de saúde, para garantia de melhores níveis de vida aos beneficiários;

- XVIII. Estudar, elaborar e implantar medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos projetos de assentamento;
- XIX. Resgatar, guardar e conservar documentos referentes ao patrimônio imobiliário do Estado, tais como os livros de registro paroquiais, de sesmarias e outros afins;
- XX. Criar condições para o progresso das áreas rurais mais atrasadas através da execução de projetos, planos e programas de desenvolvimento.

Sua finalidade precípua é a emissão de títulos definitivos de propriedades rurais, pois o estado apresenta grande parte de suas terras ocupadas de forma irregular e aleatória, portanto seu público-alvo são os proprietários rurais de terras.

As atribuições do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS, foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, e dois Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 3.794.916,00**, com execução de **56,72%**, ou seja, **R\$ 2.152.542,11**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 190 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	313.040,00	238.698,70	76,25	74.341,30
Manutenção de Serviços de Transportes	173.000,00	73.994,86	42,77	99.005,14
Manutenção de Recursos Humanos	1.174.564,00	1.150.552,47	97,95	24.011,53
Ações de Informática	62.500,00	37.690,26	60,30	24.809,74
TOTAL	1.723.104,00	1.500.936,29	87,10	222.167,71

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins

QUADRO 191 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	30.000,00	30.000,00	100	0,00
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos – PASEP	20.000,00	14.755,63	73,7	5.244,37
TOTAL	50.000,00	44.755,63	89,51	5.244,37

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins

QUADRO 192 - Programa Finalístico

Programa: 119		Regularização de Terras Públicas					
Objetivo:		Aumentar o número de imóveis regularizados, permitindo assim, ao pequeno e médio produtor rural maior acesso às linhas de crédito. Bem como, objetiva atualizar o cadastro nacional de imóveis rurais.					
Justificativa:		O Estado do Tocantins tem um grande número de propriedades rurais necessitando de regularização fundiária, para que o produtor rural consiga acessar o crédito das instituições financeiras e os programas voltados para a produção agrícola. Bem como o acesso ao licenciamento ambiental. Desta forma a regularização fundiária esta diretamente relacionada com o aumento da produção agropecuária do Estado.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
-			-	-	-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4260	Realização de vistorias ocupacionais de imóveis rurais	90.840,00	15.124,50	16.64	2.000	1.420	71
4261	Realização de demarcação de terras publica	1.243.310,00	517.826,35	41,64	5306	151.417,6190	80
3139	Aparelhamento do setor de topografia e cartografia	50.000,00	4.595,00	9,19	01	02	28,57
4262	Desapropriação de imóveis	300.000,00	0,00	0	3.000	0	0
4263	Desapropriação para reordenamento fundiário	237.662,00	14.926,21	6,28	2.000	0	0
4259	Arrecadação de Imóveis rurais	50.000,00	4.755,00	9,51	1.500.00	102.679,7687	6,85
4258	Realização de Operações Especiais	50.000,00	49.382,13	98,76	14	20	143
TOTAL		2.021.812,00	606.609,19	30	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins

QUADRO 193 - Programa Finalístico

Programa: 120		Modernização Administrativa do ITERTINS									
Objetivo:		Promover melhores condições de trabalho para alcançar um atendimento de qualidade aos produtores rurais.									
Justificativa:		Proporcionar um espaço físico adequado para o bom desenvolvimento das ações pertinentes. Sendo que a questão fundiária é o início do processo de produção do Estado, e no momento as instalações existentes não possibilitam o desenvolvimento das atividades afins. Lembrando também que o Itertins esta passando por uma reestruturação interna e o espaço físico atual é insuficiente para a adequação da nova estrutura proposta.									
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007									



Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Relatório Semestral			Unidade	-	-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3142	Construção do prédio do Itertins	Contingenciado	0,00	0	1.390	0	0
3143	Aparelhamento do prédio do Itertins	Contingenciado	0,00	0	1.390	0	0
TOTAL		0,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	3.794.916,00	2.152.542,11	56,72	1.642.373,89

3.2.1.12 Agência Estadual de Saneamento – AGESAN

A Agência de Saneamento foi criada pela Lei n.º 1.118, de 23 de novembro de 2000, teve seu regulamento aprovado pela Lei n.º 1.099, de 04 de janeiro de 2001.

Tem por finalidade precípua a regulação, execução, controle e fiscalização dos serviços de Saneamento, e compete à Agência Estadual de Saneamento o seguinte:

- I- Executar a política estadual de saneamento;
- II- Regulamentar e controlar a prestação dos serviços de saneamento da sua competência;
- III- Criar, atualizar e manter à disposição dos interessados sistemas de informação e indicadores dos prestadores de serviços de saneamento no Estado;
- IV- Mediar e dirimir conflitos em matérias de concessão, permissão e autorização de serviços de saneamento, incluídos reajustes e revisões de tarifas, com vistas a garantir a universalidade de serviços, a modicidade da remuneração, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e sua compatibilidade com a capacidade de pagamento do usuário,
- V- Promover estudos, fixar metas e implementar programas e ações visando à universalização, eficiência e quantidade dos serviços de saneamento;

- VI- Capacitar os municípios para gestão dos seus serviços de saneamento, apoiando-os;
- VII- Punir, sempre que lhe couber, os infratores da legislação sobre prestação dos serviços de saneamento;
- VIII- As atribuições inerentes ao Instituto Natureza do Tocantins- NATURATINS, definidas no art. 23 , parágrafo 3º e 4º do art. 28 da lei 261, de 20 de fevereiro de 1991;
- IX- A gestão:
 - a) do patrimônio do Estado imobilizado em sistema de saneamento;
 - b) dos recursos financeiros públicos destinados à aplicação em sistemas de saneamento;
 - c) promover a integração das políticas de saneamento com as demais políticas estaduais, em especial as relativas a recursos hídricos, saúde pública e meio ambiente.

A Agência Estadual de Saneamento tem por objetivo promover a melhoria das condições de Saneamento Ambiental do estado, contribuindo para a proteção à saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico das áreas urbanas e rurais (distritos, vilas e povoados).

Para a consecução desses objetivos a Agência Estadual de Saneamento deverá buscar recursos necessários ao custeio dos investimentos demandados para construir e montar a estrutura física e para manter, produzir e operar as ações dentro das metas pré-estabelecidas, para garantir o suprimento e a qualidade da água de abastecimento público, a destinação adequada dos esgotos domésticos, dos resíduos sólidos e das condições sanitárias domiciliares com sustentabilidade.

Os critérios de elegibilidade para implementação das ações se devem ao fato da inexistência, deficiência ou insuficiência das ações de saneamento do Estado do Tocantins; áreas desprovidas de infra-estrutura, área com maior incidência de doenças evitáveis por ações de saneamento (dengue, diarreia, etc...) e áreas com menor custo benefício.

As atribuições dessa agência foram desenvolvidas através de ações estruturada no programa Finalístico Saneamento, Cidadania e Progresso. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 26.667.638,00**, com execução de **52,32%**, ou seja, **R\$ 13.953.114,18**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 194 - Programa Finalístico

Programa: 039	Saneamento, Cidadania e Progresso
Objetivo:	Promover a melhoria das condições de saneamento ambiental do Estado, contribuindo p/ a proteção à saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico das áreas urbanas e rurais (distritos, vilas e povoados).



Justificativa:	A Agência Estadual de Saneamento deverá buscar recursos necessários ao custeio dos investimentos demandados para construir e montar a estrutura física e para manter, produzir e operar as ações dentro das metas pré-estabelecidas, para garantir o suprimento e a qualidade de água de abastecimento público, a destinação adequada de esgotos domésticos, dos resíduos sólidos e das condições sanitárias domiciliares, com sustentabilidade.
-----------------------	--

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual da População urbana beneficiada com água potável				95
Percentual da População urbana beneficiada com esgotamento sanitário.				60
Percentual da População urbana beneficiada com tratamento de resíduos sólidos.	-	-	-	80
Percentual da População urbana beneficiada com melhorias sanitárias domiciliares.				80

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3092	Atendimento à População com Sistema de Abastecimento de Água Potável	8.321.040,00	6.058.953,15	73	2	-	-
3093	Atendimento à População com Sistema de Esgotamento Sanitário	9.988.389,00	6.416.093,14	64	7	-	-
3094	Atendimento à População com Sistema de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos (Lixo Doméstico).	2.062.915,00	0,00	0	17	0	0
3095	Atendimento à População com Melhorias Sanitárias em Domicílios Residenciais.	5.836.782,00	1.086.352,85	19	2.504	986	39
4001	Coordenação dos serviços administrativos gerais	142.025,00	134.724,04	94,86	-	-	-
4002	Manutenção de serviços de transportes	0,00	0,00	0	-	-	-
4004	Manutenção de recursos humanos	305.067,00	246.278,38	80,73	-	-	-
4003	Ações de informática	11.420,00	10.712,62	93,80	-	-	-
TOTAL		26.667.638,00	13.953.114,18	52,32	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Agência Estadual de Saneamento

3.2.1.13 Escola Técnica de Saúde do Tocantins – ETSUS

A Escola Técnica de Saúde do Estado do Tocantins, instituída pelo decreto n.º 1.564 de 19/08/02, sob o modelo de gestão autárquica em regime especial disposto pela lei n.º 1.369 de 27/03/03, decreto n.º 1.914 de 19.11.03, que aprovou seu estatuto.

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins é uma autarquia sob regime especial, vinculada à Secretaria da Saúde, dotada de personalidade jurídica de Direito Público e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro em Palmas, Capital do Tocantins, atuação em todo o território do Estado e prazo de duração indeterminado, e tem por finalidade formar profissionais nos níveis básicos, técnicos e pós-técnico para a área de saúde, de forma a garantir a continuidade, a produtividade e a qualidade dos serviços. A Escola pode estabelecer parcerias mediante cooperação associativa de natureza técnico-científica-financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras. As implementações das ações são de forma gradual e progressiva, compatibilizando a operacionalização com a disponibilidade orçamentário-financeira.

As atribuições da Escola Técnica de Saúde foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa finalístico Desenvolvimento Técnico em Saúde. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.135.584,00**, com execução de **R\$ 489.363,82**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 195 - Programa Finalístico

Programa: 111		Desenvolvimento Técnico em Saúde					
Objetivo:		Promover a formação e qualificação de recursos humanos em nível básico e técnico.					
Justificativa:		O Estado do Tocantins não possui uma escola de ensino profissional que venha suprir a demanda existente em determinadas áreas de técnicos da saúde, o que traz enormes prejuízos ao combate a endemias, e ao estabelecimento de uma rede de promoção à saúde. Com sua implantação haverá desenvolvimento técnico dos profissionais, qualificando-os para melhor desempenho nas áreas da saúde. A não implantação da escola técnica do sus (etsus), acarretaria em permanecermos com um serviço de saúde que não tem correspondido as exigências do sus por falta de profissionais formados.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração		Índice Desejado	
Número de profissionais de saúde nível básico		Unidade	-	-		3.000	
Número de profissionais de saúde nível técnico						2.854	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4320	Realização de cursos técnicos	203.290,00	44.444,20	21,86	2	1	50



3155	Implantação da escola técnica de saúde do Tocantins	514.000,00	94.990,08	18,48	1	1	100
4321	Ampliação da frota de veículos da ETSUS	95.000,00	0,00	0	2	0	0
3095	Manutenção de serviços de transporte	25.000,00	0,00	0	-	-	-
4001	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	115.000,00	37.221,97	32,36	-	-	-
3154	Construção da sede da escola ETSUS	516.000,00	0,00	0	34	0	0
4319	Capacitação do corpo integrante da ETSUS	88.000,00	26.187,92	29,76	30	30	100
4004	Manutenção de recursos humanos	510.000,00	283.794,87	55,64	-	-	-
4323	Manutenção dos serviços de informática	69.294,00	2.724,78	3,93	-	-	-
TOTAL		2.135.584,00	489.363,82	22,91	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Escola Técnica de Saúde

3.2.1.14 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM

O Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins – IPEM é uma Autarquia estadual criada pela Lei estadual nº 998 de 14 de julho de 1998, vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio. Órgão delegado pelo INMETRO para atuar nas áreas da Metrologia Legal e Qualidade. Cumpre no exercício de suas funções junto a sociedade, importante papel como instituição de defesa dos interesses do consumidor e de apoio ao desenvolvimento industrial.

Diante da relevante missão atribuída ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins, na defesa desses interesses, e visando evidenciar o trabalho realizado ao longo do exercício em questão, suas atribuições foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa fianlístico Controle e Qualidade, cuja execução está demonstrada no quadro a seguir:

QUADRO 196 - Programa Finalístico

Programa: 129	Controle e Qualidade			
Objetivo:	Licenciar, aferir e fiscalizar os instrumentos metrológicos e assegurar a qualidade dos bens e serviços produzidos e ou comercializados no Estado.			
Justificativa:	As constantes reclamações dos consumidores em relação aos pesos e medidas e a qualidade dos produtos e serviços ofertados no Estado, bem como propiciar o cumprimento da legislação federal quanto ao procedimento de aferição de instrumentos metrológicos.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº Instrumentos fiscalizados	Unidade	60,57	12/2002	100



AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	440.600,00	429.848,41	97,6	-	-	-
4002	Manutenção de Serviços de Transporte	85.000,00	77.623,34	91,3	-	-	-
4004	Manutenção de Recursos Humanos	559.021,00	540.106,56	96,6	-	-	-
4003	Ações de Informática	160.800,00	113.207,94	70,4	-	-	-
4182	Fiscalização da Qualidade e controle metrológico	109.000,00	102.250,00	93,8	18.000	21.425	119
3101	Construção do Edifício Sede	900.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		2.254.421,00	1.263.036,25	56,1	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins

3.2.1.15 Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS

A Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS, criada pela Medida Provisória nº 07 de 1º de janeiro de 1989, entidade da Administração Indireta, sob a forma de autarquia com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na capital do Estado, com jurisdição em todo o território estadual. É vinculada ao Governo do Estado do Tocantins, através da Secretaria de Industria Comércio e Turismo e subordinada tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio.

O Registro de Empresas está estruturado de acordo com a Lei Federal nº 8.934 de 1994 (Lei do Registro de Empresas), que dispõe sobre registro público de empresas e atividades afins.

A missão da Junta Comercial do Tocantins é constituir e manter um arquivo organizado e protegido referente aos atos de constituição, alteração, extinção e todos os demais documentos de interesse das empresas mercantis. Os documentos arquivados devem conter a forma e o conteúdo definidos na legislação pertinente. Deve também prestar um serviço de excelência, disponibilizando as informações requeridas e efetuando os registros solicitados dentro de um prazo inferior ao estabelecido na legislação.

Com o intuito de melhorar a compreensão a cerca dos propósitos da entidade em questão, torna-se necessária a descrição de seu objetivo, sua justificativa, seu publico alvo, a base legal e a estratégia de implementação do seu Programa de Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial conforme abaixo descrito.

Tem como objetivo a obtenção de um controle dos registros públicos das empresas mercantis no Estado.

Justifica-se pela necessidade de se realizar e manter o registro Público das empresas mercantis e atividades afins em todo o território tocantinense, subordinado às normas gerais prescritas na legislação vigente. Com o propósito de disponibilizar a qualquer interessado as informações sobre regularidade das empresas, capital social, sócios, acionistas, titulares, administradores e demais informações relacionadas às empresas mercantis visando proporcionar segurança as relações sociais que envolvam as referidas pessoas jurídicas.

Seu público-alvo são empresários, contadores e sociedade em geral que tenham interesse nas informações sobre registro público de empresas mercantis no estado e atividades afins.

Adota como estratégias de implementação a administração dos serviços de registros mercantis, o cadastro das empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no estado e a manutenção atualizada das informações pertinentes.

A Junta Comercial possui como programas o de Previdência Social e o de Normatização e Fiscalização das Atividades Empresariais que é contínuo e os prazos para o registro, certidões, autenticações, dentre outros, são os estabelecidos na legislação vigente, por isso, sua meta é a realização do trabalho num tempo inferior ao estabelecido na legislação, oferecendo um tratamento de qualidade ao usuário e buscando mantê-lo sempre informado sobre as modificações ocorridas e suas consequências. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 2.603.485,00**, sendo executados **47,34%** desse montante, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

QUADRO 197 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos – PASEP	10.000,00	0,00	0	10.000,00
TOTAL	10.000,00	0,00	0	10.000,00

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Junta Comercial do Estado do Tocantins

QUADRO 198 - Programa Finalístico

Programa: 127	Normatização e Fiscalização das atividades Empresariais			
Objetivo:	Obter controle dos registros público de empresa mercantis no Estado.			
Justificativa:	Realizar e disponibilizar registro público das empresas mercantis e atividades afins subordinadas às normas gerais prescritas na legislação vigente, exercido em todo território estadual.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Empresas Registradas		Unidade	-	-	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais.	555.000,00	224.884,36	40,52	-	-	-
4002	Manutenção de serviços de transportes	130.000,00	96.710,59	74,39	-	-	-
4004	Manutenção de recursos humanos	733.485,00	725.083,17	98,85	-	-	-
4003	Ações de informática	247.000,00	44.614,14	18,06	-	-	-
3096	Construção da sede da JUCETINS	356.000,00	0,00	0	250	0	0
3097	Interligação da rede de computadores	60.000,00	0,00	0	1	0	0
3098	Veiculação de informação	30.000,00	0,00	0	2000	0	0
3099	Implantação do programa de qualidade	30.000,00	80,00	0,26	30	0	0
3100	Atualização do cadastro estadual de empreses	20.000,00	0,00	0	10.000	0	0
3174	Ampliação da frota de veículo	72.000,00	59.000,00	81,94	2	2	100
3175	Informatização da JUCETINS	140.000,00	0,00	0	10	0	0
4181	Registro de empresas	220.000,00	82.216,82	37,37	4.500	8.196	182,13
TOTAL		2.593.485,00	1.195.853,64	46,11	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Junta Comercial do Estado do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	2.603.485,00	1.232.609,08	47,34	1.370.875,92

3.2.2 Fundações Públicas

3.2.2.1 Fundação Cultural do Estado do Tocantins

A Fundação Cultural do Estado do Tocantins, entidade de direito público, com prazo de duração indeterminada, criada pela Lei nº 1.311, de 04 de abril de 2002, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, cujo Estatuto foi aprovado através do Decreto nº 1.466 de 04 de abril de 2002, publicados no Diário Oficial nº 1.161 datados também de 04 de abril de 2002.

Tem esta a finalidade de planejar, fomentar, coordenar, executar, difundir e acompanhar as ações culturais do Poder Público Estadual, as manifestações artístico-culturais dos diversos segmentos da sociedade, que se constitui no público alvo. A Fundação tem como objetivo fomentar a política cultural do Estado, mediante recursos públicos, bem como estabelecer parcerias mediante convênio, contrato ou acordo de cooperação técnico-científica-cultural com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras.

As atribuições da Fundação Cultural do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa finalístico Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 5.849.084,00**, cuja execução está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 199 - Programa Finalístico

Programa: 029		Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins						
Objetivo:		Incentivar a formação artística e cultural do Estado do Tocantins.						
Justificativa:		A necessidade de estabelecer a política cultural do Estado do Tocantins em face de apresentar o fazer cultural como elemento de inserção econômica e social do indivíduo.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Relatório Semestral			Unidade		-	-	-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais		797.412,00	732.512,96	91,86	-	-	-
4002	Manutenção dos serviços de Transporte		122.088,00	70.760,47	57,96	-	-	-
4004	Manutenção de Recursos Humanos		1.195.038,00	1.188.948,02	99,49	-	-	-
4003	Ações de Informática		81.230,00	45.323,13	55,79	-	-	-
4277	Informatização da Fundação Cultural		12.867,00	12.867,00	100	30	03	10



4278	Ampliação da Frota de Veículos	0,00	0,00	0,0	03	0	0
4280	Aparelhamento Mobiliário da Fundação Cultural	30.586,00	28.784,39	94,11	100	16,55	16,55
4272	Manutenção da Biblioteca Pública Estadual	0,00	0,00	0,00	100	0	0
4273	Apoio as Bandas de Música do Estado	35.885,00	35.383,00	98,60	10	10	100
4274	Realização de Gravação de CD	153.000,00	128.000,00	83,66	04	05	125
4275	Realização do Projeto de Formação de Platéia	1.506.470,00	1.494.023,78	99,17	13	64	492
4276	Manutenção do Museu Histórico	20.318,00	20.316,89	99,99	100	33	33
4279	Revitalização do Centro Histórico de Natividade	921.201,00	39.101,76	4,24	100	4,24	4,24
4281	Apoio às Tradições Culturais Indígenas	57.176,00	31.864,00	55,73	07	05	71,43
4282	Instalação do Conservatório de Música do Tocantins	12.678,00	10.787,59	85,09	100	1,5	1,5
4283	Restauração de Bens Imóveis do Estado do Tocantins	6.600,00	6.600,00	100	01	0	0
4284	Realização do Projeto Tocantins Recebe o Teatro e a Dança	0,00	0,00	0,00	10	0	0
4285	Apoio a Espetáculos de Teatro e Dança	96.655,00	30.327,11	31,38	05	5	100
4286	Realização de Festivais Artísticos	319.553,00	261.508,88	81,84	04	05	125
4287	Instalação do Núcleo de Planejamento e Projetos	0,00	0,00	0,0	100	0	0
4288	Realização de Concurso Literário	0,00	0,00	0,0	10	0	0
4289	Apoio as Artes Visuais	29.496,00	29.495,84	100	05	02	40
4290	Realização de Estudos para Tombamentos de Monumentos e Sítios Históricos do Estado do Tocantins	31.888,00	19.715,30	61,83	01	0	0
4291	Pesquisando os Povos Indígenas do Tocantins	0,00	0,00	0,0	01	0	0
4292	Realização do Projeto BR Arte e Cultura	206.851,00	204.797,48	99,01	12	18	150
4293	Realização do Diagnóstico do Processo Produtivo do Artesanato	165.913,00	164.691,65	99,26	15	05	33,33
4294	Realização do Catálogo Artesanal	15.000,00	0,00	0,0	01	0	0
4295	Divulgação das Ações da Fundação Cultural do Estado do Tocantins	19.679,00	19.678,50	99,9	100	16	16
4296	Formação de Acervo do Centro de Pesquisa Histórico e Cultural	0,00	0,00	0,0	100	0	0
4297	Realização de Capacitações na Cultura	11.500,00	11.500,00	100	05	03	60



3146	Realização de Missão Técnica Internacional	0,00	0,00	0,0	01	0	0
TOTAL		5.849.084,00	4.586.984,75	78,42	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Fundação Cultural do Estado do Tocantins

3.2.2.2 Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foi criada em setembro de 2001, pela Lei nº 1.243/2001 e publicada do D.O.E. nº 1.080, de 11 de setembro de 2001. As seguintes legislações compõem o histórico legal da instituição:

- Lei Complementar nº 31/2002, de 04 de abril de 2002, dispõe sobre a Fundação de Medicina Tropical, tendo sido publicada pelo D.O.E nº 1.163, de 08 de abril de 2001.
- Decreto nº 1.669, de 27 de dezembro de 2002, aprova o Estatuto da Fundação de medicina Tropical, na forma do Anexo I e dispõe sobre o Quadro de Cargos e Salários em Comissão através do Anexo II, da Lei em questão.

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins tem a finalidade de promover políticas, estratégias, estudos, pesquisas, ações, intercâmbio científico e projetos que visem à prevenção, ao tratamento e à erradicação de doenças tropicais infecto-contagiosas.

No âmbito de sua atuação, compete à Fundação:

1. Implementar, promover, custear e subvencionar:

- a) o acompanhamento da execução de projetos de pesquisa, individuais ou institucionais, oficiais ou particulares;
- b) as atividades de ensino de pós-graduação e educação continuada;
- c) as pesquisas sobre novas técnicas de prevenção e combate às doenças infecto-contagiosas ou de aprimoramento das já existentes;
- d) os intercâmbios de informações, técnicas, experiências científicas e resultados com vistas à prevenção e ao combate de doenças infecto-contagiosas;
- e) as realizações de congressos, encontros e seminários;
- f) as publicações de material didático e de resultados de pesquisas científicas executadas pela Fundação ou por terceiros;
- g) a concessão de bolsa de estudo ou de pesquisas no Brasil e no exterior;

2. Prestar assessoria técnico-científica a órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, dos demais Estados, da União, do Distrito Federal e dos Municípios e a entidade de direito privado;

3. Contratar professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros;

4. Produzir e distribuir produtos fitoterápicos e derivados;

5. Firmar parcerias com entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras;

As atribuições da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e 04 Programas Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 13.267.378,00**, com execução de **57,79%**, ou seja, **R\$ 7.668.149,26**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 200 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	802.674,00	242.347,69	30,1	560.326,31
Manutenção de Serviços de Transportes	309.950,00	18.026,48	5,8	291.923,52
Manutenção de Recursos Humanos	1.206.934,00	969.904,57	80,4	294.070,32
Ações de Informática	366.000,00	229.781,75	62,7	136.218,25
TOTAL	2.685.558,00	1.460.060,49	54,4	1.282.538,40

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Fundação de Medicina Tropical

QUADRO 201 - Programa Finalístico

Programa: 025 Desenvolvimento de Ensino em Medicina Tropical	
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de ensino no âmbito da saúde. Proporcionar ao corpo técnico e científico da FMT e/ou externo, desenvolvimento, fortalecimento e integração por meio de ensino de pós-graduação, capacitação e atualizações periódicas em forma de cursos, oficinas, seminários, palestras, fóruns, simpósios e outros, além de visitas técnicas de e para outras instituições com a finalidade de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, visando implementação das atividades de pesquisa.
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento de ensino no âmbito da saúde e necessidade de capacitação e qualificação técnica dos profissionais da área de saúde e afins buscando o aperfeiçoamento nas atividades de promoção, prevenção, atenção e reabilitação em saúde priorizando as doenças tropicais. Necessidade de profissionais com titulação para implantação de cursos de pós-graduação regionais, dificuldades de acesso aos centros formadores e elevados custos relacionados quanto à importação de cursos, carência de titulação e/ou capacitação do corpo de pesquisadores, necessidade de visão crítica auxiliar na detecção e resolução de problemas, escassez de pesquisadores que tenham conhecimentos pertinentes na área de medicina tropical e que vivenciem a realidade regional, dificuldade de contratação de mão-de-obra externa por questões regionais e/ou financeiras e necessidade de estimular a pesquisa como geradora de subsídios para as ações em saúde



Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.			Porcentagem	338	31/12/2004	100	
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de ensino			Unidade	-	-	100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3033	Construção do complexo de ensino	5.014.848,00	5.014.847,42	99,9	18	68	378
4104	Capacitação de recursos humanos	315.407,00	93.214,66	30	100	360	360
4105	Formação em pós-graduação de recursos humanos	221.626,00	65.121,35	29	0	0	0
4106	Expansão interinstitucional na área de ensino	157.872,00	37.362,74	24	8	6	75
TOTAL		5.709.553,00	5.210.346,17	91	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

QUADRO 202 - Programa Finalístico

Programa: 026		Desenvolvimento de Pesquisa em Medicina Tropical			
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical. Promover o conhecimento, a detecção e pesquisa de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva, com a finalidade de auxílio científico às atividades em geral, na adoção de medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos em medicina tropical. Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical.				
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical no estado e região. Necessidade de pesquisa (clínica, epidemiológica, laboratorial, de campo e outras) para detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva buscando fundamentos científicos para as atividades de saúde em geral e adoção de medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.Necessidade de divulgação do conhecimento para os profissionais envolvidos com a saúde e áreas afins, buscando o aperfeiçoamento nas atividades de promoção, prevenção, atenção e reabilitação, priorizando as doenças tropicais.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.		Porcentagem	44	31/12/2004	100
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de ensino		Unidade	4		100
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3035	Construção do complexo de pesquisa em medicina tropical	622,00	0,00	0	30	0	0
3036	Implantação do complexo de pesquisa em medicina tropical	528.960,00	186.140,27	35,19	15	0,6	4
4107	Manutenção do complexo de pesquisa em medicina tropical	20.000,00	0,00	0	100	0	0
4108	Expansão interinstitucional na área de pesquisa	328.368,00	119.005,93	36	22	13	59
4109	Realização de pesquisa em medicina tropical	337.807,00	7.891,17	2	14	3	21
TOTAL		1.215.757,00	215.361,57	18	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

QUADRO 203 - Programa Finalístico

Programa: 027		Informação em Saúde						
Objetivo:		Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Proporcionar economicidade e qualidade ao trabalho da FMT, pela criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática, promover o desenvolvimento técnico-científico, da região, pela divulgação de pesquisas, atualizações de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários garantindo a retro-alimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; Apoiar e divulgar ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade, assim como instrumentar, capacitar, desenvolver e fortalecer o corpo técnico da área de informação em saúde.						
Justificativa:		Necessidade de infra-esutura para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Necessidade de criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática; de divulgação de pesquisas, atualização de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários; de retro-alimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; de apoio e divulgação das ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais,internacionais e outros setores da sociedade; assim como de instrumentação, capacitação, desenvolvimento e fortalecimento do corpo técnico da área de informação em saúde						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.			Porcentagem		125	31/12/2004	100	
Média das metas físicas em porcentagem realizada do programa de ensino			Unidade		100		100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3037	Construção do centro de informação		2.968.653,00	573.644,70	19,32	77	67	87
3038	Implantação do centro de informação		49.000,00	9.071,47	18,51	2	0,37	19



4111	Promoção de eventos científicos e culturais no âmbito da saúde	101.000,00	74.154,01	73,42	1	1	100
4112	Expansão interinstitucional da área de informação em saúde	101.800,00	13.373,43	13,14	2	5	250
4113	Tratamento de informação	108.000,00	0,00	0	6	3	50
4114	Divulgação de informação em saúde	50.000,00	2.526,00	5,05	3	1	33,33
TOTAL		3.378.453,00	672.769,61	20	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

QUADRO 204 - Programa Finalístico

Programa: 028		Avaliação em Saúde						
Objetivo:		Avaliar com os demais setores sociais e institucionais os programas, ações, tecnologias e situações de saúde da população tocaninense.						
Justificativa:		Necessidade de fortalecer os programa (promoção, prevenção, controle, eliminação e erradicação), apoiando a execução com análise de aspectos operacionais e táticos (estrutura processo e resultados), na busca de soluções para os possíveis problemas, maximizando a utilização dos recursos disponíveis e aprimorando a capacidade de atuação das equipes envolvidas assim como a realização de intercâmbios e convênios. Necessidade de fomentar o setor saúde na busca informação, baseada em metodologia/tecnologia, sobre o analise, controle e execução das ações contra os agravos a saúde da população.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino.			Porcentagem	25	31/12/2004	100		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4115	Avaliação de programa em saúde		71.950,00	70,00	0,10	1	1	100
4116	Realização de análise de situação em saúde		74.181,00	0,00	0	2	0	0
4117	Avaliação de tecnologia em saúde		57.926,00	0,00	0	1	0	0
4119	Expansão interinstitucional na área de avaliação em saúde		74.000,00	11.865,62	16,03	4	1	25
TOTAL			278.057,00	11.935,62	5	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	13.267.378,00	7.668.149,26	57,80	5.599.228,74

3.2.3 Fundos Especiais

3.2.3.1 Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES

O FUNDES foi criado pela Lei n.º 867 de 16 de Outubro de 1.996, posteriormente revogada pela Lei nº 1.197 de 13 de Dezembro de 2.000. A Lei n.º 1.271 de 04 de Dezembro de 2.001, determina que o Presidente do Prodivino é o gestor do FUNDES.

Sendo o FUNDES gerido pelo presidente do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO, considera-se como sua missão principal a concessão de empréstimos pessoal e financiamento de unidades habitacionais aos servidores públicos estadual.

Considera-se ainda a concessão de microcréditos ao setor informal, objetivando inclusive, possibilitar este setor a formalização de sua atividades

Os recursos disponibilizados no FUNDES, financiam também empreendimentos de maiores vultos, sobretudo na área de agronegócios, possibilitando o incremento das atividades econômicas geradoras de emprego e renda no Tocantins.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social foram desenvolvidas através de ações estruturadas em dois programas Fianlísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 26.509.345,00**, com execução de **38,04%**, ou seja, **R\$10.085.115,57**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 205 - Programa Finalístico

Programa: 075		Assistência Financeira ao Servidor Público Estadual			
Objetivo:	Viabilizar recursos financeiros aos servidores públicos estaduais efetivos e reduzir déficit habitacional.				
Justificativa:	Evitar que servidores públicos estadual contraíam empréstimos a juros altos em instituições de crédito e agiotagem, visando minimizar o elevado número de servidores desprovidos de casa própria e melhorar a qualidade de vida.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de servidores contemplados		Porcentagem	84,9	2003	90
Déficit habitacional dos servidores públicos estaduais			66,7	2002	70
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4006	Concessão de empréstimos aos servidores públicos	6.775.000,00	3.420.700,00	50,49	4.000	1.546	38,65
4007	Financiamento para aquisição e construção de unidades habitacionais	3.000.000,00	1.901.813,60	63,39	120	100	83,33
TOTAL		9.775.000,00	5.322.513,60	54,45	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

QUADRO 206 - Programa Finalístico

Programa: 076		Banco da Gente					
Objetivo:		Viabilizar recursos financeiros aos pequenos produtores urbanos e rurais.					
Justificativa:		Um dos problemas enfrentados pelos pequenos empreendedores é a obtenção de crédito para financiamento dos seus empreendimentos; isto posto, este programa se justifica por colocar a disposição, uma linha de crédito de acesso facilitado.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de liberação de crédito			Porcentagem	77,8	2002	90	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4011	Apoio financeiro para projetos de empreendedores informais setor produtivo	9.850.000,00	4.752.062,97	48,24	5.500	1.360	24,73
4008	Monitoramento de projeto empreendedor financiado	245.909,00	8.141,50	3,31	5.500	29	0,53
3001	Capacitação de servidores para análise e gerenciamento de crédito	148.436,00	0,00	0	2	0	0
4009	Financiamento de máquinas e implementos agrícolas para prefeituras, associações, cooperativas e unidade agroindustrial produtiva	6.325.000,00	0,00	0	338	0	0
4010	Vistoria técnica de máquinas e implementos agrícolas financiados	65.000,00	2.397,50	3,69	210	15	7,14
4012	Ampliação da frota de veículos	100.000,00	0,00	0	4	0	0
TOTAL		16.734.345,00	4.762.601,97	28,45	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	26.509.345,00	10.085.115,57	38,04	16.424.229,43

3.2.3.2 Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM

O referido Fundo foi criado ainda em 2000, sendo que somente no exercício de 2002 iniciou sua execução. Em 2004 foi contemplada a ação de Aparelhamento da Polícia Militar, tanto no âmbito administrativo como operacional da segurança pública, que possibilitaram à Instituição promover a satisfação do cidadão tocaninense com um alto índice de sensação de segurança, motivado pela melhoria da qualidade em serviços prestados pela corporação, qualidade essa que foi alcançada através do aparelhamento adquirido, visando à modernização e o aumento operacional de sua atuação frente à sociedade.

As atribuições desse Fundo foram desenvolvidas através de uma ação estruturada no programa fianlístico Reforma das Instituições de Segurança Pública. Para essa ação foram autorizados recursos no montante de **R\$ 600.000,00**, cuja execução está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 207 - Programa Finalístico

Programa: 047		Reforma das Instituições de Segurança Pública			
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.				
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de homicídios dolosos		Porcentagem	0,002	2003	0
Índice de incidência de roubos			-		90
Índice de vítimas no trânsito			0,6		0
Índice de aparelhamento da polícia (constituído por 4 taxas)			-		100
Índice de assistência a policiais			-		100
Taxa de expansão do efetivo policial			100		105
Índice de qualificação profissional			-		110



AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4268	Aparelhamento da Polícia Militar	600.000,00	381.650,40	63,60	642	265	41,27
TOTAL		600.000,00	381.650,40	63,60	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Modernização da Polícia Militar

3.2.3.3 Fundo de Fardamento da Polícia Militar – FUNFARDA

As atribuições do Fundo de Fardamento da Polícia Militar foram desenvolvidas através de uma ação estruturada no programa finalístico Reforma das Instituições de Segurança Pública, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 208 - Programa Finalístico

Programa: 047		Reforma das Instituições de Segurança Pública			
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.				
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de homicídios dolosos		Porcentagem	0,002	2003	0
Índice de incidência de roubos			-		90
Índice de vítimas no trânsito			0,6		0
Índice de aparelhamento da polícia (constituído por 4 taxas)			-		100

Índice de assistência a policiais			-		100		
Taxa de expansão do efetivo policial			100		105		
Índice de qualificação profissional			-		110		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4317	Fornecimento de Fardamento	2.500.000,00	2.444.546,20	97,78	102.629	94.834	92,40
TOTAL		2.500.000,00	2.444.546,20	97,78	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Fardamento da Polícia Militar

3.2.3.4 Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

A Lei nº 1.226, de 06 de junho de 2001, que instituiu a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em seu Art. 6º, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental do Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 209 - Programa Finalístico

Programa: 036		Desenvolvimento Urbano						
Objetivo:		Melhorar as condições de habitabilidade de cidades em condições precárias, reduzir riscos mediante sua urbanização e a regularização fundiária, integrando-as ao tecido urbano.						
Justificativa:								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Índice de investimentos em habitabilidade			Porcentagem	45	2003	100		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3158	Pavimentação asfáltica para o plano diretor de Palmas		3.036.893,00	2.306.016,86	75,93	155.075	-	-
3160	Implantação de rede de água tratada em quadras alienadas		446.921,00	389.322,94	87,11	12.307	-	-
3161	Construção de rede drenagem pluvial urbana em quadras alienadas		2.815.140,00	2.373.300,87	84,31	98.461	-	-



3163	Instalação de rede elétrica urbana em quadras alienadas	1.021.532,00	696.611,53	68,19	12.308	-	-
3164	Abertura de ruas em quadras alienadas em Palmas	570.767,00	328.985,68	57,64	12.308	-	-
4325	Implantação de microparcelamento de quadras alienadas em Palmas	284.901,00	126.391,76	44,36	12.308	-	-
3162	Demarcação de microparcelamento de quadras alienadas em Palmas	73.846,00	0,00	0	1.054.943		
TOTAL		8.250.000,00	6.220.629,64	75,40	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

3.2.3.5 Fundo de Apoio a Moradia Popular

Esse fundo foi criado pela Lei n.º 1.128, de 1º de fevereiro de 2000, que instituiu o Projeto Orla. Tem como finalidade a edificação de moradias, a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda e a reinclusão social.

Em 2004, esse fundo foi contemplado com três programas finalísticos. Para esses programas foram destinados recursos da ordem de **R\$ 2.370.000,00**. Os quadros abaixo demonstram a programação autorizada na LDO.

QUADRO 210 - Programa Finalístico

Programa: 035		Moradia						
Objetivo:		Viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias no Estado do Tocantins.						
Justificativa:								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de moradias concedidas			Porcentagem	-	-	110		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3156	Construção de albergues		400.000,00	0,00	0	1	-	-
3091	Implantação de melhorias urbanas		1.870.000,00	1.280.820,34	68,49	110	-	-
TOTAL			2.270.000,00	1.280.820,34	56,42	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Apoio a Moradia Popular

**QUADRO 211 - Programa Finalístico**

Programa: 036		Desenvolvimento Urbano								
Objetivo:		Melhorar as condições de habitabilidade de cidades em condições precárias, reduzir riscos mediante sua urbanização e a regularização fundiária, integrando-as ao tecido urbano.								
Justificativa:										
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Índice de investimentos em habitabilidade			Porcentagem		45		2003		100	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
3157	Construção de hortos florestais		50.000,00	0,00	0	1	-	-		
TOTAL			50.000,00	0,00	0	-				

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Apoio a Moradia Popular

QUADRO 212 - Programa Finalístico

Programa: 142		Geração de Renda						
Objetivo:		Promover a inserção de pessoa e famílias de baixa renda no mercado de trabalho criando oportunidades de emprego e renda.						
Justificativa:								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Renda familiar per capita			Unidade	1.147,80	2000	-		
Renda per capita				1.147,80	2002	72		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3091	Construção de centros de múltiplo uso		50.000,00	0,00	0	1	-	-
TOTAL			50.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Apoio a Moradia Popular

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	2.370.000,00	1.280.820,34	54,04	1.089.179,66

3.2.3.6 Fundo Estadual de Modernização Jurídica

A Lei Nº 1.260 de 18 de outubro de 2001 criou o Fundo Estadual de Modernização Jurídica, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Procuradoria Geral do Estado - PGE.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Procuradoria Geral do Estado, com recursos destinados a financiar as atividades do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima; através da organização e patrocínio de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos, treinamentos e atividades correlatas; organização e elaboração de coletânea de artigos e jurisprudências; divulgação de matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial; promoção do intercâmbio com entidades públicas e privadas; aquisição de revista e demais elementos de estudos e outras consoante ao Art. 1º da referida Lei.

As atribuições do Fundo Estadual de Modernização Jurídica foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 213 - Programa Finalístico

Programa: 071		Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estado					
Objetivo:		Defender juridicamente as ações judiciais que envolvam todo o poder executivo, bem como, promover a cobrança da dívida ativa do Estado.					
Justificativa:		Garantir, assegurar e defender os direitos do Estado.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Taxa de processos agilizados		Porcentagem	80	2002	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4136	Manutenção do Centro de Estudos Joaquim C. Lima	37.100,00	0,00	0	1	0	0
4257	Capacitação dos Servidores Lotados na PGE	32.900,00	20.068,00	61	15	9	60
4256	Divulgação de Matérias Jurídicas	20.000,00	0,00	0	1.000	0	0
4255	Atualização do Acervo Bibliográfico	60.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		150.000,00	20.068,00	13,38	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Modernização Jurídica

3.2.3.7 Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

A lei nº 780 de 02 de outubro de 1995 regulamenta o art. 143 da Constituição Estadual, que cria o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e o § 5º do art. 142, da Constituição do Estado do Tocantins, que institui o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

O Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia tem como finalidade formular as diretrizes e promover a execução da política de ciência e tecnologia do Estado, observados os seguintes princípios;

I – tratamento prioritário à pesquisa científica básica e à difusão de tecnologias adequadas ao desenvolvimento do Estado do Tocantins, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência;

II – pesquisa tecnológica, voltada, preponderantemente, para a solução dos problemas regionais e para a solução dos problemas regionais e para o desenvolvimento produtivo do Estado.

III- formulação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para as pesquisas científicas e tecnológicas, apoiadas, principalmente, com a concessão de bolsas, para os que nela se iniciam e dê condições especiais de trabalho, aos que nela se ocupam;

IV- a política científica e tecnológica considerará sempre o respeito:

- a) À recuperação do meio ambiente;
- b) À vida e à saúde;
- c) Ao aproveitamento racional, não predatório, dos recursos naturais;
- d) Aos valores culturais do povo.

As atribuições do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas através de ações estruturadas em dois programas finalísticos e um de gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos no montante de **R\$ 4.280.018,00**, sendo utilizados cerca de **13,92%**, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 214 - Programa Finalístico

Programa: 092 Estratégia em CTI	
Objetivo:	Elaborar, implantar e desenvolver políticas de desenvolvimento em CTI, centrando esforços na produção e difusão da pesquisa básica e aplicada e geração de tecnologias apropriadas às características regionais do Estado do Tocantins.
Justificativa:	O Estado do Tocantins conta com um sistema estadual de CTI em consolidação. Todas as instituições de ensino superior estão implementando departamentos voltados para CTI, desta forma é necessário um programa estrategista que implante e desenvolva a rede interinstitucional e o plano de política. O desenvolvimento em CTI deve ser estratégico considerando as fases de planejamento, implementação e manutenção de uma rede interinstitucional que seja capaz de subsidiar o avanço tecnológico nos setores primário, secundário e terciário, detectando demandas, desenvolvendo produtos e subsidiando ações governamentais.



Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Implantação e manutenção da rede interinstitucional de CTI		Porcentagem	0		Agosto/2004	110	
Produção e difusão de indicadores em CTI			0			100	
Elaboração e implementação do Plano de Políticas e Desenvolvimento em CTI			0			100	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3122	Implantação da rede institucional de CTI	32.000,00	0,00	0	27	09	30
3123	Implantação do plano de políticas de desenvolvimento em CTI	10.000,00	0,0	0	27	0	0
4345	Produção e difusão de indicadores em CTI	0,00	0,00	0	0	0	0
TOTAL		42.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 215 - Programa Finalístico

Programa: 093		Fomento em CTI				
Objetivo:	Promover programas permanentes de incentivo e apoio financeiro e técnico-administrativos aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior públicas e privadas e o setor empresarial privado, considerando a estrutura do sistema estadual de ciência e tecnologia.					
Justificativa:	O Estado do Tocantins faz parte da rede norte e nacional de ciência tecnologia e inovação. O sistema estadual de CTI está em fase de organização e consolidação, necessitando de apoio financeiro, técnico, científico e administrativo. Desta forma, a não implementação deste programa prejudicará a organização do sistema estadual de CTI. Existe um cenário favorável, já que várias instituições públicas e privadas estão constituindo diretorias, coordenações e câmaras voltadas para atuarem em temas ligados ao fornecimento da pesquisa básica e aplicada, investimentos e, infra-estrutura laboratorial e física, além de atraírem pesquisadores com afinidade aos programas e linhas de pesquisa necessários ao desenvolvimento científico, tecnológico, humano e social do estado do Tocantins. A recuperação, modernização e ampliação da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica do estado passam pela implantação deste programa.					
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
-		-	-	-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)				



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3124	Implantação de cursos de pós-graduação	100.000,00	0,00	0	9	0	0
3125	Estruturação da conferência estadual de ciência tecnologia e inovação	230.000,00	0,00	0	1	0	0
3126	Implantação da rede de propriedade intelectual em CTI do estado do Tocantins	260.000,00	0,00	0	30	0	0
3127	Implantação do centro de geotecnologias	508.500,00	0,00	0	1	0	0
3128	Implantação do centro de agricultura de precisão, calibrações e ensaios metrológicos	209.500,00	0,00	0	1	0	0
4237	Concessão de créditos educativos à estudantes carentes	1.226.216,00	572.334,30	47	440	532	120,91
4238	Concessão de bolsas de iniciação científica/ pesquisa	417.301,00	0,00	0	290	0	0
4239	Concessão de bolsa de qualificação	304.502,00	12.672,00	4	1	1	100
4240	Desenvolvimento de tecnologias apropriadas	27.000,00	0,00	0	17	0	0
4241	Consolidação de eventos científicos	27.000,00	0,00	0	17	0	0
4242	Contribuição financeira à publicações científicas	77.000,00	5.940,00	8	17	1	100
4243	Contribuição à realização de eventos científicos	112.000,00	6.200,00	8	17	1	5,88
4344	Capacitação de recursos humanos para CTI	60.000,00	0,00	0	9	0	0
4347	Contribuição financeira à pesquisa em tecnologia da informação e automação	112.099,00	0,00	0	9	0	0
4348	Apoio à criação de mecanismos de registro de patentes desenvolvidas no estado	237.000,00	0,00	0	1	0	0
4349	Instituição do primeiro prêmio em CTI	70.000,00	0,00	0	1	0	0
4350	Apoio financeiro a empresas de base tecnológicas	80.000,00	0,00	0	16	0	0
TOTAL		4.058.118,00	597.146,30	14,71	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

QUADRO 216 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 094	Gestão em CTI
Objetivo:	Promover a gestão em ciência tecnológica e inovação, propiciando o avanço e o desenvolvimento econômico, social e humano.
Justificativa:	As ações estão em fase de andamento pois foram lançados no final do ano de 2004.
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007



Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Implantação e elaboração de programas de incentivo		Porcentagem	0	Maio/2004	110		
Órgão de fomento e financiamento da produção científica			0	Agosto/2004	100		
Integração de centro de produção tecnológica			0	Setembro/2004	100		
Implantação do sistema de informações para CTI			0	Agostos/2004	100		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3129	Implantação do programa de incentivo as empresas de base tecnológica trasnferência de tecnologia e inovação de cadeia produtiva	99.900,00	0,00	0	10	7	1,4
3331	Implantação da fundação de amparo a pesquisa	0,00	0,00	0	0	0	0
3132	Implantação de sistema de informação para CTI	80.000,00	0,00	0	11	9	1,2
3133	Implantação da estrutura técnica e administrativa de gestão estadual em CTI	0,00	0,00	0	0	0	0
4346	Integração dos centros de produção técnica e administrativa de gestão estadual em CTI	0,00	0,00	0	0	0	0
TOTAL		179.000,00	0,00	0			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	4.280.018,00	595.738,30	13,92	3.684.279,70

3.2.3.8 Fundo Estadual de Defensoria Pública

Instituído pela Lei n.º 1.251 de 20 de setembro de 2001, é vinculado à Secretaria da Justiça, destinado a prover os recursos necessários ao desenvolvimento das ações de defensoria pública, compreendendo:

- I - aquisição de equipamentos;
- II - implantação e implementação de Núcleos Regionais de Defensoria Pública;
- III - treinamento de servidores;
- IV - promoções e eventos científicos e educativos;
- V - edição de material técnico-educativo.

Esse fundo no ano de 2004 não desempenhou sua função apesar de ter recursos destinados para tal. Portanto, a ação estruturada no programa finalístico Atendimento Jurídico não foi executada, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 217 - Programa Finalístico

Programa: 053		Atendimento Jurídico					
Objetivo:		Prestar através de defensoria pública, assistência jurisdicional gratuita especializada aos hipossuficientes.					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração		Índice Desejado	
Taxa de atendimento aos hipossuficientes		Porcentagem	-	-		100	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4237	Aprimoramento dos serviços da defensoria pública	70.000,00	0,00	0	1	0	0
TOTAL		70.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Defensoria Pública

3.2.3.9 Fundo Estadual de Defesa do Consumidor

Esse fundo é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, foi criado a partir da alteração da Lei n.º 1.250/2001 pela Lei n.º 1.482, de 29 de junho de 2004. A referida lei altera a denominação do Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos para Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, cuja destinação é prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e da harmonia na relação de consumo.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa finalístico Consolidando a Defesa do Consumidor no

Tocantins. Para as duas ações de responsabilidade desse fundo, foram destinados recursos da ordem de **R\$ 172.391,00**, sendo utilizados cerca de **63,97%**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 218 - Programa Finalístico

Programa: 054		Consolidando a Defesa do Consumidor no Tocantins					
Objetivo:		Prestar aos consumidores tocaninenses orientação permanente sobre seus direitos e garantias, ampliando as ações do PROCON – TO					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Taxa de Atendimento ao consumidor			Porcentagem	-	-	70	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3178	Implantação e modernização dos núcleos regionais do PROCON	161.491,00	103.669,03	64,19	2	-	-
4328	Capacitação de servidores do PROCON – TO	10.900,00	6.610,00	60,64	15	-	-
TOTAL			172.391,00	110.279,03	63,97	-	

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor

3.2.3.10 Fundo Estadual dos Direitos da Mulher

O Fundo Estadual dos Direitos da Mulher é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça e tem como principal atribuição a defesa dos direitos da mulher. Essa atribuição foi desenvolvida através de uma ação estruturada no programa finalístico Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Para essa ação foram destinados recursos conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 219 - Programa Finalístico

Programa: 056		Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Objetivo:		Desenvolver ações de proteção e defesa dos direitos humanos, bem como atividades de capacitação e sensibilização para construção de cultura de respeito, de tolerância e de valorização da diversidade, implantando ainda serviços de atendimento ao cidadão com vistas a permitir o acesso a direitos básicos de cidadania.					
Justificativa:							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		



Taxa de denúncias investigadas		Porcentagem	-	-	40		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3165	Implantação e aparelhamento do conselho estadual de direitos da mulher	120.000,00	3.496,50	2,91	20	-	-
TOTAL		120.000,00	3.496,50	2,91	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher

3.2.3.11 Fundo de Previdência do Estado do Tocantins

Em cumprimento à nova ordem constitucional, o Estado do Tocantins editou a Lei n.º 1.246, de 6 d setembro de 2001, instituindo o Regime Próprio de Previdência Social para os servidores públicos civis e militares do Estado, incluindo os magistrados, os membros dos Poderes do Estado, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Também, reestruturou o antigo IPETINS, dotando-o de competência para gerir, analisar, instruir, decidir, deferir e conceder os benefícios previdenciários.

Os benefícios previdenciários são garantidos pelas reservas financeiras do RPPS, mediante os recursos que estão sendo capitalizados desde 1999, mediante contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como da contribuição do Estado. A destinação desses recursos é exclusiva ao custeio dos pagamentos dos benefícios previdenciários dos segurados do RPPS e de seus dependentes que implementem os requisitos necessários à sua obtenção a partir de 1º de janeiro de 2004.

Para viabilizar essa capitalização o tesouro estadual assumiu, até a extinção, o pagamento dos benefícios previdenciários concedidos até 31 de dezembro de 2003, bem assim, daqueles que serão concedidos posteriormente, em razão de terem adquirido o direito até a data citada.

Desta forma, as atribuições do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas – Apoio Administrativo e Previdência Social. Para esses programas foram destinados recursos da ordem de **R\$ 110.633.340**, com execução de **R\$ 2.449.155,47**, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 220 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	740.000,00	553.947,82	78,86	186.052,18
Manutenção de Serviços de Transportes	80.000,00	61.144,97	76,43	18.855,03
Manutenção de Recursos Humanos	1.110.000,00	1.003.717,61	90,72	106.282,39
Ações de Informática	180.000,00	148.809,70	82,67	31.190,30
TOTAL	2.110.000,00	1.767.620,10	83,77	342.379,90

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins

QUADRO 221 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento de benefícios pelo regime próprio de previdência social	1.557.000,00	272.319,46	17,49	1.284.680,54
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos – PASEP	1.012.340,00	0,00	0	1.012.340,00
Reserva financeira para o regime próprio de previdência social	105.954.000,00	409.215,91	0,39	105.544.784,09
TOTAL	108.523.340,00	681.535,37	0,63	107.841.804,63

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	110.633.340,00	2.449.155,47	2,21	108.184.184,53

3.2.3.12 Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins

Esse fundo é gerido pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, foi criado pela Lei n.º 1.424, de 12 de dezembro de 2003, é regulamentado pelo Decreto n.º 1.952, de 23 de dezembro de 2003.

O IGEPREV/PLANSÁUDE, por meio da operadora do plano, CONFEDERAÇÃO DAS UNIMED'S CENTRO-OESTE – TOCANTINS, assegura prestação dos serviços médicos-hospitalares, clínicos e ambulatoriais, exames

complementares e de alta complexidade e assistência odontológica, conforme previsão legal.

As atribuições do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Públicos. Para esses programas foram autorizados recursos no montante de **R\$ 30.500.000,00**, sendo utilizados o valor de **R\$ 5.522.210,70**, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 222 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	270.000,00	188.400,51	67,78	81.599,49
Manutenção de Serviços de Transportes	95.000,00	35.474,53	37,34	59.525,47
Manutenção de Recursos Humanos	420.000,00	376.500,68	89,64	43.499,32
Ações de Informática	140.000,00	62.538,97	44,67	77.461,03
TOTAL	925.000,00	661.914,69	71,56	262.085,31

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins

QUADRO 223 - Programa de Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Públicos - 010

Objetivo: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Públicos do Estado do Tocantins				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Reserva técnica	4.280.000,00	0,00	0	4.280.000,00
Assistência médica e odontológica dos servidores públicos estaduais	25.295.000,00	4.859.296,01	19,21	20.435.703,99
TOTAL	29.575.000,00	4.859.296,01	16,43	24.715.703,99

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	30.500.000,00	5.522.210,70	18,10	24.977.789,30

3.2.3.13 Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE tem como missão assegurar a captação de recursos para garantir a continuidade efetiva da política de capacitação, promovendo a implantação e manutenção do Sistema de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo – SICAP em virtude da necessidade de melhoria da qualidade de atendimento aos usuários dos serviços públicos.

As atribuições do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa de Serviços ao Estado. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 212.082,00**, cuja execução está demonstrada no quadro a seguir:

QUADRO 224 - Programa de Serviços ao Estado

Programa: 062		Gestão do Conhecimento e Modernização da Administração Pública						
Objetivo:		Elevar a qualificação da mão-de-obra institucional, através da formação dos servidores públicos e através da melhoria contínua dos processos, elevando assim os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública e propondo formas mais efetivas de intervenção governamental.						
Justificativa:								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Percentual de servidores capacitados			Porcentagem	-	-	90		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4356	Manutenção da Unidade de Capacitação Funcional		159.926,00	143.187,99	89,53	-	-	-
4357	Manutenção de Serviços de Transportes da Unidade de Capacitação Funcional		0,00	0,00	0	-	-	-
4358	Manutenção dos Serviços de Informática da Unidade de Capacitação Funcional		0,00	0,00	0	-	-	-
4253	Capacitação Funcional dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins		52.156,00	38.161,40	73,16	4.000	482	12,5
TOTAL			212.082,00	181.349,39	85,51	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo

3.2.3.14 Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário

Este fundo é vinculado à Secretaria da Fazenda e no ano de 2004 ficou responsável pelo desenvolvimento de uma ação do programa finalístico Modernização da Administração Fiscal. A lei orçamentária inicialmente destinou recursos da ordem de **R\$ 1.015.000,00**, no entanto esse recurso foi reduzido no total, prejudicando a execução desta ação.

3.2.3.15 Fundo Estadual de Saúde

Por força da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, o Estado instituiu o Fundo Estadual de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde.

As atribuições do Fundo Estadual de Saúde foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social e onze finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 283.337.867,00**, com execução de **R\$ 223.512.491,38**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 225 - Programa Apoio Administrativo - 195

Objetivo: Assegurar aos órgãos estaduais os meios administrativos necessários à execução dos programas finalísticos.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.649.032,00	3.999.957,87	83,04	649.074,13
Manutenção de Serviços de Transportes	1.687.707,00	1.121.175,74	66,43	566.531,26
Manutenção de Recursos Humanos	129.698.690,00	129.388.802,79	97,76	309.887,21
Ações de Informática	301.000,00	199.701,36	66,34	101.298,64
TOTAL	136.336.429,00	134.709.637,76	98,80	1.626.791,24

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 226 - Programa de Previdência Social - 196

Objetivo: Assegurar os Benefícios Previdenciários a Servidores Estaduais Inativos e Pensionistas e seus dependentes. Pagamento de Benefícios.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a aposentados e pensionistas	2.337.462,00	557.937,22	23,87	1.779.524,78



TOTAL	2.337.462,00	557.937,22	23,87	1.779.524,78
--------------	---------------------	-------------------	--------------	---------------------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 227 - Programa Finalístico

Programa: 004		PROVIDA					
Objetivo:		Reduzir a desnutrição no estado por meio do incentivo a utilização de alimentos regionais e dos não convencionais (como multimistura, cultivo de plantas tropicais), ricos em nutrientes essenciais, através do processamento caseiro de alimentos,visando a promoção da saúde.					
Justificativa:		Existe um alto índice de desnutrição no estado, (12% sisvan 2003) entre crianças e gestantes, principalmente, que necessitam de intervenções para sua minimização e prevenção. ha regiões como sudeste e extremo norte do estado, onde estes índices chegam a mais de 20%. a OMS preconiza índices menores que 10%, um dos fatores que podem interferir positivamente e a educação nutricional. Proporcionar o conhecimento de fontes alimentares, acessíveis a população de um modo geral, a fim de aumentar suas oportunidades de escolha, e um dos meios de garantir segurança alimentar e nutricional. existe um subaproveitamento da riqueza nutricional dos alimentos regionais do tocantins que poderiam estar sendo utilizados para prevenir não só a desnutrição como também para a prevenção e tratamento da: obesidade, diabetes, hipertensão, câncer entre outras. o processamento e uso da multimistura, a utilização de plantas não convencionais na alimentação da população em risco nutricional, são alternativas viáveis para aumentar a diversidade alimentar e conseqüentemente o teor nutricional dos alimentos consumidos pela população em geral. um fator que favorece a continuidade destas ações nos municípios, e o trabalho dos agentes de saúde, voluntários de pastoral que disseminam o trabalho em parceria com o PROVIDA. Por ser uma das instituições que atuam no âmbito da educação nutricional e, sendo esta uma das condições para garantir melhora das condições nutricionais da população, e fundamental a realização das ações propostas pelo programa e sua ampliação principalmente na direção das ações do programa fome zero do governo federal.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Promover a prevenção e recuperação de crianças e gestantes em situação de risco		Porcentagem	12	12/2004	10		
Atendimento a municípios com maior índice de desnutrição			15	12/2004	46		
Incentivar a utilização de plantas não convencionais para uso			0	12/2003	30		
Produção de alimentos não convencionais nas etnias xerente chaho e karaja-xambi			31	12/2004	12		
Oficina de alimentação e saúde em comunidades indígenas			26	12/2004	12		
Capacitação em farmácia viva e ou fitoterapicos			10	12/2004	38		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3031	Implantação de kit cozinha escola comunitária	66.963,00	27.036,74	40,38	19	16	84,21



4096	Assistência às escolas p/ utilização de plantas não convencionais para uso na merenda escolar	17.277,00	12.768,00	73,90	13	28	215,38
4097	Capacitação de recursos humanos em orientação alimentar e nutricional	65.886,00	18.590,90	28,22	1.230	945	76,83
4098	Assessoramento nos núcleos de produção implantados	10.488,00	1.935,50	18,45	8	8	100
4099	Realização de pesquisa em segurança alimentar e nutricional nos municípios	27.304,00	22.125,00	81,03	15	13	86,67
4100	Assistência aos estudantes indígenas para produção de alimentos não convencionais	5.718,00	0,00	0	198	103	52,02
4101	Capacitação de índios em alimentação e saúde	10.598,00	3.517,50	33,19	146	191	130,82
4102	Capacitação em farmácia viva e fototerápicos	19.920,00	14.053,70	70,55	13	15	115,38
TOTAL		219.154,00	100.027,34	45,64	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 228 - Programa Finalístico

Programa: 005		Assistência Farmacêutica						
Objetivo:		Ampliar o acesso dos usuários do sus aos medicamentos e à assistência farmacêutica, promovendo seu uso racional.						
Justificativa:		Devido à inexistência de um serviço de assistência farmacêutica estruturado e organizado no Estado e nos municípios, torna-se difícil a distribuição e dispensação adequada dos medicamentos necessários aos usuários do sus, impossibilitando a garantia do acesso aos medicamentos com qualidade, quantidade e em tempo oportuno. com isso, a viabilização deste programa garante a redução de perdas e custos, adequação de serviços e maximização de resultados.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração		Índice Desejado	
Percentual de kits distribuídos para os municípios do estado			Porcentagem	0	12/2003		80	
Percentual de pessoas atendidas com medicamentos excepcionais				88	12/2004		90	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4053	Fornecimento de medicamentos para assistência farmacêutica		2.772.928,00	2.057.280,24	74,19	5.004	2.850	56,95
4054	Atendimento de medicamentos da assistência farmacêutica de áreas técnicas estratégicas		176.756,00	144.352,29	81,67	26.688	21.884	82



4055	Atendimento de medicamentos excepcionais (alto custo) da assistência farmacêutica	5.655.353,00	5.288.476,49	93,51	3.721	3.375	90,7
4098	Reestruturação do departamento de assistência farmacêutica	105.862,00	86.182,91	81,41	3	2	66,67
TOTAL		8.710.899,00	7.576.291,93	86,97	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 229 - Programa Finalístico

Programa: 006		Fortalecimento da Atenção Básica							
Objetivo:		Promover a melhoria do atendimento da população na atenção básica, visando a redução da morbimortalidade.							
Justificativa:		As ações propostas pelo estado e municípios, enquanto provedores das condições indispensáveis ao pleno exercício do direito a saúde, estão sendo insuficientes até o momento, onde a baixa efetivação das políticas econômicas e sociais, que visam à redução dos riscos de doenças e de outros agravos na atenção básica, dificulta o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva. A não implantação destas ações, implicará no aumento dos índices da morbimortalidade, enfraquecendo assim o sistema de atenção primária à saúde. o bom acesso aos municípios através das rodovias e estradas pavimentadas, a ampla cobertura de profissionais que atuam na atenção básica e a habilitação de todos os municípios em alguma forma de gestão (plena da atenção básica e/ou plena do sistema), são fatores favoráveis. O baixo índice de desenvolvimento humano da maioria dos municípios (baixo grau de escolaridade, baixas condições socioeconômicas), contribui ao não favorecimento das ações.							
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007							
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado		
Gravidez na adolescência/abortamento em adolescente			Porcentagem	29,5% de gravidez e 7,8% de abortamento		12/2004	2		
% de desnutrição em crianças < de 5 anos e % de gestantes com baixo peso			Porcentagem	< de 5 anos 8,01% e baixo peso em gestante 9,88%		12/2004			
Números de laboratórios construídos			Unidade	0		12/2003			
Taxa de internações por infecção respiratória aguda < 5 anos			Porcentagem	53,46/1.000		12/2003			
Taxa de mortalidade infantil			Porcentagem	16,73/1.000 NV (Parcial out/04)		12/2004			
Mortalidade materna			Porcentagem	56,68/100.000 NV (Parcial out/04)		12/2004			
Proporção da população coberta pelo programa de saúde da família (PSF)			Porcentagem	71%		12/2004	60		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)						
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.	
4057	Manutenção	da vigilância	86.601,00	36.965,95	42,69	25	34	136	



	nutricional para gestantes e crianças nos municípios						
4058	Promoção da saúde da criança nos municípios	165.400,00	2.585,50	1,56	10	71,46	714,6
4059	Promoção da saúde da mulher nos municípios	686.431,00	2.589,00	0,38	10	76,61	766,1
4060	Implantação da atenção da saúde do adolescente e do jovem nos municípios	37.600,00	28.485,40	75,76	10	49,82	498,2
3005	Fornecimento de instrumentos de trabalho para agentes comunitários de saúde	400.000,00	216.498,96	54,12	887	887	100
4063	Interiorização do trabalho em saúde	177.883,00	173.240,00	97,39	40	40	100
4064	Reestruturação das equipes de saúde bucal	133.659,00	99.177,10	74,20	139	118	84,89
4065	Manutenção da atenção à saúde escolar	700.040,00	416.870,00	89,55	205	169	82,44
4066	Consolidação da rede de escolas promotoras de saúde	178.600,00	21.846,50	12,23	19	10	52,63
3008	Implantação do prontuário familiar da saúde da família	237.400,00	44.887,50	18,91	130.024	0	0
TOTAL		2.803.614,00	1.043.145,91	37,21	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 230 - Programa Finalístico

Programa: 007		Prevenir é Melhor do que Remediar		
Objetivo:	Fortalecer o sistema de vigilância epidemiológica e ambiental das secretarias estaduais e municipais de saúde, para reduzir a morbimortalidade, bem como os fatores de risco associados à saúde.			
Justificativa:	Devido à deficiência do sistema de vigilância epidemiológica e ambiental, não é possível ter o conhecimento oportuno dos eventos de relevância para a saúde e a tomada de decisão para o desencadeamento das medidas de intervenção necessárias, ocasionando o surgimento de epidemias e/ou surtos que poderiam ser evitados, para a sua efetivação existem instrumentos de gestão (plano diretor de regionalização - PDR e a programação pactuada integrada - PPI/ECD), descentralização de recursos aos municípios e ao estado dentre outros. entretanto, a deficiência de recursos humanos, materiais e financeiros , a ausência de regionais de saúde, a falta de sensibilização e de conhecimentos por parte de alguns profissionais e gestores, representam uma grande dificuldade que precisa ser superada.			
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007			
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Coeficiente de mortalidade infantil por componentes	Coeficiente	16,55	12/2004	30
Coeficiente de mortalidade por causa x faixa etária	Coeficiente	122	12/2004	140
Homogeneidade de cobertura vacinal de rotina nos municípios	Porcentagem	56,8	12/2004	60
Porcentagem de casos notificados e investigados com encerramento oportuno	Porcentagem	60,80	12/2004	80
% de municípios com equipe mínima completa de v. e. e de v.a.	Porcentagem	100	12/2004	80



% de municípios com envio regular dos sis		Porcentagem	67,93		12/2004	85	
% de municípios com equipes capacitadas para ve e va		Porcentagem	40		12/2004	90	
% de núcleos de ve e va implantados		Porcentagem	3,59		12/2003	100	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4067	Realização de imunização da população dom doses de vacinas e soros (imonobiológicos)	634.035,00	230.123,31	36,3	1.571.200	1.291.905	82,22
4068	Manutenção dos sistemas de informações em saúde	365.000,00	18.600,00	5,1	25	25	100
4069	Manutenção dos núcleos de vigilância epidemiológica e ambiental	4.379.587,00	2.470.381,23	56,41	3	3	100
3032	Implantação dos núcleos de vigilância epidemiológica e ambiental	1.468.098,00	206.160,21	14,04	2	1	50
3012	Informatização do sistema de vigilância epidemiológica e ambiental	984.134,00	26.788,99	2,72	325	0	0
TOTAL		7.830.854,00	2.952.053,74	37,70	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 231 - Programa Finalístico

Programa: 008		Dar Mais Saúde a Vida			
Objetivo:	Realizar ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e avaliação do comportamento das doenças e agravos não transmissíveis e de seus fatores de risco, contribuindo para a redução da morbimortalidade destes.				
Justificativa:	As doenças não transmissíveis são as que apresentam maior taxa de mortalidade e cada vez se apresentam em idades mais precoces, por exemplo: acidentes automobilísticos, câncer, doenças cardiovasculares, suicídio. com isso, faz-se necessário o desenvolvimento de ações específicas de prevenção, informação e detecção que permitam diminuir seus efeitos negativos, além de reduzir os custos para o sistema de saúde do estado. Favorecem o desenvolvimento destas ações as experiências dos programas já implantados como o controle do câncer de colo de útero, controle de tabagismo e outros fatores de risco , diabetes e hipertensão, saúde mental. bem como, a existência de portaria ministerial criando a coordenação das dants (doenças e agravos não transmissíveis) nas secretarias estaduais de saúde.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de mortalidade geral por câncer		Porcentagem	28,5	12/2001	25
Percentual de pacientes hipertensos cadastrados		Porcentagem	25	8/2003	35
Percentual de pacientes diabéticos cadastrados		Porcentagem	20	8/2003	28



Percentual de óbitos por acidentes de trabalho		Porcentagem	1,16		10/2003	1	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4070	Manutenção de serviço de alta complexidade em oncologia (CACON)	351.808,00	151.059,33	42,94	1	1	100
4071	Assistência à população para prevenir, detectar e tratar o câncer	808.043,00	51.797,26	6,41	20	19,47	97,35
4072	Realização de diagnostico situacional da saúde do idoso	100.000,00	51.603,50	51,6	1	0,5	50
4073	Atendimento à população trabalhadora para diagnóstico e tratamento de doenças e acidentes relacionados ao trabalho	51.000,00	69.232,50	13,58	1	1	100
4074	Assistência à saúde mental nos municípios	11.820,00	3.221,00	27,25	9	5	55,56
4075	Realização de controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer	169.793,00	28.986,41	17,07	139	91	65,47
4076	Monitoramento de indicadores epidemiológicos do câncer e seus fatores de risco	121.080,00	7.200,10	5,95	1	1	100
4077	Acompanhamento dos pacientes diagnosticados com hipertensão e diabetes mellitus	60.000,00	1.095,60	1,83	100	325	325
TOTAL		1.673.544,00	364.195,70	21,76	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 232 - Programa Finalístico

Programa: 009		Fortalecimento Estrutural das Unidades do SUS			
Objetivo:	Criar estruturas de unidades do sus e equipá-las.				
Justificativa:	Há uma demanda reprimida de pedidos, solicitações e necessidades de construção, reformas e ampliações de unidades do sus; aquisição de equipamentos e de veículos para funcionalidade dos serviços de saúde prestados à população.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de unidades do sus, construídas, reformadas e ampliadas		Porcentagem	19,23	10/2003	82
Percentual de veículos adquiridos			107		82
Percentual de unidades do sus equipadas			5,02		80
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3013	Ampliação da rede física do SUS no Estado	28.150.345,00	8.919.292,60	31,68	26	5	19,23
3015	Reestruturação das unidades do SUS	15.408.431,00	1.977.750,69	12,84	1.068	786	76,6
3016	Ampliação da frota da rede do SUS	2.453.800,00	2.191.413,12	89,31	19	75	394,74
TOTAL		46.012.576,00	13.118.456,41	28,51	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 233 - Programa Finalístico

Programa: 010		Atenção Progressiva à Saúde					
Objetivo:		Oferecer consultas, exames, internações hospitalares e serviços de reabilitação à população do estado.					
Justificativa:		O baixo nível de organização da rede ambulatorial; a centralização da oferta de consultas e exames especializados; a ausência de alguns serviços especializados e a inexistência da regulação dos serviços de saúde; a não organização dos aspectos acima citados proporcionará um aumento de internações o aumento nas filas de espera; a insatisfação dos usuários e consequentemente a deteriorização dos indicadores de morbimortalidade.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Percentual de rede ambulatorial estruturada		Porcentagem	0		10/2003	100	
Percentual de centro de reabiliatação implantado			0		10/2003	80	
Percentual de construção de centros de reabilitação			0		10/2003	80	
Percentual de hospitais mantidos			100		12/2004	80	
Percentual de central de marcação de consulta e exames especialização			0		10/2003	80	
Percentual de central de regulação de leitos e de urgência			0		10/2003	80	
Percentual de central de regulação de captação e doação de órgãos e transplante			0		10/2003	80	
Percentual de tfd atendidos			0		10/2003	80	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4062	Atendimento preventivo e/ou curativo em saúde auditiva, visual e bucal do escolar	594.500,00	138.403,87	23,28	80	86	107,5
4078	Realização de seminários de humanização na saúde	81.000,00	40.346,84	49,81	64	12	18,75
4082	Manutenção da rede hospitalar	64.097.283,00	56.596.703,54	88,3	25	25	100



4081	Estruturação da rede ambulatorial	85.000,00	84.834,30	99,81	5	26	520
3017	Implantação da central de regulação, marcação de consultas e exames especializados	332.600,00	34.868,00	10,48	9	8	88,89
4080	Viabilização do tratamento de pacientes em especialidades	1.201.202,00	996.135,76	82,93	1.188	1.292	108,75
3179	Implantação de centros de reabilitação	2.337.462,00	557.937,22	23,87	2	0	0
4084	Manutenção da central de regulação de marcação de consultas e exames especializados	7.150,00	2.790,00	30,02	9	8	88,89
3019	Implantação da central de regulação de leitos e de urgência	190.700,00	5.340,00	2,8	4	2	50
4085	Manutenção da central de regulação de leitos de urgência	3.900,00	3.377,50	86,6	4	2	50
3020	Implantação da central de regulação de captação e doação de órgãos e de transplantes	84.200,00	0,00	0	2	0	0
4086	Manutenção da central de regulação de captação de órgãos e transplantes	1.200,00	0,00	0	2	0	0
TOTAL		69.016.197,00	58.460.737,03	84,70	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 234 - Programa Finalístico

Programa: 011		Produção de Serviços na Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública						
Objetivo:		Promover a realização de exames laboratoriais de média e alta complexidade para a rede laboratorial, descentralizando-os com a construção da sede definitiva do laboratório de saúde pública de Araguaína.						
Justificativa:		Em virtude dos municípios não terem condições de realizar exames de média e alta complexidade, pelo seu alto custo e necessidade de pessoal qualificado, e considerando a dificuldade de envio de amostras ao LACEN em tempo adequado pelos municípios mais afastados conforme exposto nas reuniões regionalizadas, faz-se necessária a construção da sede definitiva do laboratório de Araguaína para atender a região norte e a manutenção dos procedimentos realizados no LACEN da região centro sul. estes exames são imprescindíveis no controle de doenças e na determinação da qualidade dos produtos oferecidos à população.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado
Percentual de Exames Realizados			Porcentagem	95		12/2004		98,37
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4087	Manutenção dos procedimentos da rede de laboratórios de		1.047.223,00	496.207,86	47,38	160.000	106.165	66,35



	saúde pública						
4088	Supervisão dos laboratórios que fazem parte da rede estadual de laboratórios	108.560,00	5.868,00	5,41	192	126	65,63
3022	Reestruturação da rede de laboratórios	83.650,00	41.636,00	49,77	6	3	50
TOTAL		1.239.433,00	543.711,86	43,87	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 235 - Programa Finalístico

Programa: 012		Educa - SUS						
Objetivo:		Qualificar e especializar profissionais da saúde, visando garantir o efetivo desenvolvimento da política de saúde do sus.						
Justificativa:		O sus vêm sendo implementando visando garantir o acesso da população a serviços e ações de qualidade e resolutivas, um dos tripés de um bom sistema de saúde está na qualificação técnica e humana de seus trabalhadores. atualmente, o ensino das profissões de saúde não prepara adequadamente para intervenção no modelo de saúde pública, ficando sob responsabilidade dos serviços de saúde a requalificação dos profissionais para o desenvolvimento dos serviços, é fundamental a existência de profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes adequadas, capazes de uma prática em equipe, multiprofissional e interdisciplinar, sendo assim, este programa visa atender a demanda levantada nos municípios do estado.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado
Número de gestores e conselheiros da saúde qualificados			Unidade	163		12/2004		1.692
Profissionais qualificados para atender usuários do SUS				1.915				25.600
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4089	Capacitação de profissionais da saúde		2.990.600,00	508.262,50	17	2.400	1.915	79,79
4090	Desenvolvimento de pós-graduação em saúde		997.960,00	173.802,28	17,42	80	35	43,75
4324	Qualificação de conselheiros e gestores de saúde e movimentos sociais		137.940,00	33.803,00	24,51	209	138	66,03
TOTAL			4.126.500,00	715.867,78	17,35	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 236 - Programa Finalístico

Programa: 013		Vigilância Sanitária em Ação, Promovendo Saúde									
Objetivo:		Implementar as ações de visa com controle de bens de consumo e prestações de serviços que direta e indiretamente se relacionam com a saúde, compreendendo todas as etapas e processos, da produção ao consumo.									



Justificativa:	As ações de visa no tocantins foram desenvolvidas ao longo desses anos como parte das atividades de saúde pública, sem diferenciação organizacional significativa, embora se tratando de um órgão fiscalizador, regulador e com poder de polícia. A falta de prioridade, investimento em tecnologia e desenvolvimento humano causou limitações nas suas ações de fiscalização do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos a visa, inclusive dos ambientes dos processos dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, promovendo a proteção da saúde da população, por intermédio desse controle. Os indicadores epidemiológicos mostram que o estado do tocantins apresenta índices indesejáveis em várias doenças cujas causas estão relacionadas com falta de higiene nas residências e nos serviços de saúde, na alimentação, falta de água tratada, lixo, esgoto a céu aberto, além de intoxicações domésticas com medicamentos, agrotóxicos, produtos de limpeza e plantas tóxicas. Com a não implementação do programa da vigilância sanitária em ação: promovendo saúde ocasionará riscos eminentes à saúde da população do tocantins, aumento de doenças relacionadas à falta de higiene sanitária, o aumento de estabelecimentos em desacordo com as normas, a falta do cumprimento da visa nas ações de fiscalização em: medicamentos, saneamentos e meio ambiente, unidade de saúde, comércio de alimentos, indústria farmacêutica, sangue e hemoderivados entre outros.
-----------------------	--

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de ambulatorios implantados	Unidade	0	12/2003	2
Percentual de doadores voluntários	Percentual	2	12/2004	4

AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4094	Manutenção da hemorrede do Tocantins	484.000,00	269.804,50	55,74	8	8	100
4095	Captação de doadores	95.600,00	5.087,50	5,32	34.560	21.156	69,9
3029	Implantação dos ambulatorios da hemorrede	100.000,00	0,00	0	1	0	0
3030	Ampliação do hemocentro regional de Araguaína	280.000,00	64.290,75	22,96	1	1	100
TOTAL		959.600,00	339.182,75	35,35	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

QUADRO 237 - Programa Finalístico

Programa: 014	Hemorrede do Estado do Tocantins
Objetivo:	Assegurar os serviços hemoterápicos prestados à população doadora e receptora de sangue e portadores de hemoglobinopatias.
Justificativa:	Implantação e manutenção dos ambulatorios e manutenção dos laboratórios no hemocentro coordenador de palmas e hemocentro regional de Araguaína para o atendimento e diagnóstico de pacientes com complexidades hematológicas, para que estes tenham amparo no próprio estado, pois estes se deslocam para outras regiões, sendo que o estado tem potencial para ser um centro de referência. a insuficiência de doadores de sangue provocando situações de emergência na rede hospitalar e com a conclusão do hospital geral de palmas a demanda se ampliará, sendo necessária uma maior mobilização da população.
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007



Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Vigilância sanitária em ação, promovendo saúde		Percentual	30		12/2004	70	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3026	Implantação do sistema nacional de vigilância sanitária na rede e nos municípios	51.200,00	0,00	0	1	0	0
4093	Inspeção sanitária de serviços e produtos de interesse à saúde	661.300,00	386.798,51	58,49	1.610	1.113	69,13
TOTAL		712.500,00	386.798,51	54,28	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Estadual de Saúde

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	283.337.867,00	223.512.491,38	78,88	59.825.375,62

3.2.3.16 Fundo de Defesa Agropecuária

O FUNPEC (Fundo de Defesa Agropecuária), criado pela Lei 503 de 28 de Dezembro de 1992, que a partir do Decreto 1.029 de 1ª de Setembro de 2000, passa a ser operacionalizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, um de Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R\$ 3.600.000,00**, com execução de **73,99%**, ou seja, **R\$ 2.663.642,43**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 238 - Programa Finalístico

Programa: 060		Defesa e Inspeção Sanitária Animal			
Objetivo:	Controlar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.				
Justificativa:	A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constitui o alicerce básico no processo de produção numa economia planejada. A sanidade e inspeção se constituem em pré-requisitos ao acesso a mercados competitivos e exigentes, além da garantia da saúde da população e seu bem estar social.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Animais inspecionados		Unidade	17.250.327	2003	-		
Produtos de origem animal			544.280.905	2003	-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4051	Apoio à execução das ações de defesa e inspeção sanitária animal	1.800.000,00	1.614.432,30	89,69	8.085.190	9.457.068	116,97
TOTAL		1.800.000,00	1.614.432,30	89,69	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Defesa Agropecuária

QUADRO 239 - Programa Finalístico

Programa: 061		Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal								
Objetivo:		Dar apoio no fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o fortalecimento da área ou local de produção livre de pragas agrícolas. Inspecionar a produção de sementes e mudas no Estado, bem como sua comercialização, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normalizada por legislações. Inspecionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente dos produtos cadastrados na ADAPEC—CIV.								
Justificativa:		O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como importante estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no Estado, são necessárias ações de apoio no controle de trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os seguimentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir padrões mínimos na produção desses insumos agrícolas. Esta inspeção repassada aos estados por forma de convênios do MAPA com as instituições estaduais, e no Tocantins esta atribuição é delegada à ADAPEC. O comércio de agrotóxicos, também regido por legislações federais, é repassado aos estados através de convênios, e está delegada à ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico		Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado		
Culturas vegetais de interesse econômico inspecionadas		Unidade		27.713		2003		-		
Inspeções fitossanitárias realizadas				3.064		2003		-		
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS				
		RECURSOS (R\$)								
N.º	Descrição	Autorizado		Executado		% Útil.		Prev.	Exec.	% Exec.
4052	Apoio a Execução das Ações de Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal.	1.800.000,00		1.049.210,13		58,28		57.833	38.640	66,81



TOTAL	1.800.000,00	1.049.210,13	58,28	-
--------------	---------------------	---------------------	--------------	----------

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo de Defesa Agropecuária

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	3.600.000,00	2.663.642,43	73,99	936.357,57

3.2.3.17 Fundo Prosperar

O Fundo Prosperar foi criado pela Lei n.º 494, de 15 de dezembro de 1992, para servir de suporte financeiro do Programa Prosperar, instituído pela Lei n.º, de 08 de junho de 1995, passando a vigorar em conformidade com a Lei n.º 1.355, de 19 de dezembro de 2002, e alterações contidas na Lei n.º 1.385, de 09 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto n.º 1.403, de 30 de setembro de 2003.

Tem por finalidade promover a expansão e a diversificação do setor empresarial do Estado do Tocantins, estimulando investimentos e competitividade, com ênfase à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais.

Suas atribuições foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico, que teve como recurso autorizado o montante de **R\$ 3.625.000,00**, sendo utilizados desse valor **R\$ 840.399,63**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 240 - Programa Finalístico

Programa: 128		Programa de Apoio a Competitividade Industrial						
Objetivo:		Atrair investimentos para o desenvolvimento dos setores de indústria, comércio e turismo, bem como melhorar a competitividade dos citados setores.						
Justificativa:		O Tocantins inicia seu processo de desenvolvimento econômico tendo como base o setor primário da economia locais, sobressaindo a produção de grãos, a fruticultura, a pecuária de corte, e a piscicultura. Porém há a necessidade de agregar valor a esta produção, aumentando o numero de postos de trabalho, bem como o aumento da renda da população. no entanto para atrair novas empresas no setor industrial faz-se necessário uma política pública que ofereça vantagens do ponto de vista de competitividade da produção no Tocantins. Neste contexto, os incentivos fiscais, financeiros e localizacionais são imprescindíveis na atração de investimentos e na melhoria da competitividade das empresas aqui instaladas.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
-			-	-		-	-	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4246	Divulgação dos benefícios concedidos pelo PROSPERAR		100.000,00	15.013,14	15,01	5	1	20



4247	Acompanhamento das empresas beneficiadas pelo programa PROSPERAR	25.000,00	445,50	1,78	50	-	-
4248	Capacitação em gestão Empresarial	300.000,00	16.132,50	5,38	150	30	20
4249	Realização de feiras	1.220.000,00	808.808,49	66,29	10	10	100
4250	Viabilização das exportações para Micro e Pequenas empresas	230.000,00	0,00	0	30	0	0
4251	Elaboração estudos de mercado de cadeias produtivas	550.000,00	0,00	0	10	0	0
4252	Viabilização de instalações de galpão Industrial	1.200.000,00	0,00	0	5	0	0
TOTAL		3.625.000,00	840.399,63	23,18	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Prosperar

3.2.3.18 Fundo Estadual Antidrogras

Vinculado à Secretaria da Juventude a partir de 2004, foi instituído pela Lei n.º 1.138, de 28 de fevereiro de 2000, estabelecendo como atribuições as seguintes:

I – financiar programas e ações de controle, fiscalização, prevenção e repressão ao uso indevido e tráfico de ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem assim daqueles voltados para a recuperação e tratamento de dependentes;

II – custear a execução de convênios ou contratos firmados para este fim;

III – auxiliar entidades que desenvolvam atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários e dependentes.

As atribuições do Fundo Estadual Antidrogras foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um único programa finalístico, demonstrado da seguinte forma no quadro a abaixo:

QUADRO 241 - Programa Finalístico

Programa: 034		Tocantins sem Drogas			
Objetivo:	Desenvolver ações que fomentem a prevenção, conscientização e envolvimento social massivo no combate à utilização de drogas.				
Justificativa:	O problema de uso de drogas está afetando grande parte da população tocantinense; atendendo a demanda da sociedade, que entende que é dever do estado estabelecer mecanismos de prevenção e combate às drogas, é necessário a existência de uma política estadual antidrogas, obedecendo as diretrizes e estratégias da política nacional antidrogas.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado



Percentual de dependentes, recuperação e tratamento e dependentes químicos		-	-		-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4269	Implementação das ações de combate às drogas	344.142,00	68.748,62	19,98	320	177	55,3
4270	Capacitação dos conselheiros municipais antidrogas	285.450,00	54.542,06	19,11	320	266	83,1
4271	Realização de eventos de prevenção e combate às drogas	350.408,00	97.031,65	27,69	345	303	87,8
TOTAL		980.000,00	220.322,33	22,48	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual Antidrogas

3.2.3.19 Fundo Estadual da Criança e do Adolescente

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente é vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social e foi criado pela Lei Estadual n.º 1.110 de 2 de dezembro de 1999, a qual elencou suas atribuições de gestão.

O objetivo desta unidade, amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, é financiar programas e projetos voltados a promoção social, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente através de pesquisas, estudos e capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações pertinentes aos direitos da criança e do adolescente, conforme descritos no art. 1.º da Lei 1.110/99.

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente tem como missão, ainda, divulgar, implantar, desenvolver sistemas de controle e avaliação de políticas públicas, governamentais e não governamentais de caráter estadual, bem como, promover intercâmbio de informações e experiências entre os conselhos nacional, estadual e municipais dos direitos da criança e do adolescente.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico e um programa de gestão de políticas públicas. Para esses programas foram destinados recursos da ordem de **R\$ 4.746.318,00**, sendo executado o valor de **R\$ 1.176.675,53**, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 242 - Programa Finalístico

Programa: 148	Socialização e educação de adolescentes
Objetivo:	Atender adolescentes, excepcionalmente de 12 a 18 anos, autor de ato infracional, promovendo sua socialização e educação, assegurando-lhe o pleno desenvolvimento pessoal e social e o respeito a sua integridade física e moral.
Justificativa:	Os crescentes índices de violência praticados contra crianças adolescentes como de atos infracionais praticados por estes, requer poder público a promoção de ações que garantam a



	socialização e educação de crianças e adolescente. Neste sentido, em conformidade com o eca, lei nº 8069/90, o estado do Tocantins, através da setas, comprometido com a política de atendimento à criança e ao adolescente em função de vulnerabilidade social, implantou as medidas sócio educativas como forma de atender esse segmento juvenil, oportunizando-lhes condições de socialização e educação no ditames da proteção integral. Esta proposta orienta-se de modo a oferecer um novo tipo de resposta ao grupo familiar de crianças e adolescentes vítimas da violência em conflito com a lei, construindo com as famílias a sua condição de pessoas capazes de enfrentarem e responderem por situações com as quais se defrontam, sendo eles mesmos os próprios agentes na resolução de seus problemas e propiciando o resgate dos vínculos da família co crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
--	---

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
N.º de órgãos do sistema de garantias atendidos		Unidade	-		-	-	
N.º de conselhos tutelares e de direitos atendidos no estado			-		-	72	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3103	Construção de unidades de semi-liberdade	2.585.318,00	938.055,46	36,28	03	0	0
4186	Adequação de espaço físico dos núcleos de convivência familiar	157.480,00	0,00	0	12	0	0
4187	Confecção de materiais educativos e informativos	84.150,00	0,00	0	17	0	0
4188	Aparelhamento das unidades sócio-educativas em meio aberto	91.731,00	0,00	0	11	0	0
4189	Capacitação continuada de técnicos das medidas sócio educativas	170.600,00	1.507,50	0,88	3	0	0
4190	Manutenção das unidades setoriais do programa.	914.251,00	157.735,19	17,25	5	4	80
TOTAL		742.788,00	79.377,38	10,68	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente

QUADRO 243 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 153	Garantia de direitos da criança e do adolescente
Objetivo:	Fortalecer os órgãos/atores que compõe o sistema de garantias de direitos da criança, visando assegurar e garantir a proteção infanto-juvenil.
Justificativa:	A nova concepção do direito preconizado no estatuto da criança e do adolescente produziu mudanças políticas, culturais e jurídicas na forma de conduzir o atendimento à criança e ao adolescente, fundamentadas na descentralização, na democracia participativa, na distribuição de responsabilidade e atribuições institucionais e na formulação de políticas para o atendimento que promovam a garantia dos direitos infanto-juvenis.
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007



Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
N.º de órgãos do sistema de garantias atendidos		Unidade	-		-	-	
N.º de conselhos tutelares e de direitos atendidos no estado			-		-	72	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4193	Implantação do sistema de informação de proteção a infância e a adolescência - SIPIA	1.450,00	0,00	0	35	0	0
4194	Manutenção do conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente	26.500,00	9.454,56	37,67	1	1	100
4195	Promoção e apoio de ações em defesa dos direitos da criança e do adolescente	406.423,00	69.922,82	17,20	236	57	24
4196	Formação continuada para conselheiros	308.415,00	0,00	0	44	0	0
TOTAL		742.788,00	79.377,38	10,68	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	4.746.318,00	1.176.675,53	24,79	3.569.642,47

3.2.3.20 Fundo Estadual de Assistência Social

A Lei Nº 567 de 9 de julho de 1993, criou o Fundo Estadual do Bem-Estar Social, órgão vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social. Sua denominação foi alterada para Fundo Estadual de Assistência Social, através da Lei Nº 808 de 19 de dezembro de 1995, com suas atribuições embasadas em seu Artigo 4.º.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, através das deliberações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Assistência Social, é assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área social, tais como habitação, saneamento básico e promoção humana.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas através de ações estruturadas em nove programas finalísticos e um programa de gestão de políticas públicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de



R\$ 13.334.844,00, sendo utilizado um percentual de 47,32%, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 244 - Programa Finalístico

Programa: 142		Geração de renda						
Objetivo:		Promover a inserção de pessoas e famílias de baixa renda no mercado de trabalho criando oportunidade de emprego e renda						
Justificativa:		No estado do tocantins, mais de 80% dos municípios possui população inferior a 10.000 habitantes, 5,88% dessas pessoas recebem até 1/2 salário mínimo de renda mensal e 21,42% dessas não possuem rendimentos (IBGE/PNAD 2000). Contrariando esta realidade social constatada, o estado possui rico potencial produtivo que necessita ser explorado e racionalizado para o desenvolvimento dessas comunidades carentes. a ausência de emprego e renda gera forte dependência da população em relação ao poder público. torna-se comum os pedidos de cestas básicas, passagens, remédios e outros feitos por pessoas carentes às prefeituras. daí, a necessidade de implantação e revitalização através do programa geração de renda nos municípios minimizando a vulnerabilidade social bem como a desoneração da política de assistência social.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Renda familiar per capta			Unidade	1.147,80		2000		-
Renda per capta				1.147,80		2002		72
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3105	Implantação de unidades de geração de renda.		1.748.275,00	847.500,17	48,47	4	3	75
3106	Revitalização de unidades de geração de renda		457.028,00	54.788,84	11,99	2	7	350
4199	Distribuição de sementes para lavouras comunitárias		15.773,00	6.020,00	38,16	115	0	0
4201	Realização das feiras de comidas típicas e artesanato do Tocantins – FECOARTE		10.000,00	9.350,00	93,5	1	0	0
TOTAL			2.231.076,00	917.659,01	41,13	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 245 - Programa Finalístico

Programa: 144		Erradicação do trabalho infantil	
Objetivo:	Erradicar o trabalho infantil privilegiado a frequência e sucesso escolar		
Justificativa:	O trabalho infantil representa uma violação do direito da criança e do adolescente de estudar, participar de atividades esportivas culturais, impedindo o seu desenvolvimento harmonioso, segundo dados do unicef existem cerca de pelo menos 120 milhões de meninos entre 5 e 14 anos de idade que trabalham em países em desenvolvimento como África, Ásia e América Latina, segundo dados do PENAD o estado do Tocantins esta no segundo lugar no ranking brasileiro do trabalho infantil. O PETI tem dentre sua estratégia a realização de atividades		



culturais, esportivas e de lazer e ainda apoiar e orientar as famílias através de ações sócio-educativas e implementando programas e projetos de geração de renda que contribuem para o seu processo de emancipação, promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas de seu desenvolvimento.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Índice de alunos aprovados		Porcentagem	-		-	-	
Índice de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil			-		-	100	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3109	Implantação de micro-unidades produtivas para famílias do PETI	220.080,00	62.953,08	28,60	3	3	100
4351	Concessão de bolsa para os beneficiários do PETI	1.746.090,00	1.111.437,69	63,65	4.040	3.162	77,37
4353	Repasse de recursos financeiros para os núcleos do PETI	3.681.485,00	774.619,97	21,04	52	45	86,33
TOTAL		5.647.655,00	1.949.010,74	34,51	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 246 - Programa Finalístico

Programa: 146		Sentinela			
Objetivo:	Atender crianças e adolescentes vitimas de abuso e exploração sexual,bem como suas famílias				
Justificativa:	Culturalmente os adultos não respeitam suas crianças e com isso as espancam, além de muitas vezes abusarem sexualmente dessas, o fato de ocorrer na maioria das vezes no próprio seio familiar, dificulta o registro desses casos e respectivamente a responsabilização dos agressores.a falta de denúncia contribui para o aumento de violência contra a criança e adolescente, causando às vítimas grandes prejuízos emocionais e psicológicos, é neste sentido que o programa sentinela busca diminuir o impacto psicossocial causadas pelas violências, promovendo a auto-estima das crianças e adolescentes bem como de suas famílias. na ausência desse programa o conselho tutelar não teria a retaguarda técnica para que as vitimas pudesse ter seus direitos assegurados. esse programa lançado pelo governo federal tem parceria com o estado e municípios. sendo o recurso oriundo das três esferas, 90% da União, 10% do Estado e do Município entram com a estrutura física bem como, a execução.				
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007				
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
N.º de crianças e adolescentes atendidos pelo programa em relação ao ano anterior		Unidade	-	-	-
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS		METAS FÍSICAS	
		RECURSOS (R\$)			



N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
3110	Repasse de recursos financeiros para os núcleos do programa sentinela	231.500,00	183.230,51	32,55	36	36	100
4363	Manutenção das unidades setoriais do programa	104.150,00	70.644,25	67,83	20	5	25
TOTAL		335.650,00	253.874,76	75,64	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 247 - Programa Finalístico

Programa: 147		Apoio à pessoa idosa						
Objetivo:		Apoiar e incentivar ações de inclusão social do idoso carente,possibilitando atender suas necessidades básicas, propiciando sua integração social,fortalecimento dos laços familiares dos laços familiares e o exercício da cidadania,em conformidade com a política nacional do idoso.						
Justificativa:		O programa de apoio a pessoa idosa é um mecanismo de inclusão social do idoso, tendo em vista o acelerado crescimento da população idosa. segundo dados do ibge, o tocantins revela um aumento significativo do número de idosos, que passou a representar 9,1% da população tocaninense, totalizando 71.882 idosos. para enfrentar este desafio foi instituído o programa de apoio à pessoa idosa para assegurar um envelhecimento digno e com qualidade de vida, tendo como diretrizes a inserção, prevenção, promoção, proteção, integração social, independência e autonomia do idoso.o programa será implementado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social através da coordenação de assistência social.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado
N.º de idosos carentes em programas sociais			Unidade	-		-		-
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4231	Implantação de conselhos e fóruns municipais do idoso no estado do TO		15.098,00	3.745,28	24,80	35	16	22,85
4114	Atendimento domiciliar ao idoso		11.000,00	930,00	8,45	15	0	0
4354	Atendimento ao idoso através de rede conveniada		286.000,00	204.106,38	71,36	2.258	2.955	130,86
TOTAL			742.788,00	79.377,38	10,68	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 248 - Programa Finalístico

Programa: 150		Apoio à pessoa portadora de deficiência					
Objetivo:		Promover a inclusão social, habilitação, reabilitação e integração da pessoa portadora de deficiência a vida comunitária, propiciando a melhoria da atenção e dos indicadores sociais.					
Justificativa:		Os índices nacionais indicam o número de 24,6 milhões de portadores de deficiência no país. a desigualdade de oportunidade de inclusão social, a necessidade de ampliação de modalidades de atendimento, a insuficiência de dados que definam melhor perfil dos portadores de deficiência, suas potencialidades e necessidades prioritárias, a insuficiência de recursos humanos qualificados, entre outros aspectos, vem exigir dos gestores, maior investimentos na área. Considerando o nº de 187.717 portadores de deficiência no estado, cuja inclusão social ainda encontra-se deficitária, pretende-se oferecer com o programa de apoio à pessoa portadora de deficiência, melhores condições de habitação, reabilitação, inclusão produtiva e social assegurando igualdade de oportunidades ao público- alvo, ampliando a acessibilidade a ações e serviços numa perspectivas emancipatórias e de direitos, melhorando a qualidade de vida e os Indicadores sociais. a efetivação das ações se faz imprescindível sobretudo, pelo nº significado de portadores de deficiência desassistidos no estado. a não implantação de ações que venham atender às demandas deste segmento populacional, implicará no agravamento da relação de dependência e exclusão aos bens e serviços disponibilizados aos portadores de deficiência.					
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Percentual de portadores de deficiência atendidos pela rede conveniada		Percentual	-		-	100	
Percentual de RH capacitados p/ o trabalho com o portador de deficiência			-		-	-	
AÇÃO		METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4352	Manutenção de rede conveniada do portador de deficiência	724.420,00	550.183,07	75,95	10	17	170
TOTAL		742.420,00	550.183,07	75,95	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 249 - Programa Finalístico

Programa: 151		Atendimento a criança de 0 a 6 anos	
Objetivo:	Atender crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, oriundas de famílias de baixa renda.		
Justificativa:	O programa de atendimento à criança - pac, implementado desde 1989 (remanescente da extinta Iba - legião brasileira de assistência social e sac - serviço de atendimento à criança em creche/ 1996) se encontra presente em 77 municípios do estado, com 124 instituições, de educação infantil, beneficiando cerca de 15.000 crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos, oriundas de famílias de baixa renda; em decorrência da migração de famílias de outros estados para o tocantins e também do alto índice de natalidade, o pac tem como objetivo oferecer condições adequadas para promover o bem estar da criança através de atividades educativas livres e dirigidas, integrando os aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais com o direcionamento pedagógico através de articulação com a família; para garantir a efetivação dos aspectos citados a coordenadoria de assistência social tem como prioridade qualificar os		



recursos humanos, monitorar as unidades, planejar reformas, ampliações e construções, além de solicitar através de projetos, material didático pedagógico, entre outros, como ações básicas para credenciamento das instituições de educação infantil, legitimando os direitos da criança enquanto beneficiárias do PAC.

Prazo de Execução: PPA 2004/2007

Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual		Data da Apuração	Índice Desejado	
Índice de crianças atendidas de 0 a 6 anos		Unidade	-		-	100	
AÇÃO		META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4227	Manutenção de crianças de 0 a 6 anos em creche	1.671.928,00	1.358.122,97	81,23	5.692	6.799	114,44
4231	Aparelhamento de creches do PAC	64.376,00	61.296,10	95,21	2	1	50
3119	Construção de unidades padrão /creches	770.781,00	0,00	0	5	0	0
4355	Manutenção de creches conveniadas com o PAC	111.390,00	0,00	0	1.035	669	64,60
TOTAL		2.618.475,00	1.419.419,07	54,21	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 250 - Programa Finalístico

Programa: 032		Bolsa cidadã								
Objetivo:		Promover a melhoria de vida de jovens e adultos de baixa renda, desempregados, possibilitando-lhes capacitação em áreas específicas, através de experiências praticas e atuação na comunidade, gerando a redução de índices sociais,negativos nas áreas de educação, saúde, meio ambiente cidadania, esportes e cultura,preparando-os para inserção futura no mercado de trabalho.								
Justificativa:		A ociosidade de jovens e adultos é um grande problema, no Tocantins, que preocupa os governos estadual e municipais; a não implantação do programa bolsa cidadã acarretará na continuidade da ociosidade, que gera insuficiência na perspectiva de vida dos tocantinenses, aumento no consumo de drogas e prostituição;o programa causará impacto positivo na da geração de renda, através da participação ativa dos beneficiários, na comunidade.								
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007								
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual		Data da Apuração		Índice Desejado	
Percentual de jovens beneficiados			Percentual		18,112		2002		18	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS				METAS FÍSICAS			
			RECURSOS (R\$)							
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.		
4360	Concessão de bolsa para agente jovens de		1.297.970,00	944.231,50	72,75	12.000	2.175	18		



	desenvolvimento social					
TOTAL		1.297.970,00	944.231,50	72,75	-	

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 251 - Programa Finalístico

Programa: 149		Combate à Fome						
Objetivo:		Garantir as famílias em caráter emergencial o direito a alimentação de qualidade suficiente, baseada em praticas saudáveis aplicando as normas de segurança alimentar e nutricional.						
Justificativa:		A partir das informações do dia "d", realizado pelo provida, foi detectado desnutrição e risco nutricional em 42 municípios do estado, tendo sido constatado que possuem também o menor índice de desenvolvimento humano e menor índice de desenvolvimento infantil. Diante disso, a não implantação de um programa de combate a fome e desnutrição implicará no agravamento da situação naqueles municípios e ampliação dessa gravidade para outros municípios. para melhoria das variáveis analisadas na composição do IDH/IDI e apoio ao programa fome zero no estado, o programa conterà ações de desenvolvimento local e organização comunitária. Ressaltamos que a orientação da política nacional é condição favorável para a implantação das ações propostas.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida		Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	
Índice de desnutrição			Percentual		29	2002	10	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4364	Suplementação alimentar e nutricional para famílias carentes		22.000,00	0,00	0	3.500	0	0
TOTAL			22.000,00	0,00	0	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 252 - Programa Finalístico

Programa: 155		Tocantins Solidário				
Objetivo:	Promover ações de capacitação educativas e promoção humana, visando a inclusão das famílias assistidas pelas ações de combate a fome, bem como construir um novo modelo de trabalho voluntários.					
Justificativa:	A dívida social provocada por décadas de ausência de políticas educacionais, econômicas e de saúde pública eficientes, favoreceu para que tenhamos baixo nível educacional, alto índice de concentração de renda e deficiente atendimento na saúde pública. dada a fragilidade social e econômica de parte significativa da sociedade tocantinense, é que ações solidárias e emergências são fundamentais para minimizar os efeitos desta dívida social.					
Prazo de Execução:	PPA 2004/2007					
Indicador Específico		Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado	



Percentual de voluntários capacitados			Percentual	-	-	80	
Taxa de famílias assistidas						30	
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS	
			RECURSOS (R\$)				
N.º	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4365	Atendimento emergencial a famílias carentes	8.000,00	7.900,00	98,75	126.000	-	-
TOTAL		8.000,00	7.900,00	98,75	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

QUADRO 253 - Programa de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 145		Gestão de Políticas Sociais						
Objetivo:		Capacitar gestores e técnicos, realizar pesquisas sociais, diagnosticar, monitorar e avaliar os programas e projetos setas, observando os objetivos propostos, os resultados esperados e as metas previamente determinadas; além de analisar os impactos gerados, as demandas sociais existentes nos municípios para a melhoria nos resultados dos programas.						
Justificativa:		Por terem sido detectados problemas, desvios e distúrbios na execução dos programas sociais, viu-se a necessidade da implantação do programa para combater a desarticulação existente entre os setores, a falta de planejamento participativo, a centralização das ações, a ausência de resultados e de acompanhamento na execução dos programas. a gestão de políticas públicas tem como estratégia acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos programas, para a melhoria na execução e nos resultados, proporcionando a integração com os demais setores da secretaria, propondo maior articulação dos gerentes do programa com outros órgãos, em busca de impactos sociais positivos nos municípios com a finalidade de alcançar o publico alvo, distribuído também nos assentamentos,distritos e povoados; para o qual os programas são destinados.						
Prazo de Execução:		PPA 2004/2007						
Indicador Específico			Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado		
Número de programas e projetos monitorados e avaliados e que alcançaram os objetivos			Unidade	-	-	-		
AÇÃO			METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			RECURSOS (R\$)					
N.º	Descrição		Autorizado	Executado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4362	Monitoramento dos programas setas.		59.500,00	24.654,00	41,43	20	5	25
4361	Capacitação de gestores e técnicos da SETAS		78.000,00	34.674,08	44,45	2	281	14.050
TOTAL			137.500,00	59.328,08	43,14	-		

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2004 do Fundo Estadual de Assistência Social

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
	13.334.844,00	6.310.387,89	47,32	7.024.456,11

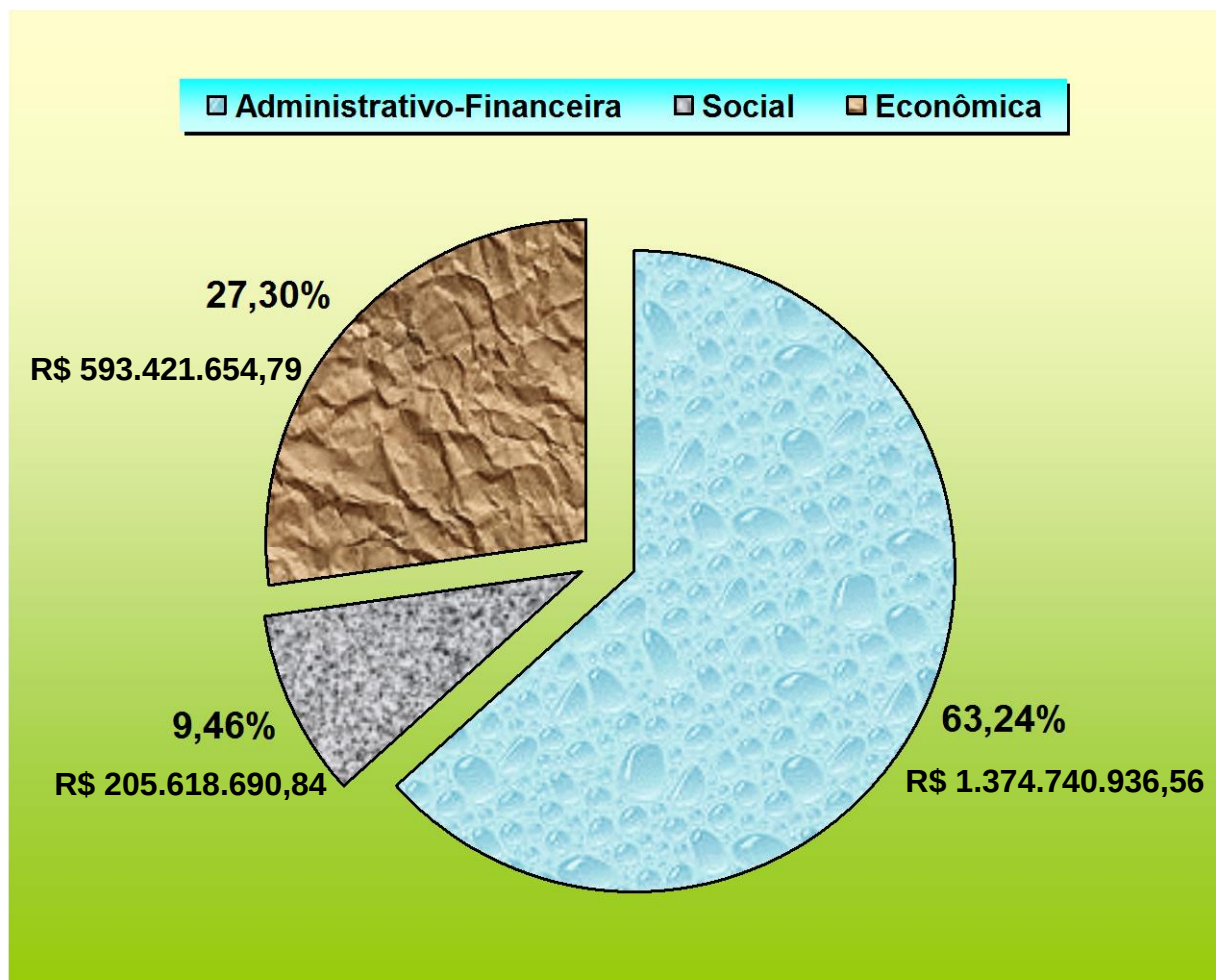


4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL

A atuação do Governo teve destaque voltado para a modernização administrativa e para o progresso econômico e social, na busca da valorização do trabalho humano e da iniciativa privada, objetivando assegurar a todos os cidadãos uma existência digna calcada no *slogan* cidadania e progresso.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, direcionou-se a execução orçamentária às áreas administrativo-financeira, social e econômica, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no Gráfico n.º 10.

GRÁFICO 10 – PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS POR ÁREA ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA E SOCIAL



A alocação dos recursos, de acordo com o gráfico acima, indica, em relação ao exercício anterior, um aumento de **18,36%** dos investimentos na área administrativa.

Esse aumento é caracterizado, principalmente, pela classificação, na área administrativa, de algumas ações de saúde que são próprias da área social, e também pela implementação das medidas de modernização da administração, que consistem na adequação das unidades estruturais e na valorização do servidor público, por meio da sua capacitação permanente e da instituição do Plano de Cargos, Carreira e Subsídios, com vistas a proporcionar melhor desempenho dos sistemas administrativos e a garantir a eficiência dos serviços públicos e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

A Gestão da Política de Governo, no exercício sob análise, teve como ponto de partida o desejo de construir um futuro digno, com justiça e paz para todos os cidadãos tocaninenses, baseando-se no instrumento de gestão para o quadriênio 2004-2007, que define linha estratégica estruturada em cinco macroobjetivos, envolvendo, por meio de estratégias e diretrizes, as diversas realidades financeira, administrativa, social e econômica. Assim, identificam-se esses macroobjetivos pela seguinte descrição:

1. Aumento da produção com desenvolvimento sustentável – **o Tocantins crescendo e conservando sua natureza;**
2. Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações – **Tocantins logístico consolidando as bases do seu progresso;**
3. Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal – **Tocantins: eficiência administrativa e respeito ao contribuinte;**
4. Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocaninenses – **Tocantins da justiça social;**
5. Segurança e cidadania aos tocaninenses – **Tocantins cidadão.**

4.1 ÁREA ECONÔMICA

No caso da área econômica, as ações do governo orientaram-se nos Macroobjetivos 1 e 2, com as Estratégias de números 1 a 7 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 1: Aumento da produção com desenvolvimento sustentável – **o Tocantins crescendo e conservando sua natureza;**

Estratégia 1: Crescimento acelerado da produção e continuidade do desenvolvimento sustentado;

Estratégia 2: Consolidar a especialização das regiões do Estado e maior interação entre os seus pólos regionais mais dinâmicos;

Estratégia 3: Intensificar o processo de industrialização fortalecendo os diversos segmentos das cadeias produtivas.

Diretrizes:

- Colaborar ativamente com as políticas do Governo Federal voltadas para os setores produtivos e ambiental, tanto ao nível nacional, como da Amazônia e do Corredor Araguaia-Tocantins;
- Consolidar a Agência de Fomento do Estado do Tocantins;
- Aumentar quantitativa e qualitativamente a produção agropecuária, promover as campanhas de vacinação contra as zoonoses e apoiar a reatrababilidade;
- Intensificar a execução das políticas voltadas para a atração de investimentos agrícolas, agroindustriais e industriais;
- Promover ações coordenadas de incentivo às exportações dos produtos agropecuários, agroindustriais e industriais;
- Promover parcerias e fomentar o setor turístico e ecoturístico;
- Utilizar e combinar as vantagens comparativas da Amazônia e do Mercoeste;
- Apoiar a pesquisa e difusão de tecnologias de interesse para o desenvolvimento do Estado.

Macroobjetivo 2: Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações – **Tocantins logístico consolidando as bases do seu progresso.**

Estratégia 4: Fortalecer e ampliar seletivamente o Sistema Multimodal de Transportes;

Estratégia 5: Incrementar a produção de energia elétrica no Estado;

Estratégia 6: Ampliar o acesso à energia elétrica em todo o Estado;

Estratégia 7: Apoiar as parcerias público-privadas voltadas para a execução de projetos estruturantes.

Diretrizes:

- Expandir as conexões entre as estradas alimentadoras e os eixos multimodais de transporte onde se fizer necessário, através da implantação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS);

- Articular para a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins através da Parceria Público-Privada (PPP), observados os aspectos ambientais;
- Concluir a Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis e construir a Plataforma de Palmas-Porto Nacional;
- Garantir a manutenção da qualidade das vias de transporte em todos os seus aspectos;
- Garantir o fornecimento de energia elétrica a todos os consumidores, de forma estável e a preços acessíveis, com tratamento diferenciado para as microempresas e setores carentes da população urbana;
- Possibilitar o acesso à energia elétrica a todo o setor rural;
- Incentivar a utilização de fontes alternativas de energia em localidades isoladas.

Para a implementação dos programas da área econômica foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R\$ 593.421.654,79**, conforme discriminação no quadro a seguir:

QUADRO 254 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA ECONÔMICA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0037	Ordenamento do plano diretor de palmas	AD TOCANTINS	33.407,00	24.407,00	73,06
0040	Fomento à produção vegetal	SEAGRO	2.578.064,00	93.486,49	3,63
0041	Desenvolvimento agrário	SEAGRO	743.000,00	183.048,41	24,64
0042	Fomento à fruticultura e à silvicultura	SEAGRO	5.021.277,00	35.441,39	0,71
0043	Desenvolvimento rural e tecnológico	SEAGRO	10.909.511,00	1.608.422,77	14,74
0044	Fomento a produção animal	SEAGRO	6.873.161,00	79.365,12	1,15
0045	Fomento a aquicultura e à pesca	SEAGRO	6.110.702,00	33.245,50	0,54
0057	Perenização das bacias hidrográficas	REC HIDRICOS	3.417.569,00	3.181.158,12	93,08
0058	Infra-estrutura hídrica para o aproveitamento hidroagrícola	REC HIDRICOS	63.994.674,00	43.643.171,70	68,20
0059	Hidrogeologia do estado do tocantins	REC HIDRICOS	-	-	-
0060	Defesa e inspeção sanitária animal	ADAPEC	9.467.900,00	2.614.417,31	27,61
0061	Defesa e inspeção sanitária vegetal	ADAPEC	3.434.000,00	1.049.210,13	30,55



0073	Desenvolvimento do ensino de graduação e pós-graduação	UNIPALMAS	6.103.654,00	4.489.339,43	73,55
0076	Banco da gente	PRODIVINO	16.734.345,00	4.762.601,97	28,46
0078	Gestão da política de recursos hídricos	SEPLAN	1.333.009,00	134.872,33	10,12
0079	Áreas protegidas do tocanins	SEPLAN	13.324.500,00	1.959.252,05	14,70
0081	Gestão da política de meio ambiente	SEPLAN	5.088.689,00	1.187.970,98	23,35
0082	Combate à desertificação	SEPLAN	26.000,00	-	-
0084	Gestão da política de educação ambiental	SEPLAN	978.046,00	231.629,28	23,68
0085	Tocantins turismo verde	SEPLAN	1.262.336,00	285.813,06	22,64
0086	Biodiversidade e recursos genéticos	SEPLAN	1.274.158,00	110.628,66	8,68
0087	Agenda 21	SEPLAN	46.900,00	-	-
0088	Desenvolvimento regional sustentável	SEPLAN	25.503.317,00	81.654,63	0,32
0091	Gestão territorial	SEPLAN	1.159.602,00	207.623,07	17,90
0092	Estratégias em cti	SEPLAN	42.000,00	-	-
0093	Fomento a cti	SEPLAN	4.058.118,00	595.738,30	14,68
0094	Gestão em cti	SEPLAN	179.900,00	-	-
0095	Fomento ao desenvolvimento do tocanins	SEPLAN	250.000,00	29.197,00	11,68
0096	Desenvolvimento regional do sudeste – pró-sudeste	SEPLAN	119.237,00	119.237,00	100,00
0099	Ordenamento dos recursos florestais	NATURATINS	708.191,00	425.765,79	60,12
0100	Monitoramento ambiental	NATURATINS	356.756,00	14.027,40	3,93
0101	Controle ambiental	NATURATINS	534.195,00	113.468,82	21,24
0115	Valorização da agricultura. familiar: organizar, produzir e agregar	RURALTINS	6.855.194,00	1.990.555,17	29,04
0118	Promoção da sustentabilidade ambiental	RURALTINS	405.078,00	-	-
0119	Regularização de terras públicas	RURALTINS	2.021.812,00	606.850,19	30,02
0121	Programa de desenvolvimento industrial	SICTUR	279.100,00	6.510,09	2,33
0123	Programa de melhoria da competitividade do comércio	SICTUR	73.000,00	30.498,26	41,78
0125	Programa de atração de investimentos	SICTUR	197.000,00	79.205,28	40,21
0126	Turismo e desenvolvimento	SICTUR	2.813.667,00	644.866,08	22,92



0128	Programa de apoio à competitividade industrial	SICTUR	3.625.000,00	840.399,63	23,18
0132	Eletrificação rural – PERTINS	SEINF	15.678.607,00	10.930.583,71	69,72
0133	Energização urbana	SEINF	3.331.439,00	545.366,70	16,37
0134	Energia alternativa	SEINF	200.000,00	-	-
0135	Infra-estrutura de transportes	SEINF	10.657.495,00	1.862.390,43	17,47
0137	Pavimentar para melhorar	DERTINS	474.064.428,00	364.990.873,91	76,99
0138	Conservação rodoviária	DERTINS	44.499.394,00	24.706.160,93	55,52
0139	Programa especial de desenvolvimento – PED	DERTINS	137.159.315,00	118.893.200,70	86,68
TOTAL			893.526.747,00	593.421.654,79	66,41

Fonte: Anexo11 Geral do Estado

4.2 ÁREAS FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

No campo financeiro e administrativo as medidas implementadas obedeceram ao norteamento definido no Macroobjetivo 3, com as Estratégias de números 8 e 9 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 3: Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal – **Tocantins: eficiência administrativa e respeito ao contribuinte.**

Estratégia 8: Manter o equilíbrio das contas públicas e ampliar os mecanismos de adoção do orçamento participativo;

Estratégia 9: Aumentar a eficiência dos serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado.

Diretrizes:

- Manter o constante aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle;
- Aumentar a arrecadação tributária;
- Observar estreito controle dos gastos com pessoal e custeio;
- Não permitir o descontrole da dívida interna e externa;
- Estabelecer um plano de cargos e salários para o funcionalismo público estadual;
- Consolidar a administração pública de forma moderna, ética, eficaz e transparente, orientada para o cidadão.

Com base nessa orientação estratégica foram desenvolvidos importantes programas para consolidar os avanços nas áreas administrativa e financeira, com execução de dotações orçamentárias no valor de **R\$ 1.374.740.936,56**, discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 255 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0007	Prevenir é melhor do que remediar	FUNSAU	7.830.854,00	2.952.053,74	37,70
0008	Dar mais saúde à vida	FUNSAU	2.132.544,00	364.195,70	17,08
0009	Fortalecimento estrutural das atividades do sus	FUNSAU	46.012.576,00	13.088.456,41	28,45
0010	Atenção progressiva à saúde	FUNSAU	98.591.197,00	63.320.033,04	64,22
0011	Produção de serviços na rede estadual de laboratórios de saúde pública	FUNSAU	1.239.433,00	543.711,86	43,87
0013	Vigilância sanitária em ação – promovendo saúde	FUNSAU	712.500,00	386.798,51	54,29
0014	Hemorrede do estado do tocanins	FUNSAU	959.600,00	339.182,75	35,35
0020	Modernização e consolidação da gestão educacional	SEDUC	33.008.290,00	30.091.459,78	91,16
0021	Valorização dos profissionais da educação	SEDUC	172.253.353,00	168.588.852,54	97,87
0027	Informação em saúde	FUND MED TROPICAL	3.378.453,00	672.769,61	19,91
0028	Avaliação em saúde	FUND MED TROPICAL	278.057,00	11.935,62	4,29
0030	Modernização institucional - Administração do Ministério Público	PG DA JUSTIÇA	27.005.905,00	26.531.320,33	98,24
0038	Ext. das empresas: codetins, casetins e mineratins	AD TOCANTINS	1.178.675,00	998.437,91	84,71
0049	Modernização do poder judiciário	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11.824.745,00	9.842.693,52	83,24
0062	Gestão do conhecimento e modernização da adm. pública	SECAD	7.946.322,00	7.165.589,39	90,17
0067	Controle externo, contábil, orçamentário e patrimonial	TCE	20.066.690,00	17.571.482,71	87,57
0068	Atuação legislativa	ASSEMBLEIA	36.781.962,00	36.707.515,10	99,80



0070	Gestão da política de controle interno do poder executivo do to	CGE	1.455.284,00	1.067.186,65	73,33
0071	Defesa dos interesses jurídicos e patrimoniais do to	PGE DO TO	10.878.287,00	8.006.273,21	73,60
0074	Divulgação das atividades governamentais	SECOM	28.283.368,00	27.948.033,81	98,81
0077	Planejamento, orçamento e gestão	SEPLAN	1.320.725,00	186.755,13	14,14
0089	Informação para o planejamento	SEPLAN	430.000,00	42.882,00	9,97
0108	Modernização da administração fiscal	SEFAZ	12.277.765,00	6.480.820,70	52,79
0109	Gestão fiscal e de execução financeira e contábil	SEFAZ	330.073.764,00	322.667.447,07	97,76
0110	Programa de educação fiscal	SEFAZ	7.600,00	7.600,00	100,00
0116	Modernização administrativa	RURALTINS	3.149.500,00	1.322.790,68	42,00
0120	Modernização da administração do ITERTINS	ITERTINS	-	-	-
0127	Normatização e fiscalização de atividades empresariais	JUCETINS	2.593.485,00	1.232.609,08	47,53
0129	Controle e qualidade	IPEM	2.254.421,00	1.263.036,25	56,02
0131	Obras públicas para o to	SEINF	21.123.720,00	19.341.067,56	91,56
0136	Gerenciamento e captação de recursos	SEINF	144.362,00	144.313,25	99,97
0145	Gestão de políticas sociais	SETAS	312.780,00	153.130,48	48,96
0195	Apoio administrativo	DIVERSAS UNIDADES	622.944.080,00	605.700.502,17	97,23
9999	Reserva de contingência	SEPLAN	-	-	-
TOTAL			1.508.450.297,00	1.374.740.936,56	91,13

Fonte: Anexo11 Geral do Estado

4.3 ÁREA SOCIAL

A linha de ação do Governo no campo social norteou-se pelo balizamento definido nos Macroobjetivos 4 e 5, com as Estratégias de números 10 a 22 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 4: Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocaninenses – **Tocantins da justiça social;**

Estratégia 10: Gerar postos de trabalho e renda;

Estratégia 11: Universalizar a assistência social de forma integrada;

Estratégia 12: Melhorar e ampliar o Sistema Estadual de Saúde Pública;

Estratégia 13: Diminuir a mortalidade infantil;

Estratégia 14: Possibilitar o acesso da população carente à habitação condigna;

Estratégia 15: Estender o saneamento básico a todo o setor urbano;

Estratégia 16: Liquidar o analfabetismo no Estado;

Estratégia 17: Universalizar o ensino fundamental, médio e profissional;

Estratégia 18: Universalizar o acesso à Cultura e ao Desporto.

Diretrizes:

- Apoiar ativamente todas as iniciativas do Governo Federal voltadas para as áreas da educação, saúde, habitação, saneamento e desenvolvimento social;
- Prosseguir a descentralização das ações de saúde pública;
- Ampliar os programas de saúde preventiva, o atendimento familiar e comunitário e a vigilância sanitária;
- Complementar a infra-estrutura médico-hospitalar, odontológica e laboratorial universalizando o atendimento;
- Construir moradias adequadas destinadas à população de baixa renda;
- Promover parcerias com o municípios e setor privado para a construção de sistemas de saneamento básico e coleta de lixo;
- Possibilitar o acesso ao crédito às microempresas individuais, familiares ou cooperativas;
- Qualificar mão-de-obra e abrir canais para a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
- Evitar a evasão escolar;
- Oferecer formas alternativas de ensino acessíveis aos trabalhadores;
- Facilitar o acesso ao ensino superior através do crédito educativo, bolsas-trabalho e estágios;
- Formular um programa específico para eliminação do analfabetismo empregando métodos avançados;
- Engajar a juventude estudantil na luta contra o analfabetismo e em atividades voltadas para a inserção social;

- Fortalecer a participação da comunidade na gestão escolar;
- Estimular e valorizar os profissionais da educação;
- Apoiar iniciativas de cultura popular destinadas a promover produção cultural de qualidade;
- Incentivar todas as modalidades desportivas de massa;
- Formular e executar políticas de promoção social diferenciadas e integradas, voltadas para as comunidades carentes, as faixas etárias expostas à marginalidade e outros riscos, a valorização do idoso e a assistência aos indígenas;

Macroobjetivo 5: Segurança e cidadania aos tocaninenses – Tocantins cidadão.

Estratégia 19: Garantir o direito dos cidadãos tocaninenses à cidadania, no que for da alçada estadual;

Estratégia 20: Manter a ordem e resguardar a integridade física e patrimonial dos cidadãos tocaninenses;

Estratégia 21: Prevenir e reprimir eventuais casos de corrupção na administração pública estadual;

Estratégia 22: Tornar o Tocantins um Estado livre do crime organizado.

Diretrizes:

- Garantir alta preparação profissional à Polícia;
- Dotar a Polícia de modernas técnicas de combate ao crime;
- Apoiar ativamente todas as iniciativas federais de combate ao crime organizado;
- viabilizar parcerias com as comunidades organizadas no reforço da segurança em suas áreas de moradia;
- Proteger a mulher, a criança e os jovens contra a violência doméstica, a prostituição infantil e as drogas;
- Defender os direitos do consumidor;
- Promover campanhas contra a violência no trânsito.

No exercício de 2004 foram implementados programas importantes para consolidar os avanços da atual situação social do Estado do Tocantins. Nesses programas foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R\$ 205.618.690,84**, discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 256 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA SOCIAL

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R\$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0001	Eventos esportivos	SESPO	1.967.319,00	1.532.083,71	77,88
0002	Esporte e cidadania	SESPO	797.950,00	536.906,89	67,29
0003	Edificação da rede esportiva	SESPO	129.110,00	121.416,38	94,04,
0004	Provida	FUNSAU	224.154,00	100.027,34	44,62
0005	Assistência farmacêutica	FUNSAU	8.710.899,00	7.576.291,93	86,97
0006	Fortalecimento da atenção básica	FUNSAU	2.803.614,00	1.043.145,91	37,21
0012	Educa-sus	FUNSAU	4.126.500,00	715.867,78	17,35
0015	Padrão de qualidade da infra-estrutura física e equipamento	SEDUC	13.279.712,00	8.792.709,53	66,21
0016	Correção de fluxo escolar	SEDUC	5.854.265,00	4.797.333,87	81,95
0017	Promoção da educação escolar indígena	SEDUC	3.570.810,00	2.086.231,49	58,42
0018	Democratização das tecnologias educacionais	SEDUC	57.880,00	10.015,50	17,30
0019	Abc da cidadania	SEDUC	48.004,00	9.886,55	20,60
0022	Fortalecimento e desenvolvimento estudantil	SEDUC	8.524.034,00	7.140.842,48	83,77
0023	Desenvolvimento da educação profissional	SEDUC	3.513.735,00	550.558,19	15,67
0024	Atendimento à educação especial	SEDUC	5.093.836,00	4.646.312,45	91,21
0025	Desenvolvimento de ensino em medicina tropical	FUND MED TROP	5.709.553,00	5.210.346,17	91,26
0026	Desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical	FUND MED TROPICAL	1.215.757,00	313.037,37	25,75
0029	Desenvolvimento da cultura do estado do tocantins	FUNDAÇÃO CULTURAL	5.849.084,00	4.586.984,75	78,42
0031	Valorização da juventude	SEJUV	434.697,00	263.462,79	60,61
0032	Bolsa cidadã	SETAS	2.615.133,00	956.854,34	36,59
0033	Gestão de políticas de juventude	SEJUV	258.722,00	131.674,28	50,89
0034	Tocantins sem drogas	SEJUV	980.000,00	220.322,33	22,48
0035	Moradia	AH DU	30.228.283,00	11.797.602,16	39,03
0036	Desenvolvimento urbano	AH DU	18.300.000,00	6.444.079,75	35,21
0039	Saneamento, cidadania e progresso	AGESAN	26.667.638,00	13.953.114,18	52,32
0047	Reforma das instituições de segurança pública	PM	15.958.559,00	6.758.309,88	42,35



0048	Defesa contra sinistros	PM	24.950,00	24.950,00	100,00
0050	Justiça, cidadania e meio ambiente	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	20.484.981,00	238.249,84	1,16
0051	Modernização institucional da segurança pública	SSP	15.575.250,00	6.089.213,81	39,10
0052	Polícia e comunidade no combate ao crime	SSP	7.699.828,00	154.528,00	2,01
0053	Atendimento jurídico	CIDADANIA E JUSTIÇA	136.940,00	6.904,50	5,04
0054	Consolidando a defesa do consumidor no tocantins	CIDADANIA E JUSTIÇA	172.391,00	110.279,03	63,97
0055	Reestruturação do sistema penitenciário	CIDADANIA E JUSTIÇA	23.879.995,00	12.560.330,33	52,60
0056	Promoção e defesa dos direitos humanos	CIDADANIA E JUSTIÇA	454.813,00	246.909,51	54,29
0072	Gestão da política da segurança especial e da defesa civil	CASA MILITAR	1.825.471,00	1.269.540,29	69,55
0075	Assistência financeira ao servidor público estadual	PRODIVINO	9.775.000,00	5.322.513,60	54,45
0080	Comunidades tradicionais	SEPLAN	31.000,00	282,50	0,91
0083	Tocantins joga limpo	SEPLAN	806.910,00	4.024,88	0,50
0111	Desenvolvimento técnico em saúde	ESC TEC SAUDE	2.135.584,00	489.363,82	22,91
0112	Detran: excelência nos serviços ao cidadão	DETRAN	5.095.954,00	1.626.754,19	31,92
0114	Tocantins: transitar com cidadania	DETRAN	1.490.400,00	416.880,35	27,97
0140	Polícia rodoviária estadual	DERTINS	-	-	-
0141	Pioneiros mirins	SETAS	20.074.800,00	19.676.347,15	98,02
0142	Geração de renda	SETAS	2.281.076,00	917.659,01	40,23
0143	Programa nova vida	SETAS	5.000,00	-	-
0144	Erradicação do trabalho infantil	SETAS	5.647.655,00	1.949.010,74	34,51
0146	Sentinela	SETAS	335.650,00	253.874,76	75,64
0147	Apoio à pessoa idosa	SETAS	312.098,00	208.781,66	66,90
0148	Socialização e educação de adolescentes	SETAS	4.003.530,00	1.097.298,15	27,41
0149	Combate à fome	SETAS	3.076.969,00	2.450.806,72	79,65
0150	Apoio à pessoa portadora de deficiência	SETAS	724.420,00	550.183,07	75,95
0151	Atendimento à criança de 0 a 6 anos – PAC	SETAS	2.618.475,00	1.419.419,07	54,21
0152	Apoio ao trabalhador	SETAS	6.775.693,00	3.287.129,68	48,51



0153	Garantia de direitos da criança e do adolescente	SETAS	742.788,00	79.377,38	10,69
0155	Tocantins solidário	SETAS	2.118.579,00	1.689.243,43	79,73
0196	Previdência social	DIVERSAS UNIDADES	162.478.415,00	53.183.417,37	32,73
TOTAL			467.703.863,00	205.618.690,84	43,96

Fonte: Anexo11 Geral do Estado

Em síntese, apresentamos a seguir as principais metas físicas e de qualidade alcançadas nas áreas de atuação do Estado – financeira, administrativa, social e econômica – extraídas do Balanço Social – Volume I:

- ✓ expressivo investimento em assistência social, com alocação de recursos financeiros, técnicos e humanos para atendimento aos segmentos sociais mais carentes e/ou excluídos do processo econômico e produtivo, envolvendo, principalmente, as crianças de 7 a 14 anos, os idosos e os portadores de necessidades especiais;
- ✓ incentivo ao Desporto e ao Lazer com programas que atingem a maioria dos municípios tocaninenses, como: Esporte e Cidadania, Pintando a Liberdade e Olimpíada dos Pioneiros Mirins;
- ✓ realização de concurso público para provimento de aproximadamente 5.000 cargos efetivos, com a finalidade de reduzir o déficit operacional da máquina administrativa e parte do contingente de mão-de-obra comissionada;
- ✓ assistência financeira a 1.458 servidores, totalizando o valor de R\$ 3,2 milhões;
- ✓ concessão de financiamentos para construção de unidades habitacionais a 100 servidores públicos militares, no valor total de R\$ 1,9 milhões;
- ✓ crescente melhoria do Sistema Educacional do Estado, promovendo o retorno às escolas de 85% dos alunos do ensino fundamental que haviam deixado de estudar e de 87% dos desistentes do ensino médio;
- ✓ estabelecimento de parceria com o Ministério da Cultura e o BID para implementação do Programa Monumenta, com vistas à realização de inventário, restauração e conservação do patrimônio histórico de cidades tocaninenses;
- ✓ apoio às comunidades artesãs na formação para a confecção e na informação para a implementação da marca e comercialização do artesanato tocaninense;
- ✓ habilitação do Governo Estadual em Gestão Plena de Saúde, aumentando os recursos financeiros de R\$ 6,6 milhões para R\$ 8,1 milhões mensais;

- ✓ implantação da Escola Técnica de Saúde do Tocantins, assegurando a formação de trabalhadores do Sistema Único de Saúde em nível técnico e básico;
- ✓ retomada da gestão dos 14 hospitais de Referência do Estado, melhorando o atendimento, a oferta de medicamentos e a qualidade dos serviços prestados à população;
- ✓ redução dos casos de Dengue em 29%, de Leishmaniose Visceral em 45%, de Leishmaniose Tegumentar em 28% e de Malária em 36%;
- ✓ estabelecimento de parcerias com importantes centros de referência nacionais e internacionais, como: INPA, Acordo Amazônico, FIOCRUZ, IPK, Ministério da Ciência e Tecnologia, Pasteur, UFG e Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, com a finalidade de investigação e produção científica na área de prevenção e de vigilância em saúde;
- ✓ implantação, com sucesso, do Plano de Assistência à Saúde, atingindo já nos primeiros seis meses de funcionamento a marca de 279.770 procedimentos médicos e odontológicos. Estima-se que foram gerados cerca de 4.400 empregos diretos e indiretos e injetados R\$ 4 milhões no mercado;
- ✓ investimentos maciços em Segurança Pública, possibilitando a instalação de dois núcleos setoriais de Polícia Metropolitana na Capital, criação do Grupo de Operações Táticas Especiais da Polícia Civil – GOTE e do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminais – GECOC, implantação do Sistema Integrado de Gestão de Segurança Pública, modernização da frota de viaturas para otimizar os trabalhos da polícia repressiva, reaparelhamento do Instituto Médico Legal e do Instituto de Criminalística, modernização da Corregedoria da Polícia Civil, fortalecimento do Sistema de Inteligência da Polícia Civil, modernização do Setor de Estatística e de Treinamento dos Servidores, conclusão da Penitenciária de Segurança Máxima de Araguaína, com capacidade para acomodação de 432 presos em melhores condições de ressocialização, e instalação de unidades da Polícia Militar em mais três municípios;
- ✓ ampliação da malha viária estadual, com a execução, por intermédio do arrojado programa Pavimentar para Melhorar, de 332 km de terraplanagem, 305 km de capa asfáltica e construção de 40 pontes, distribuídos em 37 trechos;
- ✓ manutenção e conservação de rodovias não pavimentadas com a execução de 1.584.256 m³ de terraplanagem, 1.775 km de revestimento primário, 26.763 km de patrolamento e instalação de mais 10 balanças fixas para reforço da manutenção;
- ✓ construção de 8.635 m² de prédios públicos e conservação de 202 prédios públicos;

- ✓ assinatura de acordo de empréstimo com o Banco Mundial para aplicação de aproximadamente R\$ 100 milhões do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS em 67 municípios;
- ✓ ampliação da rede de distribuição de energia elétrica na zona rural, por meio do Programa de Eletrificação Rural – PERTINS, beneficiando propriedades de todos os municípios tocantinenses, com o propósito de fortalecer a agroindústria e, conseqüentemente, favorecer a geração de renda e levar mais conforto à população rural;
- ✓ redução do déficit habitacional e melhoria das condições de habitação de famílias carentes, com ações de construção de moradias por intermédio de programas habitacionais, destacando-se os Programas Morar Melhor, Projeto Orla, Jardim Taquari, Fundo de Apoio à Moradia, Casa Nova – Dignidade e Saúde, Arrendamento Residencial, Pró-Saneamento e Cheque Moradia;
- ✓ alcance da segunda maior taxa de crescimento do País na exportação de produtos agropecuários (255,1%), com destaque para a soja, a carne bovina e o suco de abacaxi;
- ✓ fortalecimento do Turismo com a implantação do Projeto de Sinalização Turística, definindo e divulgando as regiões prioritárias para o desenvolvimento turístico, e construção de centros de atendimento ao turista;
- ✓ preservação dos recursos ambientais e adequação do uso das águas subterrâneas e superficiais, com a implantação de programas voltados à conservação ambiental, e criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC;
- ✓ adoção do Sistema de Controle Ambiental – SICAM para controle e monitoramento do desmatamento no Tocantins;
- ✓ o número de servidores ao final do exercício chegou a 44.638, comprometendo 46,28% da Receita Corrente Líquida, tendo sido registradas 4.781 admissões no período; destes, 18.501 são comissionados.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fiscalização do patrimônio público, realizada pelo próprio Poder Executivo, responde à concreta preocupação do Governo com o controle sistemático dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional na forma das leis voltadas para a modernização e o fortalecimento dos meios estruturais que permitem garantir maior segurança jurídica aos agentes e usuários dos serviços públicos.

Por sua vez, ante a modernização técnica do Egrégio Tribunal de Contas, refletida, sobretudo, na auditoria em programa e de regularidade, bem como na exigência de prestação de contas, individualizada, por órgãos e entidades da administração pública, iniciativa eficiente e louvável, o processo de implantação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo está se consolidando com vistas ao maior nível de alcance e integração da fiscalização interna e externa.

Com as medidas de consolidação do sistema de controle interno, esta Controladoria-Geral realizou suas ações de acompanhamento da gestão dos recursos públicos, com grande empenho na introdução dessa nova cultura de controle nos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Mesmo com as dificuldades inerentes ao processo de consolidação do sistema, os resultados alcançados, no âmbito da fiscalização dos recursos públicos, mostram-se satisfatórios e necessários à melhoria da qualidade da gestão da coisa pública.

Assim, a atuação deste Órgão Central do Sistema de Controle Interno, sobre a formalização dos processos administrativos, bem como dos procedimentos de licitação, dispensa e inexigibilidade e sobre os demais atos dos administradores dos órgãos e entidades do Poder Executivo, foi marcada decisivamente pela orientação educativa e corretiva em relação às atividades de execução e controle da administração pública.

Com efeito, a conjugação desses esforços, graças também à abnegada colaboração dos servidores desta Pasta e dos Núcleos Setoriais de Controle Interno, contribuiu, sobre maneira, no exame das contas prestadas pelos gestores responsáveis e das contas do Governador, consideradas regulares sobre os aspectos formais, contábeis e operacionais.

Por fim, queremos registrar que a estruturação do Sistema de Controle Interno pela Controladoria-Geral do Estado, um marco importante para a Administração Pública Estadual, vem cada vez mais recebendo o irrestrito apoio do Excelentíssimo Senhor Governador Marcelo Miranda, que tem desempenhado a função de governo e conduzido a administração sempre com respaldo e nos limites das normas legais vigentes.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em Palmas, aos 30 dias do mês de março de 2005.

JACQUES SILVA DE SOUSA
Secretário-Chefe